FOLHA DE S.PAULO

DESDE 1921 ★★★ UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

INÊS249

ANO 103 ★ Nº 34.335 QUARTA-FEIRA, 5 DE ABRIL DE 2023 R$ 6,00

Suspensão de mudanças no Enem afeta até 2,9 milhões

O ministro Camilo Santana (Educação) confirmou que vai suspender a implementação do novo ensino médio —embora refute revogá-lo— e frear mudanças no Enem de 2024 para adequá-lo ao modelo. Isso poderá afetar até 2,9 milhões de alunos que estariam hoje cursando o segundo ano, de acordo com o Censo Escolar, e já terão estudado sob currículo reformado em 2023. **Cotidiano B2**

Gilmar Mendes barra presunção de 'boa-fé' no ouro

O ministro do STF Gilmar Mendes suspendeu a presunção de "boa-fé" no comércio de ouro sob argumento de que a medida incentiva o mercado ilegal. O magistrado ordenou que o Executivo adote novo marco de fiscalização em até 90 dias. **Mercado A22**

Papéis ligam mortes de crianças indígenas a dragas de garimpo B3

Governo estuda devolver a mais pobres impostos da cesta básica

Mercado A15

Regra fiscal chegará ao Congresso após Páscoa, afirma Padilha A16

Vicky Safra passa Lemann e vira maior bilionária do Brasil, diz Forbes A28

ilustrada C8
Anitta e gravadora Warner rompem contrato após 11 anos e desentendimentos

esporte B7
Moda do verão nas praias do Rio, beach tennis ganha adeptos para o ano inteiro

ambiente B4
Google Earth atualiza imagens de desmate na Amazônia com informações até 2022

EDITORIAIS A2

Alerta na educação
Sobre suspensão do Enem para novo ensino médio.

Política à brasileira
Acerca de fisiologismo sob Lula, segundo o Datafolha.

Karime Xavier/Folhapress

PRÉDIOS AVANÇAM NA ROTA DE POUSO DE CONGONHAS

Avião passa sobre prédio na av. dos Imarés próximo ao aeroporto em São Paulo; nos últimos três anos, 35 novos empreendimentos com mais de 8 andares foram feitos no entorno **Cotidiano B1**

Trump se torna 1º ex-presidente dos EUA réu em caso criminal

Republicano responde a 34 acusações de falsificação, que podem levar a 136 anos de prisão; ele diz ser inocente

Em mais um marco de ineditismo na sua carreira política, Donald Trump se tornou ontem o primeiro ex-presidente dos EUA réu por uma acusação criminal, depois de ter sido o primeiro a ser alvo de um processo de impeachment na Câmara duas vezes.

Trump foi ao tribunal no sul de Manhattan devido ao caso em que se investigou compra do silêncio de três pessoas durante a eleição de 2016. Duas delas, a atriz pornô Stormy Daniels e a ex-modelo da Playboy Karen McDougal, alegam ter tido um relacionamento com ele. Daniels teria recebido US$ 130 mil, e McDougal, US$ 150 mil. Um porteiro da Trump Tower que dizia que o político teve um filho fora do casamento teria levado US$ 30 mil.

Os repasses teriam sido feitos por advogados e lançados como "despesas jurídicas", em aparente maquiagem de gasto eleitoral.

Trump ouviu 34 acusações por falsificação de registros comerciais. Cada uma tem pena de até 4 anos, 136 no total. Mais tarde, afirmou ser inocente, atacou a investigação e disse que a promotoria atua de maneira política. **Mundo A12**

58% veem alguma responsabilidade de Bolsonaro no 8/1

Para 58% dos eleitores, Jair Bolsonaro (PL) tem responsabilidade pelos ataques golpistas em Brasília, aponta o Datafolha —desses, 32% veem muita culpa do ex-presidente e, 26%, pouca. Não o acham responsável pelos atos que estimulou 39% do total. **Política A6**

Arranjo de Lula dribla Supremo ao simular emendas

O arranjo desenhado por Luiz Inácio Lula da Silva (PT) para negociações com o Congresso prevê que verba dos ministérios seja usada como se fosse emenda parlamentar, em drible à proibição do STF. O governo nega falta de transparência. **Política A10**

Fátima Meira/Futura Press/Folhapress

MÉDICA DA MARINHA, MARIA CECÍLIA CONCEIÇÃO É 1ª MULHER NEGRA PROMOVIDA A ALMIRANTE

A militar em cerimônia no Palácio do Planalto, onde Lula (PT) recebeu os novos oficiais-generais das Forças; ela é a 3ª mulher a chegar à cúpula naval **Política A10**

ISSN 1414-5723

FOLHA DE S.PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DA DEMOCRACIA

Publicado desde 1921 – Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.

Leandro Assis e Triscila Oliveira

EDITORIAIS

editoriais@grupofolha.com.br

Alerta na educação

Suspensão do Enem reformulado para o novo ensino médio carece de melhor justificativa

O compromisso do Estado brasileiro com a educação de crianças e adolescentes requer que as políticas aprovadas pelo Congresso Nacional sejam implementadas pelo Executivo com previsibilidade.

Quando se colocam gerações inteiras de jovens numa nova trilha curricular, instando as 27 unidades federativas a adaptarem as suas redes de escolas e professores, supõe-se que as regras não serão alteradas no meio do caminho.

Não é o que, se depender do governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT), vai ocorrer com a reforma aprovada em 2017 do ensino médio, etapa que tipicamente atende alunos de 15 a 17 anos. Entre outras intervenções ainda não oficializadas, o Planalto quer suspender a realização, em 2024, do Exame Nacional do Ensino Médio reformulado para amoldar-se ao novo programa.

Inauguraram o currículo quase 3 milhões de adolescentes que em 2022 se matricularam no primeiro ano do ensino médio, 85% deles nas redes públicas estaduais. Prestes a concluir metade da jornada sob a nova orientação, são agora avisados de que o Enem na conclusão do ciclo de três anos não se adaptará ao que, afinal, estão estudando.

Não está clara a razão para esse choque nas expectativas de escolas, alunos e professores. O ministro da Educação, Camilo Santana (PT), diz que congelar a implantação do novo ensino médio dará tempo para que um grupo de trabalho finalize a avaliação do programa e proponha alterações.

Faz pouco sentido anunciar o cancelamento da prova adaptada antes de a comissão chegar às conclusões. A explicação plausível é a de que prevaleceu na decisão o afago ao esquerdismo inconsequente e ao corporativismo sindical.

Ajustes na reforma tal como vem sendo praticada são sem dúvida necessários. Abriu-se além do que redes escolares conseguem oferecer com qualidade o leque de opções aos alunos, que agora podem escolher 40% da carga letiva de acordo com suas preferências pessoais.

Mas esse parece ser um problema mais de organização e preparo de alguns Estados do que um defeito na concepção da reforma a exigir impugnação federal. Facultar que jovens na transição para a vida adulta definam uma parte do currículo, num cardápio que inclui trilhas profissionalizantes, reflete as melhores práticas internacionais.

Corrobora essa impressão o fato de todos os secretários estaduais de Educação publicarem nota conjunta contrária à suspensão do Enem reformado. Espera-se que o governo federal reveja sua posição ou no mínimo a justifique melhor.

O Brasil já deveria ter superado o mau hábito de arriscar a formação de milhões de estudantes, tratando-os como cobaias, com base em ideologias de botequim.

Política à brasileira

Há meios melhores e piores para a negociação de cargos e verbas públicas, reprovada no Datafolha

É forte na sociedade a rejeição às negociações de cargos e verbas por parte do governo em troca de apoio no Congresso, que estão entre as características mais marcantes do presidencialismo brasileiro.

Os presidentes mais à direita eleitos desde a redemocratização, Fernando Collor e Jair Bolsonaro (PL), exploraram mais a fundo esse sentimento. Ambos iniciaram seus governos cortando ministérios e evitando nomeações políticas, mas acabaram se rendendo ao fisiologismo para proteger seus mandatos —o primeiro, sem sucesso.

À esquerda, Luiz Inácio Lula da Silva (PT) fez lá seus ataques às barganhas e conchavos brasilienses durante as campanhas eleitorais, mas nunca tentou governar sem coalizões ampliadas. Em seus dois primeiros mandatos, colecionou não poucos escândalos relacionados à cooptação de partidos.

Não surpreende, nesse contexto, que 61% dos brasileiros aptos a votar considerem que Lula age mal ao distribuir postos na Esplanada e recursos do Orçamento para aprovar projetos no Congresso, como apurou pesquisa do Datafolha.

Em boa medida, no entanto, o petista faz o inevitável —o que não quer dizer que inexistam maneiras melhores e piores de fazê-lo.

Inevitável porque, dada a fragmentação do quadro partidário nacional, nenhuma força política chega perto de conseguir maioria nas duas Casas legislativas. O PT, por exemplo, tem apenas 68 dos 513 deputados (13,6% do total) e 8 dos 81 senadores (9,9%).

Tudo o que Bolsonaro conseguiu com a tentativa de ignorar a "velha política" foram recordes de medidas provisórias rejeitadas e vetos derrubados. Quando por fim decidiu aliar-se ao centrão, seu desgaste político provavelmente implicou custos mais altos, em cargos, verbas e poderes, para a aliança.

Reformas já em curso para incentivar a redução do número de siglas no Legislativo, como a cláusula de desempenho, tendem a facilitar a governabilidade a longo prazo. Enquanto isso, cumpre buscar os meios mais republicanos e eficientes de formar coalizões.

A experiência indica ser melhor firmar entendimentos em torno de programas de governo, compartilhando de fato decisões e resultados com os aliados, em vez de simplesmente distribuir pastas periféricas e procurar apoios no varejo.

Mais fácil falar do que pôr em prática, decerto. No caso de Lula, nem mesmo estão claros até aqui os rumos que pretende dar ao governo.

O paradoxo de Al Capone

Hélio Schwartsman

Al Capone foi um gângster. Envolveu-se em múltiplas atividades criminosas, inclusive assassinatos, mas foi preso por evasão fiscal. Foi só o que se conseguiu provar contra ele.

O caso de Al Capone tem algo de paradoxal. Prendê-lo era a coisa certa a fazer, mas ele foi encarcerado pelas razões erradas. A pena tem duas funções principais. A primeira é que ela tira o criminoso de circulação. Sob esse aspecto, o delito pelo qual o bandido é preso não faz tanta diferença. A sociedade fica mais segura com a sua reclusão.

Só que a pena também tem função dissuasiva. Quando ela é aplicada, a sociedade sinaliza a seus membros que eles não devem imitar os passos do criminoso. Aqui, as razões se tornam mais importantes, já que, para o efeito exemplo se materializar como deveria, é preciso que haja coerência máxima entre o comportamento que se deseja inibir e a sanção.

Num exemplo prático, que lição você daria a seu filho a partir do caso de Al Capone? Não assassine ninguém para não ser preso por evasão fiscal? Meio confuso, não? É claro que você poderia ser mais cínico e dizer a seu filho que ele deve se comportar, ou o Estado encontrará uma forma de colocá-lo na linha. A mensagem que sairia daí, porém, não seria exatamente pró-social. Teria até um tom de arbítrio.

Faço essas observações a respeito de Trump e Bolsonaro. O americano tornou-se réu num intricado caso de contabilidade de campanha, e o brasileiro poderá em breve ter seus direitos políticos cassados por crime eleitoral. Considerando que uma eventual volta ao poder dos dois seria muito ruim para a democracia, não critico essas ações judiciais. Mas não há como deixar de observar que, dado que eles cometeram crimes muito maiores, como tentativa de golpe, uma eventual condenação por esses delitos menores deixaria um gostinho de Al Capone no ar. Eles estariam recebendo uma punição necessária, mas pelas razões erradas.

helio@uol.com.br

O núcleo duro de Lula

Bruno Boghossian

Lula começou o terceiro governo com o apoio de um núcleo duro formado por 19% do eleitorado. São brasileiros que disseram ao Datafolha que votaram no petista, aprovam sua gestão e acreditam que ele vai cumprir a maioria de suas promessas.

O presidente larga com a sustentação de um lulismo consistente, mas também encara grupos numerosos cujo apoio dependerá dos resultados concretos do governo.

A classificação foi elaborada pelo Datafolha a partir de três respostas: voto declarado no segundo turno, avaliação do governo e expectativa sobre o cumprimento de promessas.

O núcleo duro corresponde a uma faixa de lulistas intensos ("heavy", na nomenclatura da pesquisa). O grupo tem renda abaixo da média nacional (67% ganham até dois salários mínimos) e menos evangélicos (17%) que a população geral (27%). Há mais mulheres (57%) que homens (43%).

O núcleo duro de Lula supera o percentual de bolsonaristas "heavy" (12%) medido em setembro de 2019. A comparação é possível ainda que uma das variáveis usadas pelo Datafolha no governo passado fosse diferente (a confiança nas declarações do presidente no lugar das expectativas sobre as promessas).

A pesquisa detectou ainda 16% de não lulistas intensos: não votaram no petista, consideram o governo ruim ou péssimo e afirmam que nenhuma promessa será cumprida. É uma faixa com renda média mais alta e maior representação no Sudeste.

Outros dois segmentos podem determinar a força de Lula daqui por diante. Os lulistas moderados são 21% do eleitorado. Eles votaram no petista, mas não aprovam o governo ou acham que ele não vai cumprir a maioria das promessas. Há mais eleitores do Sudeste (40%) do que no núcleo duro (32%).

Há também os não lulistas leves (27% do eleitorado). Eles não votaram no petista, mas não desaprovam o governo e acreditam que Lula cumprirá parte de suas promessas. Quase metade acha que a gestão do petista será positiva —o que deve tornar o segmento alvo de cobiça.

Quem leva Datena a sério?

Mariliz Pereira Jorge

José Luiz Datena é um gênio. De tempos em tempos, volta a estampar capas de jornais e homes de portais de notícias. Mas não pelo conteúdo ou pela audiência do seu programa. Oferece-se como uma figura relevante na política. Não é. Pelo menos não enquanto não colocar à prova sua habilidade e sua capacidade de atrair eleitores.

Por enquanto, apenas aproveita para ser assunto. Datena manipula o meio político e a imprensa, ganha evidência, não se candidata a nada e permanece onde sempre esteve: na TV, ganhando dinheiro ao mostrar as tragédias que ele a cada dois anos promete ajudar a resolver. Essa estratégia tem mais de uma década e continua dando certo. Para ele.

Em geral, o apresentador surge no cenário político em época eleitoral. Desta vez surpreendeu ao aparecer, já em 2023, em uma conversa supostamente vazada, sugerindo a Guilherme Boulos uma dobradinha na corrida à Prefeitura de São Paulo, que só acontece no ano que vem. Provoca o deputado do PSOL sobre a disputa pela vaga de herdeiro político de Lula.

Parece óbvio que partidos vejam nele um grande fazedor de votos. É um comunicador hábil, que conversa com um público consumidor do sensacionalismo exibido em seu programa e das pautas que exaltam a truculência da polícia e o combate à corrupção e já escorregaram em todo tipo de preconceito. Eleitores não faltariam. Mas a única razão que move o apresentador parece ser valorizar seu passe como tal, nada mais.

Foram quatro ensaios de se lançar candidato a prefeito de São Paulo, foi cotado como vice de Bruno Covas, ameaçou concorrer ao Senado em 2018. Em 2021, chegou a anunciar sua saída da TV para concorrer à Presidência. Negociou ser vice na chapa de Ciro Gomes em 2022. No mesmo ano, cozinhou Jair Bolsonaro com a promessa de que tentaria ser senador. Se alinha e se desalinha a políticos de todo o espectro. Quem ainda leva Datena a sério?

Política maluca

Deirdre McCloskey

Economista, é professora emérita de economia e história na Universidade de Illinois, em Chicago. Escreve às quartas

Você já deve ter ouvido falar que os bancos centrais pretendem aumentar a taxa de juros para "combater a inflação, mas não causar uma recessão".

Eu já lhe disse por que é uma missão tola.

A taxa é definida da mesma forma como são definidos os preços mundiais do café, do milho ou do ferro —pela oferta e demanda. Os bancos centrais não têm um controle maior sobre a taxa de juros do que aquele que o Brasil tem sobre o preço do café.

De qualquer forma, aumentar a taxa de juros não tem nada a ver com inflação. Imprimir dinheiro sim —como os brasileiros aprenderam em 1990. Os formuladores de políticas não sabem.

Hoje, porém, tenho um ponto mais radical. Exceto quando for utilizada para prevenir violência ou fraudes, qualquer política que vise coagir as pessoas a fazerem o que elas não fazem espontaneamente é estúpida e perversa. Por exemplo: os bancos centrais e seus Estados devem abandonar totalmente o negócio de dirigir a economia. Um adesivo de para-choque: "Separação entre economia e Estado".

O Estado não pode conduzir uma economia.

É verdade que pode arruiná-la facilmente ao, por exemplo, adotar uma proteção maciça contra importações ou estabelecer uma idade compulsória de aposentadoria absurdamente baixa ou enviar escravos para conquistar homens livres. O Brasil costumava fazer o primeiro. A França faz o segundo. Putin acabou de fazer o terceiro. A demolição dá às pessoas a ideia de que deve haver uma boa "não demolição" em algum lugar. Imaginar que "nós" podemos definir a taxa de juros, digamos. Não. É demolição de alto a baixo.

As razões são muitas. Você ouvirá economistas afirmarem que a economia privada tem "imperfeições" que o Estado pode reparar. Mas as imperfeições nunca são medidas cientificamente. E é uma loucura a noção de que um Estado ignorante, corrupto e acostumado a se mover por hábitos poderia repará-las. Os políticos não são todos maus. Nem todos os economistas são anticientíficos. Os cidadãos não são todos tolos. Mas muitos deles são maus, tolos não científicos que, quando recorrem à política e ao Estado para resolver problemas, veem que eles não funcionam muito bem.

De qualquer maneira, qual é a ética? Devemos nos tornar filhos perpétuos do Estado?

Você está dirigindo um carro através de uma névoa muito densa. O volante não funciona bem. Os instrumentos mentem. Os freios não são confiáveis. O que fazer?

Pare de tentar dirigi-lo. Puxe o freio de emergência. Saia do banco do motorista antes que você mate todos nós.

Tradução de Luiz Roberto M. Gonçalves

TENDÊNCIAS / DEBATES

folha.com/tendencias debates@grupofolha.com.br
Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo

Ataques a escolas e a responsabilidade ao informar

Exposição inadequada na mídia inspira jovens suscetíveis a atos violentos

Guilherme Derrite
Secretário da Segurança Pública do estado de São Paulo

O secretário da Educação do estado de São Paulo, Renato Feder, e eu tivemos a oportunidade de alertar os jornalistas presentes na entrevista coletiva referente ao deplorável ataque ocorrido em 27 de março na escola estadual Thomazia Montoro, na zona oeste da capital paulista, sobre os riscos da superexposição de vídeos das agressões cometidas.

Os motivos são muito relevantes. Há comprovado "efeito contágio" em ocasiões como essa, cuja exposição inadequada na mídia inspira jovens suscetíveis a também manifestarem comportamento violento. E há também o respeito às vítimas e seus familiares e pessoas queridas, que são novamente agredidas a cada veiculação das imagens.

O efeito contágio é muito claro no caso presente, que deixou uma professora morta e cinco pessoas feridos. O agressor da escola Thomazia Montoro adotava nas redes sociais o sobrenome do autor do massacre de Suzano (SP), que vitimou oito pessoas em 2019. Ele também usava uma máscara de caveira, a mesma empregada tanto na tragédia de Suzano como pelo adolescente que atacou duas escolas em Aracruz (ES), em novembro passado.

E ainda mais grave: apenas no dia 27 de março, quando havia ampla cobertura jornalística sobre o ataque e a exposição dos vídeos, outros cinco jovens foram flagrados com armas brancas em ambientes escolares, e uma sexta escola teve um banheiro pichado com ameaças. Até o término da semana, os casos já passavam de 55 apenas na área do Demacro (Departamento de Polícia Judiciária da Macro São Paulo), que abrange, à exceção da capital, toda a região metropolitana.

Ou seja: o agressor da escola da Vila Sônia não apenas se inspirou em ataques anteriores, mas certamente também inspirou novos agressores. Todos ostentando símbolos, linguagem e máscaras iguais.

Não se questiona aqui a liberdade de imprensa, mas sim a divulgação de imagens e detalhes que, comprovadamente, ajudam a reproduzir a violência. Diversos estudos realizados nos Estados Unidos (Boyd, 2021 e Johnston e Joy, 2016, por exemplo) esmiuçaram a distribuição e a característica de centenas de ataques realizados em escolas desde os anos 1990. Concluíram que boa parte dos agressores autores dos atentados está em busca de notoriedade e quer imitar autores anteriores, que ficaram famosos graças à exposição na mídia. A distribuição espacial e temporal dos tiroteios em massa não é aleatória, mas são mais prováveis depois de um incidente coberto pela mídia ou com forte presença nas redes sociais.

É uma dinâmica parecida com a dos suicídios, pois é reconhecido desde o século 19 que relatos na mídia fazem com que pessoas predispostas se matem. É o "efeito Werther", uma referência ao livro "Os Sofrimentos do Jovem Werther" (1774), de Johann Wolfgang Goethe, que causou uma onda de suicídios na Europa.

> [...]
>
> Apenas no dia 27 de março, quando havia ampla cobertura jornalística sobre o ataque e a exposição dos vídeos, outros cinco jovens foram flagrados com armas brancas em ambientes escolares, e uma sexta escola teve um banheiro pichado com ameaças. Até o término da semana, os casos já passavam de 55

Dezenas de associações médicas nacionais (inclusive a brasileira) recomendam não divulgar casos de suicídio, ou que o faça sem contar detalhes, como aconselha a Organização Mundial da Saúde —o que é saudavelmente cumprido pela mídia brasileira na maioria dos casos.

Seria muito positivo que, da mesma forma que o suicídio, outras formas de violência recebessem tratamento mais criterioso dos meios de comunicação. A cobertura de atentados em escolas deve prescindir de imagens e detalhes que acabam por inspirar novos ataques, além de desrespeitar vítimas e familiares.

O poder público tem que fazer a sua parte e pode fazer mais. O secretário Feder e eu anunciamos aos jornalistas reforços em diversas ações, como o Programa Conviva (com 300 profissionais dedicados a atendimentos de conflito e casos de depressão em escolas, promovendo práticas de compreensão e empatia), as 150 mil horas de atendimento psicológico presencial que serão contratadas, a Ronda Escolar (mais de 200 viaturas com mais de 500 policiais diariamente) e a Vizinhança Solidária Escolar. Mas todos podem contribuir com a segurança. Só em março, a Polícia Civil conseguiu identificar três adolescentes que planejavam ataques, em situações distintas, graças a um trabalho de inteligência.

A mídia, por sua enorme importância e pela responsabilidade dos seus profissionais, certamente pode aperfeiçoar procedimentos para a cobertura de fatos como esses.

BNDES: lucros e fragilização

Banco precisa reforçar a sua capacidade de emprestar a taxas mais baixas

Marcelo Miterhof
Economista do BNDES

Os resultados financeiros do BNDES em 2022, divulgados no último dia 14 de março, mostram uma situação paradoxal, mas útil para entender um banco de desenvolvimento.

O lucro líquido foi de R$ 41,7 bilhões. O valor é recorde, em termos nominais e reais (descontando a inflação). No entanto, o lucro recorrente foi de R$ 12,5 bilhões, obtido pela exclusão de eventos extraordinários, em especial os dividendos pagos pela Petrobras (R$ 17,2 bilhões), o efeito contábil de reclassificação da JBS como não coligada (R$ 5,8 bilhões) e as vendas de ações (R$ 2,3 bilhões).

Outro aspecto é a trajetória dos ativos totais. A carteira, que em 2014 era de R$ 1,4 trilhão, fechou 2022 em menos da metade, R$ 684 bilhões, patamar em reais equivalentes de 2008, mas bem inferior em proporção do PIB. Isso é explicado pela redução da carteira de crédito, pelas antecipações dos empréstimos da União ao BNDES de 2008 a 2014 e pela venda de participações acionárias.

Os desembolsos de 2000 a 2007 representavam cerca de 2% do PIB. Em 2021, tal número chegou ao piso de 0,74% do PIB e, em 2022, foi a 1%.

O quadro aponta duas conclusões. Primeiro, os altos lucros que o BNDES teve em 2022 e anos anteriores foram fruto principalmente do desempenho da carteira de ações formada até 2015, em especial na gestão de Luciano Coutinho: Petrobras, JBS, Vale, Suzano e Eletropaulo, entre outras, trouxeram alto retorno para o BNDES, cuja carteira teve de 2002 a 2022 mais que o dobro da rentabilidade do Ibovespa.

A segunda é que os lucros elevados ocorreram enquanto o BNDES se fragilizava. Isso porque a carteira de ações não foi reciclada: o usual é reinvestir de 10% a 20% dos valores vendidos. E porque a carteira de crédito vem caindo sistematicamente, em razão da queda da taxa de investimento e da perda de competitividade do BNDES com a criação da TLP, uma taxa de baixo uso no mercado e pouco adequada para quem sofre com restrição de crédito, enquanto o mercado de capitais contava com os subsídios de instrumentos financeiros incentivados.

> [...]
>
> Um banco que atua com ativos de tão longo prazo pode gerar altos lucros perdendo sustentabilidade financeira. A rentabilidade do trabalho feito no passado escamoteia o que ocorre no presente. A contrapartida é que a retomada das operações também vai demorar a se refletir nos resultados

Um banco que atua com ativos de tão longo prazo pode gerar altos lucros perdendo sustentabilidade financeira. A rentabilidade do trabalho feito no passado escamoteia o que ocorre no presente. A contrapartida é que a retomada das operações também vai demorar a se refletir nos resultados.

Mas não há outro remédio. O BNDES precisa ter condições de operar com fontes de recursos adequadas às necessidades para voltar a desembolsar no patamar de 2% do PIB. O banco precisa ter condições de captação de recursos compatíveis com o desafio de financiamento a projetos intensivos em externalidades. Condições especiais para tais projetos são justificadas pelo alto retorno social e por remover constrangimentos financeiros a investimentos eficientes e produtivos.

O BNDES também precisa voltar a ter na atuação com ações uma forma de apoiar investimentos mais desafiadores —de maior risco, mas maior chance de ganho— e de reforçar sua sustentabilidade e capacidade de emprestar a taxas mais baixas.

PAINEL DO LEITOR

folha.com/paineldoleitor leitor@grupofolha.com.br
Cartas para al. Barão de Limeira, 425, São Paulo, CEP 01202-900. A Folha se reserva o direito de publicar trechos das mensagens. Informe seu nome completo e endereço

Cordão verde com girassóis é usado para identificar uma pessoa com deficiência "invisível" Hidden Disabilities Store/Divulgação

Finlândia na Otan

"Finlândia se torna o 31º membro da Otan em derrota para Putin" (Mundo). A Terceira Lei de Newton afirma que a toda ação corresponde a uma reação de igual intensidade, mas que atua no sentido do oposto. O crescimento da Otan resultou no fortalecimento da aliança da Rússia com a China, país que mais cresce no mundo. Neste caso, a analogia pende para o lado dos russos, uma vez que o poderio militar e econômico desses dois países supera o da aliança ocidental.

Mateus Vaz de Sá (Goiânia, GO)

*

Felicidade é um valor muito frágil. Até agora, a Finlândia estava no topo do índice mundial de felicidade. De repente, está na fronteira do inferno.

Nacib Hetti (Belo Horizonte, MG)

EUA

"Trump vira 1º ex-presidente dos EUA réu em caso criminal e alega inocência" (Mundo). Os EUA são um país tão surpreendente, que há pessoas dispostas a financiar as puladas de cerca de uma pessoa rica e que colocou o país de joelhos perante o mundo com a invasão e a destruição da sede da sua democracia.

Marcelo Alvarez Ghibu (Santos, SP)

Comida insuficiente

"Datafolha: 23% dos brasileiros dizem que comida em casa é insuficiente" (Mercado, 4/4). São 48 milhões de pessoas em condições de insegurança nutricional. Crianças, adolescentes e adultos. Esse é o resultado de 6 anos de um governo golpista, ilegítimo, usurpador, odioso e destrutivo, mas sobretudo, do avanço do neoliberalismo, agora abandonado em todo lugar.

José Carlos Toledo (Ribeirão Preto, SP)

Blindagem

"Lula tenta se blindar de casos de corrupção com novo mecanismo para dar dinheiro ao Congresso" (Política, 4/4). O governo quer divulgar padrinhos para que haja transparência. O Congresso tem poder mas também deve ter responsabilidade.

Flavio Leal Rodrigues (Rio de Janeiro, RJ)

Congonhas

"Prédios avançam na rota de pouso de aviões em Congonhas" (Cotidiano). É obsceno o que ocorre nas grandes e médias cidades com a construção civil, um ávido buraco negro dragando qualquer espaço, com lucros extorsivos e zero benefício público. O plano diretor é devorado pelos lobbies desse mercado. O número de pessoas morando nas ruas aumenta proporcionalmente à ganância dessa loucura predatória. Tantos novos apartamentos são para quem?

Daniel Bertelli (Goiânia, GO)

Inteligência Artificial

"Selfies de Jesus, Napoleão e Cleópatra: Cineasta usa inteligência artificial para criar retratos históricos" (Mercado). Jesus branco? Cleópatra branca? A inteligência é bem artificial mesmo.

Adérito Schneider (Goiânia, GO)

Girassóis

"Sim, eu tenho necessidades especiais!" (Suzana Herculano-Houzel, 4/4). A coluna tem um efeito secundário positivo: divulgar o colar verde. Pessoalmente, eu nunca tinha ouvido falar e não saberia reconhecer um desses.

Lucia Coelho (Rio de Janeiro, RJ)

Inelegível

"Datafolha: 51% defendem Bolsonaro inelegível; 45% são contra punição pelo TSE" (Política). É inegável que Bolsonaro, além dos vários crimes comuns e de responsabilidade, praticou diversos crimes eleitorais antes e durante a última campanha presidencial, entre os quais, abuso de poder político, econômico e religioso. Portanto, a inelegibilidade do ex-presidente é imperativo jurídico de ordem constitucional e legal.

Jânio Pereira da Cunha (Fortaleza, CE)

Bolsonarismo

"Bolsonarismo representa forma de entender o mundo, é estruturante, diz socióloga" (Política, 4/4). O bolsonarismo é radical por natureza. Sem radicalidade ele não existe. Se alguém tenta alguma ideia moderada, já é logo taxado de traidor (comunista). O fato é que são pessoas reacionárias, que querem viver numa sociedade do passado, subdesenvolvida, indiferente aos problemas sociais do país (pobreza, destruição da Amazônia, entre outros).

Sérgio Ribeiro (São Paulo, SP)

Novo ensino médio

"Governo Lula vai suspender implementação do novo ensino médio e mudanças no Enem" (Cotidiano, 4/4). É lamentável esse movimento, um retrocesso. Os alunos precisam articular seus conhecimentos e ter compreensão sobre o que aprendem. Fazer transferência das aprendizagens para atuação em qualquer área é essencial na formação de nossos estudantes e as disciplinas encaixotadas não favorecem essa ação, porém os itinerários formativos dão asas a esse trabalho significativo.

Solange Perazza Lins (São Paulo, SP)

*

Essa reforma infeliz reduziu a quantidade de aulas em disciplinas essenciais, como português e matemática, para dar espaço a modismos, muitas vezes imposto aos alunos por falta de opções. Sou a favor de aumentar a carga horária das disciplinas tradicionais. A escolha do currículo não pode ser feita por adolescentes imaturos. Vão preferir ter aula de culinária a matemática.

Alexandre Marcos Pereira (Ribeirão Preto, SP)

ERRAMOS

erramos@grupofolha.com.br

OPINIÃO (2.ABR, PÁG. A2) O artigo "O estoque de popularidade de Lula", do colunista Bruno Boghossian, apontou uma diferença incorreta entre os 51% de votos válidos obtidos por Lula em 2022 e o índice de aprovação de 38% registrado pelo Datafolha. O primeiro número leva em conta o total de votos em Lula (60,3 milhões), enquanto o segundo é um percentual do eleitorado total (o equivalente a 59,5 milhões).

política

PAINEL

Fábio Zanini
painel@grupofolha.com.br

De mal a pior

A suspensão da reforma do ensino médio não ajudará em nada a distensionar a relação com o ex-presidente Michel Temer (MDB), que considera a mudança um de seus maiores legados. "Há naturalmente uma dor de cotovelo muito grande porque o PT prometeu em 2014 a reforma, mas quem teve competência para fazer foi o Temer", diz o ex-ministro da Educação Mendonça Filho. A alteração foi defendida na campanha de TV pela então presidente Dilma Rousseff.

RASCUNHO Em uma propaganda, Dilma disse que "está mais do que claro que precisamos fazer uma grande reforma do ensino médio, começando pelo currículo". Ela criticou o número excessivo de matérias, 12, e em entrevistas chegou a declarar que, dessa forma, o ensino não atraía o jovem.

BORRACHA Para aliados de Temer, a suspensão da reforma do ensino médio é parte de um pacote mais amplo para "apagar" as realizações do governo do emedebista, que inclui também o fim do teto de gastos e alterações na reforma trabalhista.

NO MEIO... O governo federal prevê para maio o lançamento de um programa especial voltado aos médios produtores rurais, aqueles que se situam entre os pequenos camponeses e os grandes latifundiários. A atenção ao segmento atende à diretriz dada por Lula a seus ministros de ter um foco especial na classe média, urbana ou rural. É um grupo numeroso, que tradicionalmente tem resistências ao PT.

...DO CAMINHO Segundo o ministro do Desenvolvimento Agrário, Paulo Teixeira, a ideia é fazer um "chamamento" para que os agricultores aumentem a produção de alimentos no Brasil. O plano ainda está sendo elaborado, mas deve incluir linhas especiais de financiamento e apoio governamental.

ODDS Representantes de sites de apostas consideram exagerada a estimativa do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, de que a taxação destes jogos possa render R$ 12 bilhões anuais aos cofres do governo. As "bets" mantêm uma projeção mais modesta, de no máximo R$ 6 bilhões. Na semana passada, enviaram ao Ministério da Fazenda um estudo sobre tributação, com base em exemplos de outros países.

TERTIUS O embaixador brasileiro Antônio Guerreiro foi eleito para presidir o MTCR (Regime de Controle de Tecnologia de Mísseis), uma instância de defesa da não-proliferação de armas nucleares. O Brasil sequer estava competindo pela vaga, mas acabou sendo escolhido depois de seis meses de impasse entre os países a favor da Ucrânia e os alinhados à Rússia, com quem está em guerra.

DEVAGAR, DEVAGARINHO Em uma primeira reunião com o presidente do PL, Valdemar Costa Neto, Jair Bolsonaro combinou que começará seu giro pelo país fazendo duas viagens por mês. A ideia é iniciar aos poucos, porque a logística envolvida nos deslocamentos não é simples e exige um preparo prévio.

REDE DE ARRASTO A tendência é que as caravanas se iniciem por SP, estado para o qual já há um número grande de convites. Além disso, há forte interesse da legenda em tentar atrair os prefeitos insatisfeitos do PSDB, partido que dominou a política estadual por quase três décadas, mas encolheu na última eleição.

ESPANAR O PÓ O senador Sergio Moro (União-PR) conseguiu as 27 assinaturas necessárias para desarquivar, em bloco, sete propostas legislativas ligadas ao combate à corrupção. Entre elas a que obriga o presidente a escolher o procurador-geral da República entre os apontados em lista tríplice formada com a votação da categoria.

SEM AMARRAS Neste terceiro mandato, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) tem dito que não pretende respeitar a lista, uma mudança de atitude com relação à de seus governos anteriores. A relação é feita informalmente por membros do Ministério Público e encaminhada ao chefe do Executivo, mas não tem previsão legal.

NA CABEÇA Presidente do PDT do estado de SP, o deputado Márcio Nakashima diz que o apresentador José Luiz Datena filiou-se ao partido para ser candidato a prefeito da capital, e não a vice. "Fomos procurados por ele, e o que temos de encaminhamento é que ele será nosso candidato", diz. Nesta segunda (3), vazou vídeo de uma conversa de Datena com Guilherme Boulos (PSOL), em que ele sugere uma chapa dos dois.

VISITA À FOLHA Christian Gebara, presidente da Vivo, esteve no jornal nesta terça-feira (4). Acompanhavam-no Renato Gasparetto, vice-presidente de Relações Institucionais, Comunicação e Sustentabilidade, Leandro de Freitas, gerente de comunicação, e Alcides Ferreira, sócio da agência Fato Relevante.

com Guilherme Seto e Juliana Braga

GRUPO FOLHA
FOLHA DE S.PAULO ★★★
UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

Redação São Paulo
Al. Barão de Limeira, 425 | Campos Elíseos | 01202-900 | (11) 3224-3222
Ombudsman ombudsman@grupofolha.com.br | 0800-015-9000
Atendimento ao assinante (11) 3224-3090 | 0800-775-8080
Assine a Folha assine.folha.com.br | 0800-015-8000

EDIÇÃO DIGITAL	Digital Ilimitado	Digital Premium
PLANO MENSAL	R$ 29,90	R$ 39,90

EDIÇÃO IMPRESSA	Venda avulsa seg. a sáb.	dom.	Assinatura semestral* Todos os dias
MG, PR, RJ, SP	R$ 6	R$ 9	R$ 942,90
DF, SC	R$ 7	R$ 10	R$ 1.189,90
ES, GO, MT, MS, RS	R$ 7,50	R$ 11	R$ 1.501,90
AL, BA, PE, SE, TO	R$ 11,50	R$ 14	R$ 1.618,90
Outros estados	R$ 12	R$ 15	R$ 2.008,90

*À vista com entrega domiciliar diária. Carga tributária 3,65%

CIRCULAÇÃO DIÁRIA (IVC)
341.327 exemplares (fevereiro de 2023)

Licitação na Alesp teve disputa entre empresas ligadas à vencedora

Fundac, que obteve contrato de R$ 31 milhões com a Assembleia Legislativa de SP, afirma que segue padrões de ética e legalidade

Artur Rodrigues

SÃO PAULO Envolta em suspeitas de desvio e atrasos de salário, a fundação responsável pela TV Alesp acaba de garantir a permanência na Assembleia Legislativa de São Paulo em um processo licitatório que teve a participação de empresas próximas entre si.

A Fundac (Fundação para o Desenvolvimento das Artes e da Comunicação), responsável há mais de uma década pela comunicação da Alesp, venceu pregão em fevereiro para contrato de cerca de R$ 31 milhões por 30 meses.

Neste mês, Ricardo dos Santos Castilho apresentou carta de renúncia da presidência da fundação após a Polícia Civil receber uma denúncia de suspeita de desvio de verbas dos cofres da entidade estimados em R$ 3,5 milhões por meio de uma empresa laranja.

A Fundac mantém contrato com Alesp, TSE (Tribunal Superior Eleitoral), TV Câmara e Prefeitura de São Paulo. No caso da Assembleia, o pregão para a contratação da gestora da TV Alesp teve 13 participantes, mas só 7 deram lances.

Durante o certame, embora o sistema não permita identificar na hora quem está concorrendo, uma das empresas chegou a comentar no chat a existência de "muitos aventureiros inexperientes".

Entre as participantes, a reportagem encontrou empresas que têm ou tiveram ligações com a Fundac ou seus funcionários.

Uma delas é o IPCOM (Instituto Paulista de Comunicação e Cidadania), entidade que, no site da Receita Federal, tem como presidente Roberto Reinhardt Júnior, diretor financeiro da própria Fundac. O instituto afirma que a informação no site está equivocada e será corrigida.

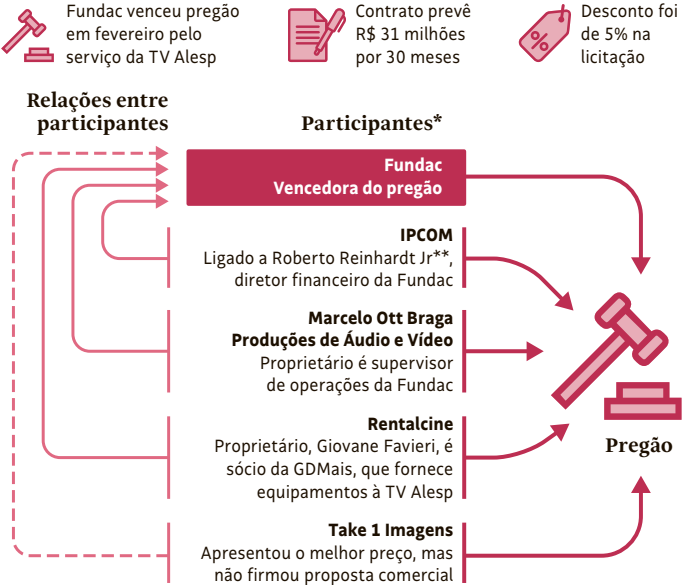
Segundo a entidade, Reinhardt Júnior era diretor financeiro até renunciar em novembro de 2022 —posto que, no site do IPCOM, mantinha até esta segunda-feira (3) e foi alterado após contato da reportagem. O instituto diz que o site estava desatualizado e apresentou renúncia datada do ano passado, mas afirmou que não há necessidade de registro em cartório para esse tipo de carta.

Além do instituto, a empresa Marcelo Ott Braga Produções de Áudio e Vídeo também entrou no certame, mas não fez lance. O proprietário é Marcelo Ottoni Braga, supervisor de operações da Fundac, e a sede da empresa na verdade é uma residência de familiares dele na capital paulista.

Outra empresa que atuou no pregão foi a Rentalcine, que já foi subcontratada da Fundac na Alesp e atua com aluguel de equipamentos cinematográficos. Neste ano, Giovane Favieri, dono da Rentalcine, virou sócio da GDMais, contratada pela Alesp para fornecer equipamentos que são usados pela Fundac na TV.

Quem deu o melhor lance foi a empresa Take 1 Imagens, mas, como não apresentou oficialmente a proposta comercial, a Fundac levou.

O contrato fechado foi apenas R$ 1,6 milhão mais barato que o máximo previsto no edital, ou seja, 4,9% de desconto.

Empresários que participam de licitações do tipo ouvidos informalmente dizem que a presença de empresas com proximidade entre si pode ajudar a manter falsa aparência de competitividade e funciona como uma espécie de seguro contra uma zebra, ou seja, se a favorita perder.

No caso deste contrato, a reportagem ainda ouviu uma avaliação de que a conta entre as exigências e o valor só fecharia se, na prática, não houvesse fiscalização de seu cumprimento. Especialistas consultados afirmaram que seria preciso abrir investigação sobre o caso.

"As licitações públicas visam, através da competitividade entre os licitantes, obter a proposta mais vantajosa por tratamento igualitário entre os participantes. Na medida em que há relações entre as empresas licitantes, é preciso investigar se não estamos diante de uma prática anticompetitiva", diz Pedro Estevam Serrano, professor de direito constitucional da PUC-SP.

O advogado Anderson Medeiros Bonfim, que atua na área de direito administrativo e é doutorando também na PUC-SP, afirma que a ideia é inibir combinações.

"É tão lesiva à licitação a existência de relações entre licitantes que, corrigindo uma omissão da lei de licitações de 1993, a nova lei vedou participar de certames, concorrendo entre si, empresas controladoras, controladas ou coligadas. Há uma lógica que inspira a previsão legislativa: inibir combinações", diz.

Para este ano, há previsão de aumento da verba para divulgação dos trabalhos legislativos na Alesp, o que inclui gastos com a TV. O valor, de R$ 42 milhões, é quase o dobro do que foi utilizado no ano passado, de R$ 24 milhões.

Apesar de ser uma das maiores despesas da Assembleia Legislativa, funcionários da TV Alesp relatam frequentes atrasos nos pagamentos de salários e benefícios.

Entenda a licitação

*Para além dos citados em reportagem, o certame teve um total de 13 participantes
**Consta como presidente do IPCOM na Receita Federal. Instituto diz que ele era diretor financeiro e renunciou no ano passado, antes da licitação

Ex-presidente da Casa afirma que licitação cumpriu a legislação

OUTRO LADO A Alesp, hoje presidida por André do Prado (PL), disse que o contrato foi assinado na gestão anterior e que cabe à Casa "fiscalizar a obediência do contrato e a execução dos serviços".

A assessoria do ex-presidente Carlão Pignatari (PSDB) afirmou que o atual contrato foi firmado antes de suspeitas de irregularidades internas sobre a Fundac serem apresentadas à polícia e que a licitação cumpriu, "rigorosamente, todos os requisitos previstos na lei nº 8.666, com total transparência, bem como atuação dos servidores técnicos efetivos da Casa, sem qualquer questionamento".

A assessoria afirmou que a empresa apresentou a menor proposta e que a fiscalização do contrato cabe ao Departamento de Comunicação.

A Fundac afirmou que "atua regularmente e segue padrões de ética e legalidade". "Todas as licitações são públicas e constam no portal da transparência dos órgãos, desta forma a fundação desconhece qualquer irregularidade. O procedimento licitatório é público e qualquer interessado poderá se manifestar e fiscalizar, não sendo esse o papel da fundação", diz.

Marcelo Braga afirmou que entrou na licitação apenas para acompanhá-la. Já Roberto Reinhardt confirmou a informação sobre a renúncia passada pelo IPCOM.

O IPCOM ainda afirmou que não há qualquer irregularidade. "Primeiro, porque a pessoa jurídica não se confunde com as pessoas físicas que dele participam. Segundo, porque o IPCOM não cobriu nenhum lance da Fundac, não tendo havido, portanto, competição entre essas instituições."

Giovane Favieri, da Rentalcine, disse que a empresa tem "experiencia e qualificação para gerir qualquer emissora de TV pública ou privada" e que no sistema não é possível saber quem está concorrendo.

Casa que seria sede da Marcelo Ott Braga Produções de Áudio e Vídeo
Artur Rodrigues/Folhapress

As licitações públicas visam, através da competitividade entre os licitantes, obter a proposta mais vantajosa por tratamento igualitário entre os participantes. Na medida em que há relações entre as empresas licitantes, é preciso investigar se não estamos diante de uma prática anticompetitiva, em prejuízo do melhor preço

Pedro Estevam Serrano
professor de direito constitucional da PUC-SP

EDP investe R$ 1,1 bilhão em ações e projetos sociais no mundo até 2026

AÇÕES DA EDP PARA EMPODERAR AS COMUNIDADES ONDE ATUA
No Brasil, projetos são desenvolvidos pela EDP Brasil, EDP Renováveis e Instituto EDP

INICIATIVAS

Instituto EDP investiu **R$ 130 mi** em ações socioculturais desde 2008

Só em 2021, foram aplicados **R$ 22,2 mi** em 66 projetos, em nove estados

Empresa **patrocinou reformas** dos museus do Ipiranga e da Língua Portuguesa

Empresa aderiu ao programa **Resgatando a História,** do BNDES

Com a ambição de liderar a transição energética e uma meta global de tornar-se 100% verde até 2030, a EDP, empresa que atua em todas as áreas de negócios do setor elétrico mundial, segue executando sua estratégia de impacto social que tem como foco principal empoderar as comunidades das regiões em que atua.

Dessa forma, a empresa vai investir até 2026 cerca de 200 milhões de euros (cerca de R$ 1,1 bilhão) em projetos sociais que tenham como mote transformar a vida das pessoas por meio de iniciativas de inclusão energética, educação, cultura e que promovam acesso à transição energética justa.

Essas iniciativas do grupo EDP têm uma identidade comum, o EDP Y.E.S. (You Empower Society), marca global e transversal que permite contar uma narrativa integrada sobre os vários projetos sociais, destacando o seu impacto positivo na sociedade.

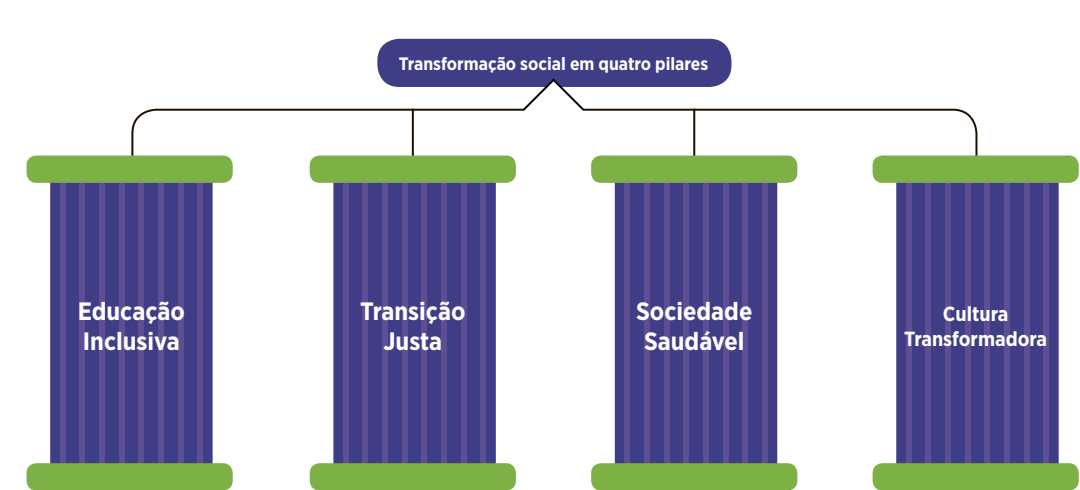
"A partir da nossa estratégia, que tem como base os pilares ESG, elaboramos um plano global de investimentos para combater a pobreza energética e promover mudanças positivas nas comunidades dos 29 países em que atuamos. Estou muito confiante de que nossas iniciativas contribuirão para um mundo cada vez melhor e mais sustentável", afirma Vera Pinto Pereira, membro executivo do Conselho da EDP, CEO da EDP Comercial e presidente da Fundação EDP.

INSTITUTO EDP

O Instituto EDP é o gestor dos investimentos sociais do Grupo EDP no Brasil, atuando como uma plataforma de relacionamento que contribui para inclusão social, qualidade de vida e bem-estar das comunidades onde a EDP atua. As ações são pautadas no desenvolvimento social, cultural e ambiental do país e expressam o reconhecimento da EDP Brasil em relação aos direitos humanos como princípios fundamentais e universais que conduzem o negócio em prol de uma sociedade mais justa e inclusiva.

Em 14 anos de atividades, o Instituto EDP investiu mais de R$ 130 milhões em projetos socioculturais que beneficiaram mais de 3 milhões de pessoas por meio de aproximadamente 450 programas que promovem o acesso à cidadania, à cultura, ao esporte e à educação em todo o Brasil.

Na área educacional, a companhia realiza há mais de 20 anos o programa EDP nas Escolas, que fornece ferramentas para melhorar o aprendizado de alunos do ensino básico de escolas públicas e possibilita capacitação para educadores. A iniciativa está alinhada à BNCC (Base Nacional Comum Curricular) e, segundo diretores de escolas, contribui fortemente com o desempenho educacional, incentiva a leitura e conscientiza a comunidade escolar para o respeito aos valores humanos.

Em 2022, por exemplo, o programa promoveu atividades com realidade virtual em seis escolas indígenas de Mato Grosso, com 430 estudantes. A iniciativa ocorreu em parceria com uma pesquisadora da Universidade Stanford, dos Estados Unidos, com conteúdo produzido pela instituição.

A última edição da iniciativa ocorreu em 48 escolas de 11 estados e beneficia mais de 12 mil alunos. Ao longo de sua história, o programa passou por 851 instituições de ensino, com impactos positivos para 250 mil estudantes e 16 mil professores.

"O objetivo é contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos estudantes do Ensino Básico de escolas públicas, fornecendo ferramentas para o aprendizado dos alunos, inclusive por meio de realidade virtual, aumentando a participação da comunidade escolar e mobilizando parceiros para a causa da educação", explica Vera Pinto Pereira.

QUALIFICAÇÃO E INCLUSÃO

Há sete anos, a EDP Renováveis promove o programa Rural, que atua no desenvolvimento do empreendedorismo rural, com o objetivo de capacitar e fornecer tecnologia para agricultores familiares de comunidades ao redor dos empreendimentos da empresa. Já foram investidos R$ 7 milhões no projeto, beneficiando 26 comunidades e 1.400 produtores. Entre os resultados, estão o aumento da produtividade e da rentabilidade, incentivo ao empreendedorismo e à conservação ambiental e o melhor aproveitamento de recursos naturais.

A EDP Renováveis também realiza o programa Keep it Local, que tem por objetivo fomentar a criação de empregos em zonas rurais. No ano passado, em parceria com o Senai, a companhia ofereceu bolsas de estudo para o curso de Instalador de Sistemas Fotovoltaicos e teve 21 alunos formados. A iniciativa ocorreu em Lajes (RN), um dos principais polos da EDP no Brasil.

Em outubro de 2022, em parceria com a Vestas, indústria de turbinas, a EDP Renováveis organizou uma segunda edição do projeto. Dessa vez, as aulas foram voltadas à capacitação na área de energia eólica. A iniciativa ocorreu em Caiçara do Vento (RN), região que concentra inúmeros empreendimentos eólicos. Os 25 participantes recebem qualificação em instalação, operação e manutenção de sistemas eólicos. Mais de 50% dos participantes eram mulheres, um passo importante no caminho para a paridade de gênero no setor.

A EDP Brasil também tem promovido ações para inclusão e qualificação. O programa Escola de Eletricistas, com turmas afirmativas para mulheres, lançado em 2018, e para pessoas trans, criado em 2021, é pioneiro no setor elétrico e faz parte do compromisso da empresa com o desenvolvimento de ações para a promoção da igualdade de oportunidades entre gêneros e para ampliar a diversidade na companhia.

Até o momento, já foram realizadas sete turmas afirmativas para mulheres, com 90 profissionais formadas e 70% delas contratadas pela EDP Brasil e empresas parceiras. Já as duas primeiras turmas afirmativas para pessoas trans formaram 19 alunos, com a contratação alcançando 73% dos participantes.

CUIDADO COM AS COMUNIDADES E ACESSO À ENERGIA

A atenção às comunidades também faz parte do portfólio de projetos da EDP. Exemplo disso é o Closer2You, realizado pela EDP Renováveis desde 2017 com o objetivo de aumentar a qualidade de vida em comunidades locais, promovendo melhorias em espaços comunitários. Em 2022, o projeto atuou na construção e reforma de 10 cisternas na comunidade de Bom Jesus, assentamento rural localizado no município de Pedro Avelino, no semiárido do estado do Rio Grande do Norte. As cisternas beneficiarão aproximadamente 40 pessoas e possuem capacidade de 16 mil litros de água cada uma, garantindo mais segurança hídrica para a comunidade.

Em parceria com a ONG Litro de Luz e Gerando Falcões, o Instituto EDP implantou um projeto de iluminação pública sustentável na Favela dos Sonhos, em Ferraz de Vasconcelos (SP). Foram instalados 30 postes de energia solar com lâmpadas de LED. Também foram instalados 30 postes de iluminação pública sustentável em comunidades de São Sebastião, no litoral paulista, e mais 60 na comunidade de Jabaeté, em Vila Velha (ES).

PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL

A EDP Brasil atua para contribuir com a preservação do patrimônio histórico brasileiro, pois acredita na arte e na cultura como protagonistas na transformação da sociedade. A companhia foi patrocinadora, por exemplo, da restauração do Museu do Ipiranga, com investimento de R$ 12 milhões, e do Museu da Língua Portuguesa, com investimento de R$ 20 milhões.

A empresa aderiu, ainda, ao programa de match funding Resgatando a História, do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), no qual anunciou investimento via Lei Federal de Incentivo à Cultura de R$ 10 milhões na reforma do Theatro Carlos Gomes (ES), de R$ 2,3 milhões no Circuito Jesuítico (ES), e de R$ 1,6 milhão no Complexo Ferroviário de Taubaté (SP). Essas iniciativas contaram também com a duplicação do valor pelo BNDES.

A partir da nossa estratégia, que tem como base os pilares ESG, elaboramos um plano global de investimentos para combater a pobreza energética e promover mudanças positivas nas comunidades dos 29 países em que atuamos. Estou muito confiante de que nossas iniciativas contribuirão para um mundo cada vez melhor e mais sustentável

VERA PINTO PEREIRA, MEMBRO EXECUTIVO DO CONSELHO DA EDP, CEO DA EDP COMERCIAL E PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO EDP

58% veem Bolsonaro com responsabilidade pelo 8/1, diz Datafolha

Para 39% dos eleitores, ex-presidente não tem culpa pelo ataque golpista que depredou as sedes dos três Poderes

Igor Gielow

SÃO PAULO Principal fato político do ano até aqui, o ataque golpista às sedes dos três Poderes no dia 8 de janeiro teve algum grau de responsabilidade de Jair Bolsonaro (PL) para 58% dos eleitores brasileiros. Desses, 32% veem muita culpa do ex-presidente, e 26%, um pouco.

Segundo pesquisa do Datafolha, outros 39% não veem nenhuma responsabilidade do político pelos atos que estimulou, e 3% não souberam responder. O instituto entrevistou 2.028 eleitores em 126 cidades nos dias 29 e 30 de março. A margem de erro é de dois pontos percentuais, para mais ou menos.

O ato em Brasília foi empreendido por apoiadores de Bolsonaro que negavam sua derrota para Luiz Inácio Lula da Silva (PT), reunidos em um acampamento em frente ao Comando do Exército e reforçados por caravanas vindas de outros estados. O ex-presidente estava em seu exílio voluntário na Flórida, do qual voltou na semana passada.

Maioria acredita que Bolsonaro teve responsabilidade pelos ataques de 8.jan
Em %

51% querem a condenação de Bolsonaro no TSE, enquanto 45% são contra punição
Em %

Fonte: Pesquisa Datafolha realizada presencialmente, com 2.028 pessoas de 16 anos ou mais em 126 municípios pelo Brasil nos dias 29 e 30.mar; a margem de erro é de 2 p.p., para mais ou para menos

O episódio resultou na maior prisão coletiva já realizada na história brasileira, com 1.406 detidos. Hoje, 294 dessas pessoas ainda estão presas por determinação do Supremo Tribunal Federal, que conduz o caso.

A percepção de que Bolsonaro tem muita responsabilidade, contudo, tem caído aos poucos. Em janeiro, logo depois da crise, o Datafolha fez o mesmo questionamento e aferiu 38% o culpando bastante pelo episódio e 17%, vendo um pouco de culpa. Os que o isentavam eram os mesmos 39%.

O caso ficou conhecido como o Capitólio brasileiro, por reproduzir condições a invasão do Congresso americano por apoiadores de Donald Trump inconformados com a validação da vitória do hoje presidente Joe Biden sobre o rival, em 6 de janeiro de 2021. O ex-presidente dos EUA é o ídolo político de Bolsonaro.

Na análise por estratos socioeconômicos, uma curiosidade surge na pesquisa. Uma faixa em que o ex-presidente sempre teve bastante apoio, a dos mais ricos, se divide.

Entre quem ganha de 5 a 10 salários mínimos, o índice de quem vê muita responsabilidade de Bolsonaro no 8/1 é o menor aferido, 26%. Mas logo na faixa seguinte, a dos que ganham mais de 10 salários, a situação é inversa: com 40%, é o grupo que mais culpa Bolsonaro pelo ato golpista.

Já nas outras divisões clássicas de bolsonaristas e petistas, há uma homogeneidade no critério regional, com uma ligeira culpabilização maior de Bolsonaro no Nordeste, fortaleza lulista, e uma mais acentuada visão em favor do ex-presidente entre os evangélicos, um de seus esteios.

Metade dos eleitores querem ex-presidente inelegível pelo TSE

Metade dos eleitores brasileiros quer que Jair Bolsonaro (PL) seja condenado por sua campanha contra as urnas eletrônicas e se torne inelegível por oito anos, conforme prevê a lei. Outros 45% acreditam que ele é inocente e deveria ser poupado pelo TSE (Tribunal Superior Eleitoral).

Para 51% dos entrevistados pelo Datafolha nos dias 29 e 30 de março, a perda dos direitos políticos é a punição mais correta para o ex-presidente, que trabalhou para desacreditar o sistema eleitoral brasileiro mesmo antes de tomar posse, em 2019.

Já 45% acreditam que Bolsonaro deve ser liberado pela Justiça Eleitoral para disputar pleitos.

Não souberam avaliar a questão estimulada pelo Datafolha 4% dos 2.028 ouvidos. A margem de erro da pesquisa é de dois pontos percentuais, para mais ou para menos.

Nos meios políticos e jurídicos, há a avaliação de que o ex-presidente corre grande risco de ser condenado ao menos em 1 das 16 ações que correm contra si no Tribunal Superior Eleitoral. É aquela proposta pelo PDT que coloca no centro da discussão a reunião que Bolsonaro promoveu com embaixadores estrangeiros em julho do ano passado.

No encontro, ele desfiou seu rosário conspiratório contra a segurança das urnas eletrônicas, repassando argumentos falsos que já havia apresentado diversas vezes, como no caso de uma live em que dizia provar a fragilidade do mecanismo utilizado sem registro de problemas graves no Brasil desde que começou a ser usado em 1996.

Esta é a parte mais tangível das ameaças à democracia estimuladas pelo ex-presidente ao longo de seus quatro anos no poder.

Saudosista assumido da ditadura de 1964 e capitão reformado do Exército, sugeriu apoio militar a um autogolpe diversas vezes, só para recuar e dizer que jogava dentro "das quatro linhas da Constituição".

Ao fim, abandonou o país antes do fim do mandato para não passar a faixa a Luiz Inácio Lula da Silva (PT), e seus apoiadores radicalizaram-se até a apoplexia dos atos de 8 de janeiro em Brasília, em que as sedes dos três Poderes foram depredadas.

Bolsonaro, que voltou ao Brasil na semana passada após 89 dias de exílio voluntário na Flórida, diz que não há motivos para ser tornado ilegível. A avaliação sobre o destino desejado ao ex-presidente segue o padrão de seu apoio no eleitorado. A defesa da punição é maior entre mulheres e os mais pobres, enquanto homens pró e contra a condenação empatam e os mais ricos, defendem liberar Bolsonaro.

Moraes dá lição de moral em reunião com deputados

Thaísa Oliveira e Cézar Feitoza

Alexandre de Moraes (à dir.) com os deputados distritais Hermeto, Chico Vigilante e Wellington Luiz Silvio Abdon/CLDF

BRASÍLIA A reunião do ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Alexandre de Moraes com a Câmara Legislativa do Distrito Federal teve lição de moral do magistrado contra a tese de apagão no dia 8 de janeiro, menção à acusação de comunista feita por radicais e mal-estar a respeito do acampamento em frente ao quartel-general do Exército.

Uma comitiva de deputados distritais foi ao STF no dia 29 de março pedir para que o ministro compartilhasse as provas obtidas pela corte com a CPI dos Atos Antidemocráticos, aberta pela Câmara Legislativa do DF em fevereiro.

O encontro foi considerado crucial pelos parlamentares pelo fato de Moraes ter concordado em compartilhar as informações que não exigirem sigilo.

De acordo com relatos feitos à **Folha**, a agenda do encontro acabou sendo encerrada depois que a deputada distrital Paula Belmonte (Cidadania) saiu em defesa de pessoas que participaram do acampamento no QG do Exército a favor de um golpe contra a vitória de Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Moraes reagiu de forma enfática, de acordo com pessoas que estavam presentes ao encontro.

O ministro disse ser crime pedir o fim do Estado democrático de Direito e que aqueles que acamparem de novo em frente a quartéis pedindo intervenção militar devem ser presos.

Antes da agenda, parlamentares de oposição ao governador Ibaneis Rocha (MDB) faziam piadas justamente a respeito da fama combativa do ministro e diziam que o encontro já teria sido bom se nenhum dos colegas saísse de lá preso.

Moraes, segundo relatos, também divertiu os distritais quando contou que presos pelo ataque às sedes dos três Poderes argumentaram estarem na capital federal em 8 de janeiro para rezar nos "montes".

> Ele [Moraes] falou do inocente útil. É aquele cidadão que foi para lá recrutado, não sabia nem mais ou menos, mas vai ser punido
>
> **Hermeto (MDB-DF)**
> deputado distrital e policial militar

Nesse momento, dizem, o magistrado gesticulou e fez questão de destacar que a capital está no planalto —e não nos montes— e rebateu a justificativa dada para a presença de apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) em Brasília na data.

De acordo com pessoas presentes, o ministro —indicado por Michel Temer (MDB) ao STF— também fez graça ao contar que foi criticado pela esquerda quando era secretário da Segurança Pública de São Paulo e que agora é tachado de comunista pela direita.

Moraes arrancou elogios de integrantes de diferentes partidos pela prestatividade e o bom humor —um dia depois, muitos ainda repetiam uma de suas falas de que um segredo entre duas pessoas só é mantido se ambas tiverem algo a perder.

"Eu quero ressaltar aqui de forma pública a maneira cortês, por que não dizer, muito urbana, com que o ministro... Até o carinho que teve com todos nós", disse o presidente da CPI, Chico Vigilante (PT), em 30 de março, contando que os parlamentares foram recebidos por Moraes na porta do gabinete.

Outros momentos da reunião fechada também escaparam na última sessão da CPI.

Parlamentares contaram que o ministro rebateu a fala do relator da comissão, o deputado e policial militar Hermeto (MDB), de que o ataque às sedes dos três Poderes foi resultado de um apagão generalizado nos governos federal e do DF.

"Ele [Moraes] falou: 'Eu no comando de uma operação dessas, com 50 homens do choque, com os escudos, com o armamento à altura do que precisaria ali, não teriam acontecido aqueles atos'", contou Vigilante na CPI após refletir se o ministro havia pedido segredo sobre alguma parte da reunião.

Hermeto também relembrou a fala de Moraes durante depoimento no dia 30. "Realmente, 50 homens bem preparados e tal... Mas a Polícia Militar sempre trabalha com o fator surpresa, ou não, deputado Chico Vigilante?", disse Hermeto, justificando sua posição.

"O ministro Alexandre de Moraes foi muito solícito com esta CPI. Eu achei muito interessante. Inclusive ele disse que até acompanha a CPI, quando pode. Ele falou do inocente útil. É aquele cidadão que foi para lá recrutado, não sabia nem mais ou menos, mas vai ser punido", afirmou Hermeto.

Segundo relatos, Moraes também elogiou a colaboração do Exército com as investigações e a postura do Superior Tribunal Militar por não ter se oposto à decisão de levar ao STF o julgamento dos militares que participaram do ataque às sedes dos três Poderes.

O ministro foi questionado pelos deputados distritais sobre o número de seguranças do próprio Supremo no dia 8 de janeiro. Segundo relatos, Moraes justificou que havia a informação de que o acesso à Esplanada dos Ministérios estaria fechado e disse que a corte não tem policiais de choque.

Procurada pela reportagem, Paula Belmonte negou mal-estar com o ministro. A assessoria de imprensa da deputada disse que ela é a favor da liberdade de manifestação, contra generalizações, e insiste na posição de que nem todos que estavam acampados participaram do ataque às instituições.

PGR pede rejeição de denúncia dela mesma contra Lira

BRASÍLIA A PGR (Procuradoria-Geral da República) voltou atrás e pediu nesta terça (4) ao STF (Supremo Tribunal Federal) a rejeição de uma denúncia que ela mesma havia apresentado contra o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL).

O caso representa uma das principais pendências judiciais contra Lira, em que o deputado é acusado de corrupção após um ex-assessor ter sido flagrado transportando R$ 106,4 mil em dinheiro vivo.

A denúncia recebeu aval do Supremo em 2019, mas o processo pouco andou desde então. Em 2020, o ministro Dias Toffoli pediu vista (mais tempo para análise) e a ação foi paralisada.

Agora, a vice-procuradora geral da República Lindôra Araújo pediu a retirada da denúncia citando a ausência de justa causa, com ressalva em hipótese de surgimento de novas provas.

Lindôra citou como argumento a nova legislação do pacote anticrime, sancionada em 2019, e o novo entendimento do STF sobre a insuficiência de depoimentos de delatores que não estejam acompanhados de elementos de comprovação para sustentar a abertura de ação penal.

A Procuradoria havia concluído que o dinheiro transportado consistia em um pagamento feito a Lira por Francisco Colombo, então presidente da estatal CBTU (Companhia Brasileira de Trens Urbanos).

O Ministério Público usou na acusação delação do doleiro Alberto Youssef para estabelecer o elo do dirigente com Lira. Francisco Colombo morreu em 2014.

Lindôra sustentou que Youssef narrou fatos, em sua maioria, em "ouviu dizer" ou assim interpretou.

O caso é decisivo para definir impedimento para que o presidente da Câmara assuma a Presidência na ausência dos titulares.

Constança Rezende

Reforma tributária, se bem feita, trará benefícios para a saúde

Setor de dispositivos e equipamentos médicos aposta em novo modelo tributário para elevar sua competitividade e inserir-se nas cadeias internacionais de valor

A Reforma Tributária abre oportunidade para o setor de equipamentos médico-hospitalares do Brasil decolar. As promessas de o novo sistema trazer segurança jurídica, simplificação e tratamento diferenciado para a área da Saúde se traduzem em maior competitividade e inovação. Para a ABIMED (Associação Brasileira da Indústria de Tecnologia para a Saúde), o resultado seria investimentos e impulso para o setor consolidar-se como hub de produção para a América Latina e conectar-se às cadeias internacionais de valor.

O provérbio "o diabo mora nos detalhes", porém, tem sido repetido pelas 200 empresas associadas da entidade, que representam 65% desse mercado. A atual tributação é sinônimo de pesadelo, mas o projeto final do Ministério da Fazenda ainda não foi apresentado e há grande expectativa sobre quando e como virá à tona. O governo já definiu que a proposta será apresentada pelo grupo de trabalho da Câmara dos Deputados. De qualquer forma, tópicos cruciais serão definidos em leis complementares, depois da aprovação da reforma, causa inquietações.

"Uma reforma modernizante, que traga segurança jurídica sobre a questão tributária, abre um corredor de oportunidades para o setor tornar-se mais competitivo e atrair investimentos", diz Fernando Silveira Filho, presidente-executivo da ABIMED. "Mas serão as leis complementares que definirão os principais tópicos."

O projeto do Ministério da Fazenda deve unificar quatro tributos no novo IBS (Imposto sobre Bens e Serviços): o estadual ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) e os federais IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) e PIS/Cofins. Há chances de o ISS (Imposto sobre Serviços) entrar nessa equação.

O IBS teria alíquota uniforme para todos os setores e eliminaria subsídios que hoje distorcem a competição entre empresas no país. Também unificaria as 27 diferentes leis estaduais sobre o ICMS e acabaria com a incidência de tributos em cascata sobre a produção.

Só esses passos trariam uma imensa simplificação para as empresas do setor, que hoje observam 110 diferentes arranjos tributários relativos ao ICMS, IPI e PIS/Cofins.

Entretanto, há o risco de a reforma onerar ainda mais segmentos do setor de tecnologia médica e não reconhecer o princípio da "essencialidade" da área da saúde. Em outras palavras: não incluir alíquotas reduzidas de IBS.

Em linha com outras entidades, a ABIMED defende que as alíquotas do IBS para a Saúde sejam convergentes às praticadas pela OCDE (Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico), que concentra os países mais desenvolvidos. No Brasil, o setor brasileiro de tecnologia médica tem carga tributária média de 27%, no seu segmento industrial, e de 32%, no comercial.

Dados da OCDE de 2018 mostram que 28 dos 35 países-membros que adotam o imposto sobre valor agregado concedem reduções ou isenções para a área da Saúde. Desse grupo, 11 diminuem substancialmente as alíquotas para equipamentos médico-hospitalares, que não superam os 12%. Entre eles, a Austrália, o Canadá e a Irlanda as mantêm em zero.

"Entendo que a reforma não pode onerar os setores da saúde em nenhuma hipótese. É preciso lembrar que a ONU destaca a área da Saúde, especialmente o nosso setor, como driver do crescimento econômico", diz Silveira.

Segundo ele, há potencial para a consolidação de cadeias de produção, e as políticas públicas do atual governo estão orientadas para a ampliação das exportações de bens e serviços de saúde. O Brasil é candidato natural a responder pela América Latina, mas a atual tributação tem sido um sério empecilho e favorecido investimentos em outros países, como China e Índia.

Como polo latino-americano, o Brasil usufruiria dos benefícios de incorporar mais tecnologia avançada e inovação, reduzir os custos da saúde pública e privada e dar maior vazão à qualificação de trabalhadores –uma marca da área de tecnologia médica. As empresas do setor acumulam 81 mil produtos registrados na Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária), o que representa uma chancela de seu compromisso com a inovação e os padrões rigorosos de produção, segundo Silveira.

Estudo da LCA Consultores encomendado pela ABIMED concluiu que cada R$ 1 investido em tecnologia para a saúde gerou R$ 1,50 de impacto positivo no PIB. Para a população, trata-se de melhoria do bem-estar, com redução de internações, de cirurgias e da taxa de mortalidade intra-hospitalar. Para a economia, a expansão do setor de tecnologia médica já representou R$ 13,8 bilhões a mais no PIB do país entre 2009 e 2019.

"A ausência da premissa da essencialidade da saúde na reforma significará o maior golpe no setor", diz Patricia Frossard Piteri, vice-presidente do Conselho de Administração da ABIMED e líder da Philips no Brasil, que fabrica no país equipamentos sofisticados de diagnóstico por imagens e oferece software de prontuário hospitalar.

Frossard explica que, todo ano, a matriz da Philips estuda onde novas linhas de produção serão alocadas. Um dos limites de sua argumentação em favor do Brasil está na tributação. "Com uma reforma que considere a essencialidade da saúde, o país entrará novamente no mapa da Philips e de outros investidores."

O cenário para a reforma tributária traz outras zonas cinzentas. Uma delas é o período de transição até a adoção completa do IBS –algo entre seis e dez anos. Silveira pondera que os quadros econômicos global e nacional podem se alterar nesse longo período e forçar novas mudanças na tributação. Também adverte que os preços relativos de bens e serviços do setor podem acabar onerados.

Há ainda dúvidas sobre a promessa do governo de desonerar a folha de pagamentos em uma segunda etapa da reforma. Para Frossard, será preciso cuidar do tema logo no início da transição para o IBS e afastar o risco de compensar essa medida com a criação de outros tributos. Do contrário, as políticas de atração de investimentos e de inserção do país no mapa mundial da produção industrial serão inócuas.

Resta ainda um cenário pior pela frente: de a reforma não ser aprovada. "O Brasil continuaria a ser um país subdesenvolvido da América Latina, com baixa competitividade. Mas confio na capacidade negociadora do governo", avalia Frossard.

INCERTEZAS E PROPOSTAS PARA A REFORMA TRIBUTÁRIA

Indústria de tecnologia para a saúde fabrica aparelhos, equipamentos, materiais e sistemas de uso e aplicação médica, odontológica e laboratorial para a prevenção, diagnóstico, tratamento e reabilitação

RESULTADOS DO SETOR NO BRASIL
(dados de 2021)

Consumo de equipamentos médico-hospitalares
US$ 10 bilhões

Valor total da produção nacional
US$ 5,8 bilhões

Empregos gerados
174 mil

Déficit na balança comercial do setor
US$ 4,2 bilhões

Total de equipamentos em uso no país
2,4 milhões

Produtos e serviços registrados na Anvisa
81 mil

CARGA TRIBUTÁRIA DO SETOR HOJE

	%
Industrial	27%
Comercial	32%

COMO É A TRIBUTAÇÃO DO SETOR NOS PAÍSES DA OCDE

28 dos 36 países aplicam o IVA e dão tratamento diferenciado para a Saúde. 11 reduzem as alíquotas para equipamentos médico-hospitalares

País	Alíquota base (%)	Alíquota reduzida (%)
Austrália	10	0
Bélgica	21	6
Canadá	5	0
Eslováquia	20	10
Espanha	21	4
Grécia	24	6
Irlanda	23	0
Letônia	21	12
Lituânia	21	5
Luxemburgo	17	3
Turquia	18	8

INCERTEZAS QUE PREOCUPAM

Promessa:	Unificar diferentes tributos no IBS, com alíquota única, sem alterar a atual carga tributária	Compensar créditos tributários de cada etapa da produção	Depois de dois anos de testes, 1 oitavo dos atuais tributos será substituído pelo IBS anualmente ao longo de 8 anos	Desonerar a folha de pagamentos em uma segunda etapa da reforma	Mesma taxação aos bens e serviços importados que a dos nacionais e favorecer as exportações	Definir os tópicos nevrálgicos do IBS depois da sua aprovação pelo Congresso, por meio de leis complementares
Preocupação:	Aumento da carga tributária em segmentos do setor	Acúmulo dos créditos de ICMS ainda não pagos; eficácia do sistema	Impacto nos preços relativos de produtos e serviços; elevação dos custos com contabilidade; mudanças nas regras por impacto dos quadros nacional e global	Postergação dessa pauta por seu impacto na Previdência Social; criação de novo tributo sobre o faturamento	Preservação de benefícios tributários aos importados, como atualmente, e não desonerar totalmente as exportações	Ausência de parâmetros para avaliar os resultados da reforma; potencial perda de competitividade
O que o setor quer:	Não incremento das alíquotas e cargas do setor e alíquotas progressivamente menores ao longo do período de transição	Clareza sobre como o crédito será efetivamente compensado	Redução do período de transição; maior certeza contra mudança nas regras	Maior rapidez na formulação de proposta; desoneração sem oneração por outra via	Maior clareza sobre a aplicação do princípio constitucional de isonomia	Antecipação dos principais tópicos das leis complementares

COMO CHEGAMOS AQUI?

Em outubro de 2021, um militar que assessorava o então ministro Bento Albuquerque (Minas e Energia) tentou desembarcar no Brasil após viagem à Arábia Saudita com um estojo de joias, que seriam presentes do governo saudita para o então presidente Jair Bolsonaro (PL). Como não tinham sido declarados, os artigos de luxo foram apreendidos pela Receita Federal. Depois disso, o governo tentou por diversas vezes recuperar as joias, avaliadas em R$ 16,5 milhões. A Polícia Federal investiga o caso.

FOLHA EXPLICA

Bolsonaro será ouvido nesta quarta pela PF sobre joias; entenda o caso

Tenente-coronel Mauro Cid, ajudante de ordens de ex-presidente, também será interrogado

O ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) acena para apoiadores após voltar ao Brasil Gabriela Biló - 30.mar.23/Folhapress

BRASÍLIA A Polícia Federal agendou para esta quarta-feira (5) os depoimentos de Jair Bolsonaro (PL) e de seu ajudantes de ordens na Presidência, o tenente-coronel do Exército Mauro Cid, sobre as joias recebidas de autoridades da Arábia Saudita em outubro de 2021.

Bolsonaro e Cid serão interrogados sobre as tentativas de reaver as joias, avaliadas em R$ 16,5 milhões. Como mostrou a **Folha**, o ex-mandatário chegou a discutir o assunto com o então chefe da Receita Federal Julio Cesar Vieira Gomes em dezembro passado.

*

Para quem seriam os artigos trazidos em 2021?
Segundo o ex-ministro Bento Albuquerque disse à **Folha**, seriam presentes do governo da Arábia Saudita a Jair Bolsonaro e à ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro e que iriam compor o acervo histórico da Presidência.

O ex-titular de Minas e Energia afirmou ser praxe a troca de presentes em eventos internacionais envolvendo dois países. Como o ex-mandatário e esposa não compareceram, a comitiva trouxe as caixas dadas como presente pelo governo saudita.

O que diz Michelle?
Em rede social, sem mais explicações, Michelle negou ser a destinatária das joias e ironizou: "Quer dizer que 'eu tenho tudo isso' e não estava sabendo? Meu Deus! Vocês vão longe mesmo hein?! Estou rindo da falta de cabimento".

O que diz Bolsonaro?
O ex-presidente disse, inicialmente, não ter pedido nem recebido qualquer tipo de presente em joias do governo da Arábia Saudita. "Eu agora estou sendo crucificado no Brasil por um presente que não recebi. Vi em alguns jornais de forma maldosa dizendo que eu tentei trazer joias ilegais para o Brasil. Não existe isso".

Ele acrescentou também: "Eu estava no Brasil quando esse presente foi ofertado lá nos Emirados Árabes [na verdade, foi na Arábia Saudita] para o ministro das Minas e Energia. O assessor dele trouxe em um avião de carreira e ficou na alfândega, eu não fiquei sabendo".

Segundo Bolsonaro, dois ou três dias depois, a Presidência notificou a alfândega de que as peças deveriam ir para um acervo. "Poderia, no meu entender, a alfândega ter entregue. Iria para o acervo, seria entregue à primeira-dama. E o que diz a legislação? Ela poderia usar, não poderia desfazer-se daquilo".

Ele falou mais sobre o caso?
Na quinta-feira (30), após desembarcar dos Estados Unidos, Bolsonaro afirmou à rádio Jovem Pan que recebeu presentes de elevado valor da Arábia Saudita por causa da relação de amizade que construiu com esse país.

O ex-presidente reconheceu pela primeira vez que as joias vindas eram para a ex-primeira-dama e que ele tentou reavê-las. No entanto, ressaltou que "não foi na mão grande".

"Entregamos ali o primeiro conjunto que chegou na Presidência. Cadastrei. E, tentando recuperar o outro conjunto da Michelle, foi via ofício, não foi na mão grande", afirmou.

Todos os presentes sauditas foram retidos pela Receita?
Não. Um dos supostos presentes enviados pelo governo da Arábia Saudita por intermédio do ex-ministro de Minas e Energia passou a compor o acervo pessoal de Bolsonaro em novembro de 2022.

Esse segundo pacote, que inclui relógio, caneta, abotoaduras, anel e um tipo de rosário, todos da marca suíça Chopard e supostamente destinados a Bolsonaro, estava na bagagem de um dos integrantes da comitiva ministerial e não foi interceptado. Não há estimativa ou avaliação de valores desse outro lote de joias.

Ainda não se sabe por qual motivo a Receita reteve somente parte das joias.

Quem estava na viagem à Arábia Saudita?
A comitiva era formada pelo ex-ministro Bento Albuquerque e pelos assessores Marcos André dos Santos Soeiro e Christian Vargas. Bolsonaro estava no Brasil — no dia 25 de outubro de 2021, ele participou de um almoço na Embaixada da Arábia Saudita.

O que foi apreendido?
Um par de brincos, um anel, um colar e um relógio, confeccionados com pedras preciosas, bem como um enfeite em forma de cavalo com adornos dourados. Os itens estavam na bagagem de Soeiro, então assessor do à época ministro.

O que dizem os assessores?
Soeiro não se manifestou sobre o caso. Vargas afirma ter retornado ao Brasil carregando apenas artigos pessoais e que, ao desembarcar no aeroporto de Guarulhos, não portava itens oferecidos como presentes oficiais.

O que o ex-ministro alega?
Ao jornal O Estado de S. Paulo Bento Albuquerque disse que a remessa retida pela Receita era um presente para Michelle, mas afirmou desconhecer o conteúdo do estojo de joias. Procurado posteriormente pela **Folha**, negou que sua equipe tenha tentado trazer presentes caros destinados a Bolsonaro e a Michelle.

Por que os itens foram apreendidos pela Receita?
Pelas regras em vigor, bens adquiridos no exterior que tenham valor superior a US$ 1.000 (pouco mais de R$ 5.000) precisam ser declarados à Receita na entrada no Brasil. Quando ultrapassam esse valor, eles estão sujeitos à cobrança do Imposto de Importação, que é de 50% sobre o excedente.

Como não houve declaração, o órgão apreendeu os bens e exigiu o pagamento do imposto, oferecendo a opção de o Ministério de Minas e Energia pleitear formalmente o reconhecimento da condição dos bens como propriedade da União — o que destravaria os itens sem a necessidade do pagamento.

Especialistas de integrantes do Fisco ouvidos pela **Folha** dizem que o mais aconselhável é o despacho por transportadora, ou pela própria companhia aérea, como serviço de transporte. O material seria então encaminhado para a alfândega brasileira acompanhado do respectivo "conhecimento de transporte".

Qual é o valor dos itens? Quem fez essa avaliação?
O valor das joias, de 3 milhões de euros (cerca de R$ 16,5 milhões), foi estimado pela equipe de auditores da Receita e iria embasar a oferta no leilão. Essa avaliação revisou o preço inicial previsto pelos fiscais — que, no ato de apreensão das joias, chegaram a estimar em cerca de US$ 1 milhão.

O que diz a lei sobre o recebimento de presentes pelo presidente?
Entendimento fixado pelo Tribunal de Contas da União desde 2016 considera que o recebimento de presentes contraria os princípios da moralidade e razoabilidade e que os objetos devem ser considerados como bens públicos, a exceção de itens de uso pessoal ou de caráter personalíssimo.

Quais providências o governo Bolsonaro adotou?
Segundo documentos divulgados por ex-integrantes do da gestão passada, o ministério tentou, entre outubro e novembro de 2021, reaver as joias alegando que elas seriam analisadas para incorporação "ao acervo privado do Presidente da República ou ao acervo público da Presidência da República". Segundo o jornal O Estado de S. Paulo, as investidas para tentar liberar os itens valiosos continuaram em 2022, sem sucesso.

Bolsonaro se empenhou na liberação das peças?
Sim. O ex-presidente e o então chefe da Receita Julio Cesar Vieira Gomes conversaram por telefone em dezembro sobre a liberação das joias.

Pessoas com conhecimento do episódio confirmaram a ocorrência da ligação, o que indica participação direta do então presidente na tentativa de liberação do material.

Há divergência apenas sobre de quem teria partido a ligação, se de Bolsonaro para Julio Cesar ou o contrário.

Isso contradiz a versão que o ex-presidente apresentou nos Estados Unidos, quando tentou se desvincular do caso, dizendo não ter ficado sabendo dos presentes barrados na alfândega e negando tentativa de trazê-los de forma ilegal.

Quais os desdobramentos do caso?
Além do TCU, investigações foram instauradas em diferentes instâncias. Após solicitação do ministro da Justiça e Segurança Pública de Lula, Flávio Dino, a Polícia Federal abriu inquérito. A apuração está a cargo da superintendência em São Paulo.

O Ministério Público Federal abriu uma apuração a pedido da Receita.

No âmbito do governo federal, a Controladoria-Geral da União instaurou uma investigação preliminar com o objetivo de coletar elementos para análise de fatos sobre a conduta de servidores.

Adversários políticos de Bolsonaro passaram a levantar suspeitas de corrupção. O senador Omar Aziz (PSD-AM), por exemplo, disse ver "fortes indícios de propina" na entrega das joias.

Diante do desgaste de Bolsonaro no episódio, a Comissão de Transparência e Fiscalização do Senado passou a apurar a venda de uma refinaria na Bahia, em 2021, para um fundo de investimentos dos Emirados Árabes. O país não foi visitado pela comitiva em 2021, mas Aziz falou na hipótese de uma "operação cruzada".

Quais as providências da PF?
Além de levantar informações junto a outros órgãos, os investigadores já colheram uma série de depoimentos. O ex-ministro Bento Albuquerque, por exemplo, mudou sua versão sobre o segundo estojo de joias recebido em viagem à Arábia Saudita, em 2021, e afirmou que esse conjunto foi trazido ao Brasil naquela ocasião em sua bagagem.

Albuquerque afirmou que, da mesma forma que o conjunto da marca suíça Chopard de R$ 16,5 milhões apreendido na mala de seu auxiliar, "apenas supôs" serem presentes para Bolsonaro e a primeira-dama Michelle, já que ambos tinham sido convidados para a viagem.

Ex-presidente devolve 3º kit de joias recebido da Arábia Saudita

A defesa de Jair Bolsonaro (PL) entregou nesta terça-feira (4) em uma agência da Caixa Econômica Federal em Brasília o terceiro kit de joias recebido da Arábia Saudita. A providência atende a uma determinação do TCU (Tribunal de Contas da União). Composto por um relógio da marca Rolex, abotoaduras, um anel em ouro branco, uma caneta da marca Chopard e um tipo de rosário, esse estojo é similar ao que foi entregue pelos advogados do ex-mandatário no dia 24 de março. Bolsonaro recebeu o estojo quando visitou a Arábia Saudita em outubro de 2019. O pacote passou a compor seu acervo privado no mês seguinte.

Relação da Arábia Saudita com Brasil sob Bolsonaro

Visita presidencial
Bolsonaro visitou a Arábia Saudita uma vez, em outubro de 2019, semanas após afirmar, na ONU, que sua gestão aprofundaria as relações com parceiros asiáticos, incluindo aquele país do Oriente Médio

'Quase irmão'
No encontro, ele disse ter "certa afinidade" e que se sentiu "quase irmão" do príncipe Mohammed bin Salman, acuisado de desrespeitar os direitos humanos no seu país e de ter ordenado a morte de um jornalista nas dependências da embaixada saudita na Turquia

Parceria comercial
As importações brasileiras de produtos da Arábia Saudita atingiram recorde em 2022, último ano da gestão Bolsonaro. Foram US$ 5,3 bilhões, valor mais alto em série histórica do governo com informações a partir de 1997. O recorde anterior era US$ 3,3 bilhões (2014). Petróleo e fertilizantes são os principais produtos importados

Missões de governo Segundo levantamento de adversários de Bolsonaro no Congresso Nacional com base em dados do Portal da Transparência do governo, foram realizadas mais de 150 missões de autoridades brasileiras ao pais do Oriente Médio de 2019 a 2022. Entre elas está a comitiva à Arábia Saudita comandada pelo então ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, que retornou ao Brasil com os artigos de luxo na bagagem oferecidos pelos sauditas

Convite frustrado
Bolsonaro convidou o príncipe herdeiro Mohammed bin Salman para vir ao Brasil em março do ano passado, mas a visita não se concretizou

CGU recua e restabelece diretoria contra desvios

Setor que investiga mau uso do dinheiro público havia sido rebaixado a coordenadoria, o que gerou protestos de servidores

José Marques

BRASÍLIA A CGU (Controladoria-Geral da União) restabelecerá a Diretoria de Operações Especiais, que promove investigações de combate a desvios e mau uso de recursos públicos, depois de ter rebaixado o setor a uma coordenação dentro de um gabinete.

O recuo se dá após reportagem da **Folha** apontar que funcionários estavam insatisfeitos com a mudança e se queixavam de que o tema tinha sido colocado em segundo plano pela CGU.

O órgão diz que a demanda pela manutenção da área como diretoria existe desde janeiro, feita pelos servidores do setor, e agora foi atendida.

Antes do rebaixamento, a Diretoria de Operações Especiais era localizada na Secretaria de Combate à Corrupção, que foi extinta e teve a maior parte das atribuições repassada para a Secretaria de Integridade Privada.

Um dos motivos para o rebaixamento a coordenação foram mudanças feitas na estrutura da CGU, a exemplo da criação da Secretaria Nacional de Informação, sem o aumento dos custos do órgão.

Com o retorno da Diretoria de Operações Especiais, ela ficará dentro da Secretaria Federal de Controle. Terá duas coordenações sob o seu guarda-chuva, que irão acompanhar o trabalho.

As operações especiais, que a CGU costuma fazer em parceria com órgãos como Polícia Federal e Ministério Público, têm o objetivo de combater irregularidades e má aplicação de recursos públicos.

A própria CGU calcula que essas operações apuraram desde 2003 um prejuízo total de R$ 6 bilhões em desvios de recursos públicos.

O anúncio da diretoria foi feito a servidores da CGU em videoconferência, na quarta-feira passada (29), com o ministro Vinícius de Carvalho e a número dois do órgão, a secretária-executiva Vânia Vieira.

Na reunião, cujo áudio foi obtido pela **Folha**, Vânia diz que servidores já vinham pedindo a eles para "reavaliar a questão da Coordenação de Operações Especiais e elevá-la ao status de diretoria".

"A gente, desde esse momento, começou a trabalhar nessa perspectiva, e fazendo essa ginástica toda [na estrutura da CGU] para a gente poder recriar a Diretoria de Operações Especiais", afirmou.

Após a apresentação aos servidores sobre mudanças estruturais na Controladoria, os dois abriram espaço para responder a perguntas.

A primeira, lida por Vinícius, foi sobre "o fato de que não teria repercutido bem entre muitos servidores da casa a eliminação da Secretaria de Combate à Corrupção e a eliminação de vocábulos como transparência e corrupção do nome das secretarias".

Ele se queixou das reclamações e defendeu as mudanças que fez no órgão, como a criação da Secretaria de Integridade Privada, que incentiva boas práticas no setor privado para prevenir irregularidades.

O ministro afirmou que o órgão trabalha com o conceito de "enfrentamento à corrupção", que inclui tanto prevenção como combate ostensivo.

"Eu não consigo entender como é que alguém pode achar, depois do que a gente fez ao longo desses dois, três meses aqui, com a Lei de Acesso à Informação, que a gente não está investindo em prevenção da corrupção, que a gente não está investindo em transparência", disse.

"Depois de 64 mil casos de sigilo nos últimos quatro anos, gente?", questionou.

"Isso não é uma prova muito maior da nossa vontade, do nosso espírito público, da intensidade com a gente estar se dedicando a esse projeto, do que uma suposta mensagem negativa que teria decorrido de uma mudança de nome, da 'transparência' sair do nome da secretaria e entrar o nome 'integridade pública'?".

Procurada, a CGU confirmou a mudança o status do setor responsável pelas operações especiais. Em nota, disse que essa mudança é "parte dos esforços do órgão para continuar fortalecendo as ações de enfrentamento à corrupção".

"A mudança [...] atende a uma demanda apresentada por parte dos servidores no início do ano e, conforme compromisso então assumido pela atual gestão, será atendida agora quando está sendo finalizada a revisão, iniciada ainda em janeiro, de toda a estrutura administrativa".

A CGU diz ainda que receberá outros ajustes, e que "o fato de a área de Operações Especiais estar, durante esse período, com o status de Coordenação Geral e não Diretoria em nada impactou a sua atuação junto à PF: somente nesses primeiros meses foram realizadas 8 operações especiais conjuntas com montante envolvido de R$ 462 milhões e prejuízo potencial de R$ 45 milhões."

Em entrevista à **Folha** em fevereiro, um mês após assumir o cargo, Carvalho afirmou que pretendia levar o órgão a retomar papel relevante na aplicação da Lei Anticorrupção e fazer um balanço dos dez anos de vigência dessa lei.

"A política de combate à corrupção não pode ser esquecida, deixada de lado. Mas não pode ser feita ao arrepio do Estado de Direito, porque daí o combate à corrupção se corrompe, e a gente entra num ciclo infinito de instrumentalização do combate à corrupção pela agenda política. E isso não pode mais acontecer no país", afirmou na ocasião.

Durante o governo Jair Bolsonaro, a controladoria foi criticada, entre outras coisas, por manter sob sigilo diversos documentos considerados de interesse público e por dificultar a aplicação da Lei de Acesso à Informação.

Arranjo para dar dinheiro ao Congresso dribla Supremo

Ministros aguardam orientação da articulação política para utilizar verbas

Thiago Resende

BRASÍLIA O arranjo desenhado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) para negociações políticas com o Congresso prevê que dinheiro dos ministérios seja usado como se fosse emenda parlamentar —em um drible à decisão do STF (Supremo Tribunal Federal) que proibiu o pagamento das chamadas emendas de relator.

A **Folha** revelou na segunda-feira (3) que, após herdar R$ 9,8 bilhões com o fim das emendas de relator, o governo criou um novo mecanismo para destinar verbas ao Congresso e ampliar sua base de apoio. Também estabeleceu que, para gastar o dinheiro, os ministérios deverão seguir orientação da articulação política do Palácio do Planalto.

O governo chegou a colocar um carimbo específico (código A4) nesses recursos, para formalizar e organizar os pagamentos.

Esse dinheiro foi dividido entre sete ministérios indicados pelo relator do Orçamento de 2023, senador Marcelo Castro (MDB-PI). O acordo político envolveu as cúpulas da Câmara e do Senado e foi chancelado por Lula. Assim, o relator manteve a influência sobre uma parcela bilionária do Orçamento.

As emendas de relator foram a principal moeda de troca entre o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e o Congresso.

Agora, além da criação do novo código para o dinheiro que será enviado ao Legislativo, cada órgão deverá observar "diretrizes e procedimentos a serem estabelecidos pela Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República [de Alexandre Padilha, responsável pelas negociações com o Congresso e liberação de emendas] quanto à destinação e execução" da verba, diz uma portaria publicada em março.

A ideia é detalhar como os ministérios poderão usar o dinheiro e determinar como irão divulgar os nomes de quem apadrinhou o envio de dinheiro —seja deputado, senador ou até mesmo prefeito.

A rubrica A4 também facilitará que o Planalto opere e monitore os repasses feitos por intermédio de parlamentares ou grupos políticos. Nas negociações de Bolsonaro, as emendas de relator também tinham um código (RP9).

Os atos do governo formalizam a participação do Planalto na operação montada para manter o Congresso com o controle da fatia bilionária que teria em 2023 se não fosse a decisão do Supremo.

A Secretaria de Relações Institucionais diz que, como ainda não houve nenhum gasto dessa quantia de R$ 9,8 bilhões, "não se pode afirmar [...] que houve distribuição nem execução desses recursos, ainda mais sem a transparência adequada, o que atesta o cumprimento dos compromissos assumidos" por Lula na campanha, quando ele atacou a falta de transparência das emendas de relator.

Segundo integrantes do governo, o petista teve que cumprir um acordo político com o Congresso após o fim das emendas de relator, e ir contra a vontade dos parlamentares criaria mais barreiras para Lula formar uma base aliada.

Nos três anos finais de seu governo, Bolsonaro permitiu que o Congresso tivesse mais poder sobre gastos por meio das emendas de relator, o que ampliou o seu apoio parlamentar. Quem ocupava a função de relator do Orçamento incluía despesas que, na prática, atendiam a interesses de aliados das cúpulas da Câmara e do Senado.

Em dezembro, por 6 votos a 5, o STF decidiu que omitir a lista de parlamentares beneficiados por essas emendas era inconstitucional, e foram proibidas mudanças feitas pelo relator para expandir despesas públicas.

Antes do julgamento, o relator Marcelo Castro já havia previsto quais ministérios receberiam os R$ 19,4 bilhões reservados para emendas de relator neste ano.

Num acordo entre os líderes do centrão e interlocutores de Lula, chancelado em dezembro, quase metade (R$ 9,6 bilhões) foi redirecionado para ampliar as emendas individuais, aquelas que todos os deputados e senadores têm direito.

O restante (R$ 9,8 bilhões) foi para o caixa de ministérios do governo. Embora não seja formalmente emenda parlamentar, essa quantia tem sido tratada como tal.

Padilha fecha acordo para análise de MPs

O ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, disse nesta terça (4) que governo e Legislativo chegaram a acordo para instalar na próxima semana quatro comissões mistas —com deputados e senadores— que vão apreciar medidas provisórias enviadas pelo governo Lula (PT). Na lista estão as MPs de recriação de ministérios, de instituição do novo Bolsa Família e do novo Minha Casa, Minha Vida e a que muda a regras do Carf (Conselho Administrativo de Recursos Federais).

Das emendas à verba extra

De 2020 a 2022 Bolsonaro deu aval para que o Congresso tivesse mais poder sobre gastos do Orçamento. Isso ocorreu por meio das emendas de relator

19.dez.22 STF declara que emendas de relator são inconstitucionais

20.dez.22 Centrão e Lula fecham acordo para dividir os R$ 19,4 bilhões que iriam para as emendas de relator em 2023: R$ 9,6 bilhões vão para as emendas individuais e R$ 9,8 bilhões, para ministérios

22.dez.22 Congresso aprova o Orçamento de 2023 e coloca trava para que Lula não possa remanejar os R$ 9,8 bi

Fev.23 Governo cria código específico para a verba, que não pode ser movimentada sem o aval do Congresso

Mar.23 Portaria do governo diz que pastas devem aguardar orientação do ministro Alexandre Padilha (Relações Institucionais) sobre como serão aplicados os recursos

Lula é apresentado a generais, e Marinha tem 1ª almirante negra

Cézar Feitoza

BRASÍLIA O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) participou nesta terça (4) da cerimônia de cumprimentos aos oficiais-generais recém-promovidos. A solenidade, apesar de tradicional, marcou um momento em que o petista e os comandos das Forças Armadas ensaiam uma reaproximação, após período conturbado em que os militares misturaram-se à política na esteira do bolsonarismo.

O evento, no Palácio do Planalto, é o primeiro de uma série que o Exército prepara para este mês, com a expectativa de que Lula participe de alguns deles. Ele deve participar da comemoração do Dia do Exército em 19 de abril, e um almoço com os generais do Alto Comando da Força também deve acontecer.

No período da transição de governo militares receavam que Lula pudesse encampar a ideia que cresceu no PT, em 2016, de alterar os critérios de promoção de oficiais.

Lula, porém, emitiu o recado, por meio de interlocutores, de que queria apenas despolitizar as Forças Armadas e buscar aproximação aumentando investimentos em projetos estratégicos de defesa.

O sistema de promoção é semelhante em cada uma das Forças Armadas, com variações em nomenclaturas e números de oficiais-generais.

Nesta terça, a Marinha promoveu a almirante sua terceira mulher —a primeira negra na história da Força. A almirante médica Maria Cecília Barbosa da Silva Conceição alcançou o cargo após decisão do Almirantado e ocupará a diretoria do Departamento de Saúde do Ministério da Defesa.

Antes de Maria Cecília, a primeira mulher a alcançar o posto de almirante —a cúpula da Marinha— foi a médica Dalva Maria Carvalho Mendes, em 2012. Ela entrou na Marinha em 1981, ano que a Força permitiu o ingresso de mulheres.

Em 2018, foi promovida ao posto de contra-almirante a engenheira Luciana Mascarenhas da Costa Marroni.

"Agora foi a minha vez. Acredito que daqui para frente outras almirantes vão surgir porque nos quadros já entra grande número de mulheres", disse Maria Cecília à **Folha**. "Eu acho que isso [a promoção] tem que ser um estímulo para que mais mulheres entrem nas Forças Armadas, porque elas podem atingir até o posto mais alto. As mulheres só começaram a ingressar na Marinha em 1981 e, a partir de agora, deve se tornar cada vez mais natural que nós consigamos atingir os altos níveis, estes postos de almirante".

O Exército foi o último a permitir que mulheres participassem de cursos preparatórios para o generalato, e a previsão é que as primeiras alcancem o posto em 2027.

O caminho ao generalato leva décadas e depende de vários fatores. As promoções ao longo da carreira são determinadas por antiguidade, mérito, escolha específica e, em tempos de guerra, bravura.

O grosso da tropa, contudo, está nos escalões inferiores, que vão de soldado até subo-ficial e somam quase 85% do efetivo da Força. Ali os critérios de promoção são mais automáticos.

Um oficial bem-sucedido pode ter uma carreira de cerca de 40 anos. O atual comandante do Exército, Tomás Paiva, por exemplo, entrou no Exército na Aman em 1975, formou-se na turma de 1981 e só chegou ao generalato em 2011.

Ele recebeu a quarta estrela no ombro em 2019 e passou à reserva em janeiro deste ano, após ser nomeado comandante do Exército —alcançando o período máximo de 12 anos que oficiais-generais podem permanecer na ativa antes de ir à reserva.

Todos os anos, em duas ou três ocasiões, há reuniões do Alto Comando do Exército, da Aeronáutica e do Almirantado para determinar quem será promovido nos três níveis do generalato. Aqui, diferentemente da carreira de oficiais que se estende do aspirante ao coronel, há sempre considerações políticas envolvidas, além dos méritos.

Como em toda corporação, há grupos de oficiais com mais afinidade, usualmente aqueles que trabalharam juntos em relação de subordinação.

O ramo do Exército escolhido ("arma", no jargão) importa em especial nos oficiais combatentes: cadetes formados na Infantaria, Cavalaria e Artilharia tendem a se aglutinar.

Quando ocorrem as promoções, toda a escala se mexe. Se abre uma vaga de quatro estrelas, por antiguidade, a disputa por ela será dada entre os generais de três estrelas usualmente de uma turma abaixo —pode haver variações.

Será então escolhido sempre o militar da turma mais antiga. Se ele for mais moderno, ou seja, com menos tempo de caserna e idade que os colegas, isso geralmente empurra os outros para a reserva —já que eles teoricamente já estão no limite usual de quatro anos para cada posto do generalato.

Há filigranas que causam variações, não raras vezes. Na Marinha, por exemplo, só há um quatro estrelas fuzileiro naval por vez, então eles manobram para ficar mais tempo como duas e três estrelas, aumentando o número daqueles que poderão disputar a vaga no topo.

No Exército, há casos em que o comandante recém-nomeado é mais antigo que um general do Alto Comando. É o caso de Tomás Paiva, que foi escolhido para o cargo e não empurrou diretamente para a reserva seu colega de turma mais antigo Valério Trindade Stumpf, chefe do Estado-Maior do Exército. Stumpf, porém, passará à inatividade ainda no início de abril.

Ante um sistema intricado de promoções, mesmo com abertura para decisões políticas, os militares costumam não ficar satisfeitos quando um presidente decide nomear um oficial-general mais moderno para o cargo de comandante da Força.

Na prática, a escolha por um oficial de turma mais recente causa um efeito dominó, com a ida de todos os mais antigos à reserva.

Foi por isso que o ministro da Defesa, José Múcio Monteiro, decidiu que escolheria somente os oficiais-generais mais antigos de cada Força para chefiá-las —tratava-se de um gesto político de não interferência na caserna.

Na Marinha, ganhou a quarta estrela, topo da hierarquia, o agora almirante de esquadra Eduardo Vazquez. Considerado por colegas como um oficial bastante bolsonarista, sua indicação para promoção colocou um dilema para Lula.

Sua confirmação, contudo, mostra que a política de Múcio de apaziguamento com as Forças falou mais alto.

Por decreto de Bolsonaro (PL), há, em 2023, 149 oficiais-generais no Exército (15 de quatro estrelas, 48 de três, 86 com duas), 87 na Marinha (8 com quatro estrelas, 26 com duas, 53 de três) e 85 na Aeronáutica (8 de quatro estrelas, 25 com três, 52 de duas).

Colaborou Igor Gielow, de São Paulo

O presidente na cerimônia de apresentação de oficiais-generais recém-promovidos, no Palácio do Planalto Pedro Ladeira/Folhapress

Fátima Meira/Futura Press/Folhapress

> Foi a minha vez. Daqui para frente outras vão surgir, porque nos quadros já entra grande número de mulheres

Maria Cecília Barbosa da Silva Conceição
nova almirante da Marinha brasileira, a primeira negra

Os Cem Dias de 2023 e os de 2019

Com Bolsonaro, caíram dois ministros e Bebianno avisou

Elio Gaspari

Jornalista, autor de cinco volumes sobre a história do regime militar, entre eles "A Ditadura Encurralada".

Na próxima semana Lula chegará aos cem dias de governo. Como fazem quase todos os governos, a data será comemorada com promessas e propaganda. Contudo, a melhor comemoração desses cem dias está na comparação do mesmo período com os de seu antecessor.

Nos primeiros cem dias de Bolsonaro, foram demitidos dois ministros.

Primeiro caiu o secretário-geral da Presidência, Gustavo Bebianno. Esse advogado carioca ligara-se ao capitão quando todos os bolsonaristas cabiam numa Kombi. Em fevereiro de 2019, ele foi atropelado por intrigas do círculo familiar do presidente e saiu arrependido: "Tenho vergonha de ter acreditado nele. É uma pessoa louca, um perigo para o Brasil". Bebianno morreu meses depois, aos 59 anos, entristecido.

O segundo ministro a cair, perto da marca dos cem dias, foi Ricardo Vélez, da Educação. Personagem pitoresco, teria sido recomendado pelo escritor Olavo de Carvalho, guru do bolsonarismo. Pouco depois de assumir, Vélez disse que "o brasileiro viajando é um canibal. Rouba coisas dos hotéis, rouba o assento salva-vidas do avião". Antes mesmo dos cem dias, Olavo de Carvalho informava: "E eu sou o guru dessa porcaria. Eu não sou o guru de merda nenhuma".

Competindo com as excentricidades de Vélez, o primeiro chanceler de Bolsonaro, o diplomata Ernesto Araújo, assumiu falando grego e tupi durante o discurso de posse. Inaugurando a prática das caneladas na China, ele dizia que "lembrar-se da pátria, não é lembrar-se da ordem liberal internacional, não é lembrar-se da ordem global. (...) Vamos escutar menos a CNN e mais Raul Seixas". Tempos depois o doutor diria que "sejamos pária". Conseguiu.

Bolsonaro chegou ao Planalto querendo forjar um novo tipo de relação com os militares. Saudando o antigo comandante do Exército, general Eduardo Villas Bôas, mostrou o cabo do revólver: "Meu muito obrigado, comandante Villas Bôas. O que nós já conversamos morrerá entre nós. O senhor é um dos responsáveis por estar aqui. Muito obrigado, mais uma vez". Semanas depois, mostrou o cano: "Democracia só existe se as Forças Armadas quiserem".

Os primeiros meses de Bolsonaro serviram para que seus colaboradores e aliados distribuíssem utopias. O superministro da Economia, Paulo Guedes, prometia reformas que salvariam o país dos "piratas privados, burocratas corruptos e criaturas do pântano político se associaram contra o povo brasileiro".

Wilson Witzel, um juiz desconhecido que havia sido eleito governador do Rio de Janeiro na onda bolsonarista de 2018, prometia severidade na defesa da ordem: "A Lei Antiterrorismo pode dar penas de 50 anos, em estabelecimentos prisionais destacados, longe da civilização. Precisamos ter a nossa Guantánamo". Em 2021, a Assembleia do Rio retirou-o do cargo, aceitando as denúncias de corrupção que arruinaram seu governo. (Ecoando conversas, o prefeito do Rio, Marcelo Crivella, defendia a abertura de cassinos na cidade.)

Nos primeiros cem dias de seu governo, Bolsonaro fez pelo menos 82 afirmações falsas. Além disso, escanteou o vice-presidente, general Hamilton Mourão, transferindo seu gabinete para um anexo do Planalto. Durante o Carnaval, postou um vídeo escatológico.

Isso tudo antes da chegada do vírus da Covid.

| DOM. Elio Gaspari, Celso Rocha de Barros | SEG. Camila Rocha, Angela Alonso | TER. Joel Pinheiro da Fonseca | QUA. Elio Gaspari | **QUI. Conrado H. Mendes** | SEX. Reinaldo Azevedo | SÁB. Demétrio Magnoli

Dino fala em múltiplos indícios de ação de Torres contra eleitores de Lula no 2º turno

Raquel Lopes

BRASÍLIA O ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino, falou em "múltiplos indícios" da ação do ex-ministro da Justiça Anderson Torres contra eleitores de Lula no segundo turno da eleição presidencial do ano passado.

A Polícia Federal apura uma viagem do então ministro à Bahia na época —a informação foi publicada pelo jornal O Globo. Na ocasião, Torres teria pedido à PF que atuasse com a PRF (Polícia Rodoviária Federal) nas rodovias.

A PRF é suspeita de atuação política em favor do então presidente Jair Bolsonaro (PL) por causa da realização de blitze no transporte público de eleitores, principalmente no Nordeste, região onde o agora presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) tinha ampla vantagem nas pesquisas.

A PRF está sendo investigada tanto pela atuação no dia da votação do segundo turno quanto na desmobilização das manifestações antidemocráticas que bloquearam estradas.

Segundo Flávio Dino, desde janeiro há indícios de elaboração de relatórios, viagens e comandos para interferir no segundo turno e tentar favorecer a eleição de Bolsonaro.

"Há múltiplos indícios de elaboração de relatórios, viagens, comandos, de determinações administrativas. E temos um indício muito eloquente, o fato ocorreu: no dia 31 de outubro [na verdade, 30] houve essas ditas operações atípicas", disse em entrevista para o canal do YouTube de Marco Antonio Villa, veiculada nesta terça-feira (4).

A apuração sobre a realização de blitze da PRF, solicitada à Polícia Federal pelo MPF (Ministério Público Federal) no Distrito Federal, mira o ex-diretor-geral da corporação Silvinei Vasques.

Seu afastamento já havia sido pedido pelo MPF no Rio de Janeiro por uso indevido do cargo ao fazer campanha para Bolsonaro nas redes sociais.

Vasques se tornou réu ao ser notificado do processo, que pede ainda sua condenação pela prática dolosa de improbidade administrativa.

No dia 30 de outubro, o domingo de eleição, a PRF realizou centenas de blitze. As ações aconteceram mesmo após Alexandre de Moraes ter proibir a realização de operação contra veículos utilizados no transporte de eleitores.

Moraes afirmou que o descumprimento da decisão poderia acarretar a responsabilização criminal dos diretores da corporação.

A despeito da decisão, a PRF já tinha realizado 514 ações de fiscalização contra ônibus até as 12h35 do dia da eleição. Àquela altura, o número de abordagens no segundo turno já era 70% maior do que na primeira etapa do pleito.

As blitze foram montadas sob orientação de Vasques, por meio de um ofício expedido na madrugada do dia 30. O Nordeste concentrou quase metade das operações.

Vasques disse que as operações miravam somente motoristas que dirigiam ônibus com irregularidades segundo o Código de Trânsito.

A equipe de transição de Lula identificou liberação de recursos atípica para a PRF na reta final das eleições. Foram gastos em novembro, R$ 6 milhões em operações, contra R$ 3,9 milhões em outubro.

mundo

O ex-presidente dos EUA Donald Trump é cercado por policiais ao chegar a tribunal em Manhattan Ed Jones/AFP

Trump vira 1º ex-presidente dos EUA réu em caso criminal e alega inocência

Republicano responde por 34 acusações de falsificação, que podem levar a 136 anos de prisão

Thiago Amâncio

WASHINGTON Donald Trump adicionou mais um marco de ineditismo à sua carreira política nesta terça (4), quando se tornou o primeiro ex-presidente dos Estados Unidos réu por uma acusação criminal, feito que soma à lista de ter sido a primeira pessoa eleita à cadeira máxima do país sem experiência anterior em cargo público e o primeiro a ser alvo de um processo de impeachment na Câmara duas vezes.

No mais recente ato de sua pré-campanha para a Casa Branca no ano que vem, o republicano deixou a Trump Tower por volta das 13h no horário local, ergueu o punho, em gesto que faz desde que assumiu a Presidência, em 2017, e foi à corte no sul da ilha de Manhattan abarrotada de jornalistas e apoiadores.

No jargão americano, para ser detido após "se entregar" à Justiça, o que significa que foi fichado pela polícia e ouviu as acusações de que é alvo no caso que envolve a compra do silêncio de três pessoas durante a eleição de 2016.

Duas delas são mulheres que alegam ter tido um affair com ele, a atriz pornô Stormy Daniels e a ex-modelo da Playboy Karen McDougal, segundo a imprensa americana. Daniels recebeu US$ 130 mil (R$ 659 mil) e McDougal, US$ 150 mil (R$ 761,4 mil). A terceira pessoa, que recebeu US$ 30 mil, é um porteiro da Trump Tower que afirmava que o republicano teve um filho fora do casamento. Eles teriam recebido o dinheiro de advogados do então candidato, e os gastos foram lançados como "despesas jurídicas", o que seria uma maquiagem de gastos de campanha, segundo investigações.

"Indo para o sul de Manhattan, o tribunal. Parece tão SURREAL —UAU, vão ME PRENDER. Não posso acreditar que isso está acontecendo na América. MAGA [sigla em inglês para 'faça a América grandiosa de novo', o slogan do republicano]!", publicou Trump em sua rede social, a Truth, a caminho da corte.

Por volta das 15h30 (no horário de Brasília), Trump entrou no salão do tribunal e ouviu 34 acusações pelo crime de falsificação de registros comerciais. Cada uma delas, que envolvem o lançamento de registros de 11 cheques de Trump para reembolsar o advogado, tem pena máxima de 4 anos, 136 no total.

Ele negou todas elas. Como não envolve um caso com violência, ele não ficou preso e foi liberado na sequência.

Os trâmites no tribunal não foram transmitidos ao vivo, mas o juiz Juan Merchan permitiu que fotógrafos fizessem algumas imagens do processo. Outra imagem poderia ter

Republicano ergue punho ao sair da Trump Tower em direção ao tribunal Carlos Barria/Reuters

entrado para a história, mas, segundo a imprensa americana, não foi feita: sua foto de frente e de perfil como suspeito, depois de um debate sobre se seria mesmo necessário, uma vez que Trump é figura conhecida. A primeira audiência do processo deve acontecer em 4 de dezembro.

Trump já arrecadou US$ 8 milhões (R$ 40,6 milhões) em doações de apoiadores desde que o indiciamento veio a público, na última semana, segundo a equipe do republicano. O ex-presidente passou parte da segunda-feira compartilhando em sua rede social pesquisas que o apontavam como favorito à indicação de seu partido, com mais de 20 pontos percentuais à frente do governador da Flórida, Ron DeSantis.

A dúvida é se a acusação a um ano e meio da próxima eleição vai de fato ajudar Trump na campanha, como ele deseja. Pesquisa da CNN americana divulgada na segunda-feira (3) apontou que 60% dos americanos aprovam o indiciamento. Apesar disso, 76% afirmam que a decisão da Justiça teve algum componente político — sendo que, para 52%, a política ocupou um espaço central.

Do lado de fora do tribunal, trumpistas conhecidos foram prestar apoio ao ex-presidente, como os deputados Marjorie Taylor-Greene e George Santos, filho de brasileiros investigado após mentir sobre diferentes aspectos de sua vida e sua carreira durante a campanha.

Escândalos sexuais não são novidade na política americana, muito menos no Salão Oval. O democrata Bill Clinton chegou a mentir sob juramento ao negar ter tido relações sexuais com uma estagiária da Casa Branca e, embora tenha sofrido um impeachment na Câmara —barrado no Senado—, deixou o mandato com 66% de aprovação, quase o dobro dos 34% de Trump ao fim de seu governo.

O republicano também batalha contra o andamento de outro processo, na Geórgia, que pode levá-lo ao banco dos réus por tentativa de interferência na eleição que perdeu para Biden no estado em 2020.

O que pode causar mais dor de cabeça seria a investigação sobre sua participação no ataque ao Capitólio, em 6 de janeiro de 2021. A 14ª Emenda da Constituição americana proíbe que participantes de insurreições ocupem cargos públicos. O Comitê da Câmara recomendou que o Departamento de Justiça indicie Trump por insurreição, mas não está claro se isso deve acontecer.

Político acusa promotores de interferir em pleito

No primeiro discurso público após se tornar o primeiro ex-presidente dos Estados Unidos réu por uma acusação criminal, Donald Trump voltou a se defender das acusações alegando que a promotoria de Nova York age de maneira política e tentou se proteger de outras investigações criminais de que é alvo.

Trump falou na noite desta terça a um auditório lotado em seu resort em Mar-a-Lago, na Flórida, após voltar de Nova York. "Nunca imaginei que algo assim aconteceria nos EUA. O único crime que cometi é defender sem medo nossa nação", afirmou.

O ex-presidente atacou o promotor do caso, Alvin Bragg, e o chamou de criminoso por vazar informações da investigação. Também atacou o juiz do caso, Juan Merchan, e citou até a filha do magistrado, que, segundo ele, trabalhou na campanha de Kamala Harris.

Trump citou ainda outras investigações que avançam e que podem indiciá-lo. Ele chamou de "farsa das caixas" a investigação que apura os documentos ultrassecretos que levou da Presidência para sua casa na Flórida e chamou de "ilegal e inconstitucional" a operação do FBI que aprendeu os documentos em Mar-a-Lago.

Trump aproveitou para abrir fogo contra Biden, citando a inflação recorde do país, o que chamou de "fronteiras abertas" que permitem a entrada de imigrantes em situação irregular no país e a retirada de tropas do Afeganistão, considerada desastrosa. Afirmou que, sob Biden, "uma Terceira Guerra Mundial nuclear pode acontecer".

Suborno envolve atriz pornô, modelo da Playboy e porteiro

WASHINGTON A acusação que colocou Donald Trump como o primeiro ex-presidente dos Estados Unidos no banco dos réus vai além da compra de silêncio da atriz pornô Stormy Daniels e envolve pagamentos a outras duas pessoas durante a campanha de 2016: uma ex-capa da Playboy e até um porteiro que dizia ter muita história para contar do então candidato.

Os detalhes do processo contra Trump vieram à tona nesta terça-feira (4), quando ele se tornou oficialmente réu por 34 acusações de falsificação de registros comerciais. Na acusação formal contra o ex-presidente, o promotor Alvin Bragg disse que Trump "falsificou repetida e fraudulentamente registros comerciais em Nova York para ocultar conduta criminosa que escondia dos eleitores informações prejudiciais durante a eleição presidencial de 2016", resumiu, ao afirmar que os envolvidos violaram leis eleitorais.

Todo o caso envolve o tabloide National Enquirer, vendido em supermercados. Em uma reunião na Trump Tower em agosto de 2015, quando o empresário anunciou que se candidataria à Casa Branca, David Pecker, editor-executivo da American Media Inc. (AMI) —proprietária do tabloide à época— concordou em ficar de "olhos e ouvidos" abertos durante a campanha para notícias que pudessem prejudicar Trump, segundo a acusação.

Meses depois, no fim do mesmo ano, o National Enquirer descobriu que um porteiro da Trump Tower estava tentando vender informações sobre um filho que Trump teria tido fora do casamento. A editora então comprou a história com exclusividade por US$ 30 mil para impedir sua divulgação. Segundo a promotoria, Pecker falsificou o lançamento do pagamento em seus registros comerciais. A revista, mais tarde, concluiu que a história era falsa, mas o então advogado de Trump,

A atriz pornô Stormy Daniels
Fabrizio Bensch - 11.out.18/Reuters

Michael Cohen, instruiu a editora a não liberar o porteiro do acordo realizado até que passassem as eleições.

No ano seguinte, em junho de 2016, o tabloide descobriu que uma mulher alegava ter tido um caso com Trump anos antes, segundo a acusação — que não traz o nome de Karen McDougal, ex-modelo da Playboy. Pecker então pagou US$ 150 mil (R$ 761,4 mil) à modelo, diz a promotoria.

Uma conversa em áudio de setembro daquele ano, pouco antes da eleição, mostra Trump e Cohen discutindo a melhor maneira de fazer o pagamento. Dias depois, a AMI falsamente "vendeu" a história para uma empresa fantasma criada por Cohen, no que seria uma maquiagem do pagamento.

O último caso é o da atriz pornô Stormy Daniels, em um acordo fechado em um momento ruim da campanha, quando foi divulgado vídeo de Trump dizendo que agarrava mulheres "pela vagina". Preocupados com a imagem de Trump no eleitorado feminino, um editor da AMI avisou a chefia da empresa sobre uma nova mulher que alegava ter tido um caso com Trump enquanto ele era casado. A editora avisou Cohen, que fez um acordo, sob ordem de Trump, para pagar a Daniels US$ 130 mil. **TA**

Bandeira da Finlândia é hasteada pela primeira vez na sede da Otan, em Bruxelas Kenzo Tribouillard/AFP

Adesão da Finlândia dobra fronteira entre Otan e Rússia

Expansão da aliança causada pela Guerra da Ucrânia é derrota de Putin, que promete contramedidas

Igor Gielow

SÃO PAULO A Finlândia tornou-se nesta terça (4) o 31º membro da Otan, a aliança militar fundada pelos EUA com seus aliados para conter o avanço da antiga União Soviética na Europa. Setenta e quatro anos depois, segue sua expansão devido à ameaça do Estado sucessor do império comunista, a Rússia de Vladimir Putin.

O ingresso do país é uma derrota estratégica para Putin, que invadiu a Ucrânia há um ano, iniciando um terremoto na arquitetura de segurança mundial. Um ponto central do "casus belli" do Kremlin era evitar que Kiev entrasse na Otan, o que permitiria o posicionamento de forças hostis junto à fronteira russa.

"Hoje é um dia histórico. O presidente Putin foi à guerra contra a Ucrânia com o objetivo declarado de ter menos Otan. Está ganhando o oposto", disse o secretário-geral da aliança, Jens Stoltenberg. A adesão foi consumada com a entrega de sua documentação pelo chanceler finlandês, Pekka Haavisto, ao colega americano Antony Blinken, representante de quem manda no grupo, em Bruxelas.

Até aqui, a Rússia tinha 1.215 km de fronteira com cinco países do bloco, ou 6% do seu total de contato com o mundo por terra. Agora, isso mais que dobra com os 1.340 km russo-finlandeses agregados.

Moscou reagiu com agressividade. O ministro da Defesa, Serguei Choigu, disse que a adesão amplia o risco de o "conflito se expandir", e o porta-voz de Putin, Dmitri Peskov, afirmou que "é um novo agravamento da situação, um ataque à nossa segurança que nos obriga a tomar contramedidas".

Na prática, não há muito o que o Kremlin possa fazer além de reposicionar tropas e armamentos, dado que a adesão garante à Finlândia o acesso ao artigo 5º da carta da Otan: se um membro for atacado, todos o defendem. Terceira Guerra Mundial, em outras palavras.

Os finlandeses ainda mantiveram uma trava de segurança, aprovando o acesso desde que armas nucleares não sejam postadas em seu território. Isso dito, a entrada coroa um processo de união de uma aliança vista como quase morta —de resto, um efeito que a invasão teve no Ocidente, apesar de ampliar as divisões da Guerra Fria 2.0, com China e Rússia do outro lado, além de países que buscam neutralidade.

O presidente dos EUA, Joe Biden, disse estar "orgulhoso" da adesão, elogiada de forma óbvia pelo ucraniano Volodimir Zelenski. Para o líder finlandês, Sauli Niinistö, seu país "entra em uma nova era".

Veja a expansão da Otan ao longo dos anos

O movimento, contudo, evidenciou fraturas internas da Otan: a Turquia, último país a aprovar em Parlamento o ingresso finlandês, ainda veta a adesão da Suécia à aliança, assim como a Hungria.

País mais poderoso militarmente, o vizinho nórdico fez o pedido de entrada junto à Finlândia em julho passado, mas os turcos resistem à adesão por exigirem que Estocolmo entregue os opositores do governo de Recep Tayyip Erdogan que abriga em exílio. Para piorar a crise, a extrema direita sueca, cuja franja partidária integra o governo, promove atos periódicos de islamofobia aberta para provocar os turcos.

Já os húngaros, que, assim como os turcos, têm boas relações com Putin, queixam-se das críticas suecas ao governo autocrático de Viktor Orbán. Ambos os países foram os últimos a aprovar a entrada da Finlândia em seus Parlamentos, mas o caso de Budapeste parece ser de mais fácil solução.

Já o de Ancara deverá ser resolvido com o tempo, caso Erdogan assegure a reeleição em maio e a entrega de mais caças F-16 dos EUA para recompor sua frota. Stoltenberg foi otimista, dizendo que "a Suécia será membro permanente", e os EUA pediram que turcos e húngaros cedam logo. Mas o impasse mostra que nem tudo é a união fraterna pintada em discursos oficiais.

Entre os nórdicos, por outro lado, há consenso estabelecido. Tanto que, mesmo sem Suécia na Otan, Finlândia e os outros dois países da região que integram o clube, Dinamarca e Noruega, firmaram um acordo inédito unificando suas Forças Aéreas para melhor reagir às ameaças russas. Não é impossível a replicação desse movimento entre membros menos poderosos militarmente do continente.

Isso dito, a Finlândia agrega uma fronteira que já viu muito combate contra os russos, os mais recentes em 1940 e entre 1941 e 1944, quando Helsinque estava aliada à Alemanha nazista —os conflitos terminaram com os nórdicos perdendo cerca de 10% de seu território e legando uma política de neutralidade que durou toda a Guerra Fria e os anos da "pax americana" seguinte.

Em termos militares, a Finlândia acrescenta Forças Armadas pequenas —quase 20 mil pessoas em fardas. Mas elas são bem equipadas, e a posição geográfica é a joia de sua coroa —ou um pesadelo, a depender do ponto de vista.

A expansão da Otan a leste, denunciada por Putin e quase toda a elite russa, é um fato inescapável. Em 1999, a aliança passou a absorver antigos países comunistas.

Em 2004, fez sua grande jogada ao englobar sete países ex-comunistas, três dos quais ex-integrantes da União Soviética (Lituânia, Letônia e Estônia). Putin, já no poder, sentiu-se traído pelo não cumprimento de uma promessa nunca registrada em papel e até negada posteriormente pelo último presidente soviético, Mikhail Gorbatchov (1931-2022), de que a antiga esfera do império seria intocada pela Otan.

Novo suposto espião russo no Brasil fez negócio com a Marinha

Bruna Fantti e Italo Nogueira

RIO DE JANEIRO Apontado como um espião russo no Brasil pela Grécia, segundo a imprensa europeia, o homem que dizia ser Gerhard Daniel Campos Wittich emitiu seu primeiro documento brasileiro em fevereiro de 2016.

Dois anos depois, ele fundou uma empresa de impressão 3D no Rio de Janeiro que recebeu R$ 27 mil de órgãos do governo federal entre 2020 e 2022 para a realização de serviços gráficos.

O principal cliente dele no governo federal foi a Marinha. Em 2020, o Centro Tecnológico do Corpo de Fuzileiros Navais fez três encomendas à empresa que somaram R$ 14,3 mil. A Polícia do Exército também solicitou uma imagem de 80 cm de uma cobra, mascote da unidade, por R$ 3.500. O maior pedido foi feito pelo Ministério da Cultura: 500 batoques para rolos de película cinematográfica por R$ 8.500.

A Marinha afirmou, em nota, que "adquiriu serviços ocasionais relativos a suprimentos para impressão na empresa 3D Rio durante as operações de enfrentamento à Covid-19". "Os produtos adquiridos, portanto, não comprometeram o sigilo e a segurança das operações da Marinha."

A 3D Rio funciona no centro da cidade, a alguns metros da sede do consulado americano. Ela segue funcionando, mas há apreensão entre os funcionários sobre a continuidade da firma desde o sumiço de seu dono. De acordo com as informações publicadas pelo jornal The Guardian, ele é casado com Irina Romanova Chmirev, também identificada como uma espiã russa que atuava na Grécia.

Ambos desapareceram no início do ano de seus locais de moradia, deixando para trás namorados, amigos e funcionários que fizeram e contrataram durante o período em que viveram nesses locais.

O homem que se apresentava como Wittich dizia ser brasileiro com ascendência austríaca, tendo sido criado em Viena, o que seria a razão do forte sotaque. Ele viajou à Malásia no início de janeiro para, em tese, fazer um curso de impressão 3D. Depois, não deu mais notícias.

Caso confirmada a atuação do empresário como espião, esse será o segundo caso de um agente russo usando uma identidade brasileira. Serguei Vladimirovich Tcherkasov está preso na carceragem da Polícia Federal em São Paulo sob acusação de falsidade ideológica. Ele foi condenado a 15 anos de prisão.

TODA MÍDIA | Nelson de Sá
nelson.sa@grupofolha.com.br

Autoridades não acreditam na própria versão para Nord Stream

Semanas após o jornalista Seymour Hersh rir e descrever a história como forjada para desviar atenção, "autoridades alemãs" agora dizem que o veleiro supostamente usado para explodir o Nord Stream, que levava gás russo ao país, seria um "chamariz, para distrair dos verdadeiros perpetradores".

Foi o que publicou o Washington Post, em reportagem com apuração em Washington e Berlim, entre outras. "Autoridades dos Estados Unidos dizem que compartilham o ceticismo alemão de que seis tripulantes num veleiro tenham colocado os explosivos."

De acordo com uma autoridade alemã, anônima como as demais, a atenção ao barco veio depois que "o país recebeu uma 'dica muito concreta' de um serviço de inteligência ocidental". A fonte "se negou a identificar o país que compartilhou a informação".

O veleiro, no dizer do jornal, "deixou um rastro de migalhas de pão", evidências que passaram a ser vistas como suspeitas. E agora "autoridades ocidentais não estão ansiosas para descobrir quem bombardeou", encerra o WaPo:

"Em reuniões europeias e da Otan, as autoridades estabeleceram um padrão, disse um diplomata sênior europeu: 'Não fale sobre Nord Stream'. Veem pouca vantagem em se aprofundar e encontrar uma resposta incômoda, disse, ecoando o sentimento de vários colegas em outros países. 'É como cadáver em reunião de família', disse o diplomata. Todos podem ver que há um corpo ali, mas fingem que as coisas estão normais. 'É melhor não saber.'"

EUA deixam Japão furar teto
O Wall Street Journal destaca que "Tóquio ganhou exceção às normas que prendem as nações do G7" e "compra petróleo russo acima do teto". Mais especificamente, no texto, "o Japão conseguiu que os Estados Unidos concordassem com a exceção", que não vale para "aliados europeus".

No Washington Post, mais uma vez, a foto do veleiro supostamente envolvido na explosão do gasoduto Nord Stream Oliver Denzer/Reuters

Macron e Von der Leyen vão à China com objetivos diferentes

Presidente da França busca estreitar laços com Pequim, e líder da Comissão Europeia quer menos dependência

Ivan Finotti

MADRI Os presidentes da França, Emmanuel Macron, e da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, iniciam nesta quarta-feira (5) uma visita conjunta, mas com objetivos diversos, à China de Xi Jinping.

A viagem de Macron tem como um de seus propósitos fortalecer laços econômicos e culturais com Pequim. Na sua comitiva, há executivos de companhias como Airbus e Alstom e um grupo de cineastas e artistas.

Von der Leyen, por sua vez, viaja com uma estratégia mais dura em relação à China. Se antes o bloco europeu considerava Pequim um "parceiro" nos interesses globais, hoje a alemã defende a diminuição da dependência do comércio com o país comunista para não correr riscos, como aconteceu com a falta de gás russo para a Alemanha após a invasão da Ucrânia.

Mas ela sabe que os interesses econômicos dos Estados da União Europeia estão intimamente ligados à China, e não pode esgarçar demais as relações. Além disso, ouvem-se relatos de que ela está em campanha para tentar assumir, daqui a seis meses, a chefia da Otan, a aliança militar liderada pelos EUA.

Em comum, Macron e Von der Leyen devem insistir com o dirigente chinês para que ele não envie armas para ajudar a Rússia na guerra contra a Ucrânia e manifestar o desejo de que Xi desempenhe papel importante para garantir qualquer eventual acordo com Moscou.

Conforme afirmou o New York Times, os líderes europeus "veem a China como uma possível restrição à Rússia e uma voz que Vladimir Putin deve ouvir". Já segundo o South China Morning Post, "a dinâmica da dupla na reunião com Xi poderia fazer Von der Leyen bancar o 'policial mau' para o 'policial bom' de Macron".

Seja como for, Macron e Von der Leyen seguem uma fila iniciada pelo premiê alemão, Olaf Scholz, em novembro do ano passado, após a consolidação do poder absoluto de Xi no Partido Comunista Chinês. Um mês depois, foi a vez do presidente do Conselho Europeu, Charles Michel e, na semana passada, o premiê espanhol, Pedro Sánchez, também foi a Pequim. Na semana que vem será a vez de Lula.

O fato é que a Europa se coloca muito mais próxima da China do que os Estados Unidos gostariam. "O medo da Europa de um retorno de Trump ou de uma vitória do mini-Trump é uma razão (e uma desculpa) para tentar manter as melhores condições possíveis com a China", observou Noah Barkin, especialista em China-Europa, ao site americano Politico.

Um relatório divulgado nesta semana pelo instituto Wilson Center, também americano, reuniu as observações de diversos de seus especialistas a respeito da viagem dos líderes europeus à China. Para William Drozdiak, a visita terá "consequências importantes para o relacionamento estratégico" e terá que balancear, de alguma forma, a atitude mais dura contra a China em relação aos direitos humanos, a relutância em criticas a Rússia devido à Guerra da Ucrânia e a preservação de laços econômicos da Europa com seu maior parceiro comercial.

> O medo da Europa de um retorno de Trump ou de uma vitória do mini-Trump é uma razão (e uma desculpa) para tentar manter as melhores condições possíveis com a China
>
> **Noah Barkin**
> especialista em China-Europa

Já Nicola Casarini afirma que as abordagens dos dois líderes na China terão diferenças "não apenas no tom, mas também na substância". Para ele, a agenda da alemã está mais próxima de Washington do que a do presidente francês —Macron estaria tentando impulsionar um acordo de relações comerciais e de investimentos entre UE e China, que, se aprovado, terá profundas implicações para os EUA.

Enquanto isso, Elizabeth Koch diz ver um esforço para unificar a abordagem dos diversos países da UE em relação a Pequim. "No caso de uma abordagem comum para a China, a Comissão Europeia terá de equilibrar os interesses nacionais de grande alcance, desde a linha dura da Lituânia em relação à China até as políticas, por vezes conciliatórias, da Alemanha", analisa a especialista.

Após anos em que os líderes europeus percebiam uma falta de sinceridade por parte da China, o papel geopolítico da Europa no futuro próximo pode estar em jogo nesta viagem.

TREM SE CHOCA COM GUINDASTE NA HOLANDA, MATA OPERADOR E DEIXA 19 EM ESTADO GRAVE

Pascal Rossignol/Reuters

Um trem na Holanda descarrilou após colidir com um guindaste na madrugada desta terça-feira (4), matando o operador do equipamento e ferindo ao menos 30 passageiros, incluindo 19 com gravidade. O acidente aconteceu por volta das 3h25 do horário local (22h25 da véspera, no horário de Brasília) no vilarejo de Voorschoten, a oito quilômetros de Haia —destino final do comboio. O premiê holandês, Mark Rutte, e a família real do país lamentaram o episódio. "Meus pensamentos estão com todas as vítimas", escreveu Rutte no Twitter. "Empatizamos profundamente com todos eles", disseram o rei Willem-Alexander e a rainha Maxima, que depois visitaram o local do descarrilamento.

Vaticano acusa Pequim de violar acordo de nomeação de bispos pela segunda vez

VATICANO | REUTERS O Vaticano acusou nesta terça-feira (4) a China de romper um acordo ao nomear o bispo de Xangai sem o seu aval. A ação desrespeita um pacto que, firmado em 2018 e renovado em 2022, determinava que todas as indicações de bispos e padres no país asiático têm que ser reconhecidas pelo papa.

O tratado foi o primeiro passo para o regime liderado por Xi Jinping reconhecer o pontífice como líder da Igreja Católica. Antes, postos eclesiásticos no território contavam apenas com o endosso da chamada Associação Patriótica Católica Chinesa, que, em última instância, respondia às autoridades chinesas.

Em nota, a Santa Sé afirmou que havia sido informada "há alguns dias" da decisão de Pequim de transferir o bispo Shen Bin de Haimen, na província de Jiangsu, para a diocese de Xangai, mas que só descobriu que a decisão foi oficializada por meio da mídia local. A embaixada chinesa em Roma não fez comentários.

O Vaticano já tinha denunciado a China pela violação do mesmo pacto em novembro. Na ocasião —que ocorreu apenas um mês depois da renovação do acordo entre os países—, o regime nomeou Giovanni Peng Weizhao, bispo de Yujiang, como bispo auxiliar de Jiangxi, diocese não reconhecida pelo Vaticano.

À época, a Santa Sé ressaltou que a nomeação "não ocorreu em conformidade com o espírito de diálogo existente entre as partes e com o estipulado pelo acordo provisório de nomeação de bispos" e pediu que "episódios similares" não se repetissem. As supostas infrações recentes devem inflamar os muitos críticos do acordo, para quem o país asiático tem restringido cada vez mais as liberdades religiosas nos últimos anos e que descrevem a decisão da Igreja Católica como uma traição.

Em julho do ano passado, em entrevista à agência de notícias Reuters, o papa Francisco reconheceu que o acordo "caminha lentamente", mas defendeu a posição de que a Igreja Católica precisa ter uma visão de longo prazo na China e que um diálogo imperfeito é melhor que nenhum diálogo.

China e Vaticano romperam relações diplomáticas no início dos anos 1950, quando a Santa Sé reconheceu a independência de Taiwan —ilha que o regime chinês considera uma província rebelde.

O Vaticano insiste que o trato com a China envolve apenas a estrutura da igreja no país e que não se trata de uma porta de entrada para estabelecer relações diplomáticas totais.

Governo estuda devolução de todo o imposto da cesta básica aos mais pobres

Diretor da Fazenda afirma que reforma tributária deve alcançar streaming, apps e marketplaces

Eduardo Cucolo

SÃO PAULO O governo pode devolver todo o imposto arrecadado com a volta da tributação sobre a cesta básica para famílias de baixa renda, dentro do modelo em estudo para a reforma tributária do consumo.

Essa possibilidade foi citada nesta terça-feira (4) pelo economista Rodrigo Orair, diretor da Secretaria de Reforma Tributária do Ministério da Fazenda, durante evento realizado pelo Bradesco BBI.

Um grupo de trabalho da Câmara ainda estuda qual tratamento será dado na tributação dos alimentos, um dos temas que mais preocupam o setor agropecuário.

Há basicamente duas possibilidades na mesa: a tributação desses produtos com devolução do imposto aos mais pobres, ou a manutenção da regra atual, que beneficia pobres, ricos e empresas que não repassaram a redução do imposto.

"O melhor é ter o tributo com a base mais ampla, alíquota mais baixa e retornar todo o imposto arrecadado para as famílias de baixa renda", afirmou Orair. Ele frisou que a decisão final será do Congresso Nacional, que já trabalha em cima de duas propostas que tramitam no Legislativo, e deve apresentar um novo texto em maio.

Um trabalho de 2021 do movimento Pra Ser Justo, em conjunto com pesquisadores da UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais), estimou que um sistema de devolução de impostos a pessoas mais pobres pode beneficiar mais de um terço da população com um orçamento inferior ao da desoneração da cesta básica.

A CNA (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil), no entanto, estima um aumento de tributação do setor em 644% com as mudanças propostas na reforma tributária, o que poderia encarecer a cesta básica em 23%.

Representantes da indústria, por outro lado, avaliam que o dado não considera o resíduo tributário do imposto em cascata embutido hoje nesses preços e que será eliminado com a reforma.

O grupo de trabalho da reforma na Câmara avalia manter a desoneração se essa for a condição para ganhar os votos da bancada do agronegócio, composta por cerca de 300 deputados e mais da metade dos senadores.

Orair afirmou que a expectativa é aprovar as mudanças tributárias na Constituição em 2023 e regulamentar a reforma em 2024. É nessa etapa que pode ser definido o modelo de devolução de imposto.

No ano seguinte, já haveria a substituição de dois tributos (PIS/Cofins) por uma contribuição federal sobre bens e serviços.

Em 2027, começaria a transição dos tributos estaduais e municipais (ICMS e ISS) para um novo imposto sobre bens e serviços, que duraria de quatro a seis anos.

"Você tem essa primeira transição, que vai terminar em 2031, 2032, a depender do relatório do deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), relator da reforma na Câmara]."

Embora haja a possibilidade de juntar esses quatro tributos em um só, Orair afirmou que a separação da contribuição federal é o cenário apontado como mais provável pelos parlamentares do grupo de trabalho.

Restaria ainda aprovar a troca do IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) por um imposto seletivo para desincentivar comportamentos danosos à saúde e ao ambiente. Nesse caso, afirma o diretor, é necessário dar uma solução para a Zona Franca de Manaus, onde as empresas são isentas desse tributo.

Orair afirmou que os novos impostos seguirão modelos internacionais em que está prevista a tributação de plataformas de streaming, aplicativos e marketplaces, citando como exemplo Nova Zelândia e África do Sul.

Nos dois primeiros casos, a empresa pode fazer o recolhimento do imposto pago pelos clientes que utilizam o serviço no Brasil sem a necessidade de ter representação no país. "Eu posso não saber onde está a empresa de streaming e de aplicativo, mas sei onde está o consumidor. Eu identifico onde está ocorrendo a prestação do serviços."

No marketplace, a obrigação tributária fica com o shopping center virtual, não com o vendedor.

Questionado sobre a visão do ministério em relação a um imposto sobre grandes fortunas, afirmou que a melhor forma de aumentar a tributação das pessoas mais ricas é com o Imposto de Renda e a tributação de heranças (ITCMD).

"Estamos trabalhando com Imposto de Renda, não de patrimônio. Se você tem um bom modelo de Imposto de Renda e de herança, pode prescindir da tributação de patrimônio", afirmou Orair.

Neste primeiro semestre, o Congresso discute mudanças na tributação do consumo e alterações menores em tributos sobre heranças (ITCMD) e patrimônio (IPTU e IPVA), a partir de propostas que já estão no Congresso. No segundo semestre, o governo deve apresentar uma proposta para tratar de Imposto de Renda e folha de pagamento.

Quando lhe foi perguntado sobre a "pejotização" de vários profissionais que aderem ao sistema do lucro presumido —usado em geral por quem tem faturamento anual acima de R$ 4,8 milhões e abaixo de R$ 78 milhões—, o diretor defendeu três medidas: desonerar a folha, rever os parâmetros desse enquadramento e tributar dividendos.

Ele afirmou que o ministério tem "um bom elenco de alternativa" para caminhar com essas mudanças, mas que não há um modelo definido.

Ao falar sobre a tributação de dividendos, Orair afirmou que o Brasil precisa aproveitar o movimento internacional de aumento da alíquota sobre lucros distribuídos e redução da tributação do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica.

O Brasil tem uma alíquota corporativa de 34%, uma das mais altas do mundo. É também um dos únicos que não tributa dividendos, uma escolha feita na década de 1990 para concentrar a tributação na pessoa jurídica.

+ Reforma tributária

QUANDO A MUDANÇA ENTRA EM VIGOR?

- A expectativa é aprovar as mudanças tributárias na Constituição em 2023
- A reforma seria regulamentada em 2024 pelo Congresso
- Em 2025, haveria a substituição do PIS/Cofins por uma contribuição federal sobre bens e serviços
- Em 2027, começaria a transição dos tributos estaduais e municipais (ICMS e ISS) pelo IBS
- Nos cinco ou seis anos seguintes, ICMS e ISS são reduzidos gradativamente, enquanto o IBS vai subindo

QUE TRIBUTOS SERÃO SUBSTITUÍDOS?

Três tributos federais (PIS, Cofins e IPI), ICMS (estadual) e ISS (municipal)

QUE TRIBUTOS SERÃO CRIADOS?

Um IBS (Imposto sobre Bens e Serviços) dividido entre União, estados e municípios; Imposto Seletivo federal (para fumo e bebidas, por exemplo)
Outra opção é uma CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços) federal + um IBS (Imposto sobre Bens e Serviços) para estados e municípios + o Imposto Seletivo

A ministra do Planejamento, Simone Tebet, participa de audiência no grupo de trabalho da reforma tributária na Câmara ao lado do deputado Reginaldo Lopes (PT-MG) Pedro Ladeira/Folhapress

Tributária é bala de prata, e arcabouço, a de bronze, diz Tebet

Danielle Brant

BRASÍLIA A reforma tributária é a verdadeira bala de prata para que o Brasil volte a crescer e gere empregos, enquanto o arcabouço fiscal seria a de bronze e ajudaria a resolver o problema de credibilidade do governo, afirmou nesta terça-feira (4) a ministra do Planejamento, Simone Tebet.

As declarações foram feitas durante audiência no grupo de trabalho da Câmara dos Deputados que discute as mudanças no sistema tributário.

"Se nós temos unidade de pensamento de que a reforma tributária é a única bala de prata que nós temos, eu diria até que o arcabouço fiscal é a bala de bronze. Resolve um problema interno, um problema de finanças, um problema de credibilidade do governo, não gastar mais do que arrecada, não virar o ano de 2024 com déficit fiscal, garantir estabilidade da dívida em relação ao PIB [Produto Interno Bruto]. Isso é um dever de casa que nós temos que fazer dentro do Executivo", afirmou.

"O arcabouço fiscal é a bala de bronze para dar a credibilidade necessária para, dali adiante, o juro começar a cair e o Brasil poder voltar a crescer, gerar emprego, dentro dessa ótica monetária. Mas a verdadeira bala de prata é a reforma tributária", acrescentou.

Segundo a ministra, o texto com as novas regras fiscais será encaminhado à Câmara dos Deputados até terça-feira (11). "O texto já saiu do Planejamento na parte orçamentária, agora a palavra final é do ministro [da Fazenda, Fernando] Haddad", disse.

Tebet acrescentou que o feriado comprometeu o cronograma de entrega e discussão do texto. "Eu fiz uma brincadeira com os colegas que o telefone dos parlamentares que estariam no descanso de Páscoa com a família não pararia, e o da própria ministra do Planejamento e do ministro da Fazenda", disse. "Para evitar, portanto, narrativas equivocadas, há um entendimento que é melhor colocar segunda-feira", acrescentou, antes de ser lembrada de que Haddad estará na China na próxima semana.

"Mas tem o ministro [Alexandre] Padilha [Relações Institucionais]. Aí é uma questão, semana que vem ela [a regra] está pronta para ser discutida", disse.

A ministra afirmou ainda que a Fazenda dará a palavra final às questões complementares relacionadas à receita. "Vai ter uma cesta de opção ali para se chegar a um incremento de receita sem aumentar a carga tributária", afirmou. "Dentro dessa cesta, que vai ser apresentada ao ministro Haddad, algumas [medidas] por ato normativo se resolvem, não precisam vir para o Congresso Nacional. As outras precisam vir para o Congresso Nacional."

Tebet elogiou a decisão do governo de não encaminhar um texto com suas próprias propostas de mudanças no sistema tributário. "Houve uma determinação do presidente [Lula] que eu acho absolutamente correta de que a reforma tributária é hoje uma pauta do Congresso Nacional."

Ela indicou que o Simples e a Zona Franca de Manaus devem continuar com um tratamento diferenciado. "A informação que nós temos é que, a princípio, esses dois benefícios serão protegidos. Portanto, continuarão tendo uma diferenciação no que se refere à questão tributária. Mas, de novo, é uma decisão a ser feita pelo Congresso Nacional que vai ser acatada pelo governo do presidente Lula."

Tebet também foi questionada sobre discutir a mudança na renda e no patrimônio nesta fase da reforma.

"Aí é uma discussão com o ministro Haddad. Eu não me importo, mas quero ser bem objetiva neste quesito. Eu entendo que nós precisamos aprovar a reforma tributária mais ampla possível. Se colocar a questão do patrimônio nessa reforma não atrapalhar o andamento e a aprovação dessa reforma, bato palmas, contem comigo", afirmou.

No entanto, acrescentou que há dificuldade em debater uma reforma que contemple estados e municípios e também setores como serviços e agronegócio. "Mas nada impede de aproveitar o texto constitucional para, sei lá, tributar aeronaves no Brasil. Não vou entrar nessa questão neste momento."

PAINEL S.A.

Joana Cunha
painelsa@grupofolha.com.br

Boletim

A Fenep, federação que representa as escolas particulares, avalia entrar na Justiça contra a decisão do ministro da Educação, Camilo Santana, de suspender o cronograma de implementação do novo ensino médio e de mudanças no Enem. "Evidentemente vai haver judicialização dessa decisão do ministro. E não vai ser pouca. Não é só a Fenep. Infelizmente, a gente vai ter que chamar a Justiça para ser o árbitro dessa questão", afirma Amabile Pacios, vice-presidente da entidade.

AULA "Fizemos uma reforma na BNCC [Base Nacional Comum Curricular] e demos ao ensino médio uma terminalidade, inclusive técnica-profissionalizante, mas ele continua se balizando muito no Enem. Se você torna o Enem uma bagunça que ninguém entende, a faculdade pode não querer mais o exame", afirma Pacios.

RECUPERAÇÃO Para Mauro Aguiar, membro do conselho consultivo da Abepar (Associação Brasileira das Escolas Particulares) e diretor do Bandeirantes, o caso gera insegurança, não só para escolas, mas também professores, famílias e o próprio ministério.

HORA DO RECREIO "Fica essa cacofonia do governo, todo mundo dando palpite. Quando você consulta a área de educação básica do ministério, eles não querem nem falar. Estão inseguros também. Existe uma pressão política que não tem nada a ver com educação e começa a confundir o próprio ministério ao ponto de ele não conseguir orientar e dar um norte", diz.

PROVA Na opinião de Elizabeth Guedes, presidente da Anup (associação das universidades particulares), a decisão do governo representa um retrocesso provocado por mera imposição política. "O Enem como está é uma inutilidade que nada avalia, e continuaremos como estávamos: patinando no passado. Uma lástima", afirma.

TURBINA Depois de receber uma sugestão dos moradores do entorno de Congonhas para criar uma taxa de fiscalização de poluição e ruído aeronáutico no aeroporto, o prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes, prometeu que vai analisar a ideia. O recolhimento da taxa, equivalente a R$ 30 por passageiro, seria feito pela concessionária.

PLANO DE VOO Nesta terça-feira (4), o prefeito citou o exemplo do aeroporto internacional de Guarulhos. "Sei que o Guti [Gustavo Henric Costa], prefeito de Guarulhos, tinha proposto criar uma taxa nesse sentido por conta do aeroporto. Se não me engano, não houve inconstitucionalidade na taxa. Vou analisar a questão", afirmou Nunes.

EXAME Executivos do mercado de saúde suplementar têm levantado o alerta para o risco de alta na sinistralidade que vem registrando níveis elevados desde o ano passado com a pressão dos procedimentos eletivos postergados pela pandemia, além de dengue, gripe e inflação médica.

DIAGNÓSTICO Até o 3º trimestre de 2022, o setor registrava sinistralidade geral de 88%, segundo a ANS. Isso significa que a cada R$ 100 recebidos pelas operadoras, R$ 88 foram destinados ao pagamento de exames, consultas, internações ou remédios.

UTI A Unimed-Rio, que atende 728 mil clientes, bateu sinistralidade de 109%, uma das maiores do segmento, segundo a ANS. A Prevent Senior, que foca o mercado da terceira idade, contabiliza 539 mil clientes e uma taxa de 106%, seguida pela Amil, com sinistralidade em 101% e uma base de 2,6 milhões de contratantes.

SUPORTE Trabalhadores da Qintess, empresa que terceiriza mão de obra de tecnologia para clientes como Banco do Brasil e Tribunal Regional do Trabalho, anunciaram greve nos postos de trabalho de São Paulo a partir do dia 10.

HOLERITE Há relatos de salários atrasados, falta de pagamento de férias, vale-transporte e refeição, depósito do FGTS e outros, segundo o Sindpd (sindicato da categoria). A Natura, que era cliente da empresa, disse que rescindiu contrato e espera que a companhia honre os compromissos assumidos com seus colaboradores. Procurada, a Qintess não respondeu.

CANTEIRO O aumento do uso de madeira na construção deve ser um dos temas principais dos debates no Enic, encontro anual do setor marcado para este mês, em São Paulo.

PLANTA BAIXA José Carlos Martins, presidente da CBIC, afirma que a madeira está no radar do setor porque deve atrair vantagens ambientais e econômicas. O avanço no uso da madeira nos sistemas construtivos no Brasil também pode servir de alternativa às oscilações dos mercados de cimento e aço.

com Paulo Ricardo Martins e Diego Felix

INDICADORES

Juros

Mar., em % ao mês ■ Mínimo ■ Máximo

	Mínimo	Máximo
Cheque especial	7,73	8,00
Empréstimo pessoal	4,72	9,77

Fonte: Procon-SP

Contribuição à Previdência

Competência março

Autônomo e facultativo

Valor mín.	R$ 1.302,00	20%	R$ 260,40
Valor máx.	R$ 7.507,49	20%	R$ 1.501,49

O autônomo que prestar serviços só a pessoas físicas (e não a pessoas jurídicas) e o facultativo pode contribuir com 11% sobre o salário mínimo. Donas de casa de baixa renda podem recolher sobre 5% do piso nacional. O prazo para o facultativo e o autônomo que recolhe por conta própria vence em 17.abr

MEI (Microempreendedor)

Valor mín.	R$ 1.302	5%	R$ 65,10

Assalariado	Alíquota
Até R$ 1.302,00	7,5%
De R$ 1.302,01 até R$ 2.571,29	9%
De R$ 2.571,30 até R$ 3.856,94	12%
De R$ 3.856,95 até R$ 7.507,49	14%

O prazo para recolhimento das contribuições do empregado vence em 20.abr. As alíquotas progressivas são aplicadas sobre cada faixa salarial que compõe o salário de contribuição

Imposto de Renda

Em R$	Alíquota, em %	Deduzir, em R$
Até 1.903,98	Isento	
De 1.903,99 até 2.826,65	7,5	142,80
De 2.826,66 até 3.751,05	15	354,80
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	636,13
Acima de 4.664,68	27,5	869,36

Empregados domésticos

Considerando o piso na capital e Grande SP

R$ 1.433,73	Valor, em R$
Empregado	109,50
Empregador	286,71

O prazo para o empregador do trabalhador doméstico vence em 5.abr. A guia de pagamento do empregador inclui a contribuição de 8% ao INSS, 8% do FGTS, 3,2% de multa rescisória do FGTS e 0,8% de seguro contra acidente de trabalho. A contribuição ao INSS do doméstico deve ser descontada do salário. Sobre o piso da Grande SP, as alíquotas do empregado são de 7,5% e 9%. Para salário maior, de 7,5% a 14%, aplicadas sobre cada faixa do salário, até o teto do INSS

Haddad discute meta de inflação com BC e fala em mudança de calendário

Ministro diz que estão sendo criadas condições para que harmonia entre autoridade monetária e Fazenda seja estabelecida de vez

Eduardo Cucolo

SÃO PAULO O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou nesta terça (4) que conversou nesta semana com o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, sobre questões como meta de inflação, distorções de planejamento tributário e melhora no mercado de crédito.

Em conversa com investidores durante evento realizado pelo Bradesco BBI, o ministro da Fazenda citou diversas vezes o presidente do BC, com quem se reuniu no dia anterior, e disse que estão sendo criadas as condições para que a harmonia entre Banco Central e Fazenda se estabeleça de uma vez por todas.

Haddad afirmou que precisa lidar com um cenário desafiador, que é a autonomia do Banco Central. "Primeira vez que um ministro da Fazenda se depara com uma situação nova, que a gente tem de construir uma relação de confiança e de parceria para concorrer para os mesmos objetivos", disse o ministro.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) tem feito duras críticas ao presidente do BC por manter a Selic, a taxa básica de juros, em 13,75% ao ano.

Em relação à meta de inflação, Haddad afirmou que ele e Campos Neto trataram do debate, no mercado e na academia, sobre o efeito de uma alteração nesse objetivo sobre as expectativas dos agentes econômicos.

"Há uma discussão se mudança de meta ancora ou desancora [expectativas]. Também tratei desse assunto com o Roberto Campos Neto aqui para aferir a opinião dele a respeito deste debate, não a opinião dele sobre a meta, porque não estamos discutindo isso neste momento, não discutimos esse assunto ao longo deste ano", disse.

Segundo ele, outras questões serão discutidas no momento em que forem fixadas as metas para os próximos anos.

"[Aí] É o momento de verificar se as metas foram bem calibradas, se é o caso de manter, se é o caso de não adotar o calendário gregoriano, se é o caso fazer aquela meta contínua que a maioria dos países adota."

Segundo Haddad, só Brasil e Turquia têm metas de ano-calendário. "Quase todos que têm meta de inflação têm calendário contínuo. Você vai por aproximação chegando na meta", afirmou.

"Tenho lido coisas muito interessantes entre os macroeconomistas que acompanham o que está acontecendo no mundo. Estamos ouvindo também técnicos do BC."

No Brasil, a meta de inflação se refere à alta do índice de preços ao consumidor acumulada de janeiro a dezembro, seguindo o ano-calendário. Em outros países, como o Chile, é considerada a inflação acumulada em 12 meses de maneira contínua —o índice deve ficar dentro do limite durante todo o ano.

Embora pareça um objetivo mais difícil de ser alcançado, há regras que tornam esse regime mais flexível. No Chile, a inflação deve ficar "na maioria das vezes" em torno de 3%, com uma faixa de tolerância de mais/menos um ponto percentual.

Os bancos centrais do Reino Unido e Canadá dizem que os juros demoram até dois anos para ter pleno efeito na economia, portanto, a política monetária tem de ser dosada olhando para um futuro mais distante, e não para trazer a inflação rapidamente para baixo.

Os dois também trataram de questões tributárias. O governo federal vai mandar ao Congresso um projeto de lei para fechar uma brecha legal que leva alguns contribuintes a abater do IRPJ/CSLL (Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido) volumes significativos de benefícios fiscais do ICMS, concedidos pelos estados às empresas quando a atividade é de custeio. Haddad não deixou claro se vai se posicionar também contra o abatimento no caso de investimentos.

O ministro afirmou que "meia dúzia de pessoas estão se valendo de uma interpretação de alguns juízes" que não está consolidada nos tribunais superiores e que precisa chegar ao STF (Supremo Tribunal Federal) para que o problema seja corrigido. "Vamos fazer a lei, contando com a compreensão do Legislativo e do Judiciário", afirmou.

O governo gasta hoje quase R$ 90 bilhões para subvencionar custeio, a partir de uma emenda que entrou em uma lei e que foi sancionada quando a expectativa de renúncia era de R$ 5 bilhões. "Estamos falando agora de R$ 131 bilhões [custeio e investimento]."

O presidente do BC disse ter identificado distorções no valor de R$ 300 bilhões, segundo o ministro, que não detalhou o número.

+ TETO PARA JUROS NO CARTÃO NÃO ESTÁ EM DISCUSSÃO, DIZ DIRETOR DO BC O diretor de regulação do BC, Otávio Damaso, afirmou que a criação de um teto para os juros do rotativo do cartão de crédito não está em discussão na autarquia. Estes juros são cobrados quando o cliente deixa de pagar uma fatura, ou paga uma parte do valor total. Segundo dados do BC, a taxa média cobrada pelos bancos nesta linha supera os 400% ao ano. "É uma indústria muito grande, complexa. O regulador tem que agir com cuidado." Na semana passada, após sair de uma reunião com o presidente do BC, Roberto Campos Neto, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, tratou do tema. "Estamos com um grupo de estudos para o rotativo agora. Eu falava com um representante de banco dizendo que isso era ruim para a própria margem deles. É uma coisa que a gente não consegue explicar: independentemente de a Selic estar alta no BC, o rotativo sempre está alto."

Nova regra fiscal vai ao Congresso depois da Páscoa, diz Padilha

Renato Machado

BRASÍLIA O ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, disse que a proposta de novo arcabouço fiscal deverá ser encaminhada ao Congresso na próxima semana.

Padilha concedeu entrevista a jornalistas nesta terça-feira (4) para anunciar a instalação de quatro comissões mistas no Congresso para a análise de medidas provisórias.

O ministro acrescentou que há um acordo para a manutenção de um calendário de tramitação da proposta de novo arcabouço fiscal.

"[Há o compromisso de] manter o calendário prioritário para o governo de votação do novo marco fiscal, o debate está indo muito bem, recepção muito positiva dentro do Congresso Nacional. Acreditamos que após a Semana Santa já tenha definição do relator pela Câmara, [para] que a gente possa iniciar toda a tramitação", afirmou o ministro.

Padilha disse que não existe nenhum atraso no envio da proposta, considerando que ela foi apresentada publicamente na quinta-feira (30). Ele afirmou ainda que o Ministério da Fazenda está em fase de detalhamento do conteúdo.

Após uma longa espera e discussão, o governo do presidente Lula apresentou na semana passada a proposta do novo arcabouço fiscal, para substituir o teto dos gastos.

A proposta assegura um crescimento real das despesas (acima da inflação) em todos os anos, cria um piso para investimentos públicos e conta com o êxito de uma série de medidas do lado da arrecadação para conseguir entregar a prometida melhora nas contas públicas.

Apesar da queda do dólar, preços de produtos de Páscoa superam média dos alimentos

Mauro Zafalon

SÃO PAULO Mesmo com a renda curta do consumidor e com a queda dólar, os alimentos específicos da Semana Santa têm variações bem acima da média dos demais.

O dólar interrompeu a escalada de alta e registra retração de 4% neste ano, inibindo reajustes ainda maiores nos preços dos importados mais consumidos neste período.

O bacalhau, porém, um dos carros-chefe da preferência do consumidor, tem alta acumulada de 5,31% de janeiro a março. Nesse mesmo período, a alta média dos alimentos foi de 1,31%, conforme pesquisa da Fipe (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas), divulgada nesta terça-feira (4).

O azeite de oliva, também dependente do dólar, acumula alta de 3,7% no ano. Já a azeitona manteve preços estáveis.

Internamente, algumas altas vieram ainda mais salgadas que as de importados. O quilo de corvina ficou 16% mais caro no ano; o de pescada, 7%.

Outro componente do cardápio, o arroz, mantém a escalada dos preços, mesmo o cereal estando em plena safra gaúcha. Produção menor e exportações aceleradas pressionam os preços internos.

O alívio nos custos vem da batata e da cebola. Segundo a Fipe, o quilo de batata acumula queda de 11% neste ano; o da cebola, 42%.

A proteína animal, à exceção do ovo, também está com preço mais favorável. A carne de frango teve recuo de 9% nos três primeiros meses; a bovina, de 3,3%; a suína, de 0,61%. O preço do ovo, no entanto, teve alta de 17% no período.

A Fipe mostra ainda que as frutas da época subiram 5,8% até o final de março; o chocolate, 1,62%.

Ao registrar taxa de 0,59% em março, a alimentação volta a subir e tem a maior evolução mensal deste ano. Em 12 meses, porém, após os picos do ano passado, a inflação dos alimentos recua para 9,65%.

As maiores pressões no mês passado vieram de ovos, arroz, farinha de trigo, farinha de mandioca e de produtos "in natura".

Entre as quedas, os destaques são batata, cebola, leite, pão, café e óleo de soja

+ NA SEMANA SANTA, SEXTA É O ÚNICO DIA DE FERIADO GARANTIDO PELA CLT Quem pensa em emendar com a quinta (6), ou com sábado e domingo, precisa consultar a empresa ou checar se há acordo coletivo ou feriado municipal que permita isso.

Eduardo Anizelli/Folhapress

Solange Srour, 46
Economista-chefe do banco Credit Suisse Brasil, é mestre em economia pela PUC-Rio

Solange Srour

Regra fiscal não estabiliza dívida, é preciso também uma reforma de gastos

Críticas aos juros estão deslocadas, e autonomia do BC é crucial para crescimento, afirma economista-chefe do Credit Suisse

ENTREVISTA

Douglas Gavras

SÃO PAULO Pouco mais de três meses após o início do terceiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), o balanço da economista Solange Srour é que o governo do petista começou antes mesmo do dia 1º de janeiro, com a aprovação da PEC (proposta de emenda à Constituição) que ampliou gastos. Ela vê uma mudança profunda da agenda econômica, em comparação com o governo anterior, de Jair Bolsonaro.

Para a economista-chefe do banco Credit Suisse Brasil e colunista da **Folha**, o Banco Central tem razão ao manter os juros no patamar atual, de 13,75%, e as críticas do governo ao presidente da entidade, Roberto Campos Neto, não podem sinalizar que a autonomia da instituição está em risco.

Ainda na sua avaliação, um dos marcos da atual gestão, o novo arcabouço fiscal apresentado pelo ministro Fernando Haddad (Fazenda) ainda precisa deixar claro se irá alcançar o objetivo de sustentabilidade da dívida.

"É um arcabouço que não traz uma estabilidade da dívida a médio e longo prazo. Para isso acontecer, vamos precisar de uma reforma do gasto."

*

Como avalia os primeiros três meses de governo Lula? O governo começou ainda antes do dia 1º de janeiro, houve um trabalho importante na aprovação da PEC [proposta de emenda à Constituição], que trouxe consequências importantes para a agenda econômica. Foi aprovado um aumento de gasto da ordem de 2% do PIB [Produto Interno Bruto], quando a herança do que seria necessário aprovar para manter o Auxílio Brasil [hoje rebatizado de Bolsa Família] seria da ordem de 0,8%.

O governo entregou boa parte das promessas no campo social e vai tentar trazer isso com mais tributos. A reforma mais importante deste mandato é a tributária, por enquanto é a única que temos. É um governo que começa desde o resultado das eleições com uma agenda econômica, na minha opinião, bastante divergente da anterior —de maior gasto e um perfil social diferente.

Agora ficou claro que o pilar fundamental da política fiscal para trazer sustentabilidade da dívida vai ser o aumento da arrecadação.

O conjunto proposto no novo arcabouço é positivo? Ainda não está claro se o objetivo da sustentabilidade da dívida vai ser alcançado com o que foi anunciado até agora. São intenções para alcançar um superávit maior do que aquilo que o mercado estava esperando, mas entre a intenção e a realidade existe uma distância enorme.

A base principal desse arcabouço está no aumento da tributação, não no controle do gasto. Pelo contrário, vamos voltar a ter as regras que existiam antes do teto de gastos para a educação, a saúde. O objetivo do resultado primário ser alcançado vai depender de o Congresso estar disposto a aprovar o aumento da carga tributária.

Mas é um arcabouço que não traz uma estabilidade da dívida a médio e longo prazo. Para isso acontecer, vamos precisar de uma reforma do gasto. Fizemos a reforma da Previdência, mas nenhuma economia que tem os gastos que o Brasil tem hoje se sustenta. Falta muito para trazer os gastos obrigatórios para um crescimento mais próximo daquele do PIB. Sem a regra do teto, eles vão crescer acima.

É um retrocesso em relação ao teto? Não era importante pensar em uma forma de destravar investimentos públicos, algo que o presidente se queixou ao longo da campanha? Acho que o teto de gastos era uma regra que obrigava o Brasil a fazer escolhas. Entendo que o teto sofreu críticas, pois ele perdeu sentido ao ter sido tão modificado a ponto de abrir espaços para novos gastos. Mas, se o caminho era aumentar o gasto social em três vezes no pós-pandemia, essa discussão poderia estar no debate público com alguma reforma de gastos que não seriam primordiais neste momento. Sem ajuste em outros gastos, a solução é aumentar imposto, e a carga tributária já é muito elevada. A discussão forçada pelo teto foi o que acabou levando à aprovação da reforma da Previdência. O teto estava cumprindo seu papel até que passou a ser muito fácil aprovar uma emenda constitucional para aumentar gastos sem discutir reformas.

O arcabouço de Haddad pode ter uma vida mais longa do que teve o teto? Vejo como uma ponte para discutir de novo os gastos, e o timing dessa discussão vai depender muito das condições de mercado, que acabam interferindo diretamente na economia. Sem discutir uma reforma do gasto, vamos precisar ficar aumentando a carga tributária todo ano, e a economia não vai se sustentar. Se isso acontecer, o PIB potencial do Brasil, que já não é alto, vai ficar mais baixo, ninguém deseja que o crescimento continue baixo. Creio que será inevitável discutir novamente um arcabouço.

Fizemos a reforma da Previdência, mas nenhuma economia que tem os gastos que o Brasil tem hoje se sustenta

Como avaliar o desempenho de Haddad como ministro? O Ministério da Fazenda está bastante consciente dos desafios que o Brasil tem pela frente. Apesar de todas as surpresas positivas que tivemos nos últimos dois anos, em relação ao resultado primário e às estatísticas da dívida em relação ao PIB, os desafios estruturais estão presentes. O ministério está agindo dentro dos limites políticos do governo. Esse trabalho de trazer a reoneração dos impostos [sobre combustíveis], e alguma previsibilidade em relação à trajetória das contas públicas é bem-vindo. Caso contrário, a incerteza levaria a uma queda mais significativa do PIB.

Pode ser que durante quatro anos o que já foi apresentado seja suficiente, mas ainda não temos como avaliar isso por tudo depender do crescimento econômico, de variáveis que afetam a arrecadação. É um começo de trabalho que é positivo, mas ainda há bastante a ser feito.

O presidente tem reclamado das análises sobre o desempenho da economia, um pessimismo que o Datafolha também captou na população. Esse pessimismo é justificado? O mercado espera uma desaceleração expressiva do PIB do ano passado para este ano, mas não é pessimismo, é a realidade. Estamos com uma taxa de juros alta e que deve ficar assim por muito tempo. No nosso cenário, a Selic [taxa básica de juros] deve ficar estável até o fim do ano.

O Datafolha também mostrou uma insatisfação dos brasileiros com os juros. A inflação continua alta, vivemos em um país que tem inércia elevada e existe uma desaceleração da atividade em curso, que poderia ajudar no processo deflacionário e está ajudando, mas não o suficiente para trazer uma previsão de inflação baixa neste ano. Temos a expectativa de que ela fique em torno de 6,5%. Esse é um dos motivos para os juros estarem altos, o Banco Central não pode abrir mão desse objetivo de estabilidade de preços, também por ser algo prejudicial para qualquer governo.

Fora a inércia e a inflação alta, tem todo o questionamento sobre o regime de metas e a própria autonomia de fato do BC, que tem trazido uma expectativa de inflação mais alta para os próximos anos. Os títulos indexados à inflação acabam embutindo uma inflação maior, e isso atrapalha a queda de juros.

Outra questão é se vai haver um maior protagonismo de empresas estatais e bancos públicos, algo que afeta o investimento privado. Essas questões hoje trazem perspectiva de investimento mais baixo.

O presidente Lula erra ao criticar a política de juros do BC? O BC manter a autonomia de fato é crucial para o crescimento. A história mostra que o crescimento econômico é favorecido no médio prazo, quando o BC atua de forma autônoma. Vemos ataques não só de governos mas de empresários, economistas, e muita gente nos jornais achando que o BC está na contramão.

Na minha opinião, ele está preservando uma conquista importante para o Brasil. A autonomia do Banco Central foi um longo processo e pode ficar em risco, mesmo que o Congresso não aprove o seu fim. O mais importante é a autonomia ser mantida na prática, nenhum país relevante está discutindo mudanças no arcabouço monetário.

Haddad também tem falado sobre o custo do crédito ofertado pelos bancos, e o governo prevê um pacote para destravar o crédito. Há espaço para isso? O custo do crédito ser alto é um debate de longa data e não tem a ver com a organização do sistema financeiro. Aumentou muito a competição nos últimos anos, com a entrada de fintechs. É claro que, se a Selic precisa ficar alta para conter a inflação, temos uma elevação da inadimplência e do spread [diferença entre o custo de captação dos bancos e a taxa final cobrada do cliente]. Se isso for atacado de uma forma intervencionista, o efeito pode ser o oposto.

Ao criticar o mercado, Lula chegou a citar o Credit Suisse [o banco passa por um processo de aquisição emergencial na Suíça], dizendo que o banco dava palpite sobre tudo e que havia sido salvo pelo Estado. Não é uma questão. Trabalhamos de uma maneira bastante técnica, todas as nossas projeções, cenários são formados através de modelos econométricos, um arcabouço econômico. Projeção de inflação, de PIB, de Selic, tudo é feito por meio de modelos.

Como deve ser a relação do mercado com o governo Lula? O arcabouço pode acalmar os ânimos? Na verdade, não existe uma relação que tem de ser acalmada. Precisamos de mais informações sobre o que está sendo proposto e entender como vai ser a relação entre o Congresso e o governo.

Como as expectativas vão evoluir é algo que vai depender muito da conclusão desse arcabouço, do que vai acontecer com a política monetária e se o BC vai conseguir atuar de forma autônoma e reduzir a Selic.

Também é preciso sempre contextualizar o Brasil no cenário global, a agenda de reformas passa a ser mais ou menos importante a depender da conjuntura externa. Só que ela muito provavelmente não vai ser tão favorável como foi para o Brasil nos últimos anos, o vetor de crescimento externo é menor daqui para frente e o cenário é menos positivo daqui para frente.

Banco Rodobens S.A
CNPJ: 33.603.457/0001-40
Rua Estado de Israel, 975
CEP: 04022-002 | São Paulo - SP
Telefone: 11. 2124-8700

Relatório da Administração

Banco Rodobens S.A.
O Banco Rodobens S.A. faz parte do Grupo Rodobens, uma plataforma de serviços financeiros (Banco, Consórcio, Corretora de Seguros e Leasing & Locação) que se alavanca no varejo automotivo (Veículos Leves e Pesados), combinando canais físicos e digitais, operando de forma integrada e sinérgica em um ecossistema integrado de soluções que permite o *cross-selling* em pontos estratégicos do ciclo de vida dos nossos clientes. O Banco hoje está estruturado em três principais segmentos para sua expansão, são eles: • **Varejo Automotivo** - separado pelos segmentos de veículos leves (automóveis) e veículos comerciais (caminhões), conta com produtos de financiamento e arrendamento mercantil para clientes de concessionárias Rodobens e Parceiras. *Produtos: CDC, Finame, CCE, Plano Pontual, Leasing Operacional e Financeiro;* • **Pessoa Jurídica** - com produtos e equipes especializadas no atendimento de grandes frotistas, locadoras, montadoras, concessionárias e clientes institucionais. *Produtos: Floor Plan, Cessão de Recebíveis, Antecipação de Cartão de Crédito e todos os produtos que também atendem o varejo automotivo;* • **Pessoa Física** - com produtos de crédito que são oferecidos por meio dos canais digitais, parceiros e agentes comissionados. *Produtos: Empréstimo com Garantia de Imóveis (EGI), Consignado Privado e Empréstimo com Garantia em Consórcio (EGC).*

Comparativo de resultado do segundo semestre e exercício encerrados em 31 de dezembro de 2022
Lucro líquido: O lucro líquido do período atingiu R$ 62,4 milhões, 23% acima do resultado apresentado no segundo semestre de 2021 (R$ 50,8 milhões). Com o resultado do segundo semestre, o Banco apresentou um lucro líquido de R$ 92,2 milhões e ROE (*Return On Equity*) de 14,2% no ano.

Resultado bruto de intermediação financeira: O resultado bruto foi de R$ 75,7 milhões no segundo semestre de 2022, o que corresponde a um aumento de 46% frente ao resultado do segundo semestre do ano anterior. As receitas de intermediação financeira no segundo semestre de 2022, cresceram 40% quando comparado ao segundo semestre de 2021, seguindo a estratégia de crescimento de carteira e diversificação do portfólio para aumento da rentabilidade e resultando também no crescimento das receitas de tarifas e serviços (+63%). Por outro lado, continuamos com um alto patamar do CDI- que saiu de 9,15% em dez/21 e atingiu 13,65% em dez/22 - impactando diretamente o custo das captações do banco, que subiram em uma proporção maior que as receitas.

Despesas administrativas, pessoal e tributárias: As despesas demonstraram um crescimento de 8% no segundo semestre de 2022 comparando ao segundo semestre de 2021, em linha com a nossa estratégia de investimentos em pessoas e tecnologia, para suportar o forte crescimento da carteira e do portfólio de produtos do banco. Ainda assim, o aumento das despesas foi menor que o crescimento das receitas, gerando uma economia de escala que resulta em uma maior eficiência da operação.

Rating: Em julho/22, a Rodobens S.A. foi classificada pela Fitch Ratings com o rating 'AA(bra)', com perspectiva estável. Corroborando com o rating do Banco Rodobens S.A. que foi novamente afirmado em setembro/22 como 'AA(bra)', mantendo a perspectiva estável. Reforçando a sinergia do grupo e a colaboração entre os diferentes negócios do grupo.

Estrutura de capital e *funding*: No segundo semestre de 2022 o banco realizou captações na ordem de R$ 1,0 bilhão, totalizando R$ 2 bilhões no ano. Com um patrimônio líquido (PL) de R$ 676 milhões e um índice de Basileia (IB) de 17,3% o Banco Rodobens apresenta um balanço bastante confortável para a execução da sua estratégia de crescimento de carteira. A variação de quase R$ 46 milhões no PL em 12 meses é explicada pelos resultados acumulados do período. Importante ressaltar que os mínimos regulatórios* para o índice de Basileia em dezembro/22 é de 10,5%.

Carteira de crédito: A partir do final do ano de 2020, o Banco traçou uma estratégia de crescimento robusto da carteira de crédito, mantendo o conservadorismo na concessão e o mesmo rigor nos controles e cobrança, mas ampliando os canais e seu portfólio de produtos. Como resultado desta estratégia, a originação de crédito mudou de patamar a partir de 2021, e dando continuidade no movimento de crescimento, fechamos o ano com uma produção total de R$ 2,1 bilhões, um crescimento de 17% frente ao ano anterior. A produção ainda é concentrada no varejo automotivo, mas no segundo semestre começamos uma carteira de curto prazo de Cessão de Recebíveis, com as concessionárias da Rodobens S.A., que gerou uma produção relevante no período.

[1] Outros Produtos: Capital de Giro, Financiamento Pós-Vendas, Financiamento Imobiliário, KG Coligadas, Empréstimo com Garantia de Consórcio.

Como principal destaque de originação temos o segmento do Varejo Automotivo. Na categoria de veículos leves atingimos um *market-share* [(i)] de 70% dentro das concessionárias Rodobens no acumulado do 2º semestre e com crescimento de 28% na originação no comparativo semestral. Na categoria de veículos pesados, o *market-share* foi de 21% dentro das concessionárias Rodobens com um aumento de 6% na originação.

Com isso, nossa carteira de crédito atingiu a marca de R$ 3,3 bilhões no fechamento do segundo semestre de 2022, um crescimento de 31% em 12 meses. A carteira do segmento Varejo Automotivo, composta de financiamentos de veículos leves, pesados, frotistas [(ii)] e floor plan [(iii)] acelerou o movimento de crescimento, com alta de 34% nos últimos 12 meses. Por outro lado, a carteira imobiliária que não faz parte da estratégia de crescimento do banco (*run-off*) continua em queda e reduziu 39% em comparação com o segundo semestre de 2021, seguindo o mesmo movimento de anos anteriores e chegando em dezembro com a finalização da carteira de Plano Empresário.

Inadimplência: O indicador over 90d (iv) de inadimplência da carteira atingiu 1,4%, considerando um menor impacto decorrente dos produtos (1) em *run-off*. No segmento do Varejo Automotivo, o over 90d atingiu a marca de 1,2%, demonstrando um leve aumento frente ao primeiro semestre do ano.

[(i)] *Market Share*: Participação de mercado dentro das concessionárias do grupo Rodobens
[(ii)] Frotistas: atingiu uma carteira de R$ 233,6 milhões em dez/22.

[(iii)] Floor Plan: o produto se iniciou em ago/21, totalizando R$87,4 milhões em dez/22, concentrado em veículos leves.

[(iv)] Over 90d: Créditos vencidos a mais que 90 dias.

[1] Imobiliário: Cessão RNI, Cessão P.E., Refin. Imóveis, Plano Empresário, Plano Único, Financiamento Imobiliário (CEF), Financiamento Imobiliário (tesouraria).

[2] Outros Produtos: KG Partes Relacionadas, Capital de Giro, Floor Plan, CCB Serviços, Cessão de Recebíveis, Empréstimo com Garantia de Consórcio.

Balanço Patrimonial em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 - *Em milhares de reais*

ATIVO	Nota	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Circulante			
Disponibilidades	3	1.077	2.655
Instrumentos financeiros			
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	51.817	25.999
Títulos e valores mobiliários	5 (a)	154.041	405.877
Derivativos	6 (b)	8.665	4.200
Relações interfinanceiras	7	5.044	5.839
Operações de crédito			
Operações de crédito - setor privado	8	1.218.101	790.963
(-) Descontos a apropriar das aquisição de recebíveis		(3.681)	-
Ajuste a mercado das operações objeto de *hedge*	6 (a)	(778)	(2.520)
Arrendamento mercantil operacional			
Arrendamento mercantil operacional	8	53.368	56.615
(-) Rendas a apropriar arrendamento mercantil operacional		(43.607)	(47.987)
Ajuste a mercado das operações objeto de *hedge*	6 (a)	(586)	(679)
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito			
Operações de crédito	8 (d.i) e 9	(17.715)	(11.786)
Arrendamento mercantil operacional	8 (d.ii) e 9	(465)	(606)
Outros créditos	10	7.389	4.347
Outros valores e bens	11	28.936	26.374
Ativos fiscais correntes	12 (a)	4.412	8.501
Total do ativo circulante		**1.466.018**	**1.267.792**
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Instrumentos financeiros			
Títulos e valores mobiliários	5 (a)	385.259	457.747
Derivativos	6 (b)	9.757	4.445
Operações de crédito			
Operações de crédito - setor privado	8	1.941.906	1.587.823
Ajuste a mercado das operações objeto de *hedge*	6 (a)	(8.319)	(7.738)
Arrendamento mercantil operacional			
Arrendamento mercantil operacional	8	51.566	62.750
(-) Rendas a apropriar arrendamento mercantil operacional		(51.378)	(62.617)
Ajuste a mercado das operações objeto de *hedge*	6 (a)	(668)	(1.941)
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito			
Operações de crédito	8 (d.i) e 9	(33.511)	(69.582)
Arrendamento mercantil operacional	8 (d.ii) e 9	(560)	(460)
Outros créditos	10	100.052	76.220
Outros valores e bens	11	17.483	48.257
Ativos fiscais			
Correntes	12 (a)	133	133
Diferidos	12 (b)	110.422	95.367
Total do realizável a longo prazo		**2.522.142**	**2.190.404**
Investimentos em participações em coligadas e controladas	13	205.775	191.554
Imobilizado de uso	14	5.127	5.013
Depreciação acumulada	14	(4.611)	(4.340)
Imobilizado de arrendamento	14	295.270	295.268
Depreciação acumulada	14	(107.457)	(118.966)
Impairment	14	(123)	(184)
Ativos intangíveis	14	10.843	6.835
Amortização acumulada	14	(4.074)	(2.659)
Total do ativo não circulante		**2.922.892**	**2.562.925**
Total do ativo		**4.388.910**	**3.830.717**

PASSIVO	Nota	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Circulante			
Depósitos e demais instrumentos financeiros			
Depósitos	16	1.039.340	454.869
Recursos de aceites e emissão de títulos	17	922.866	213.526
Ajuste a mercado das operações objeto de hedge	6 (a)	(1.658)	(1.976)
Obrigações por empréstimos		1.062	905
Obrigações por repasses do país - instituições oficiais	18	126.325	97.258
Instrumentos financeiros derivativos	6 (b)	3.649	4.296
Outras obrigações			
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		1.149	1.099
Sociais e Estatutárias	20 (a)	18	17.131
Fiscais e previdenciárias	20 (b)	6.143	2.813
Diversas	20 (c)	48.074	53.945
Total do passivo circulante		**2.146.968**	**843.866**
Não circulante			
Depósitos e demais instrumentos financeiros			
Depósitos	16	941.841	1.311.544
Recursos de aceites e emissão de títulos	17	269.227	733.916
Ajuste a mercado das operações objeto de hedge	6 (a)	-	(723)
Obrigações por empréstimos		7.853	8.363
Obrigações por repasses do país - instituições oficiais	18	259.353	223.006
Instrumentos financeiros derivativos	6 (b)	17.318	18.137
Outras obrigações			
Fiscais e previdenciárias	20 (b)	62.714	56.294
Diversas	20 (c)	7.244	6.013
Total do passivo não circulante		**1.565.550**	**2.356.550**
Patrimônio líquido	21		
Capital social		342.045	342.045
Reservas de lucros		350.190	310.287
Outros resultados abrangentes		(15.843)	(22.031)
Total do patrimônio líquido		**676.392**	**630.301**
Total do passivo e patrimônio líquido		**4.388.910**	**3.830.717**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de Dezembro de 2022 e 31 de Dezembro de 2021 - *Em milhares de reais*

	Nota	Capital social	Reservas de lucros: Legal	Reservas de lucros: Estatutária	Reservas de lucros: Lucros a deliberar	Outros Resultados Abrangentes	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020		**342.045**	**47.593**	**154.455**	**52.459**	**(481)**	**-**	**596.071**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	104.581	104.581
Destinação para reserva legal	21 (b)	-	5.229	-	-	-	(5.229)	-
Destinação para reserva estatutária	21 (b)	-	-	52.459	(52.459)	-	-	-
Distribuição de dividendos	21 (c)	-	-	(22.801)	-	-	-	(22.801)
Distribuição de JCP	21 (c)	-	-	-	-	-	(26.000)	(26.000)
Lucros a disposição da Assembleia	21 (b)	-	-	-	73.352	-	(73.352)	-
Valor justo - títulos e valores mobiliários		-	-	-	-	(21.537)	-	(21.537)
Hedge de fluxo de caixa	13 e 21(d)	-	-	-	-	(13)	-	(13)
Saldos em 31 de dezembro de 2021		**342.045**	**52.822**	**184.113**	**73.352**	**(22.031)**	**-**	**630.301**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	92.235	92.235
Destinação para reserva legal	21 (b)	-	4.612	-	-	-	(4.612)	-
Destinação para reserva estatutária	21 (b)	-	-	73.352	(73.352)	-	-	-
Distribuição de dividendos	21 (c)	-	-	(17.632)	-	-	-	(17.632)
Distribuição de JCP	21 (c)	-	-	-	-	-	(34.700)	(34.700)
Lucros a disposição da Assembleia	21 (b)	-	-	-	52.923	-	(52.923)	-
Valor justo títulos e valores mobiliários	21 (d)	-	-	-	-	6.145	-	6.145
Hedge de fluxo de caixa	13 e 21(d)	-	-	-	-	43	-	43
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**342.045**	**57.434**	**239.833**	**52.923**	**(15.843)**	**-**	**676.392**
Saldos em 30 de junho de 2022		**342.045**	**54.313**	**249.479**	**23.135**	**(23.606)**	**-**	**645.366**
Lucro líquido do semestre		-	-	-	-	-	62.409	62.409
Destinação para reserva legal	21 (b)	-	3.121	-	-	-	(3.121)	-
Distribuição de dividendos	21 (c)	-	-	(9.646)	-	-	-	(9.646)
Distribuição de JCP	21 (c)	-	-	-	-	-	(29.500)	(29.500)
Lucros a disposição da Assembleia	21 (b)	-	-	-	29.788	-	(29.788)	-
Valor justo títulos e valores mobiliários	21 (d)	-	-	-	-	7.763	-	7.763
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**342.045**	**57.434**	**239.833**	**52.923**	**(15.843)**	**-**	**676.392**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado
Exercícios e Semestre Findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021
Em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação

	Nota	2º Semestre 2022	Exercício 2022	Exercício 2021
Receitas da intermediação financeira		**297.107**	**543.762**	**352.532**
Operações de crédito	8 (g)	211.997	384.107	217.242
Operações de arrendamento mercantil	8 (g)	54.696	100.641	86.487
Resultado de títulos e valores mobiliários	5 (b)	20.734	49.003	41.577
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	6 (b)	9.680	10.011	7.226
Despesas da intermediação financeira		**(221.449)**	**(449.252)**	**(249.914)**
Operações de captações no mercado	19	(184.970)	(342.297)	(131.082)
Operações de empréstimos e repasses	19	(20.589)	(37.058)	(22.655)
Operações de arrendamento mercantil		(20.789)	(41.728)	(56.877)
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	9	4.899	(28.169)	(39.300)
Resultado bruto da intermediação financeira		**75.658**	**94.510**	**102.618**
Outras receitas (despesas) operacionais		**(16.156)**	**(13.839)**	**12.010**
Receita de prestação de serviços		6.276	10.996	7.424
Despesas de pessoal	23 (a)	(14.821)	(28.422)	(24.389)
Outras despesas administrativas	23 (b)	(20.047)	(36.841)	(30.414)
Despesas tributárias	23 (c)	(3.332)	(6.007)	(6.149)
Resultado de participações em coligadas e controladas	13	44.360	88.217	79.308
Outras receitas operacionais	23 (d)	13.359	29.589	22.998
Outras despesas operacionais	23 (e)	(41.951)	(71.371)	(36.768)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		**59.502**	**80.671**	**114.628**
Imposto de renda e contribuição social	15	**4.883**	**14.813**	**(5.047)**
Provisão para imposto de renda		(1.412)	(3.528)	(4.414)
Provisão para contribuição social		(965)	(2.616)	(3.372)
Ativo fiscal diferido		7.260	20.957	2.739
Participações no lucro		**(1.976)**	**(3.249)**	**(5.000)**
Lucro líquido do semestre/exercício		**62.409**	**92.235**	**104.581**
Número de ações (em milhares)		**261.135**	**261.135**	**261.135**
Lucro por ação (em reais)		**0,239**	**0,353**	**0,400**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado Abrangente
Exercícios e Semestre Findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021
Em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação

	Nota	2º Semestre 2022	Exercício 2022	Exercício 2021
Lucro líquido do semestre/exercício		62.409	92.235	104.581
Itens que podem ser reclassificados para a demonstração de resultado				
Ativos financeiros disponíveis para venda				
Valor justo de títulos e valores mobiliários	21 (d)	14.803	11.717	(41.068)
Tributos diferidos sobre o valor justo de títulos e valores mobiliários	21 (d)	(7.040)	(5.572)	19.531
		7.763	**6.145**	**(21.537)**
Instrumentos financeiros nas investidas				
Hedge de fluxo de caixa	13	-	43	(13)
Resultado abrangente do semestre/exercício		**70.172**	**98.423**	**83.031**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos Fluxos de Caixa
Exercícios e Semestre Findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021
Em milhares de reais

	Nota	2º Semestre 2022	Exercício 2022	Exercício 2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido ajustado		**11.656**	**22.945**	**102.015**
Lucro líquido antes do IRPJ e da CSLL		**57.526**	**77.422**	**109.628**
Ajuste ao lucro líquido:		**(45.870)**	**(54.477)**	**(7.613)**
Resultado de participação em coligadas e controladas	13	(44.360)	(88.217)	(79.308)
Atualização sobre tributos a compensar	23 (d)	(234)	(544)	(172)
Atualização dos depósitos judiciais em garantia		(1.717)	(3.130)	(1.153)
Atualização de precatório leasing operacional		-	(1.939)	-
Depreciações e amortizações	14	5.841	17.795	39.195
Superveniência/Insuficiência de depreciação		7	12	-
Resultado da baixa de intangível		-	-	476
Ajuste ao valor de mercado - derivativos e objeto de *hedge*		(2.718)	(7.078)	(11.188)
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	9	(4.899)	28.169	39.300
Provisão para passivos contingentes	23 (d, e)	(227)	890	1.317
Provisão (reversão) para perdas em outros créditos	23 (d, e)	1.920	5.250	639
Provisão (reversão) para perdas em outros valores e bens	23 (d, e)	(1.354)	(4.347)	(3.128)
Provisão (reversão) para perdas de bens arrendados de leasing operacional	14	(101)	(60)	179
Contribuições (Pis e Cofins) diferidas		206	565	573
Provisão para despesas de bens arrendados de leasing operacional		(145)	(52)	695
Resultado de exercícios futuros - diferimento de renda de equalização de taxas		267	394	26
Resultado de exercícios futuros - deságio aquisição créditos sem coobrigação		(310)	(451)	(263)
Provisão para despesas operacionais e administrativas		1.013	1.286	2.906
Provisão para participações no lucro		941	(3.020)	2.293
Variação de ativos e passivos		**1.813**	**(3.782)**	**(156.183)**
Aumento em aplicações interfinanceiras de liquidez		(1.170)	(18.811)	-
Redução (aumento) em títulos e valores mobiliários		41.458	324.323	(148.854)
Redução (aumento) em instrumentos financeiros derivativos		(15.495)	(6.692)	9.286
Redução em relações interfinanceiras		10.164	796	2.756
Aumento em operações de crédito		(287.165)	(757.963)	(1.077.858)
Aumento em operações de arrendamento mercantil		(114)	(1.682)	(5.623)
Redução (aumento) em outros créditos		(70.644)	(63.575)	5.514
Redução (aumento) em outros valores e bens		(5.298)	32.557	(7.795)
Redução (aumento) em ativos fiscais	12 (a, b)	4.344	(10.967)	(13.360)
Aquisição de imobilizado de arrendamento	14	(39.021)	(51.474)	(8.509)
Baixa de imobilizado de arrendamento	14	16.245	23.854	24.611
Aumento (redução) em depósitos		(12.301)	216.745	1.049.365
Aumento (redução) em recursos de emissões de títulos		298.615	243.716	(68.712)
Aumento em obrigações por empréstimos e repasses		65.969	65.061	128.357
Aumento (redução) em outras obrigações		(3.774)	330	(45.361)
Caixa proveniente das operações		**13.469**	**19.163**	**(54.168)**
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	(940)	(10.293)
Caixa líquido originado das (aplicado nas) atividades operacionais		**13.469**	**18.223**	**(64.461)**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Aquisição de imobilizado de uso	14	(60)	(114)	(178)
Aquisição de intangível	14	(1.518)	(4.008)	(4.207)
Juros sobre o capital próprio recebidos	13	2.469	7.078	-
Lucros recebidos das investidas	13	20.327	48.488	54.269
Caixa líquido originado das atividades de investimentos		**21.218**	**51.444**	**49.884**
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
Juros sobre o capital próprio pagos	21 (c)	(25.075)	(46.608)	(13.487)
Dividendos pagos	21 (c)	(9.646)	(17.631)	(22.800)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		**(34.721)**	**(64.239)**	**(36.287)**
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		**(34)**	**5.428**	**(50.864)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício		34.116	28.654	79.518
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre/exercício	3	34.082	34.082	28.654
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		**(34)**	**5.428**	**(50.864)**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2022 - *Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma*

1. Contexto operacional: O Banco Rodobens S.A. ("Banco") é uma Companhia de capital fechado, domiciliada na Rua Estado de Israel, 975, Vila Clementino, CEP 04.022-901, em São Paulo-SP, com atuação em todo território nacional, controlada pela Rodobens S.A., holding do Grupo Rodobens. Na forma de banco comercial é autorizado a operar com captação de depósito à vista, carteiras de crédito, investimento, financiamento comercial e arrendamento mercantil. Com foco no segmento de financiamento de veículos, tem como principais produtos o CDC, linhas de repasse do programa Finame, leasing operacional e empréstimos para pessoas jurídicas através de capital de giro com garantia real. Seu principal canal de distribuição é a rede de concessionárias do Grupo, sendo 25 concessionárias de caminhões e ônibus da marca Mercedes Benz e 19 concessionárias de automóveis das marcas Toyota, Mercedes Benz e Hyundai. As demonstrações financeiras individuais do Banco foram preparadas com base no pressuposto de continuidade de suas operações. Na data de emissão das presentes demonstrações financeiras individuais, a administração concluiu que não havia incertezas relevantes que pusessem em dúvida a capacidade do Banco de continuar operando nos próximos 12 meses, bem como não identificou qualquer situação que pudesse afetar as demonstrações financeiras individuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2022. O Banco dispõe de Títulos e valores mobiliários classificados como disponíveis para venda e, em função dos vencimentos dos títulos, estão apresentados no Ativo não circulante, e poderá utilizar a liquidez destes títulos para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. A Rodobens S.A., holding controladora do Banco, tem entre suas atribuições a manutenção do equilíbrio e a saúde financeira, inclusive de suas controladas, e honrará todos os compromissos de curto prazo através da distribuição e pagamento de lucros e dividendos das investidas do Banco ou através de aporte de capital, se necessário. A emissão dessas demonstrações financeiras individuais foi autorizada pela administração em 29 de março de 2023.

2. Apresentação das demonstrações financeiras individuais e principais políticas contábeis: As demonstrações financeiras individuais foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e com as diretrizes contábeis emanadas da Lei nº 6.404/76 e as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pela Lei nº 11.941/09, quando aplicável, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. O Banco apresenta as demonstrações financeiras individuais, estando dispensado da publicação da posição consolidada, prevista na Resolução do CMN nº 4.818/20. O Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu vários pronunciamentos contábeis, bem como suas interpretações e orientações, que alteram as práticas contábeis adotadas no Brasil, dentro do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade. Essas normas, orientações e interpretações precisam ser aprovadas pelo Conselho Monetário Nacional - CMN para que sejam aplicáveis às instituições financeiras. Os pronunciamentos contábeis já aprovados são: Resolução CMN nº 4.144/12 - Pronunciamento Técnico CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro. Alteração vigente a partir de 1º de janeiro de 2022, conforme Resolução CMN nº 4.924/21; Resolução CMN nº 3.566/08 - CPC 01 (R1): Redução ao valor recuperável de ativos. Alteração vigente a partir de 1º de janeiro de 2022, conforme Resolução CMN nº 4.924/21; Resolução CMN nº 4.818/20 - CPC 03 (R2): Demonstração dos fluxos de caixa; Resolução CMN nº 4.818/20 - CPC 05 (R1): Divulgação sobre partes relacionadas; Resolução CMN nº 3.989/11 - CPC 10 (R1): Pagamento baseado em ações; Resolução CMN nº 4.007/11 - CPC 23: Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro. Alteração vigente a partir de 1º de janeiro de 2022, conforme Resolução CMN nº 4.924/21; Resolução CMN nº 4.818/20 - CPC 24: Evento subsequente; Resolução CMN nº 3.823/09 - CPC 25: Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes; Resolução CMN nº 4.967/21 - CPC 28 Propriedade para investimento, vigente a partir de 1º de janeiro de 2022; Resolução CMN nº 4.877/20 - CPC 33 (R1): Benefícios a empregados; Resolução CMN nº 4.818/20 - CPC 41: Resultado por ação; Resolução CMN nº 4.748/19 - CPC 46: Mensuração do valor justo, vigente a partir de 1º de janeiro de 2020. Alteração vigente a partir de 1º de janeiro de 2022, conforme Resolução CMN nº 4.924/21; e Resolução CMN nº 4.924/21 - CPC 47 Receita de contrato com cliente, vigente a partir de 1º de janeiro de 2022. Em novembro de 2021, foi divulgada a Resolução CMN nº 4.966, a qual define os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge). A Resolução entrará em vigor em 1º de janeiro de 2025, sendo que o Banco mantém à disposição do Banco Central do Brasil o plano para a implementação aprovado pelo Conselho de Administração. O plano para a implementação poderá ser revisto pela gestão da instituição. Para a elaboração do plano para a implementação foram avaliados o cenário atual e eventuais possibilidades de mudanças em sistemas, produtos, processos e na própria normatização, considerando que o Banco Central do Brasil ainda poderá divulgar normas complementares necessárias à execução, em especial quanto à amortização de custos de transação (taxa efetiva de juros), definições de principal e juros para o teste SPPJ, pisos de provisão para ativos com problemas de recuperação de crédito, regras para instituições S4 que pretendem optar pela abordagem completa da PECLD, entre outros. Seguem alguns dos principais itens abordados no plano para a implementação da Resolução CMN nº 4.966/21: classificação e mensuração de ativos financeiros (modelo de negócio e teste SPPJ), classificação de passivos financeiros, custos de transação, ativos com problemas de recuperação de crédito, renegociação e reestruturação de ativos financeiros, baixa de ativos financeiros, provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, contabilidade de hedge e evidenciação. Observa-se que para cada item relacionado, o plano para a implementação prevê os seguintes desdobramentos: • Cenário atual: como o Banco trata as informações de acordo com a regulamentação vigente; • Proposta: o que o Banco entende ser necessário implementar ou modificar para se adequar; • Sistemas: quais os aplicativos utilizados, responsáveis pelo registro e controle das transações, impactados pela Resolução; • Processos: quais os processos afetados pela nova regra; e • Responsabilidades: quais áreas serão responsáveis pelas modificações e manutenções relativas às mudanças normativas. Foi publicada pelo Banco Central do Brasil em dezembro de 2021 a Resolução CMN n° 4.975 que estabelece a observância ao Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) 06 (R2) - Arrendamentos, no reconhecimento, na mensuração, na apresentação e na divulgação de operações de arrendamento mercantil, e que passa a vigorar em 1° de janeiro de 2025. Não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC. A administração aguardará as deliberações do CMN sobre as normas, orientações e interpretações ainda não aprovadas, para ajustar as demonstrações financeiras do Banco, dentro do que for aplicável. As demonstrações financeiras individuais incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, valorização de instrumentos financeiros, realização de tributos diferidos, provisão para contingências, outras provisões. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas. As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação do Banco. Os valores estão arredondados ao milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. As principais políticas contábeis adotadas para o registro das operações e para a elaboração das demonstrações financeiras do Banco são as seguintes: **(a) Apuração do resultado:** As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério "pro rata" dia para aquelas de natureza financeira. As rendas de tarifas bancárias compreendem, substancialmente, as tarifas de cadastros das operações. O Banco não possui receitas de prestação de serviços relevantes, que são reconhecidas mediante a satisfação das obrigações de performance, conforme o CPC 47 - Receita de contratos com clientes. As rendas de tarifas bancárias e as prestações de serviços estão apresentadas na demonstração de resultados como Receita de prestação de serviços. As receitas de arrendamento mercantil dos tipos financeiro e operacional são registradas quando da exigibilidade das contraprestações, conforme determinado pela Portaria MF nº 140/84, ajustadas pelo valor presente do fluxo futuro das respectivas operações, no caso das operações do tipo financeiro, conforme determinado pela Circular do BACEN nº 1.429/89. **(b) Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários - livres, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. **(c) Aplicações interfinanceiras de liquidez:** As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data dos balanços, calculados "pro rata" dia, com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuados. **(d) Instrumentos financeiros - Títulos e valores mobiliários - Carteira própria:** De acordo com a Circular do BACEN nº 3.068/01, os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção da administração em três categorias específicas: (i) Negociação: classificam-se nesta categoria aqueles títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. Por isso, são apresentados no ativo circulante, independentemente do seu prazo de vencimento. São ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período; (ii) Disponíveis para venda: classificam-se nesta categoria aqueles títulos e valores mobiliários que podem ser negociados, porém não são adquiridos com o propósito de serem frequentemente negociados ou de serem mantidos até o seu vencimento. Os rendimentos intrínsecos (*"accrual"*) são reconhecidos na demonstração de resultado e as variações no valor de mercado ainda não realizados em contrapartida a conta destacada do patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários; e (iii) Mantidos até o vencimento: nesta categoria são classificados aqueles títulos e valores mobiliários para os quais o Banco tem a intenção e capacidade financeira de mantê-los em carteira até seu vencimento. São contabilizados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos intrínsecos. A reavaliação quanto à classificação dos títulos e valores mobiliários é efetuada por ocasião da elaboração dos balanços semestrais, levando em conta a intenção e a capacidade financeira, observado os procedimentos estabelecidos pela Circular do BACEN nº 3.068/01. A classificação, composição e segmentação dos títulos e valores mobiliários estão apresentadas na Nota 5(a). **(e) Instrumentos financeiros derivativos:** De acordo com a Circular do BACEN nº 3.082/02 e regulamentações posteriores, os instrumentos financeiros derivativos devem ser classificados na data de sua aquisição de acordo com a intenção da administração para fins ou não de proteção *("hedge")* e ajustados pelo valor de mercado com as valorizações e desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado do período. Adicionalmente, quando o instrumento financeiro derivativo é contratado em negociação associada à operação de captação ou aplicação de recursos, a valorização ou desvalorização decorrente de ajuste a valor de mercado pode ser desconsiderada, conforme previsto na Circular do BACEN nº 3.150/02, desde que observada condições específicas. As posições desses instrumentos financeiros têm seus valores referenciais registrados em contas de compensação e os valores a receber e a pagar, referentes às operações de *swap,* são registrados em contas patrimoniais (Nota 6). O Banco participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos que se destinam às necessidades próprias, a fim de reduzir sua exposição a riscos de mercado, de moeda e de juros. O Banco administra os riscos por meio de políticas de controles, estabelecimento de estratégias operacionais, determinação de limites e diversas técnicas de acompanhamento das posições. O Banco também efetua operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos que se destinam a clientes, associadas a operações de captação ou aplicação de recursos. Para equalizar os efeitos da marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos designados como proteção, o Banco adotou em 2019 a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) e designou certos derivativos como *hedge* de risco de mercado, em que os ativos e passivos financeiros objetos de *hedge* também são demonstrados pelo valor justo e registrados na demonstração de resultado. O objetivo da gestão de riscos e a estratégia de proteção destes riscos são documentados no início da operação e de forma contínua quanto à efetividade dos instrumentos financeiros derivativos e o ajuste a valor justo das operações objeto de *hedge*. Se o *hedge* não mais atende aos critérios de contabilização, a relação de proteção é descontinuada. O valor justo dos instrumentos derivativos usados para fins de *hedge*, bem como o valor justo dos instrumentos financeiros objeto de *hedge* estão divulgados na Nota 6 (a). **(f) Valor justo dos instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros registrados pelo valor justo são: (i) os títulos e valores mobiliários, classificados como disponíveis para venda e mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes; e (ii) os derivativos, mensurados ao valor justo por meio do resultado. O valor justo dos instrumentos financeiros é baseado no valor de mercado quando os preços cotados estão disponíveis ou mediante estimativa por meio do desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, considerando a hierarquia de valor justo, conforme o CPC 46 - Mensuração do valor justo. (i) Nível 1: informações observáveis baseadas nos preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para instrumentos financeiros idênticos; (ii) Nível 2: informações diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); e (iii) Nível 3: informações para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado. **(g) Demais ativos circulante e não circulante:** Demonstrados pelos valores de custo, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e variações monetárias (em base "pro rata" dia) e cambiais incorridos. Para estes casos, quando necessário, foram constituídas provisões para ajuste ao valor justo. **(h) Investimentos, imobilizado e intangível:** Demonstrado ao custo de aquisição, combinado com os seguintes aspectos: • Participação em empresas coligadas e controladas, avaliada pelo método de equivalência patrimonial (Nota 13). • Depreciação do imobilizado e a amortização do intangível, pelo método linear, às taxas anuais entre 10% e 20%. • Depreciação do imobilizado de arrendamento mercantil operacional pelo prazo contratual e baseada no valor estimado de venda dos bens no final do contrato. **(i) Passivos circulantes e não circulantes:** Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos (em base "pro rata" dia) e cambiais incorridos. **(j) Imposto de renda e contribuição social:** A provisão para imposto de renda foi calculada pela alíquota de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro anual excedente a R$ 240. A provisão para contribuição social foi constituída pela alíquota de 20% no primeiro semestre de 2021 e 25% no segundo semestre de 2021, conforme MP nº 1.034/21 transformada na Lei nº 14.183 em 14 de julho de 2021. A partir de 1º de janeiro de 2022 a alíquota da CSLL passou a vigorar novamente a 20% e, temporariamente, vigorou à alíquota de 21% entre agosto e dezembro 2022, conforme MP 1.115/2022 convertida na Lei 14.446/2022. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal, base negativa da contribuição social e por adições temporárias foram constituídos de acordo com as alíquotas aplicáveis ao período em que se estima a realização do ativo, considerando as suas perspectivas de recuperação e estão registrados no ativo não circulante (Nota 12). O Banco também mantém débitos tributários diferidos sobre diferenças temporárias (Nota 20 (b.i)). No exercício de 2021 o Banco Rodobens apurou resultado fiscal positivo. Foram realizadas deduções de incentivos fiscais referente ao Programa de Alimentação do Trabalhador, conforme lei 6.321/76, e a Lei do Bem, conforme lei 11.196/05, destinados a empresas que realizam pesquisas e desenvolvimento de inovação tecnológica (Nota 15). **(k) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais (fiscais e previdenciárias):** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com a Resolução do CMN nº 3.823/09, que aprovou o Pronunciamento Contábil (CPC 25), da seguinte forma: • **Ativos contingentes** - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais, exceto quando da existência de evidências que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas. • **Passivos contingentes** - são reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e, quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perda possível não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgados nas notas explicativas às demonstrações financeiras individuais, e os classificados como de perda remota não são provisionados, nem divulgados. Os depósitos judiciais são mantidos em conta de ativo, sem serem deduzidos das provisões para passivos contingentes, em atendimento às normas do Banco Central do Brasil. • **Obrigações legais (fiscais e previdenciárias)** - são reconhecidas nas demonstrações financeiras individuais quando, com base na opinião dos assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco da perda de uma ação judicial onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de tributos e contribuições, com provável saída de recursos para a liquidação das obrigações em montantes mensuráveis com suficiente segurança. O montante discutido é quantificado, integralmente provisionado e atualizado mensalmente, podendo sofrer alterações no futuro devido às mudanças relacionadas ao andamento de cada ação. **(l) *Impairment*:** O registro contábil de um ativo deve evidenciar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída uma provisão, ajustando o valor contábil líquido. Essas provisões são reconhecidas no resultado do período. O Banco efetua periodicamente a avaliação dos bens sujeitos aos testes de *impairment.* **(m) Operações de crédito, arrendamento mercantil e as provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito:** As operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos são classificados de acordo com o julgamento da administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantias, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99, do CMN, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis distintos, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo) de perda. As rendas das operações de crédito, arrendamento mercantil e de outros créditos vencidas há mais de 59 dias, independentemente do nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por 6 meses, quando então são baixadas e controladas em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas, exceto quando há amortização significativa da operação ou quando fatos novos relevantes justificarem mudanças do nível de risco, conforme previsto na Resolução nº 2.682 do CMN. As renegociações de operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos que já haviam sido baixadas e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível "H". As provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito são fundamentadas na análise das operações efetuada pela administração para concluir quanto ao valor necessário para cobrir a carteira de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos de liquidação duvidosa. A composição está apresentada na Nota 9. **(n) Partes relacionadas:** As transações com partes relacionadas diretas e indiretas são efetuadas de acordo com a Resolução BCB nº 4.818/20 e o Banco dispõe de política interna de transações com partes relacionadas. Essas operações são realizadas em condições compatíveis com as médias praticadas com terceiros ou usuais de mercado, tais como valores, prazos e taxas vigentes nas datas das operações e das suas liquidações. Os saldos das transações do Banco com suas respectivas partes relacionadas estão apresentados na Nota 22(a). **(o) Resultados recorrentes e não recorrentes:** A Resolução BCB nº 2, de 27 de novembro de 2020, em seu artigo 34, inciso V e §§ 4º e 5º passou a determinar a divulgação de forma segregada dos resultados recorrentes e não recorrentes. Define-se então como resultado não corrente do semestre e exercício aquele que: (i) não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e (ii) não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. A natureza e o efeito financeiro dos eventos considerados não recorrentes estão evidenciados na Nota 23 (f).

3. Caixa e equivalentes de caixa: O caixa e equivalentes de caixa apresentados nas demonstrações dos fluxos de caixa estão constituídos por:

	2022	2021
Disponibilidades	1.077	2.655
Aplicações no mercado aberto (i)	33.005	25.999
	34.082	**28.654**

(i) As aplicações no mercado aberto são lastreadas por títulos públicos federais, compostos integralmente por Letras do Tesouro Nacional, e têm prazos de vencimento de um dia útil.

4. Aplicações interfinanceiras de liquidez: As aplicações interfinanceiras de liquidez são compostas por aplicações em depósitos interfinanceiros vinculadas ao crédito do agronegócio e Letras do Tesouro Nacional, conforme especificado abaixo:

	2022	2021
Aplicações interfinanceiras de liquidez		
Aplicações em depósitos interfinanceiros - crédito rural	18.812	-
Letras do Tesouro Nacional - LTN	33.005	25.999
	51.817	**25.999**

continua...

...continuação

Rodobens

Banco Rodobens S.A
CNPJ: 33.603.457/0001-40
Rua Estado de Israel, 975
CEP: 04022-002 | São Paulo - SP
Telefone: 11. 2124-8700

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2022 - *Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma*

5. Títulos e valores mobiliários

(a) Saldo de títulos de valores mobiliários

Banco	Descrição	Vencimento	Nível valor justo	Valor de mercado 2022	Valor de mercado 2021	Valor de Curva 2022	Valor de Curva 2021
Bradesco (i)	Cotas Fundo Multimercado	Sem vecto	2	103.959	203.041	103.959	203.041
Green Rdbs(i)	Cotas Fundo Multimercado	Sem vecto	2	12	202.060	12	202.060
BNDES (i)	Cotas Fundo Desenvolvimento Social	Sem vecto	2	804	776	804	776
Bradesco	Letras Financeiras	17/07/2024	1	17.294	15.307	17.294	15.307
Tesouro Nacional	Letras Financeiras Tesouro	01/03/2023	1	-	59.780	-	59.809
Tesouro Nacional	Letra do Tesouro Nacional	01/07/2023	1	38.253	34.615	39.807	37.945
Tesouro Nacional	Letra do Tesouro Nacional	03/07/2023	1	11.013	9.965	11.448	10.890
Tesouro Nacional	Letra do Tesouro Nacional	01/01/2024	1	304.547	279.812	328.121	312.133
Tesouro Nacional	Letra do Tesouro Nacional	02/01/2024	1	63.418	58.268	68.147	64.656
Total - Títulos e Valores Mobiliários				**539.300**	**863.624**	**569.592**	**906.617**
Circulante				154.041	405.877		
Não circulante				385.259	457.747		

(i) O Banco Rodobens não é cotista exclusivo desses Fundos.

Os títulos públicos são contabilizados pelo custo de aquisição, acrescidos diariamente dos rendimentos incorridos ("curva") até a data do balanço, ajustados ao valor de mercado, e são atualizados pelas informações divulgadas nos boletins publicados pela ANBIMA. Os títulos privados estão custodiados na B3 - Brasil, Bolsa e Balcão e os títulos públicos no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic). Os títulos e valores mobiliários são classificados na categoria disponível para venda.

(b) Resultado de títulos de valores mobiliários

	2º semestre 2022	2022	2021
Títulos de renda fixa	17.782	44.306	39.471
Aplicações interfinanceiras de liquidez	2.952	4.697	2.106
	20.734	**49.003**	**41.577**

6. Derivativos: O Banco contratou instrumentos financeiros derivativos para proteção da carteira de crédito e captações visando minimizar a exposição à variação de taxa de juros. As operações de *swap* são contratadas em negociação associadas às operações de crédito em taxas pré-fixadas, taxa referencial (TR), IGP-M e IPCA, e as captações, em taxas pós fixadas em percentual da DI. Essas operações foram avaliadas ao valor de mercado, como requerido pela Circular nº 3.082/02. Essa mensuração é baseada em métodos já utilizados no mercado, onde é calculado o valor futuro do ativo e valor futuro do passivo com base nas taxas de mercado (B3) e posteriormente ambos trazidos a valor presente com as mesmas taxas. O valor justo estimado obtido por meio dessas técnicas não pode ser substanciado por comparação com mercados independentes e, em muitos casos, não pode ser realizado na liquidação imediata do instrumento. As operações de swaps de longo prazo possuem garantia de Letra Financeira emitida pelo Banco Bradesco no valor de R$ 17.294 (nota 5(a)). Parte das operações de *swap* foi designada como instrumento de *hedge accounting* de valor de mercado. Em 31 de dezembro de 2022, o valor de referência de tais operações de *swap* totalizava R$ 893.037 (2021 - R$ 697.176). As operações de crédito em taxas pré-fixadas e operações de arrendamento mercantil operacional eram o objeto de *hedge*, além de captações via depósito a prazo com garantia especial. Esta prática foi adotada visando equalizar os efeitos da marcação a mercado dos derivativos, designados como proteção, ao valor justo da carteira de crédito e captações objeto de *hedge*.

Os saldos contábeis das operações de *swap* são registrados em contas patrimoniais, tendo como contrapartida as respectivas contas de resultado e estão demonstrados a seguir:

(a) Fluxos financeiros dos *swaps*

Descrição	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 3 Anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	2022 Total
Swaps designados no *hedge* de risco de mercado								
Instrumento de *hedge*								
Valor referencial	34.056	68.928	37.221	415.667	299.950	37.215	-	**893.037**
Valor de "curva"	243	446	537	11	2.564	341	-	**4.142**
Valor de mercado	434	868	1.206	(214)	7.979	1.323	-	**11.596**
Ajuste ao valor de mercado	191	422	669	(225)	5.415	982	-	**7.454**
Objeto de *hedge* - carteira de crédito e captações								
Valor referencial	3.455	11.154	14.211	418.890	285.738	282.262	52	**1.015.762**
Ajuste ao valor de mercado	(13)	(90)	(252)	(2.668)	(5.612)	(3.371)	(3)	**(12.009)**
Valor de mercado	3.443	11.064	13.959	416.223	280.126	278.891	49	**1.003.755**
Swaps não usados no *hedge accounting*								
Valor referencial	5.958	8.700	83.819	78.544	19.852	7.258	24.391	**228.522**
Valor de "curva"	20	165	629	1.288	(94)	-	(19.163)	**(17.155)**
Valor de mercado	51	186	758	1.727	(3.077)	(3.205)	(10.581)	**(14.141)**
Ajuste ao valor de mercado	31	21	130	439	(2.983)	(3.205)	8.581	**3.014**

Descrição	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 3 Anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	2021 Total
Swaps designados no *hedge* de risco de mercado								
Instrumento de *hedge*								
Valor referencial	3.492	9.247	13.781	240.021	428.204	2.431	-	**697.176**
Valor de "curva"	1	(18)	(6)	(1.140)	(491)	(82)	-	**(1.736)**
Valor de mercado	82	347	694	(1.139)	3.272	237	-	**3.493**
Ajuste ao valor de mercado	82	365	700	-	3.763	320	-	**5.230**
Objeto de *hedge* - carteira de crédito e dpge								
Valor referencial	5.054	10.321	13.608	254.188	441.583	3.153	-	**727.907**
Ajuste ao valor de mercado	(17)	(139)	(481)	(4.538)	(9.988)	(413)	-	**(15.576)**
Valor de mercado	5.037	10.182	13.127	249.650	431.595	2.740	-	**712.331**
Swaps não usados no *hedge accounting*								
Valor referencial	4.734	5.989	31.363	35.910	78.492	7.344	28.027	**191.859**
Valor de "curva"	(32)	-	11	9	26	(211)	(16.730)	**(16.927)**
Valor de mercado	(137)	(17)	(42)	116	(2.799)	(3.261)	(11.141)	**(17.281)**
Ajuste ao valor de mercado	(105)	(17)	(53)	107	(2.825)	(3.050)	5.589	**(354)**

(b) Saldos dos *swaps*

	Nível valor justo	Valor Referencial	Banco Rodobens	Contraparte	Diferencial a receber	Diferencial a pagar	Resultado 2º Semestre 2022	Resultado 2022
CDI x Pré								
Banco Itaú	2	796	798	(779)	19	-	2	22
Banco Bradesco	2	-	-	-	-	-	(2)	11
Banco Santander	2	29.374	29.374	(28.295)	1.079	-	114	960
Banco Votorantim	2	273.762	294.569	(286.078)	8.491	-	3.025	5.238
Banco ABC Brasil	2	2.138	2.138	(2.090)	48	-	4	57
Banco XP	2	128.828	141.403	(138.245)	3.158	-	357	3.186
Banco Safra	2	117.573	126.248	(124.712)	1.962	(426)	(224)	1.569
CDI x IGP-M								
Banco Bradesco	2	16.973	16.973	(27.677)	-	(10.704)	1.059	(515)
CDI x IPCA								
Banco Bradesco	2	25.455	25.455	(32.160)	510	(7.215)	998	664
Banco Votorantim	2	65.142	70.975	(70.611)	461	(97)	1.286	294
Banco XP	2	111.518	124.095	(121.401)	2.694	-	3.852	1.723
CDI x CDI+Pré								
Banco Bradesco	2	50.000	59.339	(60.119)	-	(780)	(149)	(772)
Banco Votorantim	2	300.000	313.335	(315.080)	-	(1.745)	(642)	(2.426)
Total		**1.121.559**	**1.204.702**	**(1.207.247)**	**18.422**	**(20.967)**	**9.680**	**10.011**
Circulante					8.665	(3.649)		
Não Circulante					9.757	(17.318)		

	Nível valor justo	Valor Referencial	Banco Rodobens	Contraparte	Diferencial a receber	Diferencial a pagar	Resultado 2021
CDI x Pré							
Banco Itaú	2	2.240	2.247	(2.201)	46	-	143
Banco Bradesco	2	-	-	-	-	-	50
Banco Santander	2	55.690	55.690	(53.660)	2.030	-	4.075
Banco Votorantim	2	117.155	120.579	(115.154)	5.459	(34)	8.658
Banco ABC Brasil	2	6.170	6.170	(6.024)	146	-	528
CDI x IGP-M							
Banco Bradesco	2	18.779	18.779	(30.175)	-	(11.396)	(4.661)
CDI x IPCA							
Banco Bradesco	2	27.001	26.831	(33.654)	495	(7.318)	634
Banco XP	2	112.000	112.117	(111.785)	469	(137)	332
CDI x CDI+Pré							
Banco Bradesco	2	250.000	265.218	(268.569)	-	(3.351)	(2.336)
Banco Votorantim	2	300.000	314.543	(314.740)	-	(197)	(197)
Total		**889.035**	**922.174**	**(935.962)**	**8.645**	**(22.433)**	**7.226**
Circulante					4.200	(4.296)	
Não Circulante					4.445	(18.137)	

7. Relações interfinanceiras: O saldo de relações interfinanceiras corresponde à repasses interfinanceiros com correspondentes bancários e créditos vinculados referente depósitos no Banco Central.

Descrição	2022	2021
Correspondentes bancários	3.089	251
Créditos vinculados - depósitos no Banco Central	1.955	5.588
	5.044	**5.839**

8. Operações de crédito e arrendamento mercantil

(a) Composição e concentração da carteira por operações

Descrição	Indústria	Comércio	Rural	Habitação	Serviços (*)	Pessoa física	2022	2021
Empréstimos e direitos creditórios descontados	244	77.949	20	36.188	1.539	87.716	203.656	120.491
Financiamentos de veículos e outros bens	184.009	326.985	31.598	119.569	1.190.760	892.271	2.745.192	2.069.099
Financiamento imobiliário	-	828	-	898	14	34.375	36.115	89.359
Arrend. mercantil financeiro	297	1.190	-	9.432	3.507	-	14.426	3.054
Arrend. mercantil operacional (Nota 8 (f))	23.753	10.721	63	2.864	61.571	5.962	104.934	119.365
Aquisição de recebíveis (i)	7.434	14.700	1.807	3.361	23.024	29.950	80.276	-
Outros créditos (ii)	10.784	3.475	275	2.855	5.741	57.212	80.342	96.783
	226.521	**435.848**	**33.763**	**175.167**	**1.286.156**	**1.107.486**	**3.264.941**	**2.498.151**

(*) A operação de serviços é composta, substancialmente, por empresas que atuam no setor de transportes.
(i) Aquisições de recebíveis sem coobrigação, originados das operações de pós-vendas das unidades de veículos comerciais das empresas ligadas integrantes do conglomerado Rodobens.
(ii) Os Outros créditos compreendem as operações de devedores por compra de valores e bens, títulos e créditos a receber e créditos a receber de cartões de crédito por meio de compras à vista.

(b) Composição da carteira de operações por vencimento

Descrição	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 3 Anos	Acima de 3 anos	Vencidas a partir de 15 dias	Total
Empréstimos e direitos creditórios descontados	15.183	45.875	35.090	37.626	32.292	36.058	1.532	203.656
Financiamentos de veículos e outros bens	92.178	176.504	258.506	450.714	1.492.973	262.451	11.866	2.745.192
Financiamento imobiliário	720	978	1.496	2.959	8.908	20.634	420	36.115
Arrend. mercantil financeiro	549	1.052	1.522	2.729	8.068	506	-	14.426
Arrend. mercantil operacional (Nota 8 (f))	5.404	10.182	13.832	23.950	39.778	11.379	409	104.934
Aquisição de recebíveis	27.028	29.669	17.940	4.888	-	-	751	80.276
Outros créditos	2.093	3.420	3.659	5.723	7.787	55.954	1.706	80.342
Total 2022	**143.155**	**267.680**	**332.045**	**528.589**	**1.589.806**	**386.982**	**16.684**	**3.264.941**
Total 2021	**73.400**	**146.380**	**205.166**	**422.632**	**1.199.690**	**391.029**	**59.854**	**2.498.151**

(c) Concentração do risco de crédito

Descrição	2022 Valor	2022 % s/ carteira	2021 Valor	2021 % s/ carteira
Principal devedor	36.694	1,12	44.833	1,79
10 maiores devedores	207.332	6,35	244.854	9,80
20 maiores devedores	309.308	9,47	339.933	13,61
50 maiores devedores	516.505	15,82	512.612	20,52

(d) Composição da carteira por nível de risco:

(d.i) Carteira de operações de crédito

Nível de risco	Provisão %	2022 Operações a Vencer	2022 Vencidas a partir de 15 dias (i)	2022 Provisão requerida	2021 Operações a Vencer	2021 Vencidas a partir de 15 dias (i)	2021 Provisão requerida	2021 Provisão adicional (ii)
AA	0	426.345	-	-	359.001	-	-	-
A	0,5	2.551.079	3.798	12.775	1.260.902	1.166	6.311	-
B	1	20.232	39.457	597	556.241	22.908	5.791	-
C	3	9.635	42.376	1.560	38.252	33.826	2.162	-
D	10	3.253	16.967	2.022	2.295	17.261	1.956	1.183
E	30	2.545	8.649	3.358	3.769	6.960	3.219	-
F	50	306	5.100	2.703	1.345	23.212	12.279	2.731
G	70	106	6.740	4.792	1.156	18.556	13.799	-
H	100	2.216	21.203	23.419	18.585	13.351	31.937	-
		3.015.717	**144.290**	**51.226**	**2.241.546**	**137.240**	**77.454**	**3.914**

(d.ii) Carteira de arrendamento mercantil operacional

Nível de risco	Provisão %	2022 Operações a Vencer	2022 Vencidas a partir de 15 dias (i)	2022 Provisão constituída	2021 Operações a Vencer	2021 Vencidas a partir de 15 dias (i)	2021 Provisão constituída
AA	0	8.114	-	-	4.174	-	-
A	0,5	88.246	-	441	106.850	-	534
B	1	5.414	684	61	3.881	1.680	55
C	3	138	689	25	420	1.311	52
D	10	81	629	71	164	383	55
E	30	67	555	187	-	86	26
F	50	-	148	74	142	-	71
G	70	-	12	9	-	-	-
H	100	-	157	157	51	223	273
		102.060	**2.874**	**1.025**	**115.682**	**3.683**	**1.066**

(i) Compreende as parcelas vincendas e vencidas, desde que a operação possua parcelas com atraso superior a 15 dias.
(ii) A provisão adicional, em incremento ao mínimo requerido pela regulamentação vigente, é constituída com base na perda esperada obtida através de indicadores de crédito da carteira.

(e) Operações renegociadas e recuperadas: Em 31 de dezembro de 2022, o saldo total de créditos renegociados é de R$ 311.123 (2021 - R$ 349.869). As operações de crédito renegociadas durante o exercício findo de 31 de dezembro de 2022 foi de R$ 112.064 (2021 - R$ 45.675). O montante renegociado é composto substancialmente por: (i) financiamentos para aquisição de bens no montante de R$ 60.638 (2021 - R$ 31.784) e operações de arrendamento mercantil operacional no montante de R$ 5.031 (2021 - R$ 952), renegociadas substancialmente para prorrogações de parcelas; e (ii) operações de empréstimo para capital de giro, que correspondem ao montante de R$ 43.506 (2021 - R$ 3.003), geradas substancialmente por alterações de taxas e prorrogações de contratos. No exercício de 2022 foram recuperados créditos baixados como prejuízo no valor de R$ 8.351 (2021 - R$ 12.189), cujo valor está registrado em "Receita da intermediação financeira - Operações de crédito" no resultado do exercício (Nota 8(g)).

(f) Arrendamento mercantil operacional

	2022	2021
Arrendamentos operacionais a receber	104.934	119.365
Rendas a apropriar de arrendamento operacional a receber	(94.985)	(110.604)
Ajuste a mercado das operações objeto de *hedge*	(1.254)	(2.620)
Bens arrendados	295.270	295.268
Provisão para perdas de bens	(123)	(184)
Depreciação acumulada de bens	(107.457)	(118.966)
Valor dos contratos de arrendamento mercantil operacional	**196.385**	**182.259**

(g) Receitas das operações de crédito e arrendamento mercantil

	2º semestre 2022	2022	2021
Operações de crédito			
Empréstimos e direitos creditórios descontados	17.010	29.050	11.329
Financiamentos de veículos e outros bens	158.873	297.649	178.591
Financiamento imobiliário	1.844	6.121	10.193
Aquisição de recebíveis	4.899	4.899	-
Outros créditos	2.565	6.825	7.030
Equalização de taxas	17.484	30.030	7.519
Recuperação de créditos baixados para prejuízo	3.616	8.351	12.189
Valor justo das operações objeto de hedge accounting	5.706	1.182	(9.609)
	211.997	**384.107**	**217.242**
Arrendamento mercantil operacional	51.267	96.122	93.941
Arrendamento mercantil financeiro	2.256	3.174	424
Valor justo das operações objeto de hedge accounting	1.173	1.345	(7.878)
	54.696	**100.641**	**86.487**
	266.693	**484.748**	**303.729**

9. Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito: A estimativa de provisão para perdas associadas ao risco de crédito apresentou as seguintes movimentações:

	2º semestre 2022	2022	2021
Saldo no início do semestre/exercício	85.526	82.434	77.130
Constituição das provisões	22.673	66.297	65.710
(-) Reversão das provisões	(27.572)	(38.128)	(26.410)
(+) Reativação de contratos baixados para prejuízo	-	-	930
(-) Créditos baixados para prejuízo	(28.376)	(58.352)	(34.926)
Saldo no fim do semestre/exercício	**52.251**	**52.251**	**82.434**

10. Outros créditos

Descrição	2022	2021
Lucros e juros sobre capital próprio a receber (i)	53.305	34.290
Devedores por depósitos em garantia (ii)	43.537	39.807
Gastos com contencioso a recuperar	7.681	4.446
(-) Provisões para perdas - gastos com contencioso	(6.606)	(4.157)
Outros	9.524	6.181
	107.441	**80.567**
Circulante	7.389	4.347
Não circulante	**100.052**	**76.220**

(i) Referem-se a valores de lucros e juros sobre capital próprio distribuídos pelas investidas (Nota 13).
(ii) Referem-se, substancialmente, a depósitos judiciais no montante integral dos créditos tributários oriundos do mandado de segurança para resguardar a dedutibilidade de IRPJ e CSLL sobre a distribuição de juros sobre o capital próprio referente a exercícios anteriores.

11. Outros valores e bens

Descrição	2022	2021
Bens não de uso próprio, retomados (i)		
Imóveis (iii)	18.402	55.878
Veículos	16.784	5.452
Outros bens	146	4.900
(-) Provisões para desvalorizações	(1.712)	(6.060)
Bens não de uso próprio, leasing operacional (ii)		
Veículos retornados	7.614	7.996
Veículos a arrendar	2.825	3.021
Despesas antecipadas		
Despesas antecipadas leasing operacional	1.779	2.357
Outras despesas antecipadas	581	1.087
	46.419	**74.631**
Circulante	28.936	26.374
Não circulante	17.483	48.257

(i) Referem-se aos veículos, imóveis e outros, obtidos em dação de pagamento, apreendidos ou retomados e deduzidos de suas respectivas provisões para desvalorizações.
(ii) Consideram-se os veículos adquiridos para futuros arrendamentos ou retornados dos contratos de arrendamento mercantil encerrados e, quando aplicável, deduzidos de suas respectivas provisões para desvalorizações.
(iii) No exercício de 2022, o Banco vendeu bens não de uso próprio (BNDU) imóveis avaliados em R$ 38.135, mediante recebimento à vista, para a coligada indireta Rodobens Administração de Ativos Imobiliários Ltda. (Nota 22(b)).

12. Ativos fiscais

(a) Composição dos ativos fiscais correntes

Descrição	2022	2021
Impostos e Contribuições a Compensar		
Antecipações de IRPJ e CSLL	1.961	8.169
Créditos de decisões transitadas em julgado (i)	2.375	133
Outros impostos e contribuições a compensar	209	332
	4.545	**8.634**
Circulante	4.412	8.501
Não circulante	133	133

(i) Referem-se substancialmente a provisão e ao crédito precatório referente processo de repetição de indébito de ISS nas operações de leasing operacional.

(b) Composição e movimentação dos ativos fiscais diferidos

	31 de dezembro de 2021	Adições	Baixas	31 de dezembro de 2022
Prejuizo fiscal (IRPJ) e base de cálculo negativa da CSLL	5.623	24.466	-	30.089
Diferenças temporárias: PIS e COFINS				
Ajustes ao valor justo de instrumentos financeiros	2.200	17	(891)	1.326
Diferenças temporárias: IRPJ e CSLL				
Perdas esperadas associadas ao risco de crédito	37.095	29.495	(43.077)	23.513
Diferimento de receitas de equalização de taxas	89	342	(164)	267
Perdas de créditos baixados para prejuízo (provisão)	17.038	26.258	(12.455)	30.841
Ajustes ao valor justo de instrumentos financeiros	20.300	161	(8.225)	12.236
Provisões passivas: contingências e desp. oper. e administrativas	8.343	4.849	(5.485)	7.707
Redução do valor recuperável de ativos *(impairment)*	4.679	2.951	(3.187)	4.443
	95.367	**88.539**	**(73.484)**	**110.422**

	31 de dezembro de 2020	Adições	Baixas	Majoração alíquota CSLL	31 de dezembro de 2021
Prejuizo fiscal (IRPJ) e base de cálculo negativa da CSLL	8.077	-	(2.743)	289	5.623
Diferenças temporárias: PIS e COFINS					
Ajustes ao valor justo de instrumentos financeiros	811	2.538	(1.149)	-	2.200
Diferenças temporárias: IRPJ e CSLL					
Perdas esperadas associadas ao risco de crédito	34.708	30.273	(29.220)	1.334	37.095
Diferimento de receitas de equalização de taxas	78	90	(86)	7	89
Perdas de créditos baixados para prejuízo (provisão)	10.986	15.206	(9.751)	597	17.038
Ajustes ao valor justo de instrumentos financeiros	7.480	23.415	(10.763)	168	20.300
Provisões passivas: contingências e desp. oper. e administrativas	5.759	7.372	(5.064)	276	8.343
Redução do valor recuperável de ativos *(impairment)*	5.719	2.032	(3.134)	62	4.679
	73.618	**80.926**	**(61.910)**	**2.733**	**95.367**

(c) Projeção de realização e valor presente dos ativos fiscais diferidos: Em 31 de dezembro de 2022, o valor presente dos ativos fiscais diferidos foi calculado com base na taxa DI de 13,65% a.a. e totalizava R$ 85.848 (2021 - CDI de 9,15% a.a. e totalizava R$ 81.000).

Ativos fiscais diferidos	2023	2024	2025	2026	2027	De 5 a 10 Anos	Total
Adições temporárias	44.140	25.862	6.595	5.056	1.791	(3.111)	**80.333**
Prejuízo fiscal e base de cálculo negativa da CSLL	1.605	7.047	4.711	10.244	6.483	-	**30.089**
	45.745	**32.909**	**11.306**	**15.300**	**8.274**	**(3.111)**	**110.422**

(Projeção de realização)

13. Investimentos em participações em coligadas e controladas:

As participações societárias em empresas do Grupo Rodobens estão sumariadas como a seguir:

	Rodobens Administradora de Consórcios Ltda. (i)	Ativos - Adm. Carteira de Valores Mobiliários Ltda. (ii)	Total
Ativo circulante e não circulante	1.240.412	15.758	-
Passivo circulante e não circulante	250.781	1.601	-
Patrimônio líquido	989.631	14.157	-
Passivos Contingentes	75.603	-	-
Resultado da investida no exercício de 2022	277.738	34.470	-
Resultado abrangente - *hedge de fluxo de caixa*	220	-	-
Total do Resultado abrangente em 31 de dezembro de 2022	277.958	34.470	-
Capital social em 31 de dezembro de 2022	235.153	100	-
Percentual de participação	19,36%	99,90%	-
Movimentação em:			
31 de dezembro de 2020	**156.739**	**15.114**	**171.853**
Resultado de equivalência patrimonial	46.483	32.825	79.308
JCP, lucros e dividendos distribuídos	(28.125)	(31.469)	(59.594)
Ajustes patrimoniais nas investidas (iii)	(13)	-	(13)
31 de dezembro de 2021	**175.084**	**16.470**	**191.554**
Resultado de equivalência patrimonial	53.780	34.437	88.217
JCP, lucros e dividendos distribuídos	(37.276)	(36.763)	(74.039)
Ajustes patrimoniais nas investidas (iii)	43	-	43
31 de dezembro de 2022	**191.631**	**14.144**	**205.775**
30 de junho de 2022	**188.674**	**15.337**	**204.011**
Resultado de equivalência patrimonial	26.872	17.488	44.360
Lucros e dividendos distribuídos	(23.915)	(18.681)	(42.596)
31 de dezembro de 2022	**191.631**	**14.144**	**205.775**

(i) A investida Rodobens Administradora de Consórcios Ltda., uma empresa brasileira com sede na Avenida Murchid Homsi, 1404, São José do Rio Preto-SP, tem como principal atividade a administração de grupos de consórcio, e sua moeda funcional é o Real.

(ii) A investida é considerada como uma empresa coligada. Apesar do Banco Rodobens não manter 20% do poder de voto, exerce influências significativa de outras formas como operações materiais entre o investidor e a investida, intercâmbio de diretores ou gerentes e fornecimento de informação técnica essencial conforme CPC 18R2. Conforme ata de reunião dos sócios realizada em 03 de fevereiro de 2020 e 31 de dezembro de 2020, foram distribuídos lucros nos valores de R$ 309 e R$ 290, respectivamente, de forma desproporcional a participação de cada sócio, gerando uma perda de capital no montante de R$ 561 e o saldo a receber nos valores de R$ 35 e R$ 5 estão registrados na rubrica de "Outros créditos - diversos" (Nota 10). Em reuniões dos sócios realizadas em 31 de julho de 2020, 19 de agosto de 2020, 29 de setembro de 2020, 29 de outubro de 2020, 30 de novembro de 2020 e 29 e 31 de dezembro de 2020, foram aprovadas as distribuições de lucros proporcionais à participação de cada sócio nos montantes de R$ 2.566, R$ 2.153, R$ 1.791, R$ 1.791, R$ 1.791 e R$ 3.249, respectivamente, e está registrado na rubrica de "Outros créditos - diversos" (Nota 10). Em reuniões dos sócios realizadas em 30 de junho de 2020 e 29 de dezembro de 2020, foram aprovadas as distribuições de juros sobre capital próprio, calculados com base na variação da taxa de juros a longo prazo (TJLP), nos montantes de R$ 3.485 e R$ 3.098, respectivamente, e o saldo líquido de imposto de renda retido na fonte nos montantes de R$ 2.963 e R$ 2.634, respectivamente, estão registrados na rubrica de "Outros créditos - diversos" (Nota 10). Em reunião dos sócios realizada em 18 de junho de 2021, foi aprovada a distribuição de lucros proporcional à participação de cada sócio no montante de R$ 12.587, recebido integralmente em 22 de junho de 2021. Em reuniões dos sócios realizadas em 31 de março de 2021 e 21 de junho de 2021, foram aprovadas as distribuições de juros sobre capital próprio, calculados com base na variação da taxa de juros a longo prazo (TJLP), ambas no montante de R$ 1.549, e o saldo líquido de imposto de renda retido na fonte ambas no montante de R$ 2.633, estão registrados na rubrica de "Outros créditos - diversos" (Nota 10). Em reunião dos sócios realizada em 17 de dezembro de 2021, foi aprovada a distribuição de lucros proporcional à participação de cada sócio no montante de R$ 10.214, recebido integralmente em 27 de dezembro de 2021. Em reuniões dos sócios realizadas em 29 de setembro de 2021 e 23 de dezembro de 2021, foram aprovadas as distribuições de juros sobre capital próprio, calculados com base na variação da taxa de juros a longo prazo (TJLP), no montante de R$ 1.936 e R$ 290, respectivamente, e o saldo líquido de imposto de renda retido na fonte nos montantes de R$ 1.646 e R$ 246, estão registrados na rubrica de "Outros créditos - diversos" (Nota 10). Em reuniões dos sócios realizadas em 30 de março de 2022, 20 de maio de 2022 e 29 de junho de 2022, foram aprovadas a distribuição de lucros proporcional à participação de cada sócio nos montantes de R$ 4.270, R$ 1.355 e R$ 4.454, respectivamente, e recebidos integralmente em 20 de março de 2022 e 23 de maio de 2022. Em reuniões dos sócios realizadas em 30 de março de 2022 e 29 de junho de 2022, foram aprovadas as distribuições de juros sobre capital próprio, calculados com base na variação da taxa de juros a longo prazo (TJLP), nos montantes de R$ 2.517 e R$ 2.905. Em 30 de março de 2022 foi recebido o valor líquido de imposto de renda retido na fonte no montante de R$ 4.609. Em reuniões dos sócios realizadas em 17 de outubro e 28 de dezembro de 2022, foram aprovadas distribuições de lucros proporcional à participação de cada sócio nos montantes de R$ 1.646 e R$ 17.040, respectivamente. O montante de R$ 1.646 foi recebido integralmente em 27 de outubro de 2022. Já o valor de R$ 17.040 está registrado na rubrica de "Outros créditos - diversos" (Nota 10). Em reuniões dos sócios realizadas em 29 de setembro e 28 de dezembro de 2022, foram aprovadas distribuições de juros sobre capital próprio, calculados com base na variação da taxa de juros a longo prazo (TJLP), nos montantes de R$ 2.905 e R$2.324. Em 30 de setembro de 2022 foi recebido o valor líquido de imposto de renda retido na fonte no montante de R$ 2.469. O saldo líquido de imposto de renda no montante de R$ 1.975 está registrado na rubrica de "Outros créditos - diversos" (Nota 10).

(iii) A investida Ativos - Administração de Carteira de Valores Mobiliários Ltda., uma empresa brasileira com sede na Avenida Andrômeda, nº 885, Barueri-SP, tem como principal atividade a administração de carteira de valores mobiliários. A investida é considerada como uma empresa coligada, pois o Banco Rodobens exerce influência significativa mantendo mais de 20% sobre o poder de voto, e também sobre outras formas como operações materiais entre o investidor e a investida, e fornecimento de informação técnica essencial, conforme dispõe o CPC 18 R2. Durante o exercício de 2022 foram recebidos lucros no montante de R$ 36.763 (2021 - R$ 31.469).

(iv) Ajustes patrimoniais nas investidas: Referem-se aos ajustes no patrimônio líquido da investida Rodobens Administradora de Consórcios Ltda., registrado por meio do método de equivalência patrimonial das suas coligadas e controladas. Os ajustes são compostos pela parcela efetiva do *hedge accounting* de fluxo de caixa.

14. Imobilizado de uso, imobilizado de arrendamento e intangível

2022

	Imobilizado de uso: Móveis e utensílios	Equipamentos processamento de dados	Benfeitoria em bens de terceiros	Total	Imobilizado de arrendamento Veículos	Intangível Software	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021							
Custo total	822	826	3.365	5.013	295.268	6.835	307.116
Depreciação/amortização acumulada	(764)	(654)	(2.922)	(4.340)	(118.966)	(2.659)	(125.965)
Saldo contábil líquido	**58**	**172**	**443**	**673**	**176.302**	**4.176**	**181.151**
Exercício findo em 31 de dezembro de 2022							
Saldo inicial	58	172	443	673	176.302	4.176	181.151
Aquisições	3	32	79	114	51.474	4.008	55.596
Baixas valor residual	-	-	-	-	(23.854)	-	(23.854)
Depreciação e amortização	(25)	(43)	(203)	(271)	(16.109)	(1.415)	(17.795)
Saldo contábil líquido	**36**	**161**	**319**	**516**	**187.813**	**6.769**	**195.098**
Exercício findo em 31 de dezembro de 2022							
Custo total	825	858	3.444	5.127	295.270	10.843	311.240
Depreciação/amortização acumulada	(789)	(697)	(3.125)	(4.611)	(107.457)	(4.074)	(116.142)
Saldo contábil líquido	**36**	**161**	**319**	**516**	**187.813**	**6.769**	**195.098**
Taxas anuais de depreciação/amortização - %	10	20	10 a 20	-	5 a 20 (i)	20	-

2021

	Imobilizado de uso: Móveis e utensílios	Equipamentos processamento de dados	Benfeitoria em bens de terceiros	Total	Imobilizado de arrendamento Veículos	Intangível Software	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020							
Custo total	823	651	3.362	4.836	335.337	3.103	343.276
Depreciação/amortização acumulada	(722)	(623)	(2.708)	(4.053)	(104.439)	(2.245)	(110.737)
Saldo contábil líquido	**101**	**28**	**654**	**783**	**230.898**	**858**	**232.539**
Exercício findo em 31 de dezembro de 2021							
Saldo inicial	101	28	654	783	230.898	858	232.539
Aquisições	-	175	3	178	8.509	4.207	12.894
Baixas valor residual	(1)	-	-	(1)	(24.611)	(475)	(25.087)
Saldo contábil líquido	**58**	**172**	**443**	**673**	**176.302**	**4.176**	**181.151**
Exercício findo em 31 de dezembro de 2021							
Custo total	822	826	3.365	5.013	295.268	6.835	307.116
Depreciação/amortização acumulada	(764)	(654)	(2.922)	(4.340)	(118.966)	(2.659)	(125.965)
Saldo contábil líquido	**58**	**172**	**443**	**673**	**176.302**	**4.176**	**181.151**
Taxas anuais de depreciação/amortização - %	10	20	10 a 20	-	5 a 20 (i)	20	-

(i) A depreciação do imobilizado de arrendamento mercantil operacional é pelo prazo contratual e baseada no valor estimado de venda dos bens no final do contrato.

15. Demonstrativo da base de cálculo do imposto de renda e contribuição social nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

	2022 Imposto de renda	2022 Contribuição social	2021 Imposto de renda	2021 Contribuição social
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	80.671	80.671	114.628	114.628
Participação no lucro	(3.249)	(3.249)	(5.000)	(5.000)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	**77.422**	**77.422**	**109.628**	**109.628**
Imposto de renda à alíquota de 25% e contribuição social à alíquota de 20%	19.356	15.484	27.407	21.926
Resultado de participações em coligadas e controladas	(22.054)	(17.643)	(19.827)	(15.862)
Juros sobre o capital próprio auferidos	2.662	2.130	1.331	1.065
Juros sobre o capital próprio distribuídos	(8.676)	(6.940)	(6.500)	(5.200)
Diferenças permanentes	864	28	1.123	121
Incentivo fiscal (PAT)	-	-	(215)	-

...continuação

	2022 Imposto de renda	2022 Contribuição social	2021 Imposto de renda	2021 Contribuição social
Incentivo fiscal (Lei do bem)	-	-	(76)	(62)
Adicional do imposto de renda	(24)	-	(24)	-
Contribuição social (diferença majoração alíquota - 5%)	-	-	-	(160)
Total da despesa de imposto de renda e contribuição social	**(7.872)**	**(6.941)**	**3.219**	**1.828**

(a) Emenda Constitucional nº 103/19: A Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, majorou a alíquota da CSLL para 20%, com vigência a partir de 1º de março de 2020. **(b) Lei nº 14.183/21 - Conversão da MP nº 1.034/21:** A Medida Provisória nº 1.034 de 1º de março de 2021, convertida na Lei 14.183 em 14 de julho de 2021, elevou a alíquota da CSLL devida pelas instituições financeiras de 20% para 25% com vigência entre 1º de julho de 2021 e 31 de dezembro de 2021, sendo que a partir de 1º de janeiro de 2022 a alíquota da CSLL retornou a 20%. **(c) Lei nº 14.446/22 - Conversão da MP nº 1.115/22:** A alíquota da CSLL vigorou à 21%, temporariamente, entre agosto e dezembro 2022, conforme MP 1.115/2022, convertida na Lei 14.446/2022. Não houve impacto para Banco devido à base de cálculo negativa da CSLL no período.

16. Depósitos: As captações em depósitos a vista, a prazo e os depósitos interfinanceiros são negociados a taxas usuais de mercado. Seus vencimentos estão assim distribuídos:

2022	Remuneração	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Vencimento Total
Depósitos a vista		601	-	-	-	-	-	601
Depósitos a prazo - CDB								
	80% a 149% do CDI	-	69.267	227.082	114.851	104.327	-	515.527
	IPCA + 2,7% a 8,2%	-	939	136.558	109.303	60.020	50.161	356.981
	Pré 7,21% a 15,62%	-	39.713	563.362	415.759	87.420	-	1.106.254
Outros depósitos		1.818	-	-	-	-	-	1.818
		2.419	**109.919**	**927.002**	**639.913**	**251.767**	**50.161**	**1.981.181**

2021	Remuneração	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Vencimento Total
Depósitos a vista		468	-	-	-	-	-	468
Depósitos interfinanceiros								
	DI + 0,4%	-	-	211.969	-	-	-	211.969
Depósitos a prazo - CDB								
	80% a 149% do CDI	-	7.813	28.788	174.418	149.359	-	360.378
	IPCA + 2,25% a 6,5%	-	-	44.660	70.931	9.572	49.569	174.732
	Pré 6,97% a 13%	-	50.326	105.302	733.956	123.739	-	1.013.323
Outros depósitos		5.543	-	-	-	-	-	5.543
		6.011	**58.139**	**390.719**	**979.305**	**282.670**	**49.569**	**1.766.413**

17. Recursos de aceites e emissão de títulos: Os recursos de aceites e emissão de títulos, negociados a taxa de juros de mercado, compreendem a emissão de Letras de créditos imobiliários, Letras de créditos do agronegócio e Letras financeiras. Os títulos têm as seguintes remunerações e distribuição por prazos de vencimentos conforme quadro abaixo:

2022	Remuneração	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Vencimento Total
Letras de créditos imobiliários							
	IPCA + 2,94% a 4,61%	-	-	3.448	2.497	563	6.508
	75% a 99% do CDI	3.916	6.450	-	7.796	7.141	25.303
	Pré 8,4% a 13,10%	12.474	78.237	14.517	-	-	105.228
		16.390	**84.687**	**17.965**	**10.293**	**7.704**	**137.039**
Letras de créditos agronegócio							
	Pré 9,06% a 12,55%	13.429	56.690	2	-	-	70.121
	75% a 131% do CDI	6.333	15.674	26.489	1.373	12	49.881
		19.762	**72.364**	**26.491**	**1.373**	**12**	**120.002**
Letras financeiras							
	DI + 1,5% a 1,90%	361.591	368.072	205.389	-	-	935.052
		361.591	**368.072**	**205.389**	**-**	**-**	**935.052**
		397.743	**525.123**	**249.845**	**11.666**	**7.716**	**1.192.093**

2021	Remuneração	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Vencimento Total
Letras de créditos imobiliários							
	IPCA + 2,94% a 4,61%	-	-	1.651	3.272	968	5.891
	80% a 130,5% do CDI	13.142	15.487	-	10.356	9.749	48.734
	Pré 5,50% a 9,00%	10.220	40.395	24	-	-	50.639
		23.362	**55.882**	**1.675**	**13.628**	**10.717**	**105.264**
Letras de créditos agronegócio							
	69% a 131% do CDI	30.986	47.204	13.834	20.442	143	112.609
Letras financeiras							
	111,70% do CDI	-	56.092	-	-	-	56.092
	DI + 1,5973% a 1,80%	-	-	673.477	-	-	673.477
		-	**56.092**	**673.477**	**-**	**-**	**729.569**
		54.348	**159.178**	**688.986**	**34.070**	**10.860**	**947.442**

continua...

...continuação

Rodobens

Banco Rodobens S.A
CNPJ: 33.603.457/0001-40
Rua Estado de Israel, 975
CEP: 04022-002 | São Paulo - SP
Telefone: 11. 2124-8700

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2022 - *Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma*

18. Obrigações por repasses do país - instituições oficiais: Referem-se a repasses de recursos para operações de Finame e têm vencimentos até janeiro de 2028 com incidência de encargos financeiros definidos nas políticas operacionais do sistema do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES.

2022	Remuneração	Vencimento: Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Finame							
	Pré 4,73% a 14,45%	20.470	60.148	114.416	54.831	463	250.328
	Pós 4,05% a 6,32%	3.360	6.560	1.360	113	-	11.393
	SELIC + 1,15% a 2,61%	8.676	27.097	64.033	24.017	120	123.943
	8,1% (TJLP + tx de risco) + TJLP365	14	-	-	-	-	14
		32.520	**93.805**	**179.809**	**78.961**	**583**	**385.678**

2021	Remuneração	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Total
Finame	Pré - 4,73% a 14%	13.841	40.291	83.671	37.787	175.590
	Pós - 4,05% a 5,44%	3.929	10.827	11.644	-	26.400
	SELIC + 1,25% a 2,61%	6.162	19.638	52.942	36.949	115.691
	7,6% a 8,1% (TJLP + tx de risco) + TJLP365	1.139	1.431	13	-	2.583
		25.071	**72.187**	**148.270**	**74.736**	**320.264**

19. Despesas com captações, empréstimos e repasses

	2º Semestre 2022	2022	2021
Depósitos interfinanceiros	935	14.663	9.649
Depósitos a prazo	106.017	193.731	58.640
Emissões de títulos			
Letras de crédito do agronegócio (LCA)	7.378	12.720	5.356
Letras de crédito imobiliário (LCI)	7.222	11.193	5.455
Letras financeiras	59.849	103.271	48.433
Despesa de contribuição ao FGC	1.312	2.775	2.033
Deságio na colocação de títulos	2.257	3.944	1.516
	184.970	**342.297**	**131.082**
Empréstimos e Repasses			
BNDES/Finame	20.291	36.476	22.034
Caixa Econômica Federal	298	582	621
	20.589	**37.058**	**22.655**

20. Outras obrigações: (a) Sociais e estatutárias: Em 31 de dezembro de 2022, o saldo da rubrica "Outras obrigações - Sociais e estatutárias" corresponde a R$ 18 (2021 - R$ 17.131), composto pelo saldo remanescente de dividendos e JCP a pagar.

(b) Fiscais e previdenciárias

Descrição	2022	2021
Provisão para impostos e contribuições diferidos (b.i)	62.714	56.294
Outros impostos e contribuições a recolher	6.143	2.813
	68.857	**59.107**
Circulante	6.143	2.813
Não circulante	62.714	56.294

(b.i) Provisão para impostos e contribuições diferidos: Provisão para o imposto de renda e contribuições sociais diferidos, calculados sobre as diferenças temporárias decorrentes de resultados ainda não tributáveis, e que serão exigidas pela legislação tributária conforme a realização futura.

Descrição	31 de dezembro de 2021	Adições	Baixas	31 de dezembro de 2022
Diferenças temporárias: PIS e COFINS				
Atualização dos depósitos judiciais em garantia	558	146	-	704
Crédito e provisão sobre precatórios	-	90	-	90
Diferenças temporárias: IRPJ e CSLL				
Ajuste econômico depreciação - Lei 11.638	50.523	12.905	(9.347)	54.081
Atualização dos depósitos judiciais em garantia	5.147	1.347	(4)	6.490
Crédito e provisão sobre precatórios	-	968	-	968
Superveniência (insuficiência) de depreciação	66	318	(3)	381
	56.294	**15.774**	**(9.354)**	**62.714**

Descrição	31 de dezembro de 2020	Adições	Baixas	Majoração alíquota CSLL	31 de dezembro de 2021
Diferenças temporárias: PIS e COFINS					
Atualização dos depósitos judiciais em garantia	504	54	-	-	558
Diferenças temporárias: IRPJ e CSLL					
Ajuste econômico depreciação - Lei 11.638	48.488	8.945	(7.384)	474	50.523
Atualização dos depósitos judiciais em garantia	4.652	494	(532)	533	5.147
Superveniência (insuficiência) de depreciação	-	66	-	-	66
	53.644	**9.559**	**(7.916)**	**1.007**	**56.294**

(c) Diversas

Descrição	2022	2021
Provisão para pagamentos a efetuar (i)	19.697	19.541
Obrigações do Plano único (ii)	7.084	7.873
Provisão para passivos contingentes (c.i)	6.841	5.996
Obrigações com operações de crédito a liberar (iii)	6.728	8.187
Obrigações com cartão de crédito a repassar (iv)	6.409	8.697
Créditos na venda de veículos apreendidos (v)	3.076	1.121
Recursos do FGTS para amortizações	1.373	1.891
Equalização de taxas recebidas antecipadamente (vi)	592	198
Valores a pagar a sociedades ligadas	323	323
Credores por recursos a liberar	7	121
Obrigações com cartão pré-pago a repassar	-	832
Outros	3.188	5.178
	55.318	**59.958**
Circulante	48.074	53.945
Não circulante	7.244	6.013

(i) Referem-se a contas a pagar com pessoal, despesas administrativas e provisões de despesas com a operação de arrendamento mercantil operacional.
(ii) Correspondem aos valores do Plano único relativos aos clientes que se encontram na fase ainda não contemplados com cartas de crédito.
(iii) As operações de crédito a liberar, representam os contratos que aguardam o pagamento do crédito.
(iv) Obrigações com cartão de crédito correspondem aos créditos utilizados, aguardando o vencimento para repasse às entidades credoras do consumo de bens e serviços.
(v) Refere-se aos saldos positivos remanescentes das vendas de veículos apreendidos para quitação dos débitos, disponível para devolução aos clientes das operações de créditos correspondentes.
(vi) Refere-se a rendas antecipadas de equalização de taxas de operações de crédito, cuja realização ocorre na fluência dos respectivos prazos contratuais.

(c.i) Provisão para passivos contingentes: O Banco é parte em ações judiciais e processos administrativos de natureza cível, trabalhista e tributária, conforme critérios de reconhecimento e mensuração da Nota 2 (j). (i) Contingências Cíveis: As provisões e as contingências decorrem, geralmente, de pleitos relacionados à revisão de contratos e de ações de indenização por danos materiais e morais. Essas ações são controladas individualmente por meio de sistema e provisionadas sempre que a perda for constatada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento de tribunais. A apuração da provisão é realizada mensalmente, considerando o valor esperado da perda, realizada por meio de aplicação de parâmetro estatístico, observando-se a natureza da ação e as características do juízo em que tramitam (Juizado Especial Cível ou Justiça Comum). (ii) Contingências Trabalhistas: As provisões decorrem de condenações de ações trabalhistas em face da Rodobens, bem como das condenações decorrentes de multas aplicadas pelo Ministério do Trabalho e Ministério Público do Trabalho. Para fins de provisão deve ser considerado o valor bruto da condenação (principal corrigido + encargos previdenciários e fiscais), apurado através de cálculos elaborados por calculista/contador (das partes ou do juízo), conforme política interna. A cada decisão proferida o valor provisionado é reavaliado e alterado quando for necessário (modificação do julgado/alteração de fase). (iii) Contingências Tributárias: As provisões são decorrentes de decisões judiciais desfavoráveis à empresa, seja em fase 1, 2 ou 3, no âmbito do contraditório exercido de forma ativa e/ou passiva, face à exigência fiscal feita por Órgão Público, sobre as quais, de acordo com a opinião do jurídica, as chances de reversão são improváveis. A contingência tem como objeto original multa de PROCON, Imposto sobre a Propriedade de Veículo Automotor (IPVA) de veículo dado em garantia e honorários sucumbenciais. (iv) Movimentação das provisões constituídas: Estão apresentados a seguir, os saldos de provisões para contingências cíveis, trabalhistas e tributárias constituídos, as respectivas movimentações, e os valores depositados em garantia e sua atualização nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

Os depósitos em garantia de natureza cível são atualizados pela Taxa Referencial.

2022 Natureza	Saldo inicial	Constituições	Reversões	Pagamentos	Saldo Final	Valores depositados em garantia	Atualização	Saldo Final
Cível	**4.189**	3.158	(935)	(1.409)	**5.003**	1.031	9	**1.040**
Trabalhista	**1.803**	509	(50)	(489)	**1.773**	184	-	**184**
Tributária	**4**	61	-	-	**65**	-	-	-
	5.996	3.728	(985)	(1.898)	**6.841**	1.215	9	**1.224**

2021 Natureza	Saldo inicial	Constituições	Reversões	Pagamentos	Saldo Final	Valores depositados em garantia	Saldo Final
Cível	**3.007**	3.358	(1.347)	(829)	**4.189**	390	**390**
Trabalhista	**1.672**	312	(23)	(158)	**1.803**	184	**184**
Tributária	-	4	-	-	**4**	-	-
	4.679	3.674	(1.370)	(987)	**5.996**	574	**574**

(d) Passivos contingentes, não provisionados: Com base na avaliação de seus consultores jurídicos, o Banco tem ações judiciais e processos de natureza cível, trabalhista e tributária, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como passivos contingentes (perda possível), para os quais não há provisão constituída, e estão apresentados no quadro a seguir:

Natureza	2022 Valor	2022 Quantidade	2021 Valor	2021 Quantidade
Cível	832	13	169	52
Trabalhista	439	1	1.673	6
Tributária	1.987	3	583	4
	3.258	**17**	**2.425**	**62**

21. Patrimônio líquido: (a) Capital social: O capital social é representado por ações ordinárias nominativas sem valor nominal, conforme demonstrado abaixo:

2022 Acionistas	Posição Ações Ordinárias	% de participação	Capital Social
Rodobens S.A.	230.190.640	88,15%	301.513
Rodobens Adm. Corretora de Seguros Ltda	30.944.517	11,85%	40.532
	261.135.157	**100,00%**	**342.045**

(b) Reservas de lucros: O saldo de reservas de lucros em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 é formado pelas reservas legal e estatutária. A reserva legal é composta pela destinação de 5% do lucro líquido auferido em cada exercício, até que a mesma atinja 20% do capital. Esta reserva totalizou o montante de R$ 57.434 (2021 - R$ 52.822) e tem como finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital. A reserva estatutária refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados e tem por finalidade garantir meios financeiros para o desenvolvimento da sociedade e garantir recursos para pagamentos de dividendos e para aumento de capital, a ser deliberado na Assembleia Geral dos acionistas, não podendo superar o saldo de 95% do capital social. Em 31 de dezembro de 2022, a reserva estatutária totalizou o montante de R$ 239.833 (2021 - R$184.113). Os lucros a disposição da Assembleia representam exclusivamente o saldo de lucros apurados no exercício corrente aguardando destinação em deliberação da Assembleia Geral Ordinária, conforme Art. 132, inciso II da Lei 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2022, os lucros a disposição da Assembleia totalizavam o montante de R$ 52.923 (2021 - R$ 73.352). **(c) Dividendos e juros sobre o capital próprio:** Aos acionistas estão assegurados dividendos mínimos de 25% do lucro líquido anual ajustado de acordo com a legislação societária, sujeito à aprovação de Assembleia Geral de Acionistas. Os acionistas deliberaram em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 19 de dezembro de 2018 a distribuição de dividendos no valor de R$ 58.914. O valor de R$ 58.896 foi liquidado através da transferência de bens não de uso próprios (BNDU) conforme avaliação e o saldo remanescente a pagar, no valor de R$ 18, está registrado na rubrica de "Outras Obrigações - Sociais e Estatutárias" (Nota 20 (a)). Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de dezembro de 2020, foi aprovada a destinação de juros sobre o capital próprio no montante de R$ 10.000, calculados com base na variação TJLP. Os valores de R$ 7.493 e R$ 1.007 líquido de imposto de renda retido na fonte foram pagos em junho de 2021 e março de 2022. Os acionistas deliberaram em Assembleias Gerais Extraordinárias realizadas em 18 de junho de 2021 e 17 de dezembro de 2021 a distribuição de dividendos nos valores de R$ 12.587 e R$ 10.214, os quais foram pagos em junho de 2021 e dezembro de 2021, respectivamente. Os acionistas deliberaram em Assembleias Gerais Extraordinárias realizadas em 31 de março de 2021, 30 de junho de 2021, 29 de setembro de 2021 e 23 de dezembro de 2021, as destinações de juros sobre o capital próprio nos montantes de R$ 3.000, R$ 5.000, R$ 12.000 e R$ 6.000, respectivamente, calculados com base na variação TJLP. Os valores de R$ 5.994, R$ 8.991, R$ 2.619 e R$ 4.496 líquido de imposto de renda retido na fonte, foram pagos em junho de 2021, janeiro de 2022, março de 2022 e junho de 2022, respectivamente. Os acionistas deliberaram em Assembleias Gerais Extraordinárias realizadas em 20 de março de 2022, 20 de maio de 2022, 29 de junho de 2022, 17 de outubro de 2022 e 28 de dezembro de 2022 a distribuição de dividendos nos valores de R$ 2.130, R$ 1.355, R$ 4.500, R$ 1.646 e R$ 8.000 os quais foram pagos integralmente em março de 2022, maio de 2022, junho de 2022, outubro de 2022 e dezembro de 2022, respectivamente. Os acionistas deliberaram em Assembleias Gerais Extraordinárias realizadas em 30 de março de 2022, 29 de junho de 2022, 29 de setembro de 2022 e 28 de dezembro de 2022 as destinações de juros sobre o capital próprio nos montantes de R$ 2.400, R$ 2.800, R$ 2.800 e R$ 26.700, respectivamente, calculados com base na variação TJLP. Os valores de R$ 2.040, R$ 2.380, R$ 2.380 e R$ 22.695 líquido de imposto de renda retido na fonte, foram pagos em março de 2022, junho de 2022, outubro de 2022 e dezembro de 2022, respectivamente. **(d) Outros resultados abrangentes:** A variação no patrimônio líquido referente outros resultados abrangentes é decorrente de ajuste a valor justo dos títulos e valores mobiliários (líquido de impostos), e parcela efetiva do *hedge* de fluxo de caixa em investidas.

22. Transações entre partes relacionadas: (a) Saldos e operações: Os valores abaixo se referem às transações do Banco com partes relacionadas do Grupo Rodobens ocorridas no segundo semestre e exercício. As taxas utilizadas pelo Banco nas operações envolvendo partes relacionadas são taxas usuais de mercado nas datas das transações, conforme laudos de avaliação ou observação de transações equivalentes com partes independentes.

	Rodobens Administr. Consórcios (i)	Portobens Administr. Consórcios (i)	BrQualy Administr. Consórcios (i)	CNF Administr. Consórcios (i)	Rodobens Brasil Participações (i)	BrQualy Participações (i)	ConBr Administr. Consórcios (i)	RNI Negócios Imobiliários (i)	Rodobens S.A. (ii)	Outros (iii)
Saldos ativos										
31 de dezembro de 2022	622	6	1	-	-	-	-	-	-	38.083
31 de dezembro de 2021	22.846	8.725	2	1	-	-	-	-	-	35.278
Saldos passivos										
31 de dezembro de 2022	132.678	1.650	8	760	-	41	1.059	51	-	364.482
31 de dezembro de 2021	1.476	-	311	1.545	-	104	834	2.197	952	475.847
Receitas e despesas										
Segundo semestre de 2022										
Resultado de depósitos e recursos de aceite	(8.232)	(40)	(9)	(47)	-	(3)	(67)	(7)	(16)	(24.750)
Resultado de empréstimos	1.143	444	-	66	-	-	-	-	-	2.845
Equalização de taxas	4.856	9.721	2.556	352	-	-	-	-	-	483
Outras receitas (despesas) administrativas	(9.360)	6	-	-	-	-	-	-	-	-
Exercício de 2022										
Resultado de depósitos e recursos de aceite	(9.298)	(50)	(17)	(66)	-	(6)	(118)	(58)	(61)	(50.268)
Resultado de empréstimos	2.078	808	-	340	-	-	-	-	-	4.039
Equalização de taxas	8.889	16.347	4.178	618	-	-	-	-	-	757
Outras receitas (despesas) administrativas	(18.356)	-	-	-	-	-	-	-	-	(31)
Exercício de 2021										
Resultado de depósitos e recursos de aceite	(315)	(119)	(46)	(62)	(1.782)	(1.097)	(35)	(221)	(140)	(11.267)
Resultado de empréstimos	1.458	567	-	-	-	-	-	-	-	2.378
Equalização de taxas	3.006	3.628	590	296	-	-	-	-	-	200
Intermediação de negócios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.245)
Outras receitas (despesas) administrativas	(13.182)	-	-	-	-	-	-	-	-	(56)

(i) Coligadas: Os saldos patrimoniais referem-se às operações de crédito (empréstimos para capital de giro) e operações de depósitos a prazo. O valores de resultado são provenientes dos resultados dessas operações e rateio de despesas administrativas advindas do centro de serviços compartilhados. (ii) Controladora: Os valores patrimoniais referem-se à operação de depósito a prazo com vencimento em 2026 e taxa pós fixada a 100% do CDI. A operação de depósito foi liquidada no ano de 2022, e seu resultado está apresentado no quadro da nota 22 (a). (iii) Outras pessoas ligadas e pessoal chave da administração: Os saldos patrimoniais referem-se, substancialmente, às operações de crédito (empréstimos para capital de giro) e depósitos a prazo. O valores de resultado são provenientes dos resultados dessas operações, rateio de despesas administrativas advindas do centro de serviços compartilhados e despesas com intermediação de negócios.

(b) Outras transações com partes relacionadas: No exercício de 2021, o Banco vendeu bens não de uso próprios (BNDU) imóveis avaliados em R$10.158, mediante transferência eletrônica, para a coligada indireta Rodobens Administração de Ativos Imobiliários Ltda. Estas operações totalizaram resultado positivo de R$555, registrado no resultado do exercício de 2021. No exercício de 2022, o Banco vendeu bens não de uso próprio (BNDU) imóveis avaliados em R$38.135, mediante transferência eletrônica, para a coligada indireta Rodobens Administração de Ativos Imobiliários Ltda. Estas operações totalizaram resultado positivo de R$1.584, registrado no resultado do exercício de 2022. **(c) Remuneração do pessoal-chave da administração:** Entende-se como pessoal-chave da administração a Diretoria Executiva do Banco Rodobens. (i) Benefícios de Curto Prazo:: Abaixo estão apresentados os montantes de remuneração de curto prazo do pessoal chave da administração abrangendo a remuneração fixa e variável dos exercícios findos em 31 de dezembro:

Benefícios de Curto Prazo	2022	2021
Remuneração fixa - honorários da diretoria	961	794
Remuneração variável - participação nos resultados	2.388	1.237
	3.349	**2.031**

(ii) Benefícios de Longo Prazo e Remuneração baseada em ações: O Banco Rodobens não possui benefícios de longo prazo ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da administração. (iii) Benefícios Pós Emprego e Benefícios Rescisórios: A extinção da relação de trabalho com os administradores não dá direito a qualquer compensação financeira e seus benefícios serão descontinuados.

23. Outras informações
(a) Despesas de pessoal

Descrição	2º Semestre 2022	2022	2021
Ordenados e salários	5.297	10.212	7.954
INSS	2.116	4.004	3.174
Benefícios	2.198	3.969	2.792
Remuneração da adminstração (Nota 22(c))	1.071	3.349	2.031
Férias	894	1.632	1.264
Horas extras	691	1.440	1.451
FGTS	626	1.192	939
13º salário	632	1.173	889
Indenizações e aviso prévio	148	454	169
Ajuda de custo	-	11	80
Comissões	-	-	35
Outras	1.148	986	3.611
	14.821	**28.422**	**24.389**

(b) Outras despesas administrativas

	2º Semestre 2022	2022	2021
Despesas compartilhadas (i)	8.842	15.141	12.747
Serviços de informática (ii)	4.462	8.245	5.668
Provisões de despesas administrativas	984	3.057	3.315
Viagens	1.072	1.834	502
Serviços técnicos especializados	910	1.721	1.889
Depreciação e amortização	933	1.686	701
Acordos e condenações judiciais	1.351	1.658	745
Despesas de imóveis retomados	233	636	446
Propagandas e publicidade	71	591	1.368
Aluguéis	263	511	457
Entidades de classe	220	418	406
Serviços de terceiros	202	388	1.182
Comunicações	130	260	266
Manutenção e conservação	111	214	215
Outras	263	481	507
	20.047	**36.841**	**30.414**

(i) Refere-se, substancialmente, aos repasses de despesas do centro de serviços compartilhados, que mantém as atividades administrativas do Grupo Rodobens.
(ii) Despesas com processamento e licenças de sistemas de suporte às atividades da instituição. No exercício de 2022, o maior impacto se deve a gastos no desenvolvimento de sistemas para novos produtos e serviços de armazenamento em nuvem.

(c) Despesas tributárias

	2º Semestre 2022	2022	2021
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN)	342	592	374
COFINS	2.337	4.082	4.419
PIS	380	664	718
Outras	273	669	638
	3.332	**6.007**	**6.149**

(d) Outras receitas operacionais

	2º Semestre 2022	2022	2021
Reversão de provisão para perdas com outros valores e bens (ii)	1.488	4.598	5.730
Recuperação de encargos e despesas (iv)	2.389	4.570	3.405
Recuperação de ISS leasing operacional (i)	-	3.608	-
Atualização monetária depósitos em garantia (v)	1.717	3.130	1.153
Ganho na venda de bens não de uso próprio (iii)	776	2.995	1.529
...continuação			
Reversão passivos contingentes	2.133	2.769	2.002
Reversão de provisões operacionais	1.692	2.509	5.450
Reversão de provisão para perdas em outros créditos	1.488	2.076	1.060
Reversão de provisão despesas leasing operacional	426	666	377
Atualização de impostos a compensar	234	544	172
Equalização de taxas de operação de crédito	216	363	175
Serviços de cobrança (vi)	22	160	1.448
Outras receitas	778	1.601	497
	13.359	**29.589**	**22.998**

(i) Recuperação de despesa em ação de repetição de indébito de ISS sobre receita de leasing operacional, com trânsito em julgado e execução da sentença, convertido em crédito precatório atualizado, deduzido de *impairment* conforme Nota 23(iv);
(ii) Reversão de provisões de desvalorizações de bens não de uso próprio (BNDU) recebidos;
(iii) Resultado positivo na alienação de bens não de uso próprio (BNDU) mantidos para venda;
(iv) Refere-se substancialmente ao ressarcimento de despesas documentais de veículos e imóveis, incorridas nos processos de venda de produtos;
(v) Atualização monetária (Selic e TR) dos depósitos judiciais em garantia, de natureza cível, trabalhista e tributária;
(vi) Resultado positivo dos honorários repassados para empresa de cobrança.

(e) Outras despesas operacionais

	2º Semestre 2022	2022	2021
Despesas com intermediação de negócios (i)	10.292	16.368	5.108
Perdas na venda de bens não de uso próprio	5.828	11.726	5.810
Gastos com bens não de uso próprio (ii)	6.224	9.717	9.188
Provisões para perdas em outros créditos (v)	3.408	5.960	1.699
Descontos concedidos em renegociações (iii)	2.764	5.884	300
Serviços de terceiros	3.204	5.040	3.925
Perdas com cessão em operações de crédito (ix)	4.269	4.269	-
Provisões para passivos contingentes	1.906	3.659	3.319
Perdas de outros créditos (vi)	2.237	3.151	1.547
Serviços de cobrança (vii)	902	1.498	896
Provisão para perdas sobre crédito de ISS leasing operacional (iv)	-	1.366	-
Administração de frota de leasing	247	1.014	849
Provisões para perdas com outros valores e bens (viii)	134	251	2.602
Outras despesas	536	1.468	1.525
	41.951	**71.371**	**36.768**

(i) As despesas com intermediação de negócios referem-se à remuneração dos correspondentes pela contratação das operações de crédito e arrendamento mercantil;
(ii) Gastos irrecuperáveis e provisões para perdas de gastos com contencioso, que compreendem: retomada, guarda, manutenção e venda de bens não de uso próprio;
(iii) Descontos concedidos nas renegociações de operações de crédito, substancialmente no plano empresário;
(iv) Provisão para perdas sobre o crédito precatório oriundo da ação de repetição de indébito em processo de ISS recolhido indevidamente nas operações de leasing operacional. O crédito atualizado está demonstrado na nota 23(d.i);
(v) Representa a provisão para perdas constituída de gastos com contenciosos;
(vi) Perdas de outros créditos representam os gastos com contenciosos não recuperados, para os quais havia provisão para perdas constituída;
(vii) Gastos com registros de cobrança e serviços de consultas para análise de crédito;
(viii) Provisão para perdas no valor recuperável de bens não de uso próprio;
(ix) Perdas com cessão de operações de crédito provenientes de contratos de empréstimo para capital de giro e financiamento imobiliário (plano empresário).

(f) Resultados recorrentes e não recorrentes

	2022 Resultado recorrente	2022 Resultado não recorrente	2022 Resultado do exercício	2021 Resultado recorrente	2021 Resultado não recorrente	2021 Resultado do exercício
Receitas da intermediação financeira	543.762	-	543.762	352.532	-	352.532
Despesas da intermediação financeira (i)	(465.119)	15.867	(449.252)	(249.914)	-	(249.914)
Resultado bruto da intermediação financeira	**78.643**	**15.867**	**94.510**	**102.618**	**-**	**102.618**
Outras receitas (despesas) operacionais (ii)	(11.722)	(2.117)	(13.839)	12.010	-	12.010
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	**66.922**	**13.749**	**80.671**	**114.628**	**-**	**114.628**
Imposto de renda e contribuição social (iii)	21.000	(6.187)	14.813	(5.047)	-	(5.047)
Participações no lucro	(3.249)	-	(3.249)	(5.000)	-	(5.000)
Lucro líquido do exercício	**84.673**	**7.562**	**92.235**	**104.581**	**-**	**104.581**

Em 31 de dezembro de 2022:
(i) Reversão de PDD inerente aos contratos de empréstimo para capital de giro e financiamento imobiliário (plano empresário) cedidos, com efeito positivo de R$ 15.867;
(ii) Outras receitas (despesas) operacionais: crédito precatório e atualização monetária, referente processo de repetição de indébito de ISS nas operações de leasing operacional, líquido de *impairment*, com efeito positivo de R$ 2.242 (Notas 23(d.i) e 23(e.iv)) e reflexos tributários de PIS e COFINS, com efeito negativo no montante de R$ 90; e perdas na cessão de operações de crédito provenientes de contratos de empréstimo para capital de giro e financiamento imobiliário (plano empresário), com efeito negativo de R$ 4.269 (Nota 23(e.ix));
(iii) Imposto de renda e contribuição social: efeitos tributários sobre os resultados não recorrentes, no montante de R$ 6.187.

24. Limite operacional - Acordo da Basileia: O Banco Central do Brasil, através da Resolução nº 4.955/21 e alterações posteriores, estabeleceu a metodologia para apuração do Patrimônio de Referência (PR) e, através da Resolução nº 4.958/21 e alterações posteriores, dispôs sobre a apuração dos requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência para os Ativos Ponderados pelo Risco (RWA). A apuração do PR e do montante do RWA deve ser elaborada com base nas demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial, que tem a seguinte composição:

	Atividade
Banco Rodobens S.A.	Instituição Financeira
Rodobens Administradora de Consórcios Ltda	Administradora de consórcios
Portobens Administradora de Consórcios Ltda	Administradora de consórcios
BrQualy Administradora de Consórcios Ltda	Administradora de consórcios
CNF Admininistradora de Consórcios Nacional Ltda	Administradora de consórcios
ConBr Administradora de Consórcios S.A.	Administradora de consórcios
BrQualy Participações Ltda	Holding
Rodobens Brasil Part., Emp. e Neg. Ltda.	Holding
Bradesco FI Renda Fixa Crédito Privado VR	Fundo de Investimento
Green Rdbs FI Renda Fixa Crédito Privado	Fundo de Investimento

O Índice Basileia para 31 de dezembro de 2022 com base no conglomerado prudencial é 17,27% (31 de dezembro de 2021 - 20,92%), conforme cálculo demonstrado a seguir:

	2022	2021
Patrimônio de referência (PR), Nível I	956.139	915.577
Capital Principal (CP)		
Patrimônio líquido	2.028.263	1.368.090
(-) Participação de não controladores nos fundos de investimentos (i)	(553.542)	-
Ajustes prudenciais (ii)	(518.582)	(452.513)
Ativos ponderados pelo risco (RWA)	5.536.498	4.376.655
Risco de crédito (RWACPAD)	4.314.552	3.397.588
Risco operacional (RWAOPAD)	1.221.946	979.067
Patrimônio de referência mínimo requerido: 8% (iii)	442.920	350.132
Margem sobre o patrimônio de referência mínimo requerido	513.219	565.445
Índice Basileia (PR/RWA)	**17,27%**	**20,92%**

(i) Refere-se às cotas dos Fundos de Investimentos consolidados e pertencentes a entidades não integrantes do Conglomerado Prudencial, classificadas no Patrimônio Líquido a partir do exercício 2022, mas que não compõe o Patrimônio de Referência, conforme Instrução Normativa BCB nº 206/21.
(ii) Os ajustes prudenciais são compostos, substancialmente, pela participação de não controladores, créditos tributários sobre diferenças temporárias e ativos intangíveis.
(iii) Ao mínimo requerido de 8% acrescenta-se 2,5% de ACP de conservação, chegando a 10,5% que comparado ao Índice Basileia, indica cumprimento dos requisitos de capital.

O Índice de Imobilização para 31 de dezembro de 2022 com base no conglomerado prudencial é 46,52% (31 de dezembro de 2021 - 36,60%), que indica o percentual de comprometimento do Patrimônio de Referência com o ativo permanente e, conforme definido pelo Bacen, o máximo permitido é de 50%.

25. Gerenciamento de riscos e capital: Cultura de Riscos: Disseminamos a cultura de riscos para aumentar o nível de conscientização dos colaboradores quanto ao seu papel na gestão dos riscos corporativos, por meio de: a) Código de Conduta que estabelece boas práticas, valores que devem ser seguidos pelos colaboradores e canais de denúncia, sendo amplamente divulgados; b) Políticas de Riscos que determinam os processos e procedimentos que são executados em cada área de risco; c) Divulgações periódicas de normativos por meio do Informativo Regulatório por Compliance; d) Disponibilização de canal direto de Comunicação com Compliance; e) Participação em comissões de entidades representativas do setor com posterior disseminação interna; f) Programas de segurança patrimonial e do trabalho, incluindo riscos socioambiental e segurança da informação anualmente; g) Treinamentos internos pela Universidade Rodobens e externos quando necessários. **Gestão Integrada de Riscos:** Para os diversos tipos de riscos, financeiros ou não, a Rodobens estabeleceu tipos de controles, observando os limites aceitáveis e os principais riscos no dia a dia do negócio, adotando instrumentos que permitem a consolidação e controle de uma forma integrada. A consolidação dos riscos abrange todas as exposições relevantes que produzem os riscos inerentes às linhas de negócio da Rodobens e com reporte nos fóruns: a) Comitê Executivo de Riscos; b) Comitê de Finanças, Riscos e Auditoria; c) Reunião do Conselho de Administração. São adotados os seguintes fundamentos na prática da gestão integrada de riscos: a) Visão consolidada de riscos; b) Compatibilização entre apetite de risco, limites autorizados e retorno financeiro pretendido; c) Segregação funcional das áreas de negócio, controle de riscos, auditoria e processamento operacional; d) Adoção de metodologias de cálculo de riscos em função das melhores práticas de mercado; e) Envolvimento da Alta Administração. A Rodobens estabeleceu alguns parâmetros de alertas e limites aos riscos passíveis de quantificação, criando níveis de sinalização como: O Alerta que indica que, embora seja admissíveis o atingimento, significa um estado de "atenção", podendo este, conforme a relevância antecipar ações corretivas. O Limite que indica a situação a partir da qual uma ação é necessária, buscando a correção e retorno para o status prévio de alerta. O atingimento destes níveis deve ser tratado através da aplicação e acompanhamento de planos de ação, que pode ser analisar a evolução do cenário como um todo para tomada de medidas estratégicas. **Pilares de Gestão de Risco:** O Banco implantou a sua estrutura de gerenciamento de riscos e capital em consonância com a Resolução CMN nº 4.557/17. I. Risco de Crédito: A gestão do Risco de Crédito alinhada às estratégias e políticas de crédito, que estabelecem limites operacionais e mecanismos de mitigação, assim como procedimentos aplicados na manutenção da exposição em níveis considerados aceitáveis pela Diretoria e Conselho de Administração. Tendo como objetivo a identificação, mensuração, controle e a mitigação deste Risco, a Rodobens atua no acompanhamento dos processos das atividades de crédito, no monitoramento de concentrações, acompanhamento de operações após a concessão, na identificação de novos componentes que ofereçam riscos de crédito, no ambiente interno e externo. Os controles de concentração versam sobre exposições em grupos econômicos, empresas, pessoas físicas, partes relacionadas e operações compromissadas. O processo de Crédito é constituído pelas etapas de concessão, monitoramento, cobrança e recuperação. II. Risco de Liquidez: Somos conservadores na administração do risco de liquidez, observando os diferentes impactos em cenários macroeconômicos que possam alterar a disponibilidade de recursos no mercado financeiro, sendo a administração do risco orientada por: a) Acompanhamento do fluxo de caixa projetado x Limite mínimo; b) Avaliação de operações da carteira com detalhamento das projeções de fluxo de caixa; c) Avaliação dos principais vencimentos que ocorrerão; d) Envolvimento da alta administração no monitoramento e tomada de decisões. Para a gestão do risco de liquidez são projetados frequentemente os fluxos de entradas/saídas e saldo de caixa frente margem mínima de segurança para o horizonte futuro suficiente para controle e tomada de decisões estratégicas. As premissas de stress aplicadas podem ser ajustadas de acordo com os acontecimentos objetivando sempre refletir o contexto vivenciado e o horizonte de eventos esperados e de baixa probabilidade de ocorrência. III. Risco de Mercado: O nível aceitável de risco de variação das taxas de juros é baseado nas características das exposições, e leva em conta a natureza das operações, a segregação das carteiras, o nível de complexidade dos produtos e representatividade. Os limites são estabelecidos em relação ao PR, com intuito de refletir o apetite ao risco e garantir que a exposição seja suportada pelo capital da Instituição. Os índices e fatores de influência em gestão do risco de mercado são avaliados e monitorados para garantir aderência aos limites estabelecidos. Visando o cumprimento da legislação atual, são enviados relatórios à Diretoria para acompanhamento e tomada de decisão de acordo com as necessidades das posições existentes. IV. Risco Socioambiental: Na fase de concessão e análise da operação de crédito, todos os proponentes devem passar pela verificação da conformidade legal das suas atividades. O objetivo é avaliar se o cliente está em conformidade legal, utilizando-se para isso, pesquisas de informações públicas (ausência de licenças ou autorizações, embargos ou ações de órgãos púbicos, multas ambientais, sociais ou trabalhistas, entre outras), identificando possíveis investigações e ou crimes, diretamente ligados a pessoa física (clientes e sócios) e pessoa jurídica. V. Gestão de Capital: O gerenciamento de capital é mantido por processo contínuo de monitoramento e controle, onde avaliamos os cenários para fazer frente aos riscos que a instituição está sujeita e preparamos o planejamento e metas de acordo com seus objetivos estratégicos. Os cenários de estresse de capital contemplam simulações de eventos severos e condições extremas de mercado, nos quais são estimadas as perdas potenciais e exigências internas definidas pela Diretoria. Dentre os fatores considerados nas simulações estão indicadores macroeconômicos, setoriais relacionados às exposições ativas e passivas e seus desdobramentos no ambiente interno da instituição, sendo o orçamento e inputs de stress em crescimento de carteira, atrasos de pagamento, pedidos de carência, provisionamento, resultado, distribuição de lucros, dentre outros com seus consecutivos impactos em Patrimônio de Referência (PR) e Ativos ponderados pelo Risco (RWA). a) Análise de sensibilidade para exposição à taxa de juros: O Banco acompanha as variações dos indexadores de taxas de juros Pré, CDI, IGPM, IPCA e TR a fim de avaliar os impactos nos resultados de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, carteira de operações de créditos, passivos onerosos e derivativos. Com base nesses componentes, foram mensurados os valores a mercado (MtM) utilizando como premissa o valor presente das cotações futuras dos instrumentos financeiros. As curvas de juros foram estressadas nas seguintes porcentagens para análises dos cenários: +50%, +25%, -25% e -50%.

Ao final, foram calculadas as diferenças dos valores com *stress* e sem *stress* para identificar a sensibilidade de impacto sobre os componentes:

31 de dezembro de 2022	Saldo em 31 de dezembro de 2022	Prazo teórico (dias)	Valor de mercado (MtM)	(+) 50%	(+) 25%	(-) 25%	(-) 50%
Componentes							
Caixa, equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários	592.194	365	562.175	(21.387)	(10.999)	11.666	24.062
Operações de crédito							
Carteira Pré	2.227.812	365	2.252.329	(129.678)	(66.731)	70.866	146.261
Carteira IPCA	553.567	365	569.499	(17.747)	(9.012)	9.301	18.907
Carteira IGPM	22.551	365	23.105	(743)	(378)	390	794
Carteira TR	9.731	365	9.375	(459)	(235)	248	508
Carteira DI	29.926	365	30.288	-	-	-	-
Passivos onerosos	(3.032.305)	365	(3.031.415)	77.175	39.650	(41.963)	(86.450)
Derivativos (*swaps*)	(15.899)	Não se aplica	(5.430)	49.477	25.758	(28.053)	(58.700)
Valores de mercado com *stress*				**(+) 50%**	**(+) 25%**	**(-) 25%**	**(-) 50%**
Caixa, equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários				540.788	551.176	573.841	586.237
Operações de crédito							
Carteira Pré				2.122.651	2.185.598	2.323.195	2.398.590
Carteira IPCA				551.752	560.487	578.800	588.406
Carteira IGPM				22.362	22.727	23.495	23.899
Carteira TR				8.916	9.140	9.623	9.883
Carteira DI				30.288	30.288	30.288	30.288
Passivos onerosos				(2.954.240)	(2.991.765)	(3.073.378)	(3.117.865)
Derivativos (*swaps*)				44.047	20.328	(33.483)	(64.130)

VI. Risco Operacional: O gerenciamento de riscos operacionais é realizado por sistemas especializados. Os sistemas oferecem o devido suporte para as fases de mapeamento, cadastro de processos, avaliação e mensuração dos riscos, planos de ação, relatórios gerenciais, reportes para alta administração, alocação de capital e base de perdas. O gerenciamento de risco operacional é essencial em todas as suas atividades, sendo utilizado com o objetivo de agregar valor ao negócio. Outras informações sobre gerenciamento de riscos no site: https://www.rodobens.com.br/compliance

DIRETORES:
Libano Miranda Barroso - Diretor Presidente
Bruno Boccolini Alves Costa - Diretor de Crédito
Fernando Marcelo Calado de Andrade - Diretor de Tesouraria
Pedro Elias Dabbur - Diretor Geral
Gustavo Henrique Bizaio Testi - Diretor de Controladoria, Operações, Jurídico, Ouvidoria e Cobrança

CONTADOR
Élcio Perpétuo Marques Mendonça - CRC 1SP 251.696/O-6

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos administradores e acionistas do
Banco Rodobens S.A - *São José do Rio Preto - SP*

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Rodobens S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Rodobens S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos
Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior: O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o exercício findo naquela data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações financeiras do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 16 de março de 2022, sem modificação.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor: A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração pelas demonstrações financeiras: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de março de 2023

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP027685/O-6 'F' SP

João Paulo Dal Poz Alouche
Contador CRC 1SP245785/O-2

Gilmar Mendes suspende 'boa-fé' do mercado de ouro

Segundo lei de 2013, palavra do vendedor basta para atestar origem legal

Mônica Bergamo

SÃO PAULO O ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Gilmar Mendes suspendeu, nesta terça-feira (4), a previsão legal que instituiu a chamada "presunção de boa-fé" no comércio do ouro.

A medida está prevista em lei de 2013 e permite que ouro seja comercializado no Brasil apenas com base nas informações dos vendedores. Na prática, segundo especialistas, o princípio facilita o garimpo ilegal no país.

O magistrado diz que "o diploma legislativo em questão inviabilizou o monitoramento privado ao desresponsabilizar o comprador, o que incentivou o mercado ilegal, levando ao crescimento da degradação ambiental e ao aumento da violência nos municípios em que o garimpo é ilegal".

O ministro determinou ainda a adoção, em até 90 dias, por parte do Executivo, de um novo marco normativo para a fiscalização do comércio do ouro.

"É preciso que esse consórcio espúrio, formado entre garimpo ilegal e organizações criminosas, seja o quanto antes paralisado", afirma Gilmar.

A decisão se deu no âmbito de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade apresentada pelo PSB e pela Rede Sustentabilidade. Ela questionava uma emenda do deputado Odair Cunha (PT-MG), segundo a qual bastava a palavra do vendedor de ouro para atestar que sua origem é legal. Assim, o comprador presumia que a verdade estava sendo dita e não era punido se um dia fosse comprovado o contrário.

Na prática, porém, a lei limitava a fiscalização, pelo Banco Central, de instituições financeiras credenciadas a operar com ouro, as chamadas Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários (DTVMs). Também comprometia a punição criminal desses estabelecimentos, caso uma investigação comprovasse que o ouro saiu de uma reserva ambiental, por exemplo.

As DTVMs são um elo fundamental na cadeia de legalização do ouro retirado de terras indígenas e áreas de reserva. São nessas empresas que o garimpeiro ilegal pode apresentar uma permissão de lavra forjada e sair com a nota fiscal que torna o produto legal para ser transportado e negociado.

A decisão de Gilmar vai ao encontro de uma proposta do governo Lula (PT), que vinha preparando a revogação da lei de presunção de boa-fé.

No dia (30), a Receita Federal publicou uma instrução normativa em que adota a nota fiscal eletrônica para a comercialização do ouro do garimpo. A adoção da nota fiscal eletrônica foi a primeira mudança em um pacote de alterações legais previsto para a lavra garimpeira.

Desde 2001, a Receita mantinha o uso da nota de papel, apesar de o documento digitalizado já ser usado na maioria dos setores. A nota fiscal eletrônica passará a ser exigida em julho deste ano.

A mudança era um pleito de organizações ambientalistas, entidades do setor de mineração e até da Polícia Federal por ser considerada um instrumento importante para combater o garimpo ilegal, principalmente em terras indígenas e reservas ambientais.

Helicóptero do Ibama durante operação contra garimpo ilegal na Terra Indígena Yanomami (RR) Lalo de Almeida - 11.fev.23/Folhapress

Revendedores querem mais carros populares, mas não apoiam modelo movido só a etanol

Eduardo Sodré

SÃO PAULO O crescimento de 16,3% nas vendas de veículos leves e pesados no primeiro trimestre não impressionou a Fenabrave (associação dos revendedores). A entidade está na linha de frente das negociações pela volta dos populares.

Ao apresentar os números de mercado nesta terça-feira (4), José Mauricio Andreta Jr., presidente da entidade, ressaltou que a alta acumulada se deve mais aos resultados ruins registrados entre janeiro e março de 2022.

Aqueles meses foram impactados pela falta de componentes e por um aumento nos casos de Covid-19.

Foram emplacadas 471,6 mil unidades no primeiro trimestre — com destaque para março, que terminou com 198,9 mil licenciamentos.

"A alta global foi potencializada pela diferença de dias úteis do último mês [23 dias] ante fevereiro [18 dias]", disse Andreta Jr.

Com o resultado, a Fenabrave manteve as previsões sobre vendas de veículos de passeio. A associação acredita que, neste ano, não haverá crescimento na comercialização em relação a 2022. Há, contudo, esperança de que o cenário mude a médio prazo com a volta dos populares.

"Estamos acompanhando o movimento e disponibilizamos dados para o governo. Para nós, o crescimento tem que vir de baixo para cima", afirmou Andreta Jr. "Precisamos de escala de produção."

Na visão da Fenabrave, o retorno de carros com preços entre R$ 50 mil e R$ 60 mil ao mercado vai movimentar as lojas e as oficinas. A associação, contudo, não apoia um dos pontos em pauta: o retorno de carros movidos somente a etanol.

"Não há pressão [nas negociações] para que os carros sejam 100% a álcool, mas queremos que o uso dessa opção seja incentivado", disse o presidente da entidade.

A ideia de lançar modelos populares movidos somente a etanol está relacionada a metas de descarbonização. Nesse caso, a tendência é que os veículos sejam mais eficientes: ao ajustar o motor para um único combustível, é possível obter resultados melhores em consumo e emissões.

Andreta Jr. disse que a evolução dos métodos de produção, com soluções que vão além do ciclo tradicional da cana-de-açúcar, afasta possíveis problemas de abastecimento e variação de preços.

"Já existe o milho híbrido que só serve para fazer etanol, e dá para tirar mais álcool do bagaço da cana. Sem desmatar, é possível aumentar a produtividade em 30%", disse o executivo, citando estudos da Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária).

"Ao considerar toda a cadeia, o que polui menos é o etanol puro. O carro elétrico tem mercado, mas vai continuar existindo em gamas mais altas", disse o presidente da Fenabrave.

A associação dos revendedores, entretanto, ainda não tem uma resposta sobre como seria possível incentivar o uso do etanol em carros flex. Devido ao preço nas bombas e ao rendimento no tanque, sai mais em conta usar gasolina na maior parte dos estados.

As propostas em discussão incluem desde redução de tarifas até a concessão de créditos ou redução de impostos a quem deixar o combustível fóssil de lado. De acordo com Andreta Jr., essas conversas ainda estão na fase inicial.

João Irineu, vice-presidente de assuntos regulatórios do grupo Stellantis, vê a combinação de etanol com tecnologias de eletrificação como solução para o mercado brasileiro, que possui fontes de energia mais limpas do que as disponíveis na Europa.

"O etanol deve ser combinado com diferentes níveis de eletrificação em um processo que permita distintas configurações de propulsão híbrida, que podem ser distribuídas ao longo do nosso portfólio de forma economicamente viável, ambientalmente correta e socialmente equilibrada", disse o executivo. "Queremos promover uma descarbonização acessível em todos os níveis."

Caso surja uma nova linha de tributação que estimule o retorno de carros 100% a etanol —sejam populares ou mais caros—, o grupo Stellantis já tem uma solução pronta. Em 2019, a Fiat revelou o desenvolvimento de um motor turbo de alta eficiência energética que só consome álcool hidratado.

Seja mono ou bicombustível, o sucesso dos carros populares desejados por montadoras e revendedores está ligado também a um programa de renovação de frota. Andreta Jr., porém, afirmou que o plano mencionado nesta segunda (3) pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, ainda não entrou nas discussões.

"A ideia de renovar a frota depende de retirar o carro mais antigo das ruas, e isso tem que passar por um processo de o governo comprar", disse o presidente da Fenabrave, mencionando o uso de opções como os créditos de carbono para fazer esse movimento.

Venda de veículos leves e pesados entre janeiro de 2021 e março de 2023

Em mil unidades

220
165
110
55
0
171,2
126,5
216,9
198,9
Jan.21 Jan.22 Dez.22 Mar.23

Fonte: Fenabrave

> O etanol deve ser combinado com diferentes níveis de eletrificação em um processo que permita distintas configurações de propulsão híbrida
>
> **João Irineu**
> vice-presidente de assuntos regulatórios do grupo Stellantis

Vinicius Torres Freire
Excepcionalmente hoje a coluna não é publicada.

Cai número de jogadores de videogame no Brasil

SÃO PAULO O número de pessoas que jogam games caiu no Brasil no último ano. Segundo a Pesquisa Game Brasil, publicada na quarta (29), 70,1% dos brasileiros afirmam ter o costume de jogar jogos eletrônicos, menos 4,4 pontos percentuais ante a pesquisa do ano passado.

Também houve queda de 2,3 pontos percentuais no número de pessoas que põem videogames entre as principais formas de diversão, de 84,4% em 2022 para 82,1%. Os especialistas atribuem isso à redução das restrições impostas pela pandemia. Com mais opções de entretenimento disponíveis, as pessoas estão saindo mais de casa e reduzindo o tempo na frente das telas. **Tiago Ribas**

É preciso abandonar sofismas do passado ao falar do BNDES

Economistas respondem à coluna de Marcos Mendes publicada em 25 de março

RÉPLICA

Gilberto Borça Jr. e Jose Antonio P. Souza

Borça Jr. é mestre em economia pelo IE-UFRJ, economista do BNDES e pesquisador associado ao Ibre/FGV; Souza é doutor em economia pelo IE-UFRJ e economista do BNDES

O debate sobre o papel do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) na economia brasileira é necessário e bem-vindo, mas convém separar o joio do trigo nas opiniões que volta e meia retornam à mídia.

Recentemente Marcos Mendes publicou nesta **Folha** mais um texto equivocado sobre o BNDES, em que afirma: "Nos quatro anos entre 1948 e 1951, o Plano Marshall custou, em média, 1,1% do PIB norte-americano por ano. Com esses recursos viabilizou-se a reconstrução da Europa no pós-Guerra. O Tesouro Nacional injetou no BNDES 1,5% do PIB por ano, ao longo de sete anos (2008-15), e colhemos mais problemas que soluções".

Ao utilizar uma comparação grandiloquente, o colunista da **Folha** acabou cometendo alguns equívocos.

Primeiro, a maior parte do Plano Marshall foi uma transferência dos Estados Unidos a países europeus, em dólar, sob condicionalidades estritas. Já a "injeção" de recursos do Tesouro no BNDES foi empréstimo! Em outras palavras, estava programado que o BNDES pagaria de volta os recursos ao Tesouro, o que vem acontecendo desde 2015, em processo iniciado pelo governo Dilma.

Segundo, como é corriqueiro em artigos alarmistas sobre o "perigo claro e iminente" da reestruturação do BNDES, Mendes erra o cálculo relativo ao custo dos aportes do Tesouro no BNDES. Em valores nominais, de 2008 a 2022, a União "aplicou" R$ 441 bilhões no BNDES e "sacou" R$ 688 bilhões do banco. Ainda falta um "pré-pagamento" de R$ 23 bilhões, do BNDES ao Tesouro, mas, considerando apenas o que já foi feito, a taxa interna de retorno nominal da operação para a União foi de 6,7% ao ano.

O ponto central do debate sobre o "BNDES do passado" é o custo de carregamento dos empréstimos da União ao banco. Segundo dados do Tesouro, de 2008 a 2022, a diferença entre o juro pago pelo Tesouro no mercado e o juro que o Tesouro recebeu do BNDES foi de R$ 146 bilhões em preços correntes.

Em paralelo ao custo de carregamento dos empréstimos ao BNDES (o que os economistas chamam subsídio implícito), o Tesouro gastou R$ 60 bilhões, também a preços correntes, com equalização de juros em empréstimos concedidos pelo BNDES com os recursos emprestados pela União (o que os economistas chamam subsídio explícito).

O valor total da operação "empréstimo e equalização" para o BNDES foi, portanto, de R$ 206 bilhões em 15 anos (R$ 13,7 bilhões por ano). Em proporção do tamanho da economia, o total de subsídios implícitos e explícitos via BNDES foi de 3,7% do PIB de 2008-22, ou 0,24% do PIB por ano, valor menor do que o 1,5% do PIB mencionado por Mendes!

Apesar de o BNDES do passado ter custado muito menos do que o Plano Marshall, os leitores devem estar se perguntando: gastar 0,24% do PIB com subsídio financeiro é alto ou baixo para o Brasil? Essa é a pergunta relevante, cuja resposta depende de avaliação tanto dos custos quanto dos benefícios da medida. Mendes considerou apenas os custos.

As críticas ao BNDES do passado partem do pressuposto de que toda e qualquer atuação do banco teve impacto zero sobre a economia — o que é um dos casos possíveis, não o único caso possível. A literatura sobre o impacto do BNDES na economia também inclui resultados positivos sobre o PIB, emprego e arrecadação tributária, ou seja, a literatura indica que parte do subsídio concedido volta ao Tesouro na forma de receita adicional de impostos.

Quanto volta? Esse é o debate que o BNDES do futuro pretende retomar, mas, para que o processo seja construtivo, é preciso abandonar sofismas ideológicos do passado, além de saber diferenciar empréstimo de transferências.

A empresa AEGIS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ILUMINAÇÃO LTDA, CNPJ 23.350.687/0001-90, dá conhecimento que solicitou à Confederação Nacional da Indústria-CNI pesquisa em âmbito nacional para emissão de Atestado de Produtor e Fornecedor Exclusivo do bem industrial Lanterna Tática, cujo NCM é 8513.1010. São Paulo, 05 de Abril de 2023.

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE FRANCA

Encontra-se aberto na Diretoria de Ensino – Região de Franca, pregão eletrônico nº 02/2023, objetivando a constituição de sistema de registro de preços para a prestação de serviços não contínuos de transporte de passageiros mediante fretamento, em caráter eventual – participação ampla – do tipo menor preço, a realização da sessão será no dia 18/04/2023 às 9h30min, na Diretoria de Ensino Região de Franca, sito a Rua Benedito Maníglia nº 200- Vila Chico Júlio – Franca – SP, através do site www.bec.sp.gov.br.

Companhia de Engenharia de Tráfego de Santos – CET-Santos

EDITAL

Órgão: Companhia de Engenharia de Tráfego de Santos, CET-Santos. **Processo nº** 2778-2023. **Modalidade:** Pregão Eletrônico nº 011/2023. **Objeto:** Prestação de serviços de limpeza, desinsetização e desratização, incluídos todos os materiais de limpeza e produtos de higiene pessoal, maquinários e equipamentos necessários, inclusive os de proteção individual (EPI'S), que serão prestados na sede da CET-Santos, garagem do Valongo e bondes e, na Estação Rodoviária de Santos, conforme Termo de Referência que constitui o **Anexo I**, do Edital. **Recebimento das propostas:** até as 9h do dia 19/04/2023. **Abertura das propostas:** às 9h do dia 19/04/2023. **Início da disputa de preços:** às 10h do dia 19/04/2023. **Visita Técnica Facultativa:** Conforme previsto no Edital, as empresas interessadas deverão realizar a visita técnica mediante agendamento ou apresentar declaração. O Edital encontra-se a disposição dos interessados no endereço eletrônico www.licitacoes-e.com.br, sob nº 995748. Santos, 04 de abril de 2023. **Eng.º Antonio Carlos Silva Gonçalves - Diretor-Presidente**

Prefeitura Municipal de Carapicuíba

Pregão Presencial nº 22/2023 P.A. nº 7889/23 R.P.para aquisição de água mineral sem gás - Disputa 25/04/2023 às 09:00 horas.

Chamamento Público nº 05/23 P.A. nº 54769/22 Objeto: Credenciamento de instituições de ensino superior interessadas em celebrar acordo de cooperação técnica, para desenvolvimento de projetos e realizar atividades de assistência, ensino, pesquisa e extensão. Entrega da documentação de 11 a 17 de maio de 2023.

Editais disponíveis no site: www.carapicuiba.sp.gov.br e no depto. de Licitações e Compras, p/retirada com mídia de CD gravável. Informações: (11) 4164-5500 ramal 5442.

Carapicuíba, 04 de abril de 2023.
Marco Aurélio dos Santos Neves
Prefeito

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA
COORDENADORIA DE UNIDADES PRISIONAIS DA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO
PENITENCIÁRIA "NILTON SILVA"
FRANCO DA ROCHA II

"Encontra-se aberta na **PENITENCIÁRIA "NILTON SILVA" DE FRANCO DA ROCHA**, licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO de nº 003/2023, Processo nº 2023/09053, tipo MENOR PREÇO, referente à Oferta de Compras nº **380154000012023OC00054**, objetivando a **AQUISIÇÃO DE "GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PERECIVEIS"**, para o período de 01 de maio a 31 de agosto de 2023. A realização da sessão pública ocorrerá no dia **19/04/2023**, às 09h30 horas, no endereço eletrônico www.bec.sp.gov.br ou www.bec.fazenda.sp.gov.br, e os interessados em participar do certame deverão acessar os citados endereços eletrônicos a partir do dia **05/04/2023**, mediante a obtenção de senha de acesso ao sistema e credenciamento de seus representantes. O Edital será disponibilizado para consulta e cópia na internet através do endereço eletrônico www.bec.sp.gov.br e www.e-negociospublicos.com.br, e ainda poderá ser consultado e ou retirado no Centro Administrativo da Penitenciária "Nilton Silva", de Franco da Rocha, sito à Estrada Edgard Máximo Zambotto – km 44,5 – Serra dos Cristais – Franco da Rocha - SP, no horário das 08:00 às 12:00 horas e das 13:00 as 17:00 horas, e as informações suplementares poderão ser obtidas através do telefone: (11) 4447-4881 – Eliana/Franciany."

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIEDADE

AVISO DE EDITAL – PROCESSO Nº 11707/2022 TOMADA DE PREÇOS nº 004/2023

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DAS OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, GUIAS E SARJETAS, DRENAGEM E SINALIZAÇÃO DAS VIAS PÚBLICAS NAS RUAS: HELEODORO PIRES DE CAMARGO NO BAIRRO PAULAS E MENDES E NAS RUA SEIS E RUA SETE NO BAIRRO MOREIRAS, AMBAS NO MUNICÍPIO DE PIEDADE/SP, FIRMADO ENTRE O MINISTÉRIO DA ECONOMIA E O MUNICÍPIO DE PIEDADE. Modalidade: TOMADA DE PREÇOS. Tipo de licitação: TIPO MENOR PREÇO GLOBAL. Sessão no dia 27/04/2023, às 09:30hs, na Praça Raul Gomes de Abreu, n.º 200, Centro - Piedade (SP). O edital, em inteiro teor, estará à disposição dos interessados para download no site: www.piedade.sp.gov.br. Mais informações poderão ser obtidas no Setor de Licitações, de 2ª à 6ª feira, das 9h às 12h e das 13h às 16h, na Praça Raul Gomes de Abreu, nº 200, 1º andar, Piedade/SP ou pelo telefone (15) 3244-8400, ramais 121 e 118. Geraldo Pinto de Camargo Filho - Prefeito Municipal

---

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIEDADE

PROCESSO Nº 4148/2019 PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2023

OBJETO: AQUISIÇÃO DE "TABLET" E CELULAR PARA USO DAS SECRETARIAS DO MUNICIPIO, ATRAVÉS DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, CONFORME AS ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO ANEXO I. Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL. Tipo de licitação: Menor Preço Por Item. Sessão no dia 19/04/2023, às 09:30hs, na Praça Raul Gomes de Abreu, n.º 200, Centro - Piedade (SP). O edital, em inteiro teor, estará à disposição dos interessados para download no site: www.piedade.sp.gov.br. Mais informações poderão ser obtidas no Setor de Licitações, de 2ª à 6ª feira, das 9h às 12h e das 13h às 16h, na Praça Raul Gomes de Abreu, nº 200, 1º andar, Piedade/SP ou pelo telefone (15) 3244-8400, ramais 121 e 118.

Geraldo Pinto de Camargo Filho - Prefeito Municipal.

SECRETARIA DE GESTÃO E GOVERNO DIGITAL
INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA AO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL - IAMSPE
GERÊNCIA DE CONTRATAÇÃO DE MATERIAIS E SERVIÇOS
NÚCLEO DE CONTRATAÇÃO DE MATERIAIS

Acha-se aberto, no INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA AO SERVIDOR PÚBLIC ESTADUAL - à Av.Ibirapuera nº 981 - 6º andar, o **PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 211/2023 - PROCESSO IAMSPE Nº 202208455/2022 - OFERTA DE COMPRA Nº 532101530552023OC00448 - PARAAQUISIÇÃO DE: IBRUTINIBE 140MG CAPS, FULVESTRANTO 250MG/5ML SERINGA PREENCHIDA E LEVODOPA100MG + BENSERAZIDA 25MG COMPRIMIDO DISPERSIVEL.** O encerramento e abertura dar-se-ão no **dia 19/04/2023 às 09:00 hrs.** Os interessados deverão acessar, a partir de **06/04/2023,** o endereço eletrônico **www.bec.sp.gov.br ou www.bec.fazenda.sp.gov.br**, mediante a obstenção de senha de acesso ao sistema e decredenciamento de seus representantes. O Edital de presente licitação encontra-se disponível também no site **www.e-negociospublicos.com.br**.

DIRETORIA DE ENSINO DE ITAPEVA

Encontra-se aberto na Diretoria de Ensino da Região de Itapeva-SP, o Pregão Eletrônico nº 03/2023, Processo nº SEDUC-PRC-2022/64724, do tipo menor preço, destinado a Ata De Registro de preços de transporte de passageiros, mediante fretamento, em caráter eventual, através do Sistema de Registro de Preços. A sessão dar-se-á no dia 19/04/2023, com previsão de início a partir das 09h00min, no ambiente processamento do Pregão Eletrônico e será realizada no sítio www.bec.sp.gov.br. As informações e Edital na íntegra estarão disponíveis no sítio www.bec.sp.gov.br ou www.bec.fazenda.sp.gov.br.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCO MORATO

COMUNICADO DE RETIFICAÇÃO: Tomada de Preços n° 003/2023. Processo Administrativo n° 12.266/2022. A Prefeitura do Município de Francisco Morato, com sede na Praça Liberdade, nº 10, Jardim Sinobe, torna público que, encontra-se aberta, licitação na modalidade **TOMADA DE PREÇOS do tipo MENOR PREÇO GLOBAL**, tendo como objeto Contratação de empresa especializada para execução de obras e serviços para construção de 01 (um) Centro de Referência de Assistência Social – CRAS situado na Rua Maria dos Reis Brito, Lote 215 G3 – Fazenda Belém e Cachoeira. A Prefeitura de Francisco Morato retifica a publicação, do dia 31 de março de 2023, página A36, do Jornal Folha de São Paulo, que onde se lê "Sessão de abertura dia 17 de abril de 2023" leia-se "Sessão de abertura dia 24 de abril de 2023". Francisco Morato, 04 de abril de 2023.

SECRETARIA DE GESTÃO E GOVERNO DIGITAL
INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA AO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL - IAMSPE
GERÊNCIA DE CONTRATAÇÃO DE MATERIAIS E SERVIÇOS
NÚCLEO DE CONTRATAÇÃO DE MATERIAIS

Acha-se aberto, no INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA AO SERVIDOR PÚBLIC ESTADUAL - à Av.Ibirapuera nº 981 - 6º andar, o **PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 209/2023 -PROCESSO IAMSPE Nº 202206797/2022 - OFERTA DE COMPRA Nº 532101530552023OC00441 - PARAAQUISIÇÃO DE: PROTESE ENDOVASCULAR 13 X15.** O encerramento e abertura dar-se-ão no **dia 19/04/2023 às 09:00 hrs.** Os interessados deverão acessar, a partir de **06/04/2023,** o endereço eletrônico **www.bec.sp.gov.br ou www.bec.fazenda.sp.gov.br**, mediante a obstenção de senha de acesso ao sistema e decredenciamento de seus representantes. O Edital de presente licitação encontra-se disponível também no site **www.e-negociospublicos.com.br**.

SECRETARIA DE GESTÃO E GOVERNO DIGITAL
INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA AO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL - IAMSPE
GERÊNCIA DE CONTRATAÇÃO DE MATERIAIS E SERVIÇOS
NÚCLEO DE CONTRATAÇÃO DE MATERIAIS

Acha-se aberto, no INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA AO SERVIDOR PÚBLIC ESTADUAL - à Av.Ibirapuera nº 981 - 6º andar, o **PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 212/2023 -PROCESSO IAMSPE Nº 202208450/2022 - OFERTA DE COMPRA Nº 532101530552023OC00298 - PARAAQUISIÇÃO DE: ANLODIPINA, BESILATO 5 MG COMPRIMIDO, DASATINIBE 20 MG COMP. E ÁC. ACETILSALICILICO.** O encerramento e abertura dar-se-ão no **dia 19/04/2023 às 09:00 hrs.** Os interessados deverão acessar, a partir de **06/04/2023,** o endereço eletrônico **www.bec.sp.gov.br ou www.bec.fazenda.sp.gov.br**, mediante a obstenção de senha de acesso ao sistema e decredenciamento de seus representantes. O Edital de presente licitação encontra-se disponível também no site **www.e-negociospublicos.com.br**.

CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA SOCIEDADE AMIGOS DA URBANIZAÇÃO SERRA DOS CRISTAIS QUE SE REALIZARÁ NO PRÓXIMO DIA 15/04/2023

PREZADOS PROPRIETÁRIOS:

Pela presente ficam, V.Sas. convocados para participarem da Assembleia Geral Ordinária da Sociedade Amigos da Urbanização Serra dos Cristais, que se realizará no próximo dia **15/04/2023** (quinze de abril de dois mil e vinte e três), na Àrea de Lazer, sito à Rodovia Anhanguera, Km 45,5 – Cajamar/SP, às **09h30min** em primeira convocação, sendo necessário a presença de um número mínimo de 50% dos proprietários e às **10h00min** em segunda e última convocação, com a presença de qualquer número de proprietários, a fim de deliberarmos sobre:

1. **Aprovação das contas do ano de 2022.**
2. **Deliberação/Aprovação da previsão orçamentária para o exercício 2023/2024 e definição do valor da taxa associativa/manutenção.**
3. **Deliberação/Aprovação para a contratação de líder de segurança na Sausc.**
4. **Deliberação/Aprovação de investimentos e alteração do lay out do espaço Bem Estar.**
5. **Deliberação/Aprovação da revisão das regras do uso do espaço Beauty.**
6. **Deliberação/Aprovação da continuidade do contrato da Vianet com a SAUSC.**

Obs.: Os proprietários que se encontram em débito com a Sociedade Amigos da Urbanização Serra dos Cristais estão impedidos de votar e participar da Assembleia, conforme art. 51 do Estatuto.

Cajamar, 05 de abril de 2023
Roger Miotto Presidente
Assinatura no Original

Prefeitura do Município de Caieiras
Secretaria de Administração - Diretoria de Compras
EDITAL DE ABERTURA DO PREGÃO PRESENCIAL nº 034/2023

ÓRGÃO: Município de Caieiras. **EDITAL:** 034/2023. **OBJETO:** Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de sistema troncalizado multissítio de transmissão de voz e dados digital, com recursos de monitoramento, despacho localização e controle, conforme Termo de Referência. **MODALIDADE:** Pregão Presencial. **DATA DE ENTREGA DOS ENVELOPES:** dia 19/04/2023 às 08h30min e **ABERTURA DOS ENVELOPES:** na mesma data e horário. As empresas interessadas poderão solicitar o envio do Edital via e-mail, bem como ficará disponível no Site do Município de Caieiras www.caieiras.sp.gov.br (Portal de Transparência). Os e-mails para envio do Edital são: licitacao@caieiras.sp.gov.br ou licitacao.caieiras@gmail.com. Maiores informações pelo telefone 4445-9240, no horário das 09h00min às 16h00min. Não enviamos o edital por fax e/ou correio.

Caieiras, 04 de Abril de 2.023.
SAMUEL BARBIERI PIMENTEL DA SILVA
Diretor de Compras e Licitações

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUATÁ

COMUNICADO DE SUSPENSÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 020/2023 – TOMADA DE PREÇOS Nº. 001/2023
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DE PISTA DE CAMINHADA, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA. CONSIDERANDO a informação do Setor de Engenharia deste Município, comunico a todos os interessados, que a Tomada de Preços nº 001/2023, está **SUSPENSA** para adequação da Planilha Orçamentária e Cronograma, até ulterior decisão, a qual será publicada através da imprensa oficial, inclusive com a nova data da abertura do processo e outras alterações que se fizerem necessárias.

Quatá-SP, em 04 de abril 2023.
Marcelo de Souza Pécchio - Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNANDÓPOLIS / SP

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO
CONTRATO Nº 561/2022-PROCESSO Nº 256/2022

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Fernandópolis-CONTRATADA: PEDREIROS PAVIMENTAÇÃO E CONSTRUÇÃO LTDA EPP-ASSINATURA: 04/04/2023-OBJETO: Fica acrescido ao presente contrato o valor de R$ 4.248,49 (Quatro mil, duzentos e quarenta e oito reais e quarenta e nove centavos) que corresponde a 6,23% (Seis inteiros e vinte e três décimos de por cento) da Planilha Orçamentária Inicial. As demais cláusulas permanecem inalteradas. TOMADA DE PREÇO N° 014/2022.

Fernandópolis-SP, 04 de abril de 2023.
CIBELE BERGER SANCHES CARBONE
Gerente de Suprimentos

PREFEITURA DE BOITUVA

AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2023

ÓRGÃO: PREFEITURA DE BOITUVA; OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA; MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL: ENCERRAMENTO: 24.04.2023 AS 09H00MIN. O EDITAL COMPLETO PODERÁ SER RETIRADO NA PREFEITURA DE BOITUVA, NO DEPTO. DE LICITAÇÃO À AV. TANCREDO NEVES, 01, CENTRO, BOITUVA/SP, NO HORÁRIO DAS 08:30 AS 17:00 HORAS OU ATRAVÉS DO SITE WWW.BOITUVA.SP.GOV.BR. PREFEITURA DE BOITUVA, EM 04 DE ABRIL DE 2023. ADILSON AP. LEITE - SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SERVIÇOS MUNICIPAIS.

AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO PE 09/2023

ÓRGÃO: PREFEITURA DE BOITUVA; PREGÃO ELETRÔNICO 09/2023 OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS**. MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO: ENCERRAMENTO: 18.04.2023 AS 09H00MIN. O EDITAL COMPLETO PODERÁ SER ACESSADO WWW.BBMNETLICITACOES.COM.BR OU ATRAVÉS DO SITE WWW.BOITUVA.SP.GOV.BR. PREFEITURA DE BOITUVA, EM 04 DE ABRIL DE 2023. RAFAEL GOES BISCARO - SECRETÁRIO MUNICIPAL DE OBRAS

AVISO DE LICITAÇÃO – CONCORRÊNCIA PÚBLICA 01/2023

ACHA-SE ABERTA NA PREFEITURA DE BOITUVA, CONCORRÊNCIA PÚBLICA 01/2023 REFERENTE A REGISTRO DE PREÇO PARA EMPRESA ESPECIALIZADA, NO RAMO DE ENGENHARIA, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE OPERAÇÃO, DE MANUTENÇÃO PREDIAL PREVENTIVA, CORRETIVA E PREDITIVA, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS, MATERIAIS DE CONSUMO, INSUMOS E MÃO DE OBRA, BEM COMO PARA A REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS EVENTUAIS DIVERSOS, NOS SISTEMAS, EQUIPAMENTOS E INSTALAÇÕES PREDIAIS UTILIZADOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. OS ENVELOPES "DOCUMENTAÇÃO", "PROPOSTA" SERÃO RECEBIDOS NO SETOR DE LICITAÇÕES ATÉ AS 09 H DO DIA 08.05.2023, COM ABERTURA PREVISTA PARA AS 09H05 MIN DO DIA 08/05/2023. MAIORES INFORMAÇÕES ESTARÃO À DISPOSIÇÃO DOS INTERESSADOS NA SEDE DA PREFEITURA SITO A AV. TANCREDO NEVES 01 CENTRO- BOITUVA/SP, NO HORÁRIO DAS 08:30 AS 17:00 HORAS, PELO TELEFONE (015) 3363-8812 OU ATRAVÉS DO SITE WWW.BOITUVA.SP.GOV.BR. PREFEITURA DE BOITUVA, EM 04 DE ABRIL DE 2023. ANA PAULA SAMPAIO MOURA – SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Tribunal de Justiça de Pernambuco

AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº 02/2023-CPC
PROCESSO ADM SEI Nº 00031267-69.2022.8.17.8017

OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços técnicos de engenharia para execução da Conservação e Restauro de Lustres do Palácio da Justiça TJPE, em conformidade com as exigências contidas nos ANEXO I e I-A - MEMORIAL DESCRITIVO/PROJETO BÁSICO. **PRAZO DE RECEBIMENTO: 10 a 27 de abril de 2023. DATA, LOCAL E HORÁRIO DE ABERTURA: 27 de abril de 2023 às 15h**, na Sala da Comissão Permanentes de Contratações - CPC - 4º and. do Edf. Paula Batista. O Edital e Anexos podem ser obtidos no site www.tjpe.jus.br ou ainda diretamente na sede da Comissão, situada na Rua Dr. Moacir Baracho, nº 207, Edf. Paula Baptista, 4º andar, bairro Santo Antônio, Recife/PE, ou através dos fones: (81) 3182.0566/ 3182.0480, no horário das 9h às 18h, de segunda a sexta-feira.

Recife, 04 de abril de 2023. Gabriel Ferreira Nippo - Presidente-CPC.

SÃO PAULO TURISMO S/A
spturis eventos+turismo
CNPJ/MF Nº 62.002.886/0001-60 - NIRE 35300015967

EDITAL DE CONVOCAÇÃO – ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Convidamos os senhores acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, **às 11h (onze horas)** do dia **27 de abril de 2023 (quinta-feira)**, virtualmente, via plataforma Microsoft Teams, para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia:

Em Assembleia Geral Ordinária:

(i) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e demais documentos relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022;

(ii) Ratificação da eleição do representante dos empregados da Companhia no Conselho de Administração, conforme art. 19 da Lei Federal nº 13.303/16;

(iii) Eleição de no mínimo, 05 (cinco) e, no máximo, 07 (sete) membros para compor o quadro do Conselho de Administração da Companhia, com mandato de 02 (dois) anos, vagas estas destinadas à acionista controladora da Companhia, a Prefeitura Municipal de São Paulo, podendo os atuais membros serem reeleitos ou não, desde que observado o número máximo de reconduções previstas no Estatuto Social;

(iv) Eleição de 01 (um) membro para compor o Conselho de Administração da SPTURIS, com mandato de 02 (dois) anos, de representante dos acionistas minoritários, nos termos do art. 239 da Lei Federal nº 6.404/76;

(v) Eleição de até 03 (três) membros para compor o Conselho Fiscal da SPTURIS, e respectivos suplentes, todos para mandato de 01 (um) ano, vagas estas destinadas à acionista controladora da Companhia, a Prefeitura Municipal de São Paulo, podendo os atuais membros serem reeleitos ou não, desde que observado o número máximo de reconduções previstas no Estatuto Social;

(vi) Eleição de 01 (um) membro para compor o Conselho Fiscal da SPTURIS, e respectivos suplentes, com mandato de 01 (um) ano, representante dos acionistas minoritários, nos termos dos artigos 161 e 240 da Lei Federal nº 6.404/76, e, por fim;

(vii) Eleição de 01 (um) membro para compor o Conselho Fiscal da SPTURIS, e respectivos suplentes, com mandato de 01 (um) ano, representante dos acionistas preferencialistas, nos termos dos artigos 161 e 240 da Lei Federal nº 6.404/76

A solicitação do link para participação na AGO deverá ser feita pelo e-mail anapaula@spturis.com até as 11h00 do dia 26/04/2022, dia útil anterior a realização da AGOE.

As Informações aos Acionistas, bem como todos os documentos necessários à apreciação dos senhores, se encontram à disposição na sede da SPTURIS, na Rua Boa Vista, nº 280, Centro Histórico - São Paulo/SP, aos cuidados da Secretaria de Governança Corporativa, desde 28/03/2023, por ocasião da publicação do Aviso aos Acionistas. Referidos documentos também podem ser consultados no endereço eletrônico da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.com.br).

Com relação aos itens (iv), (vi) e (vii) da Ordem do Dia, em havendo eventual indicação de membros por parte dos acionistas minoritários e/ou preferencialistas para composição dos Conselhos de Administração e Fiscal, estes devem atentar-se ao disposto nas Informações aos Acionistas, publicadas na CVM em 30/03/2023.

São Paulo, 04 de abril de 2023.
GUSTAVO GARCIA PIRES
Diretor Presidente

INTIMAÇÃO para PEDIDO DE DEPENDENCIA NOS TERMOS DA G. L. c.119, § 39M	Súmula nº **WO23A0106SJ**	Comunidade de Massachusetts Tribunal de Justiça Vara de Sucessões e de Família
Vanessa Alyne Gomes em nome de Matheus Henryck Go , Requerente Vs. Daniel Pacheco Ferreira dos Santos , Réu "Parente Um" Se aplicável: , Réu "Parente Dois"		Tribunal de Sucessões e Família de Worcester

Para o réu acima nomeado:

Você está obrigado a comparecer à **Vara de Sucessões e Família de Worcester** para uma audiência sobre este Pedido de Dependência, de acordo com a G.L. c. 119, § 39M.
Informações sobre a audiência:

Esta não é uma data de audiência
Data: **16 de maio de 2023**
Hora: **Esta é a data em que a prova de citação do réu deve ser apresentada ao**
Local: **Tribunal. Uma audiência será agendada assim que a prova de citação for recebida.**

Você está por meio deste convocado e obrigado a servir a:
Tyler R Quesnel, Esq.
cujo endereço é:
Georges Cote Law
235 Marginal St
Chelsea, MA 02150

sua resposta, se houver, à reclamação para a qual é entregue a você, no prazo de **7 dias** após a notificação desta intimação, excluindo o dia da notificação. Você também deve apresentar sua resposta à reclamação no escritório do Registro deste Tribunal na **Vara de Sucessões e Família de Worcester,** antes da notificação ao autor ou advogado do autor, se representado por advogado, ou dentro de um prazo razoável a partir de então.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JAGUARIÚNA

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA Nº 013/2023 – TIPO MENOR PREÇO POR LOTE

O Município de Jaguariúna torna público e para conhecimento dos interessados que se encontra aberta nesta Prefeitura a CONCORRÊNCIA Nº 013/2023, cujo objeto é a contratação de empresa para execução de transporte contínuo de estudantes das redes Municipal e Estadual de ensino, das áreas urbana e rural, em estradas pavimentadas e não pavimentadas do Município de Jaguariúna/SP, conforme demais especificações contidas no Edital. O encerramento do prazo para a entrega dos envelopes se dará no dia 11 de maio de 2023 às 09:00 horas. O Edital completo poderá ser adquirido no Departamento de Licitações e Contratos, sito à Rua Alfredo Bueno, 1235 – Centro – Jaguariúna/SP, no horário das 08:00 às 16:00 horas, ou através do site www.licitacoes.jaguariuna.sp.gov.br a partir do dia 05 de abril de 2023. Maiores informações poderão ser obtidas pelos telefones: (19) 3867-9801, com Aline, (19) 3867-9780, com Antônia, (19) 3867-9707, com Luciano, (19) 3867-9792, com Ricardo, (19) 3867-9757, com Carla, (19) 3867-9825, com Renato ou pelo endereço eletrônico: ricardo_licitacoes@jaguariuna.sp.gov.br.

Jaguariúna, 04 de abril de 2023.
Antonia M. S. X. Brasilino - Departamento de Licitações e Contratos

AVISO DE REABERTURA DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA Nº 002/2023

O Município de Jaguariúna torna público e para conhecimento dos interessados que se encontra reaberta nesta Prefeitura a CONCORRÊNCIA Nº 002/2023, cujo objeto é a Permissão de Uso de Espaço Público para estabelecimento de produção, venda e consumo de produtos alimentícios – espaço quiosque – lanchonete/bar – área: 57,61m², localizado na Rua Tiradentes, s/nº, próximo ao Parque Santa Maria – Jardim São João – Jaguariúna/SP, conforme demais especificações contidas no Edital. O encerramento do prazo para a entrega dos envelopes se dará no dia 12 de maio de 2023 às 09:00 horas. O novo Edital completo poderá ser consultado e adquirido no Departamento de Licitações e Contratos, sito à Rua Alfredo Bueno, 1235 – Centro – Jaguariúna/SP, no horário das 08:00 às 16:00 horas, ou através do site www.licitacoes.jaguariuna.sp.gov.br a partir do dia 05 de abril de 2023. Maiores informações poderão ser obtidas pelos telefones: (19) 3867-9801, com Aline, (19) 3867-9780, com Antônia, (19) 3867-9707, com Luciano, (19) 3867-9792, com Ricardo, (19) 3867-9757, com Carla, (19) 3867-9825 com Renato ou pelo endereço eletrônico: renato_licitacoes@jaguariuna.sp.gov.br.

Jaguariúna, 04 de abril de 2023.
Antonia M. S. X. Brasilino - Departamento de Licitações e Contratos

AVISO DE JULGAMENTO DE RECURSOS E AGENDAMENTO DE SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DOS ENVELOPES PROPOSTAS DE PREÇOS
CONCORRÊNCIA Nº 015/2022

Objeto: Execução de obras de ampliação da Estação de Tratamento de Água - ETA Central - FASE 02 - 50l/s (litros por segundo), com fornecimento de material, mão de obra e equipamentos necessários. A Comissão Permanente de Licitação por meio de sua Presidente torna público e para conhecimento dos interessados que a autoridade competente conheceu do recurso apresentado pela empresa TARGET ENGENHARIA CIVIL E ELÉTRICA LTDA – CNPJ 11.491.331/0001-98 e não lhe deu provimento, tudo conforme instrução do Procedimento Licitatório em epígrafe. Fica, portanto, agendada Sessão Pública para abertura dos envelopes Propostas de Preços para o dia 11/04/2023 às 14:00 horas.

Comissão Permanente de Licitação, 04 de abril de 2023.
Ariana Aparecida de Almeida - Presidente – Comissão Permanente de Licitações

AVISO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 023/2023

Torna-se público e para conhecimento dos interessados que o Pregão acima mencionado tendo como objeto a "Aquisição de 01 (um) veículo tipo Caminhonete Cabine Dupla, tração 4 x 4, à Diesel, para uso do CANIL da Guarda Municipal.", foi adjudicado no dia 27 de março e homologado no dia 04 de abril de 2023, em favor da licitante NISSAN DO BRASIL AUTOMOVEIS LTDA – CNPJ: 04.104.117/0007-61 – Valor R$ 231.799,70.

Marisa Aparecida Rissatti – Pregoeira.
Maria Emília Peçanha de Oliveira Silva - Secretária de Gabinete

MUNICÍPIO DE GUARANTÃ/SP

COMUNICADO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO: PROCESSO Nº 036/2023 TOMADA DE PREÇOS Nº 005/2023 EDITAL Nº 017/2023

Objeto: Contratação de empresa especializada em Infraestrutura Urbana, Construção/Reconstrução de rede de drenagem do Ribeirão Guarantã, conforme Planilha Orçamentária, Cronograma Físico-Financeiro, Localização, Memorial Descritivo, Projetos, constantes nos anexos e que faz parte integrante da minuta deste Edital. Regime de aquisição: Menor Preço Global Recebimento dos Envelopes: até às 14h30min, do dia 28/04/2023, na Sala do Departamento de Licitações e Contratos do Município de Guarantã (Paço Municipal), localizada à Av. Altino Cardoso, nº 156, Centro, Guarantã/SP, tendo a sua abertura às 09h30min do dia e local referendado. Cadastramento dos Fornecedores para emissão do CRC: poderão participar da presente licitação as empresas que atuam no ramo do objeto, e que estiverem devidamente Cadastradas na Prefeitura do Município de Guarantã, ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação. Visita Técnica Facultativa: até o dia 27/04/2023, de segunda a sexta-feira, das 07h30min às 10h30min, e das 13h00min às 16h30min (deverá obrigatoriamente fazer um agendamento). A Retirada do Edital acima mencionado, em seu completo teor, seus anexos, e demais informações, poderá ser solicitada no Município de Guarantã/SP, no Departamento de Licitações e Contratos, ou através do site do Município: www.guaranta.sp.gov.br. Horário de expediente: 07:30 às 11:00 horas e das 13:00 às 17:00 horas, de segunda-feira a sexta-feira, na Avenida Altino Cardoso, nº 156, Centro, Guarantã/SP. Fone: (14) 3586-3300 – Ramal 8. e-mail: licitacao@guaranta.sp.gov.br. Guarantã, 04 de abril de 2023.
Marcos Roberto Frugeri – Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE GUARANTÃ/SP

COMUNICADO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO: PROCESSO Nº 031/2023 TOMADA DE PREÇOS Nº 004/2023 EDITAL Nº 016/2023

Objeto: Infraestrutura urbana – pavimentação asfáltica em CBUQ, nas vias públicas do Loteamento "Terra Prometida", conforme Termo de Convênio 100342/2022 e demanda 021997, convênio que entre si celebram o Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Regional, está por sua Subsecretaria de Convênios com Municípios e Entidades não Governamentais, e o Município de Guarantã. Regime de aquisição: Menor Preço Global Recebimento dos Envelopes: até às 09h30min, do dia 28/04/2023, na Sala do Departamento de Licitações e Contratos do Município de Guarantã (Paço Municipal), localizada à Av. Altino Cardoso, nº 156, Centro, Guarantã/SP, tendo a sua abertura às 09h30min do dia e local referendado. Cadastramento dos Fornecedores para emissão do CRC: poderão participar da presente licitação as empresas que atuam no ramo do objeto, e que estiverem devidamente Cadastradas na Prefeitura do Município de Guarantã, ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação. Visita Técnica Facultativa: até o dia 27/04/2023, de segunda a sexta-feira, das 07h30min às 10h30min, e das 13h00min às 16h30min (deverá obrigatoriamente fazer um agendamento). A Retirada do Edital acima mencionado, em seu completo teor, seus anexos, e demais informações, poderá ser solicitada no Município de Guarantã/SP, no Departamento de Licitações e Contratos, ou através do site do Município: www.guaranta.sp.gov.br. Horário de expediente: 07:30 às 11:00 horas e das 13:00 às 17:00 horas, de segunda-feira a sexta-feira, na Avenida Altino Cardoso, nº 156, Centro, Guarantã/SP. Fone: (14) 3586-3300 – Ramal 8. e-mail: licitacao@guaranta.sp.gov.br. Guarantã, 04 de abril de 2023.
Marcos Roberto Frugeri – Prefeito Municipal

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LARANJAL PAULISTA

COMUNICADO DO EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2023 - PROCESSO Nº 027/2023 - OCC Nº 841200801002023OC00010. A Prefeitura Municipal de Laranjal Paulista, comunica a todos os interessados, que fica marcado a continuidade do Pregão eletrônico nº 006/2023 para o dia 11.04.2023 às 09:00 horas na Plataforma do Sistema BEC/SP. Laranjal Paulista, 04 de Abril de 2.023 - Cláudia Tereza Pessin - Prefeita.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAPORA DO BOM JESUS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2023 – PROCESSO Nº 060/2023

OBJETO: Registro de Preços para Futura e Eventual Contratação de Empresa para Confecção de Materiais (Uniformes, Coberturas, Acessórios e Calçados) para Guarda Civil Municipal, Defesa Civil e Departamento Municipal de Trânsito, conforme Termo de Referência - Anexo I. A Sessão Pública será as 10:00 horas do dia 25 de Abril de 2023 no endereço: www.bbmnetlicitacoes.com.br. O Edital estará disponível a partir das 17:30 horas do dia 05/04/2023, no endereço acima mencionado e também pode ser solicitado através do e-mail: licitacoes.pirapora@gmail.com.
Pirapora do Bom Jesus, 04 de Abril de 2023 – Suelen Martins Silveira – Pregoeira.

EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

Ana Claudia Carolina Campos Frazão, Leiloeira inscrita na JUCESP sob o nº 836, com escritório Rua Hipódromo, 1141, sala 66, Mooca, São Paulo/SP, devidamente autorizada pelo Credor Fiduciário **ITAÚ UNIBANCO S.A**, inscrito no CNPJ sob nº 60.701.190/0001-04, com sede na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setúbal, na Cidade de São Paulo/SP, nos termos do Instrumento Particular de Venda e Compra de bem imóvel, Financiamento com Garantia de Alienação e Outras Avenças nº 10150406107, firmado em 19/08/2020, no qual figura como Fiduciante **CRISTIAN CLAUDINO DA SILVA**, CPF/MF nº 408.150.888-76, levará a **PÚBLICO LEILÃO de modo Presencial e On-line**, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, no dia **20/04/2023, às 15h30min, à Rua Hipódromo, 1141, sala 66, Mooca, São Paulo/SP**, em **PRIMEIRO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 358.840,08** (Trezentos e cinquenta e oito mil oitocentos e quarenta reais e oito centavos), **o imóvel objeto da matrícula nº 19.770 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Ribeirão Preto/SP**, com a propriedade consolidada em nome do credor Fiduciário constituído por: *"Um prédio residencial situado na cidade de Ribeirão Preto, na rua Vila Bela, nº 955, construído de tijolos, coberto de telhas, contendo dois cômodos, com piso de cimento e sem forro, com seu respectivo terreno que é constituído de parte do lote 08, da quadra 21, da Vila Recreio, medindo 7,00m de frente, por 22,00m da frente aos fundos em ambos os lados e fundos com Elisa Del Santo Zanardo, sendo que a construção possui a área de 22,57m² e o terreno a área total de 154,00m², localizado entre as ruas Tabatinga e General Câmara, distante 7,00m da rua Tabatinga."* **Obs. Ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30 da lei 9.514/97.** Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o dia **02/05/2023, às 15h30min**, no mesmo horário e local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 194.575,99** (Cento e noventa e quatro mil quinhentos e setenta e cinco reais e noventa e nove centavos). Todos os horários estipulados neste edital, no site do leiloeiro (www.FrazaoLeiloes.com.br), em catálogos ou em qualquer outro veículo de comunicação consideram o horário oficial de Brasília-DF. O(s) devedor(es) fiduciante(s) será(ão) comunicado(s) na forma do parágrafo 2º-A do art. 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017, das datas, horários e locais da realização dos leilões fiduciários, mediante correspondência dirigida aos endereços constantes do contrato, inclusive ao endereço eletrônico. O(s) fiduciante(s) adquirir o imóvel preferencialmente, até a data do segundo leilão, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, conforme estabelecido no parágrafo 2º-B do art. 27 da Lei 9.514/97. O leilão será realizado de modo presencial e on-line simultaneamente, no endereço e horário acima indicados e através do site www.FrazaoLeiloes.com.br, onde os interessados poderão participar e ofertar lances pela internet no respectivo lote do leilão. O envio de lances on-line se dará exclusivamente através do site www.FrazaoLeiloes.com.br, respeitado o lance mínimo e o incremento mínimo estabelecido, em igualdade de condições com os participantes presentes no auditório do leilão de modo presencial, na disputa pelo lote do leilão, com exceção do devedor fiduciante, que poderá adquirir o imóvel preferencialmente em 1º e 2º leilão. Os interessados em participar do leilão de modo on-line, deverão se cadastrar no site www.FrazaoLeiloes.com.br, e se habilitar acessando a página deste leilão, clicando na opção HABILITE-SE, com antecedência de até 01 (uma) hora, antes do início do leilão presencial, não sendo aceitas habilitações após esse prazo. A venda será efetuada em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que se encontra. O proponente vencedor por meio de lance on-line ou presencial terá prazo de 24 horas depois de comunicado expressamente pelo leiloeiro acerca da efetiva arrematação do imóvel, condicionada ao não exercício do direito de preferência pelo devedor fiduciante, para efetuar o pagamento, por meio de transferência bancária, da totalidade do preço e da comissão do leiloeiro correspondente a 5% sobre o valor do arremate. **A transferência bancária deverá ser realizada por meio de conta bancária de titularidade do arrematante ou do devedor fiduciante, mantida em instituição financeira autorizada pelo BCB - Banco Central do Brasil**. As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto n° 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto n° 22.427 de 1° de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial.

SINDICATO DOS PROFESSORES DE SANTO ANDRÉ, SÃO BERNARDO DO CAMPO E SÃO CAETANO DO SUL - SINPRO ABC - Assembleia Geral Extraordinária - Pelo presente edital, ficam **CONVOCADAS** as Professoras e Professores empregados em Instituições de Ensino Superior da rede privada de ensino, sindicalizados ou não, nos municípios de Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul, base territorial do Sindicato dos Professores de Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul - SINPRO ABC, inscrito no CNPJ sob o nº 53.714.440/0001-77, devidamente registrado no CNES do M.T.E, Registro Sindical nº 914.027.422.86563-0, com sede à Rua Pirituba, 61/65 - Bairro Casa Branca - Santo André - SP CEP: 09015-540, para participarem da **Assembleia Geral Extraordinária**, a ser realizada no dia 14 de abril de 2023, na sede social, sito à Rua Pirituba, 61/65, Bairro Casa Branca, Santo André, SP, às 17 horas, em primeira convocação com o quórum estatutário de presentes, ou às 17 horas e 30 minutos, em segunda convocação, com qualquer número de presentes, para, com a finalidade de discutir e deliberar sobre a seguinte **Ordem do Dia: a)** Análise de eventual contraproposta patronal; e **b)** Continuidade da Campanha Salarial: mobilização e formas de luta. Santo André, 05 de abril de 2023. **Edilene Arjoni Moda** - Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DE REPRESENTANTES DA FERAESP CONJUNTAMENTE COM OS EMPREGADOS RURAIS ASSALARIADOS DOS MUNICÍPIOS ESPECÍFICOS DO ESTADO DE SÃO PAULO - FEDERAÇÃO DOS EMPREGADOS RURAIS ASSALARIADOS DO ESTADO DE SÃO PAULO - FERAESP, entidade de segundo grau, representante da categoria dos empregados rurais assalariados do Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob nº 58.998.915/0001-18, com sede na cidade de Assis/SP, na Avenida Siqueira Campos, nº 235 - Vila Operária, na forma de seu Estatuto Social, por seu Presidente infra assinado, nos termos Artigo 33 *"caput"* e parágrafo quarto, incisos VII e X, Artigo 7º, III e IV do Estatuto Social, convoca o seu Conselho de Representantes cujos sindicatos estejam em situação regular com suas obrigações sociais e estatutárias, bem como, os empregados rurais assalariados do Estado de São Paulo, especificamente, dos municípios: Águas de São Pedro - Aluminio - Álvaro de Carvalho - Alvinlândia - Americana - Aparecida - Aparecida D'oeste - Araçariguama - Arapeí - Areias - Balbinos - Bananal - Barão de Antonina - Barra do Turvo - Bertioga - Boa Esperança do Sul - Boituva - Bom Sucesso de Itararé - Cabreúva - Cachoeira Paulista - Cananéia - Canas - Caraguatatuba - Cerqueira César - Cordeirópolis - Cotia - Cravinhos - Cruzeiro - Cubatão - Cunha - Dracena - Embaúba - Emilianópolis - Espírito Santo do Turvo - Guaíra - Guarujá - Guaratinguetá - Hortolândia - Ilha Comprida - Ilhabela - Iperó - Iracemápolis - Itanhaém - Itariri - Itu - Jarinu - Jeriquara - Jumirim - Juquitiba - Lagoinha - Lavrinhas - Lorena - Lupércio - Mairiporã - Martinópolis - Monções - Mongaguá - Monte Azul Paulista - Monte Castelo - Morungaba - Nova Campina - Nova Guataporanga - Nova Odessa - Ouro Verde - Palmeira D'oeste - Panorama - Paraíso - Pariquera-açu - Paulicéia - Pedro de Toledo - Peruíbe - Piquerobi - Piquete - Poá - Pongaí - Porto Feliz - Potim - Praia Grande - Queluz - Reginópolis - Ribeira - Ribeirão Bonito - Ribeirão do Sul - Ribeirão dos Índios - Ribeirão Grande - Rifaina - Riolândia - Riversul - Rosana - Salto Grande - Sandovalina - Santa Maria da Serra - Santa Mercedes - Santo Antônio do Jardim - Santos - São João do Pau d'Alho - São José do Barreiro - São Lourenço da Serra - São Pedro do Turvo - São Sebastião - São Simão - São Vicente - Sarapuí - Serra Azul - Sertãozinho - Silveiras - Sud Mennucci - Suzanápolis - Taquaral - Taquarivaí - Tarabai - Terra Roxa - Torre de Pedra - Trabiju - Tupi Paulista - Turmalina - Ubatuba - Uru - Vargem Grande Paulista e Vinhedo; para reunirem-se em Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada no dia 25 (vinte e cinco) de abril (04) de 2023 (dois mil e vinte e três) em primeira chamada às 9h00m (nove horas) com a presença da maioria simples dos interessados/filiados e/ou em segunda chamada às 9h30m (nove horas e trinta minutos), com a presença de qualquer número de interessados/filiados, para deliberarem sobre a seguinte pauta do dia: **a)** Deliberar a pauta de reivindicações econômicas e sociais dos empregados rurais assalariados para celebração de Convenção Coletiva de Trabalho 2023/2024, outorgando poderes para negociar as reivindicações econômicas e sociais dos empregados rurais assalariados, e ao final, celebrar Convenção Coletiva de Trabalho com a FAESP (Federação da Agricultura do Estado de São Paulo), data-base em 01 de maio; **b)** Deliberar aprovação ou reprovação do recolhimento de Contribuição destinada à entidade representativa da categoria, a ser descontada na folha de pagamento de cada trabalhador abrangido pela respectiva convenção; **c)** Outorgar poderes para diretoria da FERAESP participar da mesa de negociação e ou arbitragem para tratar da respectiva pauta de reivindicação; **d)** Designar a composição da mesa de negociação; **e)** Outorgar poderes à Diretoria da FERAESP para que, em caso de insucesso nas negociações, propor e instaurar dissídio coletivos de trabalho e ou eventual propositura de Ação Civil Pública perante o Juízo competente. A presente assembleia geral extraordinária será realizada por meio de videoconferência, através do aplicativo Zoom, no dia e horário acima especificados, cujo *link* de acesso à participação na respectiva Assembleia Geral, estará disponível uma hora antes do início, no portal eletrônico da entidade https://www.feraesp.org.br, bem como, será encaminhado via e-mail às entidades filiadas nos termos do *artigo 32, parágrafo segundo, do Estatuto Social*. Em relação aos empregados rurais assalariados interessados em participarem da presente assembleia geral extraordinária, será obrigatório realizarem, a partir da data de publicação deste Edital, os seus respectivos Cadastros de Participação na Assembleia Geral Extraordinária, através do preenchimento de Ficha eletrônica disponível no Portal eletrônico da entidade citado acima. Assis/SP, 05 de abril de 2023. Jotalune Dias dos Santos - Presidente da FERAESP.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CESÁRIO LANGE

Aviso de Licitação. A Prefeitura Municipal de Cesário Lange torna público que encontram-se abertas as licitações na modalidade de **Pregão Presencial sob o nº 10/2023. Objeto:** Fornecimento parcelado de insulinas análogas para a Secretaria de Saúde. **Abertura:** 19/04/2023. **Credenciamento:** às 09:00 hs. **Pregão Presencial nº 09/2023. Objeto:** Fornecimento parcelado de gêneros alimentícios para a merenda escolar e projetos municipais. **Abertura:** 20/04/2023. **Credenciamento:** 09:00 hs. **Tomada de Preços nº 07/2023. Objeto:** Contratação de empresa para a recuperação do pavimento asfáltico da Avenida Benedito de Camargo Barros. **Recebimento dos envelopes de habilitação e propostas:** 25/04/2023 até as 9:30 hs no protocolo geral da prefeitura. **Pregão Eletrônico nº 03/2023. Objeto:** Contratação de apólice de seguro coletivo para os veículos pertencentes à frota municipal. Início do recebimento das propostas 10/04/2023. **Data da sessão de disputa:** 26/04/2023 às 09:01hs. Os Editais estarão disponíveis no sítio oficial do Município no Portal da Transparência+transparência. **Informações:** Prefeitura Municipal de Cesário Lange. Tel 15-32464800.

NORDON INDÚSTRIAS METALÚRGICAS S/A

CNPJ nº 60.884.319/0001-59 - NIRE nº 35.3.00025288 - Cia. Aberta.

Assembleia Geral Ordinária - Edital de Convocação

Ficam os Senhores Acionistas da Nordon Indústrias Metalúrgicas S.A. ("Nordon" ou "Companhia") convocados a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no dia 28 de abril de 2023, às 11h00, na sede social, localizada na Alameda Roger Adam nº 169, bairro Utinga, na cidade de Santo André, Estado de São Paulo, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (1) Deliberar sobre as contas dos administradores e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2022; (2) Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31/12/2022; (3) Deliberar sobre a quantidade de membros que comporão o Conselho de Administração; (4) Eleger os membros do Conselho de Administração; (5) Fixar sobre a remuneração global dos Administradores para o período até a Assembleia Geral Ordinária de 2024; (6) Na hipótese de haver pedido válido de instalação do Conselho Fiscal, eleger os seus respectivos membros; e (7) Na hipótese de eleição do Conselho Fiscal, fixar a sua remuneração global anual. Encontra-se à disposição dos Senhores Acionistas, na sede social da Nordon, no seu site (www.nordon.ind.br), bem como no site da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br), o boletim de voto a distância, assim como a Proposta da Administração ("Proposta da Administração") contemplando: (i) a proposta de destinação do resultado do exercício social encerrado em 31/12/2022; (ii) proposta de quantidade de membros e chapa para compor o Conselho de Administração, para cumprir mandato até a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2024; (iii) proposta de remuneração dos Administradores para o período até a Assembleia Geral Ordinária de 2024; (iv) o relatório da administração; (v) as demonstrações financeiras; (vi) o parecer dos auditores independentes; bem como (vii) as demais informações requeridas pelas Resoluções CVM 80/22 e 81/22, incluindo as orientações para participação nas Assembleias. Informações Gerais: A participação do Acionista poderá ser pessoal ou por procurador devidamente constituído, ou via boletim de voto a distância, sendo que as orientações detalhadas acerca da documentação exigida constam na Proposta da Administração. Procuração: As procurações poderão ser outorgadas observado o disposto no art. 126 da Lei nº 6.404/76 e na Proposta da Administração. O representante legal do Acionista deverá comparecer à Assembleia munido da procuração e demais documentos indicados na Proposta da Administração, além do documento que comprove a sua identidade. Boletim de Voto a Distância: Os Acionistas que optarem por meio do boletim de voto a distância deverão enviá-los, nos termos da Resolução CVM nº 81/22, por meio dos agentes de custódia dos Acionistas ou do escriturador das ações de emissão da Companhia ou, ainda, diretamente à Companhia, conforme orientações constantes no Formulário de Referência e na Proposta da Administração. Os Acionistas que optarem por votar por meio do boletim de voto a distância deverão enviá-los, nos termos da Resolução CVM 81/22, por meio dos agentes de custódia dos Acionistas ou do escriturador das ações de emissão da Companhia ou, ainda, diretamente à Companhia, conforme as orientações constantes no Formulário de Referência e na Proposta da Administração. Para o envio dos boletins assinados diretamente à Companhia solicitamos a utilização do correio eletrônico ri@b3.com.br, não havendo necessidade de envio posterior da via física. Voto Múltiplo: Nos termos da Resolução CVM nº 70/22, o percentual mínimo sobre o capital votante necessário à requisição da adoção do voto múltiplo é de 5%. Eventuais dúvidas sobre o presente Edital de Convocação poderão ser enviadas para a Diretoria de Relações com Investidores da Nordon, por meio do correio eletrônico elizabeth@nordon.ind.br. Santo André, 28 de março de 2023. Elizabeth do Rocio de Freitas - Presidente do Conselho de Administração.

Edital de Convocação 2023 - Pelo presente edital de Convocação, o **SINTERCAMP - SINDICATO DOS TRABALHADORES EM REFEIÇÕES DE CAMPINAS E REGIÃO**, de acordo com o estatuto social da entidade, **CONVOCA** todos os trabalhadores da categoria de refeições coletivas, refeições convênio, cesta básica, cozinhas industriais, restaurantes industriais, merenda escolar, refeições servidas para passageiros de aeronaves e afins, na base territorial sindical nos municípios de Aguaí/SP, Águas da Prata/SP, Águas de São Pedro/SP, Americana/SP, Amparo/SP, Analândia/SP, Araraquara/SP, Araras/SP, Artur Nogueira/SP, Boa Esperança do Sul/SP, Borborema/SP, Brotas/SP, Campinas/SP, Capivari/SP, Charqueada/SP, Conchal/SP, Cordeirópolis/SP, Corumbataí/SP, Cosmópolis/SP, Descalvado/SP, Dourado/SP, Elias Fausto/SP, Engenheiro Coelho/SP, Estiva Gerbi/SP, Holambra/SP, Hortolândia/SP, Ibaté/SP, Ibitinga/SP, Indaiatuba/SP, Ipeúna/SP, Iracemápolis/SP, Itapira/SP, Itápolis/SP, Itirapina/SP, Jaguariúna/SP, Leme/SP, Limeira/SP, Mogi Guaçu/SP, Moji Mirim/SP, Mombuca/SP, Monte Mor/SP, Nova Europa/SP, Nova Odessa/SP, Novo Horizonte/SP, Paulínia/SP, Pedreira/SP, Piracicaba/SP, Pirassununga/SP, Porto Ferreira/SP, Rafard/SP, Ribeirão Bonito/SP, Rincão/SP, Rio Claro/SP, Rio das Pedras/SP, Saltinho/SP, Santa Bárbara d'Oeste/SP, Santa Cruz da Conceição/SP, Santa Gertrudes/SP, Santa Lúcia/SP, Santa Maria da Serra/SP, Santa Rita do Passa Quatro/SP, Santo Antônio de Posse/SP, Santo Antônio do Jardim/SP, São Carlos/SP, São João da Boa Vista/SP, São Pedro/SP, Sumaré/SP, Tabatinga/SP, Torrinha/SP e Valinhos/SP, representados, filiados ou não, para comparecerem à **Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada dia 12 de abril de 2023 às 10:00 horas, na sede do Sintercamp, na Rua Alvares Machado, nº 361, Centro, na cidade de Campinas/SP**, ou de forma itinerante, tendo em vista a grande extensão dos municípios abrangidos na base territorial do SINTERCAMP, em primeira convocação com quórum legal, conforme estatuto social da entidade, **ou às 11:00 horas**, em segunda convocação, com qualquer número de presentes, para deliberarem sobre a seguinte **Ordem do Dia: a)** Elaboração, discussão, retificação, ratificação e aprovação de cláusulas que comporão a pauta de reivindicação a ser encaminhada ao Sindicato Patronal, a saber, SINDERC - Sindicato das Empresas de Refeições Coletivas do Estado de São Paulo, e para empresas do segmento, tendo em vista a data base de Junho/2023; **b)** Elaboração, discussão, retificação, ratificação e aprovação de cláusulas que comporão a pauta de reivindicação a ser encaminhada ao Sindicato Patronal, a saber, SINDMERENDA - Sindicato das Empresas Fornecedoras de Alimentação Escolar, Merenda Escolar e Assemelhados do Estado de São Paulo, e para empresas do segmento, tendo em vista a data base de Agosto/2023; **c)** autorização expressa para a participação e transmissão de listagens de informações dos trabalhadores da categoria; **d)** Discussão e aprovação do percentual do desconto da **COTA SOCIAL NEGOCIAL**, contribuição esta que visa o ressarcimento do trabalho e despesas decorrentes do processo negocial, conforme artigo 7º, inciso XXVI da Constituição Federal; **e)** Discussão e aprovação do percentual de desconto da **MENSALIDADE ASSOCIATIVA** devida pelos sócios, a ser efetuado através de desconto em folha de pagamento dos empregados e posterior repasse à esta entidade sindical; **f)** Discussão e aprovação do percentual de desconto a título do benefício de odonto-dependente, a ser efetuado através de desconto em folha de pagamento dos empregados e posterior repasse à esta entidade sindical; **g)** Discussão e aprovação do percentual de desconto a título de PLR, que venha a ser firmado entre sindicato laboral ou Federação e empresas dos segmentos representados pelo sindicato laboral, a ser efetuado através de desconto em folha de pagamento dos empregados e posterior repasse à esta entidade sindical; **g)** Notificação aos empregadores e aos respectivos sindicatos das categorias econômicas, do percentual e valores a serem descontados em folha de pagamento dos empregados e à esta entidade sindical das contribuições: COTA SOCIAL NEGOCIAL, MENSALIDADE ASSOCIATIVA e PLR, bem como valores a título de custeio do benefício de odonto-dependente; **h)** Delegação ou não de poderes à Diretoria da Entidade, bem como à Federação, para negociar, assinar acordos coletivos de trabalho, acordos de PLR, acordos de banco de horas, acordos sobre escalas de revezamento, convenção coletiva de trabalho com o sindicato patronal e as empresas, e caso necessário, instaurar processos administrativos e/ou judiciais (instauração de dissídio coletivo); **i)** autorização para mobilizações e greves, em caso de necessidade. Campinas, 5 de abril de 2023. **Paulo Eduardo Ritz** - Presidente.

Companhia Estadual de Geração de Energia Elétrica - CEEE-G

Companhia Aberta - CNPJ/MF nº 39.881.421/0001-04 - NIRE 43 3 0065550 2

Assembleia Geral Ordinária - Edital de Convocação

Convocamos os Senhores Acionistas da Companhia Estadual de Geração de Energia Elétrica - CEEE-G ("Companhia"), para a Assembleia Geral Ordinária ("AGO" ou "Assembleia"), que se realizará no **dia 04 de maio de 2023, às 11 horas**, de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma denominada "*microsoft teams*" ("Sistema Eletrônico"), cujo link será disponibilizado pela Companhia aos acionistas que se habilitarem para participar da AGO, conforme abaixo descrito, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **Ordem do Dia: (i) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras e o Relatório Anual da Administração, acompanhados do Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; (ii) Destinação do prejuízo apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; e (iii) Fixar a remuneração global dos administradores para o exercício social de 2023.** *Participação por meio do Sistema Eletrônico*: A AGO será realizada de forma exclusivamente digital, nos termos da Resolução da CVM nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("RCVM 81/22"), sendo que a participação dos acionistas dar-se-á pelo Sistema Eletrônico, nos termos indicados abaixo. A participação via Sistema Eletrônico será restrita aos acionistas, seus representantes ou procuradores ("Participante"). O Participante que desejar participar da AGE deverá enviar os documentos indicados abaixo necessários para sua participação na AGE até a **às 11 horas do dia 02 de maio de 2022**, para o e-mail invreli@csn.com.br com o assunto do título: "Cadastro para participação na AGE em 04 de maio de 2023 da CEEE-G". Através do referido e-mail, o Participante deverá informar: (i) se é o próprio acionista; (ii) se é representante legal do acionista; ou (iii) se é procurador de acionista, bem como anexar todos os documentos necessários para a participação na AGE, conforme indicado na lista abaixo. Após a aprovação do cadastro pela Companhia, o acionista receberá o link para acessar o Sistema Eletrônico por meio do e-mail utilizado para o cadastro. *Documentos necessários para o cadastro*: (i) Extrato atualizado, contendo a respectiva participação acionária, expedido pelo órgão escriturador; (ii) documento de identidade com foto do acionista ou de seu representante, conforme o caso; e (iii) procuração devidamente outorgada, quando for o caso. (i) Para pessoas físicas: documento de identidade com foto do acionista; (ii) Para pessoas jurídicas: (i) estatuto social ou contrato social consolidado e os documentos societários que comprovem a representação legal do acionista; e (ii) documento de identidade com foto do representante legal; (iii) Para fundos de investimento: (i) regulamento consolidado do fundo; (ii) estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação; e (iii) documento de identidade com foto do representante legal; e (v) Caso qualquer dos acionistas acima venha a ser representado por procurador, além dos respectivos documentos indicados acima, deverá encaminhar: (i) procuração com poderes específicos para sua representação na AGE, que deverá ter sido outorgada há menos de 1 (um) ano; (ii) documento de identidade com foto do procurador. As pessoas físicas, pessoas jurídicas ou fundos, no caso de procuração, deverá ser encaminhado documento de identidade com foto do(s) representante(s) legal(is) que assina(m) o mandato que comprovem os poderes de representação. Os documentos dos acionistas expedidos no exterior devem conter reconhecimento de firma por tabelião ou notário público, ou certificação digital, apostilamento ou consularização. A Companhia não aceitará procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico, exceto aquelas com uso da certificação ICP-Brasil. *Participação por Voto a Distância*: Nos termos do artigo 27 RCVM 81/22, a Companhia adotará o sistema de votação a distância, permitindo que seus acionistas enviem boletins de voto a distância, conforme orientações detalhadas na Proposta da Administração e Manual para Participação, os acionistas da Companhia poderão encaminhar por meio de seus respectivos agentes de custódia, ao escriturador ou diretamente à Companhia, no prazo de até 7 (sete) dias antes da data da Assembleia, suas instruções de voto em relação às matérias da ordem do dia da AGO, mediante o preenchimento e envio do Boletim de Voto a Distância ("BVD"), cujo modelo foi disponibilizado nos websites de Relações com Investidores da Companhia (ri.ceeegeracao.com.br), da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (https://www.b3.com.br/pt_br/). Os documentos relativos às matérias a serem deliberadas na AGO, incluindo a Proposta da Administração e Manual para Participação da Companhia (https://ri.ceeegeracao.com.br), encontram-se à disposição dos acionistas, na sede da Companhia, nos websites de Relações com Investidores da Companhia (https://ri.ceeegeracao.com.br), da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (https://www.b3.com.br/pt_br/). Os documentos e informações relativos às matérias a serem deliberadas na AGO estão disponíveis na sede social da Companhia, nos termos da RCVM 81/22. Os acionistas interessados em consultar os referidos documentos e quaisquer dúvidas relativas às matérias acima poderão entrar em contato com a área de Relações com Investidores da Companhia, por meio do e-mail: invrel@csn.com.br.

Porto Alegre, 04 de abril de 2023.
Benjamin Steinbruch,
Presidente do Conselho de Administração CEEE-G.

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, MECÂNICAS E DE MATERIAL ELÉTRICO DE SANTO ANDRÉ E MAUÁ.

CNPJ 57.571.077/0001-39

EDITAL

Faço saber aos que o presente Edital virem ou dele tiverem conhecimento, que para as eleições que serão realizadas no Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Santo André e Mauá, sito a Rua Gertrudes de Lima, 202, foram instituídas Mesas Coletoras que funcionarão nos dias 12 e 13 de Abril de 2023, nos seguintes locais: **Mesa Coletora 01 - Fixa-santo André:** no SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, MECÂNICAS E DE MATERIAL ELÉTRICO DE SANTO ANDRÉ E MAUÁ Sede: Rua Gertrudes de Lima, 202 - Centro - Santo André - SP - CEP 09020-000; **Mesa Coletora 02 - Itinerante:** Percorrerá as seguintes empresas: Marelli Cofap Do Brasil Ltda, sito a Avenida Manoel Da Nobrega, 196 - Conj. 14, Capuava, Mauá; Marelli Cofap Do Brasil Ltda, sito a Avenida Manoel Da Nobrega, 196 - Conj. 01, Capuava, Mauá; Cofap Fabricadora De Pecas Ltda - Filial, sito a Avenida Manoel Da Nobrega, 196 - Conj. 09, Capuava, Mauá; Andrear Refrigeracao Ltda - Epp, sito a Avenida Manoel Da Nobrega, 1198, Capuava, Mauá; Lincoln Electric Do Brasil Industria E Comercio Ltda - Filial, sito a Rua Rosa Kasinski, 525 - Sala A, Capuava, Mauá; **Mesa Coletora 03 - Itinerante:** Percorrerá as seguintes empresas: Maxion Wheels Do Brasil Ltda, sito a Avenida Alexandre De Gusmão, 834, Capuava, Santo André; Metalurgica Guazzelli Bertazzoni Ltda, sito a Rua Clélia, 1209, Vila Pires, Santo André; Padrao Abc Mecanica E Usinagem Ltda, sito a Avenida São Bernardo Do Campo, 474 Ou 486, Jardim Santa Cristina, Santo André; Rodrilon Diesel Eireli, sito a Rua Tocantins, 150, Vila Alzira, Santo André; **Mesa Coletora 04 - Itinerante:** Percorrerá as seguintes empresas: Paranapanema S/A - Matriz, sito a Rua Felipe Camarão, 500, Utinga, Santo André; Dalferinox Industria E Comercio Ltda, sito a Avenida Industrial, 2137, Campestre, Santo André; Nova Real Refrigeracao Ltda, sito a Rua Das Esmeraldas, 295, Jardim, Santo André; **Mesa Coletora 05 - Itinerante:** Percorrerá as seguintes empresas: Federal Mogul Componentes De Motores Ltda, sito a Avenida Alexandre De Gusmão, 1125, Vila Homero Thon, Santo André; Molas Padroeira Ltda, sito a Avenida Queiroz Dos Santos, 1462, Casa Branca, Santo André; T.c. Pellegrini Estruturas Metalicas Eireli - Epp, sito a Rua Chuí, 120, Vila Pires, Santo André; **Mesa Coletora 06 - Itinerante:** Percorrerá as seguintes empresas: Hydro Extrusion Brasil Sa - Filial, sito a Rua Felipe Camarão, 454, Utinga, Santo André; Novelis Do Brasil Ltda, sito a Rua Felipe Camarão, 414, Utinga, Santo André; Benteler Componentes Automotivos Ltda, sito a Avenida Dos Estados, 4576, Santa Terezinha, Santo André; **Mesa Coletora 07 - Itinerante:** Percorrerá as seguintes empresas: Protecin Protecao Tecnica Contra Incendio Ltda, sito a Rua Lacônia, 600, Parque Capuava, Santo André; Sao Carlos Ar Condicionado Ltda, sito a Avenida Presidente Vargas, 126, Tamandare, Esteio; Sgs Industrial - Instalacoes Testes E Comissionamentos Ltda, sito a Alameda Xingu, 512 Andar 19 Conj. 1902, Alphaville, Barueri; Sgs Industrial - Instalacoes, Testes E Comissionamentos Ltda, sito a Avenida Goiás, 2600 - Galpão III, Barcelona, São Caetano do Sul; Poliform Industria Metalurgica Ltda - Matriz, sito a Rua Maestro Erlon Chaves, 81, Vila Lucinda, Santo André; Industria Metalurgica Ms Abc Ltda, sito a Avenida Pinhal, 50, Camilópolis, Santo André; Scorpios Industria Metalurgica Ltda, sito a Rua Alfreds Paegle, 169, Campestre, Santo André; Ferramentaria Gaspec Ltda, sito a Avenida Novo Horizonte, 255, Vila Sacadura Cabral, Santo André; Gaspec Mecanica Industrial De Precisao Ltda - Epp, sito a Rua Eca De Queiroz, 160, Vila Sacadura Cabral, Santo André; B.s.b Rolamentos Ltda, sito a Rua Itaquera, 233 / 263, Jardim Stella, Santo André; B.s.b. Rolamentos Ltda - Filial, sito a Rua Itaquera, 176, Jardim Stella, Santo André; Dolomiti Motores Eireli, sito a Rua Tocantins, 150, Vila Alzira, Santo André; Acc Industria De Artigos Para Escritorio Ltda, sito a Rua Vitoria, 61, Vila Assunção, Santo André; E-led Iluminacao Ltda, sito a Rua Caiubi, 826, Jardim Stella, Santo André; Eurobras Construcoes Metalicas Moduladas Ltda, sito a Rua Vereador José Nanci, 405, Jaçatuba, Santo André; Incomase Industria E Com. De Equiptos De Seguranca Ltda - Epp, sito a Rua das Hortências, 1297, Vila Cecilia Maria, Santo André; **Mesa Coletora 08 - Itinerante:** Percorrerá as seguintes empresas: Industria Metalurgica Silfer Ltda, sito a Rua João Nincão, 328, Capuava, Mauá; Metalurgica Sete De Setembro Ltda, sito a Avenida Manoel da Nobrega, 1037, Capuava, Mauá; Pichinin Industria E Comercio Ltda, sito a Rua Juraci Fernandes, 55/89, Capuava, Mauá; Tanesfil Industria E Comercio Ltda, sito a Rua Rosa Kasinski, 1153, Capuava, Mauá; Waltermic Equipamentos E Servicos Eireli - Epp, sito a Rua Rosa Kasinski, 665, Capuava, Mauá; Waltermic Equipamentos Eireli, sito a Rua Rosa Kasinski, 665 (altos), Capuava, Mauá; Maua Beneficiamento De Pecas Ltda, sito a Avenida Santa Lúcia, 137 - Galpão 02, Vila Santa Cecília, Mauá; Zincagem Marisa Ltda, sito a Avenida Santa Mônica, 256, Vila Santa Cecilia, Mauá; **Mesa Coletora 09 - Itinerante:** Percorrerá as seguintes empresas: Engemet Metalurgia E Comercio Ltda., sito a Rua Joel Rico, 247, Sertãozinho, Mauá; Polimetri Industria Metalurgica Ltda, sito a Rua Joel Rico, 85, Sertãozinho, Mauá; Plasmetel Eletrodeposicao Ltda - Filial, sito a Rua Lotus, 18, Lot. Ind. Coral, Mauá; Marks Pecas Industriais Ltda, sito a Rua Lotus, 158, Lot. Ind. Coral, Mauá; Millenium Industria Metalurgica Limitada, sito a Rua Rinaldo Chiaroti, 439 - Cond. Acibam, Vila Assis Brasil, Mauá; A.l. Ind. Com. Imp. E Exp. De Aces. P Vidro, Aluminio E Mat. De Const. Ltda - Me Matriz, sito a Rua Juraci Aletto, 224-b, Sertãozinho, Mauá; A.l. Aluminio Unipessoal Ltda, sito a Rua Juraci Aletto, 224 Galpão E, Sertãozinho, Mauá; Formigari - Ace Industrial Ltda - Epp, sito a Avenida Papa Joao XXIII, 3417 - A, Lot. Ind. Coral, Mauá; Formigari Mo Industrial Ltda - Epp, sito a Avenida Papa Joao XXIII, 3417-b Galpão Frente, Lot. Ind. Coral, Mauá; **Mesa Coletora 10 - Itinerante:** Percorrerá as seguintes empresas: Ferkoda S A Artefatos De Metais - Matriz, sito a Avenida Guaraciaba, 533, Sertãozinho, Mauá; Jardim Sistemas Automotivos E Industriais Ltda., sito a Rua Waldemar Rigout, 105, Sertãozinho, Mauá; Industria Metalurgica Maxdel Ltda, sito a Rua Lúcia Mormito Biason, 204, Sertãozinho, Mauá; Industria E Comercio De Pecas Mrs Ltda, sito a Rua Ruzzi, 806 A, Sertãozinho, Mauá; Copaj Industria Metalurgica Ltda, sito a Estrada Guaraciaba, 651 - Sertãozinho, Mauá; Industria Metalurgica Lipos Ltda, sito a Avenida Queiroz Pedroso, 80, Jardim Pedroso, Mauá. Cícero Firmino da Silva, Presidente da Comissão Eleitoral; Wilson Pereira de Menezes, Givaldo Ferreira Alves, Benedito Marcílio Alves da Silva, Orlandina de Jesus Oliveira, membros da Comissão Eleitoral.

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE PARANAPANEMA

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 01/2023 - Objeto: contratação de empresa especializada para elaboração de projetos executivos e execução da obra de construção do Hospital Municipal de Paranapanema, o Prefeito Municipal HOMOLOGOU para que produza seus efeitos o julgamento procedido pela Comissão Permanente de Licitações com base no inciso VI do art. 43 da Lei 8666/93. Em consequência, ADJUDICOU o objeto licitado para a empresa CONSÓRCIO SAÚDE PARANAPANEMA, composto pelas empresas: APENG SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA e FRIG ENGENHARIA LTDA pelo valor global de R$ 23.200.000,00 (vinte e três milhões duzentos mil reais). Paranapanema/SP, Rodolfo Hessel Fanganiello – Prefeito Municipal, 03/04/2023.

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº 02/2023 - Objeto: Contratação de empresa especializada para execução de infraestrutura urbana (pavimentação asfáltica) Rua das Dálias, Rua das Margaridas no Residencial Holambra, Rua das Figueiras e Rua Pará no Residencial Santa Helena em Campos de Holambra, o Prefeito Municipal HOMOLOGOU para que produza seus efeitos o julgamento procedido pela Comissão Permanente de Licitações com base no inciso VI do art. 43 da Lei 8666/93. Em consequência, ADJUDICOU o objeto licitado para a empresa APENG SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ Nº 30.037.029/0001-09 pelo valor global de R$ 923.783,22 (novecentos e vinte e três mil setecentos e oitenta e três reais, vinte e dois centavos). Paranapanema/SP, Rodolfo Hessel Fanganiello – Prefeito Municipal, 03/04/2023.

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2023 - Objeto: Registro de Preços para eventual aquisição de materiais de papelaria para as Escolas e Centros de Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino, para que produza seus efeitos, o Prefeito Municipal HOMOLOGOU o julgamento procedido pela Comissão Permanente de Pregão, com base no inciso VI do art. 43 da Lei 8666/93 e em consequência, ratificou o ato do pregoeiro que ADJUDICOU os itens licitados os itens 3, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 46, 50, 51, 52, 119, 130, 131 e 132 LOTE I para a empresa licitante A A DISTRIBUIÇÃO E IMPORTAÇÃO DE ARTIGOS DE DECORAÇÃO LTDA EPP, inscrita no CNPJ Nº 17.063.632/0001-05, os itens 201 LOTE I e 186 LOTE II para a empresa licitante COMERCIAL PREREIRA RIBEIRO LTDA, inscrita no CNPJ Nº 34.515.716/0001-43, os itens 1, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 20, 21, 47, 48, 49, 62, 64, 81, 82, 83, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 117, 122, 124, 137, 141, 147, 151, 152, 162, 163, 164, 165, 166, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 188, 195, 196 e 197 do LOTE I os itens 1, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 20, 21, 32, 45, 46, 47, 48, 61, 63, 80, 81, 82, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 116, 118, 121, 122, 123, 129, 130, 131, 136, 140, 146, 150, 151, 160, 161, 162, 163, 164, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 193, 194 e 195 do LOTE II para a empresa licitante DISTRIBUIDORA LOVISON LTDA inscrita no CNPJ Nº 37.805.195/0001-57, os itens 2, 19, 23, 24, 25, 26, 27, 29, 30, 31, 45, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 63, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 118, 120, 123, 125, 127, 134, 135, 140, 142, 143, 144, 148, 150, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 167, 168, 169, 183, 184, 185, 186, 187, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 198, 199 e 200 do LOTE I os itens 19, 23, 24, 25, 26, 27, 29, 30, 31, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 62, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 117, 119, 126, 133, 134, 139, 141, 142, 143, 147, 149, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 165, 166, 167, 181, 183, 184, 185, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 196, 197 e 198 do LOTE II para a empresa licitante GS DISTRIBUIDORA DE MATERIAL DE PAPELARIA E LIMPEZA LTDA inscrita no CNPJ Nº 04.495.336/0001-23, os itens 145, 146 e 149 do LOTE I os itens 144, 145 e 148 do LOTE II para a empresa licitante HELIO MASSAKI TOTIZAWA inscrita no CNPJ Nº 08.767.385/0001-29, os itens 28, 65, 66, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 121, 128, 129, 133, 136 e 138 do LOTE I os itens 2, 28, 64, 65, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 120, 124, 127, 128, 132, 135, 137 e 182 do LOTE II para a empresa licitante L. MARTHA SOLUÇÕES EM PAPELARIA E LIMPEZA ME inscrita no CNPJ Nº 30.190.633/0001-70, por terem apresentado as propostas dentro dos limites propostos pela Administração e estarem compatíveis com o praticado no mercado. Quanto aos itens 22, 126, 139, 153 do LOTE I, os itens 22, 125, 138 e 152 do LOTE II restaram FRACASSADOS.

Paranapanema/SP, Rodolfo Hessel Fanganiello – Prefeito Municipal, 04/04/2023.

EXTRATO DE ATAS DE REGISTRO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2023

CONTRATADO: ANDRESSA PANINI ALBISSU EPP. ATA DE REGISTRO: N° 11/2023 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2023. DATA DA ASSINATURA: 21/03/2023 - VIGÊNCIA: 20/03/2024. OBJETO: Registro de Preços para eventual e futura aquisição de móveis para atender a Rede Municipal de Ensino. VALOR GLOBAL DA ATA: R$ 774.900,00 (setecentos e setenta e quatro mil, novecentos reais). Paranapanema/SP, Rodolfo Hessel Fanganiello – Prefeito Municipal, 21/03/2023.

CONTRATADO: GLP DISTRIBUIDORA EIRELI EPP
ATA DE REGISTRO: N° 12/2023 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2023

DATA DA ASSINATURA: 21/03/2023 - VIGÊNCIA: 20/03/2024. OBJETO: Registro de Preços para eventual e futura aquisição de móveis para atender a Rede Municipal de Ensino. VALOR GLOBAL DA ATA: R$ 179.690,00 (cento e setenta e nove mil, seiscentos e noventa reais). Paranapanema/SP, Rodolfo Hessel Fanganiello – Prefeito Municipal, 21/03/2023.

CONTRATADO: LBS DO BRASIL LTDA
ATA DE REGISTRO: N° 13/2023 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2023

DATA DA ASSINATURA: 21/03/2023 - VIGÊNCIA: 20/03/2024. OBJETO: Registro de Preços para eventual e futura aquisição de móveis para atender a Rede Municipal de Ensino. VALOR GLOBAL DA ATA: R$ 5.607.000,00 (cinco milhões, seiscentos e sete mil reais). Paranapanema/SP, Rodolfo Hessel Fanganiello – Prefeito Municipal, 21/03/2023.

CONTRATADO: REFRIGERAÇÃO 3 IRMÃOS EIRELI EPP
ATA DE REGISTRO: N° 14/2023 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2023

DATA DA ASSINATURA: 21/03/2023 - VIGÊNCIA: 20/03/2024. OBJETO: Registro de Preços para eventual e futura aquisição de móveis para atender a Rede Municipal de Ensino. VALOR GLOBAL DA ATA: R$ 975.200,00 (novecentos e setenta e cinco mil, duzentos reais). Paranapanema/SP, Rodolfo Hessel Fanganiello – Prefeito Municipal, 21/03/2023.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO
CONTRATADO: WAC COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI EPP
ATA DE REGISTRO: N° 16/2023 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2023

DATA DA ASSINATURA: 31/03/2023 - VIGÊNCIA: 30/03/2024. OBJETO: Registro de Preços para eventual aquisição de materiais de pintura para reformas e manutenções em geral, com objetivo de conservação de bens e imóveis de domínio Público, localizados neste Município. VALOR GLOBAL DA ATA: R$ 570.339,00 (quinhentos e setenta mil, trezentos e trinta e nove reais.). Paranapanema/SP, Rodolfo Hessel Fanganiello – Prefeito Municipal, 31/03/2023.

EQUATORIAL ENERGIA S.A.

Companhia Aberta - CNPJ/MF nº 03.220.438/0001-73
NIRE 21.300.009.38-8 | Código CVM nº 02001-0

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 23 DE MARÇO DE 2023

1. DATA, LOCAL E HORA: Realizada em 23 de março de 2023, às 09 horas, na sede da Equatorial Energia S.A. ("Companhia") localizada no Município de São Luís, Estado do Maranhão, na Alameda A, Quadra SQS, nº 100, sala 31, Loteamento Quitandinha, Altos do Calhau, CEP 65.070-900. 2. CONVOCAÇÃO: Dispensadas as formalidades de convocação, tendo em vista a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração em exercício, nos termos do art. 16, §4º do Estatuto Social da Companhia. 3. PRESENÇA: Presente a totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia. 4. MESA: Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Carlos Augusto Leoni Piani, que convidou o Sr. José Silva Sobral Neto para secretariar os trabalhos. 5. ORDEM DO DIA: Os membros do Conselho de Administração reuniram-se para examinar, discutir e votar a respeito da seguinte ordem do dia: (i) a rerratificação da Reunião do Conselho de Administração realizada em 21 de março de 2023, às 09:00 horas, cuja ata foi registrada na Junta Comercial do Estado do Maranhão - JUCEMA no dia 23 de março de 2023, sob o nº 20230152597 (protocolo 230152597) ("RCA 21.03.23"), no que se refere ao texto da deliberação constante do item (i) da ordem do dia da RCA 21.03.23, de modo a corrigir o valor do investimento descrito e o número de ações a serem subscritas no âmbito do acordo de investimento entre a Companhia e o Itaú Unibanco S.A., com a interveniência e anuência da Equatorial Energia Distribuição S.A., lá mencionado ("Acordo de Investimento"); (ii) a rerratificação da RCA 21.03.23 no que se refera ao texto da deliberação constante do item (ii) da ordem do dia da RCA 21.03.23, de modo a corrigir a descrição do acervo líquido contribuído ao capital social da Equatorial Energia Distribuição S.A. ("Equatorial Distribuição"), sociedade controlada pela Companhia; (iii) a ratificação de todas as demais deliberações tomadas na RCA 21.03.23 que não foram expressamente modificadas na presente reunião; e (iv) a ratificação dos atos praticados pelos representantes legais da Companhia para fins da celebração do Acordo de Investimento e da implementação das operações nele descritas. 6. DELIBERAÇÕES: Após a análise e discussão das matérias constantes da ordem do dia, os membros presentes do conselho de administração da Companhia deliberaram o quanto segue: 6.1 Aprovar, por unanimidade, a rerratificação da ata da RCA 21.03.23 para corrigir o texto da deliberação constante do item (i) da ordem do dia da RCA 21.03.23, onde, por equívoco, constou de forma errônea o valor do investimento descrito e o número de ações a serem subscritas no âmbito do Acordo de Investimento. Com a rerratificação ora aprovada, o texto do item (i) da ordem do dia da ata da RCA 21.03.23 deverá ser lido conforme segue: (i) a celebração de acordo de investimento ("Acordo de Investimento") entre a Companhia e o Itaú Unibanco S.A., instituição financeira com endereço na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3500, 1°, 2° e 3° (parte), 4° e 5° andares, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 60.701.190/4816-09 ("Itaú"), com a interveniência e anuência da Equatorial Energia Distribuição S.A., sociedade por ações de capital fechado com endereço na Avenida dos Portugueses, nº 2.001, Anjo da Guarda, CEP 65085-581, Cidade de São Luís, Estado do Maranhão, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 32.695.147/0001-30 ("Equatorial Distribuição"), que tem por objeto, dentre outras matérias, regular os termos e condições para a realização de investimento na Equatorial Distribuição, pelo Itaú, no valor aproximado de R$ 2.103.000.000,00 (dois bilhões e cento e três milhões de reais), mediante a emissão de um número de ações preferenciais Classe B de emissão da Equatorial Distribuição ("Ações Preferenciais Classe B") definido no Acordo de Investimento, sujeito à verificação de algumas condições precedentes e ao cumprimento de certas obrigações estabelecidas no Acordo de Investimento ("Operação"), conforme minuta arquivada na sede da Companhia, bem como a correspondente implementação da Operação nos termos do Acordo de Investimento; 6.2 Aprovar, por unanimidade, a rerratificação da ata da RCA 21.03.23 para corrigir o texto da deliberação constante do item (ii) da ordem do dia da RCA 21.03.23, onde, por equívoco, constou de forma errônea a descrição do acervo líquido contribuído ao capital social da Equatorial Distribuição. Com a retificação ora aprovada, o texto do item (ii) da ordem do dia da ata da RCA 21.03.23 deverá ser lido conforme segue: (ii) o aumento de capital da Equatorial Distribuição no montante de R$ 1,52 (um real e cinquenta e dois centavos), mediante a emissão de 1 (uma) nova ação ordinária, nominativa, escritural e sem valor nominal, a ser integralizado pela Companhia, mediante a contribuição de acervo líquido ajustado composto pelos seguintes elementos ("Acervo Líquido"): (a) 1.259.664.856 (um bilhão, duzentos e cinquenta e nove milhões, seiscentos e sessenta e quatro mil, oitocentas e cinquenta e seis) ações ordinárias e 52.486.036 (cinquenta e dois milhões, quatrocentos e oitenta e seis mil, trinta e seis) ações preferenciais, representativas de 94,94% (noventa e quatro inteiros e noventa e quatro centésimos por cento) do capital social total da Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A., companhia fechada, com endereço na Avenida Maranhão, nº 759, Centro, CEP 64.001-010, na Cidade de Teresina, Estado do Piauí, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 06.840.748/0001-89 ("Ações Equatorial Piauí"), de propriedade da Companhia; (b) o montante de R$ 1.154.315,79 (um milhão, cento e cinquenta e quatro mil, trezentos e quinze reais e setenta e nove centavos) em moeda corrente nacional; e (c) o passivo da Companhia decorrente (i) da 1ª (primeira) emissão de notas comerciais escriturais, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos, da Companhia ("Notas Comerciais Escriturais"), com as seguintes principais características: 500.000 (quinhentas mil) Notas Comerciais Escriturais, cada uma com valor nominal unitário de R$ 1.000,00 (mil reais) ("Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais Escriturais"), na respectiva data de emissão, vencendo-se as Notas Comerciais Escriturais em 16 de junho de 2023, ressalvadas as hipóteses de liquidação antecipada previstas no respectivo termo de emissão, sendo que o Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais Escriturais não será atualizado monetariamente e sobre o Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais Escriturais incidem juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias do DI-Depósito Interfinanceiro de um dia, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão – Balcão B3 ("Taxa DI"), acrescida de spread (sobretaxa) de 1,35% (um inteiro e trinta e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("Emissão NCs"); e (ii) da 6ª (sexta) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, para distribuição pública sob rito de registro automático, da Companhia ("Debêntures") com as seguintes principais características: 1.578.983.316 (um bilhão, quinhentas e setenta e oito milhões, novecentas e oitenta e três mil, trezentas e dezesseis) Debêntures, cada uma com valor nominal unitário de R$ 1,00 (um real) ("Valor Nominal Unitário das Debêntures"), na respectiva data de emissão, vencendo-se as Debêntures em 4 (quatro) meses contados da respectiva data de emissão, ressalvadas as hipóteses de liquidação antecipada previstas na respectiva escritura de emissão, sendo que o Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado monetariamente e sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures incidem juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) da Taxa DI, acrescida de spread (sobretaxa) de 1,00% (um por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("Emissão Debêntures"), com a consequente alteração do estatuto social da Equatorial Distribuição, bem como a aquisição, pela Equatorial Distribuição, das Ações Equatorial Piauí e a assunção, pela Equatorial Distribuição, da qualidade de emitente das Notas Comerciais e emissora das Debêntures; 6.3 Aprovar, por unanimidade, a ratificação de todas as demais deliberações tomadas na RCA 21.03.23 que não foram expressamente modificadas na presente reunião. 6.4 Aprovar, por unanimidade, a ratificação dos atos praticados pelos representantes legais da Companhia para fins da celebração do Acordo de Investimento e da implementação das operações nele descritas, bem como para fins da implementação das demais deliberações tomadas na RCA 21.03.23. 7. ENCERRAMENTO E LAVRATURA DA ATA: Nada mais havendo a ser tratado, foi oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém se manifestou, foram encerrados os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura da presente ata, a qual, após reaberta a sessão, foi lida, aprovada e assinada pelo Secretario da Mesa, pelo Presidente da Mesa e por todos os membros do Conselho de Administração presentes.Certifico o registro em 31/03/2023 sob o n° 20230283446, Carlos André de Moraes Pereira, Secretário-Geral, JUCEMA.

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20230213

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico No 20230213 de interesse da Secretaria da Saúde – SESA, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de material médico hospitalar, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 2132023, até o dia 20/04/2023, às 9h (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 31 de Março de 2023. RAIMUNDO LIMA DE SOUZA - PREGOEIRO

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20230422

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico No 20230422, de interesse da Secretaria da Saúde – SESA, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de medicamentos, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 4222023, até o dia 20/04/2023, às 14h30min (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 31 de Março de 2023. RAIMUNDO LIMA DE SOUZA - PREGOEIRO

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20230007

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico No 20230007 de interesse da Companhia de Água e Esgoto do Ceará – CAGECE, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de Madeirite e Palete, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 4372023, até o dia 20/04/2023, às 14h30min (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 31 de Março de 2023. VALDA FARIAS MAGALHÃES - PREGOEIRA

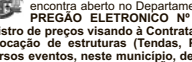
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20230464

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico No 20230464, de interesse da Secretaria da Saúde – SESA, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de medicamentos, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 4642023, até o dia 20/04/2023, às 8h30min (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 31 de Março de 2023. ROBINSON DE BORBA E VELOSO - PREGOEIRO

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20220589

A Secretaria da Casa Civil torna público a REMARCAÇÃO do Pregão Eletrônico No 20220589, de interesse da Secretaria da Saúde – SESA, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuros e eventuais serviços em horas/ano de profissionais de saúde na categoria Técnico em Radiologia. MOTIVO: Alterações no Edital. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 5892022, até o dia 20/04/2023, às 9h (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 31 de Março de 2023. MARCOS ALEXANDRINO ALVES GONDIM - PREGOEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ

AGÊNCIA MUNICIPAL DE REGULAÇÃO DE SERVIÇOS DELEGADOS - ARSER

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO CPL/ARSER – N.º 97/2023 UASG Nº 926703 -

Processo nº: 6700.0102618.2022

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS de Água Mineral sem gás, acondicionadas em garrafão PET e/ou plástico de polipropileno 20 litros (em regime de COMODATO), copos de 200ml e Garrafas de 500ml,

Data da Disponibilidade do Edital: A partir de 05/04/2023 às 08h00

Endereços: Av. da Paz, 900, Jaraguá, Maceió/AL, CEP: 57.022-050, Maceió/AL, ou **www.comprasgovernamentais.gov.br/edital** ou **http://www.licitacao.maceio.al.gov.br/**

Entrega das Propostas: A partir de 05/04/2023 às 08h00 no site **http://www.comprasgovernamentais.gov.br/**

Abertura das Propostas: 19/04/2023 às 09h (horário de Brasília) no site **http://www.comprasnet.gov.br/**

Maceió/AL, 03 de abril 2023.
Elizame Guedes Evangelista
Pregoeira – CPL/ARSER

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20230396

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico No 20230396 de interesse da Secretaria da Saúde – SESA, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de órteses e próteses, com itens em regime de consignação, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 3962023, até o dia 20/04/2023, às 8h30min (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 03 de Abril de 2023. FRANCISCO CLÁUDIO REIS DA SILVA - PREGOEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUAS DE LINDÓIA-SP

A Prefeitura Municipal de Águas de Lindóia comunica a todos os interessados que se encontra aberto no Departamento de Compras e Licitações o(s) seguinte(s) processo(s): **PREGÃO ELETRONICO Nº 022/2023 (MODO DE DISPUTA ABERTA) – Objeto: Registro de preços visando à Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de locação de estruturas (Tendas, Palco, Gradil, Galpões, etc.) durante a realização de diversos eventos, neste município, de forma parcelada, pelo período de 12 (doze) meses, os termos do ANEXO I – DESCRIÇÃO DO OBJETO do presente Edital (Lei n° 8.666/93 – Lei n° 10.520/02).** Envio das Propostas iniciais e documentos de habilitação a partir de: **12/04/2023 às 09h00;** Abertura de Propostas iniciais: **26/04/2023 às 09h00;** Início do Pregão (fase competitiva): **26/04/2023 às 09h30; ENDEREÇO ELETRÔNICO:** www.bnc.org.br. **O EDITAL** se encontrará disponível de: **12/04/2023 à 25/04/2023** para consulta e retirada nos endereços eletrônicos http://www.aguasdelindoia.sp.gov.br e www.bnc.org.br. **TOMADA DE PREÇOS Nº 006/2023.** Objeto: **Contratação de empresa especializada em engenharia e mão de obra com fornecimento de materiais visando a Reforma e Adaptação de prédio municipal para instalação da Base do SAMU 192, conforme especificações contidas no Anexo I do Edital. (Lei n° 8.666/93)** Encerramento para a entrega dos envelopes Nº 01 – Habilitação e Nº 02 – Proposta até **às 14h 30min do dia 05/05/2023, e reunião de Licitação às 14h e 40min.** Período de Disponibilização do Edital: **12/04/2023 à 02/05/2023** - Cadastramento até **02/05/2023.** Disponibilização: Secretaria de Administração, Departamento de Compras e Licitação, sito a Rua Profª Carolina Fróes, 321, Centro, Águas de Lindóia - SP, mediante o recolhimento de R$ 15,00 (Quinze Reais) ou gratuitamente através do site da Prefeitura Municipal www.aguasdelindoia.sp.gov.br. Maiores informações pelo telefone (19) 3924-9344, no horário comercial, exceto aos sábados, domingos, feriados e pontos facultativos. As datas acima referem-se aos dias úteis e em que haja expediente na Prefeitura Municipal de Águas de Lindóia, quer seja, excluindo-se os sábados, domingos, feriados e pontos facultativos **– Diderot Camargo Netto – Secretário Municipal de Administração.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAPUÃ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/2023 - PROCESSO Nº 52/2023

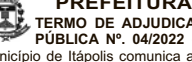
OBJETO: A Prefeitura Municipal de Parapuã/SP,conforme leis 8.666/93 e 10.520/02,torna público a abertura de procedimento licitatório no dia 19/04/2023,às 09:00 horas,na sala de reuniões do Departamento de Licitações,situada na Av.São Paulo,nº1113,Centro,visando a Contratação de empresa para a aquisição de produto de alimentação a ser utilizado no preparo da merenda das escolas e creches do município, no exercício de 2023, conforme especificações técnicas constantes do Anexo I.CREDENCIAMENTO DAS EMPRESAS:19/04/2023 das 08:30 às 09:00 horas.Cópia completa do edital encontram-se à disposição no site oficial www.parapua.sp.gov.br. Não será enviado o edital e seus anexos por via postal,e-mail ou similar.Gilmar Martin Martins-Prefeito Municipal.

FUNDAÇÃO BENEFICENTE DE PEDREIRA - FUNBEPE

CNPJ 59.006.460/0001-70

COMUNICADO DE ADIAMENTO DA SESSÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2023

A Fundação Beneficente de Pedreira – FUNBEPE informa a quem possa interessar que o Pregão Eletrônico 08/2023, Oferta de Compra nº. 851901801002023OC00010, que trata do registro de preços para registro de preços para fornecimento parcelado de hortifrutigranjeiros, utilizados na preparação das refeições de pacientes e funcionários desta fundação, teve a sessão adiada, em decorrência da Portaria nº 203/2023 do Município de Pedreira/SP, publicada em 03 de abril de 2023, que declarou ponto facultativo nas repartições públicas municipais, sem prejuízo dos serviços considerados essenciais, no dia 06 de abril de 2023. Sendo assim, devem ser consideradas as seguintes datas: DATA DO INÍCIO DO PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA: 10/04/2023. DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 20/04/2023 – às 09:00. O edital contendo as datas retificadas encontra-se disponível no site da Fundação (www.funbepe.org.br) e no sistema BEC (www.bec.sp.gov.br). Publique-se.

Pedreira (SP), 04 de abril de 2023. Sergio Aparecido de Santi - Presidente da FUNBEPE

Prefeitura Municipal de Jaboticabal - SP

EDITAL - Acha-se aberta na Prefeitura Municipal de Jaboticabal/SP, a **CONCORRÊNCIA PÚBLICA N° 03/2023,** visando a contratação de empresa especializada, em regime de empreitada global, com fornecimento de material e mão de obra para execução de obra de construção de uma Unidade de Ensino Infantil e Creche na Rua Maria de Fátima Morello Brendolan no Bairro Morada Nova no município de Jaboticabal/SP. O **ENCERRAMENTO** dar-se-á no dia **10 de maio de 2023 às 09h00**. O edital estará à disposição dos interessados: **Gratuitamente**, no Portal da Transparência de Jaboticabal, através do endereço eletrônico: **transparencia.jaboticabal.sp.gov.br**, ou no Departamento de Gestão de Material e Patrimônio da Prefeitura Municipal de Jaboticabal, sito à Esplanada do Lago "Carlos Rodrigues Serra", 160 – Vila Serra, das 7:30 às 16:30 horas.

Jaboticabal, 04 de abril de 2023
EMERSON RODRIGO CAMARGO
Prefeito

MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

PREGÕES ELETRÔNICOS

PE.208/2023 – PEC.00944/2023 – REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE CONJUNTO DO ALUNO – AMARELO - FUNDAMENTAL - Abertura do Pregão em 19/04/2023 às 09:00 horas.

PE.214/2023 – PEC.00949/2023 – REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO EXTINTOR DE INCÊNDIO - Abertura do Pregão em 19/04/2023 às 09:00 horas.

O(s) edital(is) encontra(m)-se disponível(is) no quadro de editais na Av. Kennedy, nº 1100 – "Prédio Gilberto Pasin", Pq. Anchieta - SBC, das 8:30 às 17 horas e no site **https://compras.saobernardo.sp.gov.br**. Telefones (11) 2630-5499/5498/5500/5495.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITÁPOLIS

TERMO DE ADJUDICAÇÃO e HOMOLOGAÇÃO – CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 04/2022 - PROCESSO Nº. 3934/2022 – A Prefeitura do Município de Itápolis comunica aos interessados a adjudicação e a homologação do processo licitatório em epígrafe, que tem como objeto a contratação de empresa especializada para execução CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE RECAPEAMENTO ASFÁLTICO NA AVENIDA JOSÉ BELARMINO E DEMAIS VIAS DO MUNICÍPIO, para a empresa DGB ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA - CNPJ/MF nº. 61.608.477/0001-49, perfazendo-se o valor total de R$ 363.384,95 (TREZENTOS E SESSENTA E TRÊS MIL TREZENTOS E OITENTA E QUATRO REAIS E NOVENTA E CINCO CENTAVOS), consoante discriminado no objeto do referido certame licitatório no dia 17 de Fevereiro de 2023. VLADIMIR DO CARMO REGGIANI Prefeito Municipal.

Processo Digital nº: 1017744-69.2016.8.26.0506 **Classe: Assunto:** Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários **Requerente:** Banco Bradesco S/A **Requerido:** Euripedes Garcia Filho Ribeirão Preto – Me **EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1017744-69.2016.8.26.0506** O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 8ª Vara Cível, do Foro de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, Dr(a). Carina Roselino Biagi, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER** a(o) **EURIPEDES GARCIA FILHO RIBEIRÃO PRETO - ME**, CNPJ 01.838.976/0001-09, que por este Juízo, tramita de uma ação de **Procedimento Comum Cível**, movida por **Banco Bradesco S/A.** Objetivando a cobrança da quantia de R$ 10.386,27, alegando o autor em sua inicial que celebrou com a ré "Contrato de Prestação de Serviços de Correspondente no País", sob o nº 267860, em 29/11/2013, tendo a mesma deixado de cumprir com suas obrigações Contratuais. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua **CITAÇÃO, por EDITAL**, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. **NADA MAIS**. Dado e passado nesta cidade de Ribeirão Preto, aos 15 de março de 2023.

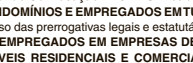
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20230035

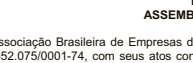
A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico No 20230035 de interesse da Companhia de Água e Esgoto do Ceará – CAGECE, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de Conexões PVC de Fofo (Anel de borracha e luva de correr), conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 5152023, até o dia 20/04/2023, às 9h (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 31 de Março de 2023. VALDA FARIAS MAGALHÃES - PREGOEIRA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20230085

A Secretaria da Casa Civil torna público a REMARCAÇÃO do Pregão Eletrônico No 20230085, de interesse da Secretaria da Saúde – SESA, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de Equipamento Médico Hospitalar. MOTIVO: Alterações no Edital. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 852023, até o dia 24/04/2023, às 14h30 (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 03 de Abril de 2023. ÊNIO JOSÉ GONDIM GUIMARÃES - PREGOEIRO

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20230004

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico No 20230004 de interesse da Secretaria do Planejamento e Gestão – SEPLAG, cujo OBJETO é:Registro de Preços para futuras e eventuais aquisições de Material Permanente – Eletrodomésticos (Geladeiras, Freezers e Bebedouros), conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 5262023, até o dia 20/04/2023, às 9h (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 03 de Abril de 2023. CARLOS ALBERTO COELHO LEITÃO - PREGOEIRO

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20230411

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico No 20230411 de interesse da Secretaria da Saúde – SESA, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de nutrição, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 4112023, até o dia 20/04/2023, às 9h (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 31 de Março de 2023. DORISLEIDE CANDIDO DE SOUSA - PREGOEIRA

FUNDAÇÃO BENEFICENTE DE PEDREIRA - FUNBEPE

CNPJ 59.006.460/0001-70

COMUNICADO DE ADIAMENTO DA SESSÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2023

A Fundação Beneficente de Pedreira – FUNBEPE informa a quem possa interessar que o Pregão Eletrônico 05/2023, Oferta de Compra nº. 851901801002023OC00007, que trata do registro de preços para registro de preços para fornecimento parcelado de materiais hospitalares correlatos, para reposição do estoque do almoxarifado da farmácia desta fundação (grupo 1), teve a sessão adiada, em decorrência da portaria nº 203/2023 do Município de Pedreira/SP, publicada em 03 de abril de 2023, que declarou ponto facultativo nas repartições públicas municipais, sem prejuízo dos serviços considerados essenciais, no dia 06 de abril de 2023. Sendo assim, devem ser consideradas as seguintes datas: DATA DO INÍCIO DO PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA: 13/04/2023. DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 27/04/2023 – às 09:00. O edital contendo as datas retificadas encontra-se disponível no site da Fundação (www.funbepe.org.br) e no sistema BEC (www.bec.sp.gov.br). Publique-se.

Pedreira (SP), 04 de abril de 2023. Sergio Aparecido de Santi - Presidente da FUNBEPE

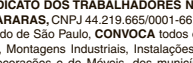
Edital de Convocação - AGE - O Presidente do **SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EDIFÍCIOS, CONDOMÍNIOS E EMPREGADOS EM TURISMO E HOSPITALIDADE DE ARAÇATUBA E REGIÃO,** no uso das prerrogativas legais e estatutárias, convoca todos os integrantes da categoria profissional de **"EMPREGADOS EM EMPRESAS DE COMPRA, VENDA, LOCAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DE IMÓVEIS RESIDENCIAIS E COMERCIAIS"**, associados e não associados para participarem da **AGE,** que será realizada no dia 12/04/2023, às 9h, em 1ª convocação, na sede desta entidade, à Rua XV de Novembro, 376, em Araçatuba/SP, a fim de deliberarem sobre a seguinte **Ordem do Dia: a)** Elaboração e aprovação da Pauta de Reivindicações (cláusulas econômicas e sociais) data-base em 01.05.2023; **b)** Autorização para a Diretoria do Sindicato, providenciar as negociações, formalizar acordos, instaurar dissídios coletivos perante a SRT/SP e/ou Tribunal Regional do Trabalho, nos termos da legislação em vigor; **c)** Discussão, fixação e aprovação do percentual e desconto da Contribuição Assistencial; **d)** Direito de oposição ao desconto da Contribuição Assistencial, no prazo de 20 (vinte) dias a contar da data da assinatura da convenção coletiva de trabalho, para o trabalhador que não concorde com o mesmo e que apresente sua oposição, por carta ou e-mail: seecetha@terra.com.br ou seecethar@hotmail.com. Caso não haja número legal de integrantes da categoria profissional presente, em 1ª convocação, a Assembleia será realizada 01 hora após, em 2ª convocação, com qualquer número de presentes. Araçatuba/SP, 05.04.2023. **Valdenir Ferreira da Silva -** Diretor Presidente.

EDITAL DA ABEF
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
2023

A Associação Brasileira de Empresas de Engenharia de Fundações e Geotecnia – ABEF, CNPJ 57.652.075/0001-74, com seus atos constitutivos arquivados no 4º - Quarto Registro de Pessoas Jurídicas da capital de São Paulo, SP, com base em seu estatuto social, convoca, por deliberação do Diretor Presidente, todas as empresas associadas da ABEF, quites e em pleno gozo de seus direitos, para participarem da Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada a 11 de abril de 2023, na sede da ABEF, localizada na Avenida Rebouças, n. 353, sala 74-A, Cerqueira Cesar, capital de São Paulo, SP, CEP 05401-900, em primeira convocação, às 8:00 horas, e, em segunda convocação, às 8:30 horas, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: **1. FINANÇAS: 1.1.** Aprovar as contas do ano de 2022; **1.2.** Aprovar o orçamento para o ano de 2023, conforme minuta pré-aprovada em dezembro de 2022. A Assembleia Geral Ordinária instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença da metade mais uma das empresas associadas quites com suas obrigações em relação à ABEF. Em segunda convocação, não se formando o quórum de maioria absoluta, a maioria simples das associadas presentes à Assembleia Geral Ordinária terá legitimidade para decidir e votar em nome de todas as demais.

Eng. Gilberto Vicente Manzalli
Diretor Presidente da ABEF

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE JACAREÍ – SAAE

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 020/2023
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE USINAGEM EM GERAL PARA O SAAE JACAREÍ
Valor estimado: R$ 216.000,00
Recebimento dos Lances: às 09H00MIN do dia 24/04/2023
Informações: Unidade de Licitações e Compras – R. Miguel Leite do Amparo, 121 – Centro – Jacareí – SP – fone 12-3954-0200 – Ramais 1620 / 1637 / 1655 / 1666 e 1670.
Edital: www.gov.br/compras (UASG 926641), www.saaejacarei.sp.gov.br (LINK "LICITAÇÕES") ou mediante comparecimento ao balcão da Unidade de Licitações e Compras – R. Miguel Leite do Amparo, 121 – Centro – Jacareí - SP - das 08:30 às 16:30, sem custo com apresentação de CD-r ou pendrive.
Jacareí, 31 de março de 2023
Evandro Faria Lins – Presidente Interino do SAAE Jacareí

Prefeitura da Estância Turística de Salto

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 21/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 7722/2022
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Na qualidade de SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E GOVERNO DIGITAL, devidamente autorizado, no uso das atribuições que me são conferidas, conforme disposto no art. 2º do Decreto Municipal nº 08/2001, Lei Federal nº 8666/93 e posteriores alterações e Lei 10.520/02, HOMOLOGO todos os atos praticados pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio no processo acima citado, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para implantar solução de controle de frequência, prestação de serviços tendo a totalidade de 90 relógios de ponto e com leitura biométrica de impressão digital, com tecnologia avançada de detecção de dedo ao vivo e por cartão aproximação, contemplando instalação, configuração, treinamento, manutenção preventiva e corretiva, suporte técnico remoto e in loco, com fornecimento de suprimentos e peças, para atender as necessidades das diversas unidades administrativas da Prefeitura, atendendo ao disposto na portaria 971/2021 do Ministério do Trabalho e Emprego, conforme condições especificações estabelecidas no anexo I do edital, a cargo da Secretaria de Administração e Governo Digital à empresa **Camptécnica Comércio de Relógios de Ponto Ltda.**, no valor global da contratação de R$ 389.999,70 (trezentos e oitenta e nove mil, novecentos e noventa e nove reais e setenta centavos).

Salto/SP, 04 de abril de 2023.
Michel Hulmann - Secretário de Administração e Governo Digital

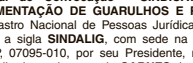
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAIBUNA - SP

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

Modalidade: Tomada de Preço N°. 0003/2023 - Edital Nº 0037/2023. **Objeto:** Contratação de empresa de engenharia para execução de pavimentação intertravada na Rua Edna Maria Mateus Cantinho - Bairro Santa Edwirges. **Critério de Julgamento:** Menor Preço Global. **Encerramento e abertura:** Encerramento às 08:30 horas e abertura às 09:00 horas do dia 24/04/2023.

Modalidade: Tomada de Preço N°. 0004/2023 - Edital Nº 0038/2023. **Objeto:** Contratação de empresa de engenharia para execução de pavimentação intertravada na Rua Benedito Monteiro Andrade - Bairro Vila Modesto. **Critério de Julgamento:** Menor Preço Global. **Encerramento e abertura:** Encerramento às 08:30 horas e abertura às 09:00 horas do dia 25/04/2023.

Informações: Telefone (12) 3974-2080, Ramal 4 e E-mail: licitacao@paraibuna.sp.gov.br.

Paraibuna, 05 de abril de 2023.
Victor de Cassio Miranda - Prefeito Municipal.

Convocação de Assembleia Geral Extraordinária - Pelo presente edital, o presidente do **SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO E DO MOBILIÁRIO DE ARARAS,** CNPJ 44.219.665/0001-66, com sede na Avenida Loreto, 13, Jardim das Flores, Araras, Estado de São Paulo, **CONVOCA** todos os trabalhadores integrantes das categorias da Construção Civil, Montagens Industriais, Instalações Elétricas, Gás, Hidráulicas e Sanitárias, Pinturas, Gesso e Decorações e de Móveis, dos municípios de Araras, Santa Cruz da Conceição, Pirassununga, Porto Ferreira, Descalvado, Santa Rita do Passa Quatro e Analândia, para participarem da **Assembleia Geral Extraordinária,** a se realizar, seguindo as orientações da OMS (Organização Mundial da Saúde), no dia 10 de abril de 2023, às 16:00 horas, para as categorias de Construção Civil, Montagens Industriais, Instalações Elétricas, Gás, Hidráulicas e Sanitárias, Pinturas, Gesso e Decorações e as 17:00 horas para a categoria de Móveis, todas em primeira convocação, para deliberar sobre as seguintes **Ordens do Dia: 1)** Leitura, discussão e aprovação das atas anteriores; **2)** Leitura, discussão e aprovação do rol de reivindicação dos trabalhadores para a renovação das normas coletivas de trabalho das categorias de Construção Civil, Montagens Industriais, Instalações Elétricas, Gás, Hidráulicas e Sanitárias, Pinturas, Gesso e Decorações e de Móveis, com vigência a partir de 01 de maio de 2023; **3)** Concessão de poderes à diretoria do Sindicato para que dê início ao processo de negociação, podendo firmar Acordo e/ou Convenção Coletiva de Trabalho, podendo ainda, se necessário, instaurar o competente Dissídio Coletivo (econômico/greve), outorgando para tanto, poderes à Federação, por procuração, para este fim; **4)** Leitura, discussão e aprovação da proposta do Sindicato sobre o desconto da contribuição da categoria para receita orçamentária da entidade e exercício do direito de oposição, no prazo de 10 dias, contados à partir da data base (1º de maio de 2023); **5)** Decidir pela manutenção da Assembleia em caráter permanente até o final do processo de negociação, mediante convocação por boletim, se necessário. Se na hora acima aprazada não houver "quorum", a Assembleia realizar-se-á em segunda convocação uma hora após, conforme previsto no capítulo VI, do Estatuto Social, no mesmo dia e local, com os presentes, cujas deliberações constantes da ordem do dia, terão plena validade para toda a categoria. Araras, 05 de abril de 2023. **Nilson Burger -** Presidente.

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20230386

A Secretaria da Casa Civil torna público a REMARCAÇÃO do Pregão Eletrônico No 20230386, de interesse da Secretaria da Saúde – SESA, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de Equipamento Médico Hospitalar. MOTIVO: Esclarecimento não respondido em tempo hábil. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 3862023, até o dia 24/04/2023, às 9h (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 03 de Abril de 2023. ÊNIO JOSÉ GONDIM GUIMARÃES - PREGOEIRO

Edital de Convocação - SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE ALIMENTAÇÃO DE GUARULHOS E REGIÃO, entidade sindical de primeiro grau, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) sob nº CNPJ 49.088.800/0001-03, identificado com a sigla **SINDALIG**, com sede na Rua Arminda de Lima, 304 - Vila Progresso, Guarulhos - SP, 07095-010, por seu Presidente, no uso de suas atribuições legais, **CONVOCA** todos os trabalhadores do setor de **CARNES** da data-base 1º de Abril, todos os trabalhadores dos setores econômicos de **RAÇÃO, DOCES E CONSERVAS, FRIOS** e **BEBIDAS** da base 1º de Maio, de representação desta entidade sindical nos municípios de: Arujá, Ferraz de Vasconcelos, Guarulhos, Itaquaquecetuba, Mairiporã, Mogi das Cruzes, Piracaia, Póa, Santa Izabel e Suzano, **PANIFICAÇÃO** da base 1º de Maio, de representação desta entidade sindical nos municípios de: Arujá, Guarulhos, Itaquaquecetuba, Mairiporã, Piracaia, e Santa Izabel; para comparecerem à **ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA,** que será realizada em nossa sede, no dia 11 de Abril de 2023, às 09h00 em primeira convocação; não havendo quórum, conforme normas estatutárias, realizar-se-á uma nova convocação, às 09h30, e no horário das 15h00 em segunda convocação, não havendo quórum, conforme normas estatutárias, realizar-se-á uma nova convocação, às 15h30 com qualquer número de presentes para discutirem a seguinte **Ordem do Dia: 1º)** Leitura aprovação ou não da redação da ata da AGE anterior; **2º)** Leitura, discussão e aprovação ou não das pautas de reivindicações a serem encaminhadas aos setores patronais; **3º)** Alcance da representação e abrangência do instrumento normativo de modo a atingir ou não, também, os trabalhadores não sindicalizados; **4º)** Fixação da contribuição assistencial, **APROVADA EM ASSEMBLEIA GERAL,** garantindo o direito a oposição a qualquer tempo, se manifestado direta e pessoalmente, por escrito, na sede, (TRT2- CEJUSC 2 INSTÂNCIA - PROCESSOS 0001636-58.2014.5.02.0089 e 0002074-15.2010.5.02.0319); **5º)** Fixação da contribuição associativa, para os trabalhadores que forem associados ao Sindicato; **6º)** Autorização a diretoria do sindicato para convocar sessões da assembleia através de boletins; **7º)** Concessão de poderes a diretoria do sindicato para manter negociações coletivas, celebrar acordos e convenções coletivas; **8º)** Aprovação da manutenção da Assembleia Geral da categoria em caráter permanente, até a conclusão do processo de negociação coletiva com os setores patronais. Guarulhos, 04 de Abril de 2023. **Paulo Francisco de Almeida -** Presidente.

FUNDAÇÃO BENEFICENTE DE PEDREIRA - FUNBEPE

CNPJ 59.006.460/0001-70

COMUNICADO DE 2º ADIAMENTO DA SESSÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2023

A Fundação Beneficente de Pedreira – FUNBEPE informa a quem possa interessar que o Pregão Eletrônico 04/2023, Oferta de Compra nº. 851901801002023OC00006, que trata do registro de preços para fornecimento parcelado de materiais de limpeza e cozinha descartáveis para atendimento das necessidades desta Fundação, teve a sessão adiada, em decorrência da não veiculação da publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo. Sendo assim, devem ser consideradas as seguintes datas: DATA DO INÍCIO DO PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA: 10/04/2023. DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 24/04/2023 – às 09:00. O edital contendo as datas retificadas encontra-se disponível no site da Fundação (www.funbepe.org.br) e no sistema BEC (www.bec.sp.gov.br). Publique-se.

Pedreira (SP), 04 de abril de 2023. Sergio Aparecido de Santi - Presidente da FUNBEPE

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20222361

A Secretaria da Casa Civil torna público a REMARCAÇÃO do Pregão Eletrônico No 20222361, de interesse da Secretaria da Saúde – SESA, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de material médico hospitalar. MOTIVO: Alterações no Edital. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 23612022, até o dia 24/04/2023, às 14h30min (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 03 de Abril de 2023. MARCOS ANTÔNIO FROTA RIBEIRO - PREGOEIRO

LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA | PRESENCIAL ON-LINE

BIASI leilões

1º Leilão: dia 12/04/2023 às 15h 2º Leilão: dia 24/04/2023 às 15h

EDUARDO CONSENTINO, leiloeiro oficial inscrito na JUCESP nº 616 (**JOÃO VICTOR BARROCA GALEAZZI – preposto em exercício**), com escritório à Av. Fagundes Filho, 145, Conjunto 22, Vila Monte Alegre, São Paulo/SP, devidamente autorizado pelo Credor Fiduciário **ITAÚ ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA**, doravante designado **VENDEDOR**, inscrito no CNPJ sob nº 00.000.776/0001-01, com sede em Poá/SP, na Av. Antonio Massa, nº 361, nos termos do Instrumento Particular de Venda e Compra de Bem Imóvel, com Recursos Advindos do Sistema de Consórcio, com Garantia de Alienação Fiduciária do Imóvel e Outras Avenças de nº 00078/583-00, firmado em 16/05/2014, no qual figura como Fiduciante **ANA PAULA SOARES BATISTA**, brasileira, solteira, não mantendo união estável, arquiteta e urbanista, portadora da Cédula de Identidade nº 08.365.661-81 SSP/BA, e do CPF/MF nº 790.685.455-15, residente e domiciliada na cidade de Camaçari/BA, levará a **PÚBLICO LEILÃO** de modo **Presencial e On-line**, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, no **dia 12 de abril de 2023, às 15:00 horas**, à Av. Fagundes Filho, 145, Conjunto 22, Vila Monte Alegre, São Paulo/SP, em **PRIMEIRO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 188.074,64 (Cento e oitenta e oito mil, setenta e quatro reais e sessenta e quatro centavos)**, o imóvel a seguir descrito, com a propriedade consolidada em nome do credor Fiduciário, constituído pela **UMA ÁREA DE TERRAS situada no lugar denominado FAZENDA AREMBEPE, no distrito de Abrantes, Município de Camaçari/BA, inscrita no Censo Imobiliário Municipal sob nº 200390-6, medindo 10,00m de frente para a Rua "G"; 10,00m de fundo com área de Creudilene Silva; 30,00m do lado direito para área de Thelma Maria dos Santos Michelli; e 30,00m do lado esquerdo, com a área de Juciara Maria Michelli Coelho; perfazendo a área total de 300,00 m². Matrícula nº 32.311 do 1º Ofício de Registro de Imóveis de Camaçari/BA.** Obs: Ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30 da lei 9.514/97. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o **dia 24 de abril de 2023, às 15:00 horas**, no mesmo local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 172.131,36 (Cento e setenta e dois mil, cento e trinta e um reais e trinta e seis centavos)**. Todos os horários estipulados neste edital, no site do leiloeiro (www.biasileiloes.com.br), em catálogos ou em qualquer outro veículo de comunicação consideram o horário oficial de Brasília-DF. O(s) devedor(es) fiduciante(s) será(ão) comunicado(s) na forma do parágrafo 2º-A do art. 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017, das datas, horários e locais da realização dos leilões fiduciários, mediante correspondência dirigida aos endereços constantes do contrato, inclusive ao endereço eletrônico ou por edital, se aplicável, podendo o(s) fiduciante(s) adquirir sem concorrência de terceiros, o imóvel outrora entregue em garantia, exercendo o seu direito de preferência em 1º ou 2º leilão, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, conforme estabelecido no parágrafo 2º-B do mesmo artigo, ainda que, outros interessados já tenham efetuado lances, para o respectivo lote do leilão. O envio de lances on-line se dará exclusivamente através do site www.biasileiloes.com.br, respeitado o lance mínimo e o incremento mínimo estabelecido, em igualdade de condições com os participantes presentes no auditório do leilão de modo presencial, na disputa pelo lote do leilão, com exceção do devedor fiduciante, que poderá adquirir o imóvel preferencialmente em 1º e 2º leilão. Os interessados em participar do leilão de modo on-line, deverão se cadastrar no site www.biasileiloes.com.br, e se habilitar acessando a página deste leilão, clicando na opção HABILITE-SE, com antecedência de até 01 (uma) hora, antes do início do leilão presencial, não sendo aceitas habilitações após esse prazo. A venda será efetuada em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que se encontra. O proponente vencedor por meio de lance on-line ou presencial terá prazo de 24 horas depois de comunicado expressamente pelo leiloeiro acerca da efetiva arrematação do imóvel, condicionada ao não exercício do direito de preferência pelo devedor fiduciante, para efetuar o pagamento, por meio de transferência bancária, da totalidade do preço e da comissão do leiloeiro correspondente a 5% sobre o valor do arremate. **A transferência bancária deverá ser realizada por meio de conta bancária de titularidade do arrematante ou do devedor fiduciante, mantida em instituição financeira autorizada pelo BCB - Banco Central do Brasil**. As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 22.427 de 1º de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial.

Mais informações: (11) 4083-2575/www.biasileiloes.com.br

LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA | PRESENCIAL ON-LINE

BIASI leilões

1º Leilão: dia 13/04/2023 às 14h30 2º Leilão: dia 24/04/2023 às 14h30

EDUARDO CONSENTINO, leiloeiro oficial inscrito na JUCESP nº 616 (**JOÃO VICTOR BARROCA GALEAZZI – preposto em exercício**), com escritório à Av. Fagundes Filho, 145, Conjunto 22, Vila Monte Alegre, São Paulo/SP, devidamente autorizado pelo Credor Fiduciário **ITAÚ UNIBANCO S/A**, doravante designado **VENDEDOR**, inscrito no CNPJ sob nº 60.701.190/0001-04, com sede na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setúbal, na Cidade de São Paulo/SP, nos termos do Instrumento Particular de Venda e Compra de Bem Imóvel, Financiamento com Garantia de Alienação e Outras Avenças de nº 10159734905, firmado em 22/06/2021, no qual figura como Fiduciante **RICHARD DA SILVA MAGALHÃES**, RG nº 21464983-SSP/SP, CPF nº 227.326.258-25, brasileiro, solteiro, maior, empresário, residente e domiciliado na cidade de São Paulo/SP, levará a **PÚBLICO LEILÃO** de **modo Presencial e On-line**, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, no **dia 13 de abril de 2023, às 14:30 horas**, à Av. Fagundes Filho, 145, Conjunto 22, Vila Monte Alegre, São Paulo/SP, em **PRIMEIRO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 511.085,10 (Quinhentos e onze mil, oitenta e cinco reais e dez centavos)**, o imóvel a seguir descrito, com a propriedade consolidada em nome do credor Fiduciário, constituído pelo **O APARTAMENTO Nº 121, localizado no 12º andar do "EDIFÍCIO VILLAGGIO DI LIVORNO", situado à RUA JOÃO AVELINO PINHO MELLÃO nº 607, no 13º Subdistrito – Butantã, com a área útil de 143,992 m², área comum de 152,495 m², área total de 296,487 m², e o coeficiente de proporcionalidade de 0,04612, no terreno condominial, cabendo-lhe o direito de 01 depósito e 04 vagas para guarda e estacionamento de veículos, indeterminadas, e sujeitas a colocação por manobristas, localizadas nos subsolos, área está inclusa na área comum da unidade. Matrícula nº 139.149 do 18º Oficial de Registro de Imóveis de São Paulo/SP**. Obs: Ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30 da lei 9.514/97. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o **dia 24 de abril de 2023, às 14:30 horas**, no mesmo local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 448.412,72 (Quatrocentos e quarenta e oito mil, quatrocentos e doze reais e setenta e dois centavos)**. Todos os horários estipulados neste edital, no site do leiloeiro (www.biasileiloes.com.br), em catálogos ou em qualquer outro veículo de comunicação consideram o horário oficial de Brasília-DF. O(s) devedor(es) fiduciante(s) será(ão) comunicado(s) na forma do parágrafo 2º-A do art. 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017, das datas, horários e locais da realização dos leilões fiduciários, mediante correspondência dirigida aos endereços constantes do contrato, inclusive ao endereço eletrônico ou por edital, se aplicável, podendo o(s) fiduciante(s) adquirir sem concorrência de terceiros, o imóvel outrora entregue em garantia, exercendo o seu direito de preferência em 1º ou 2º leilão, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, conforme estabelecido no parágrafo 2º-B do mesmo artigo, ainda que, outros interessados já tenham efetuado lances, para o respectivo lote do leilão. O envio de lances on-line se dará exclusivamente através do site www.biasileiloes.com.br, respeitado o lance mínimo e o incremento mínimo estabelecido, em igualdade de condições com os participantes presentes no auditório do leilão de modo presencial, na disputa pelo lote do leilão, com exceção do devedor fiduciante, que poderá adquirir o imóvel preferencialmente em 1º e 2º leilão. Os interessados em participar do leilão de modo on-line, deverão se cadastrar no site www.biasileiloes.com.br, e se habilitar acessando a página deste leilão, clicando na opção HABILITE-SE, com antecedência de até 01 (uma) hora, antes do início do leilão presencial, não sendo aceitas habilitações após esse prazo. A venda será efetuada em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que se encontra. O proponente vencedor por meio de lance on-line ou presencial terá prazo de 24 horas depois de comunicado expressamente pelo leiloeiro acerca da efetiva arrematação do imóvel, condicionada ao não exercício do direito de preferência pelo devedor fiduciante, para efetuar o pagamento, por meio de transferência bancária, da totalidade do preço e da comissão do leiloeiro correspondente a 5% sobre o valor do arremate. **A transferência bancária deverá ser realizada por meio de conta bancária de titularidade do arrematante ou do devedor fiduciante, mantida em instituição financeira autorizada pelo BCB - Banco Central do Brasil**. As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 22.427 de 1º de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial.

Mais informações: (11) 4083-2575/www.biasileiloes.com.br

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CAJAMAR

AVISO DE REDESIGNAÇÃO DE DATA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 22/2023

Objeto: Registro de preços para aquisição de materiais de uso contínuo utilizados em manutenções realizadas pela Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos, conforme Termo de Referência que integra este Edital como Anexo II - P.A nº 2.876/2023.

Fica Redesignado o Dia 18/04/2023 às 14h00min para Sessão Pública de Recebimento e Abertura dos Envelopes da Licitação em Epígrafe, Permanecendo Inalterada Todas as Demais Cláusulas do Edital.

Cajamar, 04 de abril de 2023

Raul Lopes Cardoso - Secretário Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CAJAMAR

AVISO DE REDESIGNAÇÃO DE DATA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 25/2023

Objeto: Contratação de empresa para execução de serviços de roçagem mecanizada, Capina Manual de Vias, Varrição Manual de vias públicas, Fornecimento de Equipe Padrão e Equipe para limpeza e manutenção de Bueiros, a coleta e transporte dos resíduos resultantes dessas atividades são de responsabilidade da contratada, conforme Termo de Referência que integra este Edital como Anexo II- P.A nº 1113/2023

Fica Redesignado o Dia 17/04/2023 às 09h00 para Sessão Pública de Recebimento e Abertura dos Envelopes da Licitação em Epígrafe, Permanecendo Inalterada Todas as Demais Cláusulas do Edital.

Cajamar, 04 de abril de 2023

Raul Lopes Cardoso - Secretário Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos

COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DA REGIÃO DO ALTO PARAÍBA

Empresa Certificada ISO 9001:200

CNPJ: 60.196.987/0001-93 site: www.cedrap.com.br

INSC.ESTADUAL: 504.005.697.116 e-mail: contato@cedrap.com.br

EDITAL PARA VENDA DE VEÍCULOS

Conforme estabelece o artigo 41, parágrafo 3º do Estatuto Social desta cooperativa, levamos ao conhecimento dos senhores cooperados e consumidores, através do presente Edital, que estão à venda os seguintes veículos:

- Um Uno, modelo Mille Economy 1.0, ano 2011.

Valor mínimo R$ 20.792,00

- Um Uno, modelo Way 1.0, ano 2011

Valo mínimo R$ 21.886,00

A venda foi autorizada pelo conselho de administração empresa, tornando-se por base as condições do veículo e a tabela FIPE.

Para pagamento a vista, as ofertas poderão ser encaminhadas até o dia 16/04/2023, na sede da cooperativa.

Os veículos poderão ser examinados na garagem da CEDRAP, durante o horário comercial da empresa.

Caso não haja ofertas que cubram a avaliação no prazo estipulado, o Conselho de Administração da CEDRAP, venderá os referidos veículos pelo maior preço que obtiver.

Paraibuna, 03 de abril de 2023.

José Edson de Carvalho Coelho (Diretor Presidente)

LEILÃO JUDICIAL Somente Eletrônico

FALÊNCIA DE "CONSTRUTORA E INCORPORADORA SAMIR DICHY LTDA"

FECHAMENTO DO 1º LEILÃO: 06/04/2023, A PARTIR DAS 16h00

APARTAMENTOS EM PERDIZES E VILA PROGREDIOR - CAPITAL/SP

Lances Iniciais a partir de: R$ 497.389,72

Lances "on-line", edital completo, condições de venda e pagamento, fotos, consulte: www.freitasleiloeiro.com.br

leilaojudicial@freitasleiloeiro.com.br Mais informações fale com Rodrigo Jacobetti, ramal 108 (11) 3117.1000

SERGIO VILLA NOVA DE FREITAS - LEILOEIRO OFICIAL - JUCESP 316

LEILÃO JUDICIAL ELETRÔNICO

Falência de "LASSEN INDÚSTRIA MECÂNICA LTDA"

FECHAMENTO 1º Leilão: 06/04/2023, a partir das 16h15

IMÓVEIS LOCALIZADOS EM VITÓRIA/ES • VILA VELHA/SP

Lances Iniciais: A partir de R$ 107.549,59

Lances "on-line", edital completo, condições de venda e pagamento, fotos e mais informações, consulte: **www.freitasleiloeiro.com.br**

leilaojudicial@freitasleiloeiro.com.br Mais informações: Rodrigo Jacobetti, ramal 108 (11) 3117.1000

SERGIO VILLA NOVA DE FREITAS - LEILOEIRO OFICIAL - JUCESP 316

FUNDAÇÃO MUNICIPAL PARA EDUCAÇÃO COMUNITÁRIA - FUMEC

AVISO DE LICITAÇÃO

Acha-se aberto na **Fundação Municipal para Educação Comunitária**, com Instrumento Convocatório disponibilizado no Portal da Bolsa Eletrônica de Compras do Estado de São Paulo (**www.bec.sp.gov.br** ou **www.fumec.sp.gov.br** o **Pregão Eletrônico nº 21/2023, Interessada: FUMEC, Processo Administrativo nº FUMEC.2023.00000844-28 Objeto:** Registro de preços para eventual aquisição de uniformes para servidores e alunos dos programas de Educação de Jovens e Adultos – EJA Anos Iniciais da FUMEC e dos cursos profissionalizantes do CEPROCAMP. **DATA DO INÍCIO DO PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA: 06/04/2023, DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 19/04/2023 - 09:00 h. OFERTA DE COMPRA - OC Nº 824402801002023OC00016.** Qualquer dúvida ou esclarecimentos adicionais poderão ser obtidos através site da BEC: (**www.bec.sp.gov.br** ou **www.bec.fazenda.sp.gov.br**), através do opção: **Edital**. Campinas, 04 de Abril de 2.023. **FABIO ALVES CREMASCO** – Gerente de Compras e Licitações - FUMEC

LEILÃO DE 14 IMÓVEIS Online

Data do Leilão: 14/04/2023 a partir das 15h00

bradesco

IMÓVEIS NA BAHIA • CEARÁ • GOIÁS • MARANHÃO • MATO GROSSO MINAS GERAIS • PARÁ • PIAUÍ • RIO DE JANEIRO • SÃO PAULO • TOCANTINS

À VISTA 10% DE DESCONTO

ÁREA RURAL • CASAS • IMÓVEIS COMERCIAIS • IMÓVEL INDUSTRIAL • TERRENOS

LOTE 13 - BRAGANÇA PAULISTA/SP JARDIM SÃO MIGUEL Rua João de Moura Filho, s/nº. Terreno (lote nº 05 da quadra nº 29). Áreas totais: ter.: 2.736,33m². Matr. 39.889 do RI Local. **Lance Mínimo: R$ 0,01 FAÇA A SUA PROPOSTA**

Comissão do leiloeiro: o arrematante pagará ao leiloeiro 5% sobre o valor da arrematação. O edital completo (descrição dos imóveis, condições de venda e pagamento) encontra-se registrado no 7º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica da Comarca de São Paulo nº 2.076.156 em 21/03/2023 e no 1º Oficial de Registro de Títulos e Documentos de Osasco nº 228.179 em 24/03/2023. Leiloeira Oficial: Dora Plat - Jucesp 744.

MAIS INFORMAÇÕES: 3003.0677 https://VITRINEBRADESCO.com.br/ | PORTALZUK.com.br

CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA SOUZA

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

Encontra-se aberta no Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza – CEETEPS – a licitação na modalidade Concorrência nº 06/2023, Processo CEETEPS-PRC-2022/33210 cujo objeto refere-se à **OBRAS DE CONSTRUÇÃO DOS BLOCOS PEDAGÓGICO, DE LABORATÓRIOS E ESPORTIVO; RESERVATÓRIOS EM TORRE E ENTERRADO, SUBESTAÇÃO E LIXEIRA E ABRIGOS DE GÁS E SOLDA; E REFORMA DO BLOCO HISTÓRICO E PORTARIA DA ETEC JOSÉ MARTIMIANO DA SILVA - RIBEIRÃO PRETO/SP**. Os interessados poderão consultar o edital e seus anexos no site da Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, endereço eletrônico: www.imprensaoficial.com.br, no sítio do CEETEPS, endereço eletrônico - **www.cps.sp.gov.br – Licitações – Concorrência**, onde, inclusive, **todos os arquivos da parte técnica estarão disponíveis para download**, ou consultá-lo na sede da Administração Central do CEETEPS - 4º Andar, Unidade de Infraestrutura, situada à Rua dos Andradas, nº 140, Santa Ifigênia, São Paulo/SP, em dias de expediente, no horário das 10h às 12h e das 14h às 16h, mediante agendamento prévio por intermédio do e-mail: atlicita@cps.sp.gov.br, pelo período de **30 dias até o dia 08 de maio de 2023**. Os envelopes PROPOSTA e HABILITAÇÃO, assim como as declarações e documentos pertinentes, que deverão vir FORA deles nos termos do item 3 do edital, deverão ser entregues no dia **10 de maio de 2023**, em sessão pública conduzida pela Comissão Julgadora de Licitação, das 10h às 11h30min, **durante 1h30min**, na **Portaria** da Administração Central do CEETEPS, situada à Rua dos Andradas, nº 140, Santa Ifigênia, São Paulo/SP, sendo que na sequência no Auditório Verde serão abertos os Envelopes 1 – Propostas, apresentados pelas empresas licitantes. A comissão receberá os documentos, conforme informações indicadas.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CAJAMAR

RETIFICAÇÃO DO AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

P.A nº 3.697/2023

Objeto: Execução do serviço de apoio escolar aos alunos com deficiência e transtorno global do desenvolvimento, regularmente matriculados na Rede Municipal de Ensino de Cajamar, bem como, formação para os profissionais que atuam junto a estes alunos.

Tendo em vista o erro material e publicado na Folha de São Paulo de 01/04/2023 Página A22. Onde se lê **Chamamento Público nº 01/2023**, Leia-se **Chamamento Público nº 03/2023.**

Cajamar, 03 de abril de 2023

Comissão Especial de Licitação

SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA CIVIL - RJ

AVISO

PROCESSO SEI-270042/001470/2022

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 31/23

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DA FROTA DE HELICÓPTEROS OPERADAS PELO GOA/CBMERJ.

DATA DE ABERTURA: 19/04/2023, às 14h

DATA ETAPA DE LANCES: 19/04/2023, às 14h30min

O Edital encontra-se à disposição dos interessados nos sites: **www.compras.rj.gov.br** ou **www.cbmerj.rj.gov.br/licitacoes**, podendo ser retirados, de forma impressa, na Coordenação de Licitações e Contratos/DGAF/SEDEC, sito à Praça da República, 45 – Centro – RJ, de 2ª a 5ª feira, das 08:00 às 17:00 horas, e 6ª feira, das 08:00 às 12:00 horas. Informações pelos Tels. (21) 2333-3085 ou pelo e-mails: **pregaoeletronico@cbmerj.rj.gov.br** ou **licita.sedec@gmail.com**.

LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA | PRESENCIAL ON-LINE

BIASI leilões

1º Leilão: dia 12/04/2023 às 15h 2º Leilão: dia 24/04/2023 às 14h

EDUARDO CONSENTINO, leiloeiro oficial inscrito na JUCESP nº 616 (**JOÃO VICTOR BARROCA GALEAZZI – preposto em exercício**), com escritório à Av. Fagundes Filho, 145, Conjunto 22, Vila Monte Alegre, São Paulo/SP, devidamente autorizado pelo Credor Fiduciário **ITAÚ UNIBANCO S/A**, doravante designado **VENDEDOR**, inscrito no CNPJ sob nº 60.701.190/0001-04, com sede na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setúbal, na Cidade de São Paulo/SP, nos termos do Instrumento Particular de Venda e Compra de Bem Imóvel, Financiamento com Garantia de Alienação e Outras Avenças de nº 10140961005, firmado em 13/04/2018, no qual figura como Fiduciante **LUCILENE GONZAGA DIAS**, brasileira, funcionária pública, solteira, maior, portadora da carteira de identidade nº 38595275, expedida pelo DETRAN/RJ, em 23/06/2015, inscrita no CPF/MF sob nº 600.622.077-68, residente e domiciliada na cidade do Rio de Janeiro/RJ, levará a **PÚBLICO LEILÃO** de modo **Presencial e On-line**, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, no **dia 12 de abril de 2023, às 15:00 horas**, à Av. Fagundes Filho, 145, Conjunto 22, Vila Monte Alegre, São Paulo/SP, em **PRIMEIRO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 888.369,71 (Oitocentos e oitenta e oito mil, trezentos e sessenta e nove reais e setenta e um centavos)**, o imóvel a seguir descrito, com a propriedade consolidada em nome do credor Fiduciário, constituído pelo **APARTAMENTO nº 103, do edifício situado à Rua Teodoro da Silva, nº 364, distrito de Andaraí/RJ, e 0,01935 do terreno, com direito a 01 vaga de garagem localizada indistintamente no subsolo ou no pavimento térreo)acesso), medindo o terreno 23,84m de frente para Rua Teodoro da Silva; 33,34m de fundos em 03 segmentos de 12,84 mais 9,50m mais 11,00m; 33,00m à direita e 42,50m à esquerda, confrontando à direita com o prédio nº 378, à esquerda com o prédio nº 362, ambos da Rua Teodoro da Silva, e nos fundos com a vila nº 378 da mesma rua e nº 41 da Rua Visconde de Abaeté. Matrícula nº 64.049 do 10º Ofício do Registro de Imóveis do Rio de Janeiro/RJ**. Obs: Ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30 da lei 9.514/97. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o **dia 24 de abril de 2023, às 15:00 horas**, no mesmo local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 444.184,86 (Quatrocentos e quarenta e quatro mil, cento e oitenta e quatro reais e oitenta e seis centavos)**. Todos os horários estipulados neste edital, no site do leiloeiro (www.biasileiloes.com.br), em catálogos ou em qualquer outro veículo de comunicação consideram o horário oficial de Brasília-DF. O(s) devedor(es) fiduciante(s) será(ão) comunicado(s) na forma do parágrafo 2º-A do art. 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017, das datas, horários e locais da realização dos leilões fiduciários, mediante correspondência dirigida aos endereços constantes do contrato, inclusive ao endereço eletrônico ou por edital, se aplicável, podendo o(s) fiduciante(s) adquirir sem concorrência de terceiros, o imóvel outrora entregue em garantia, exercendo o seu direito de preferência em 1º ou 2º leilão, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, conforme estabelecido no parágrafo 2º-B do mesmo artigo, ainda que, outros interessados já tenham efetuado lances, para o respectivo lote do leilão. O envio de lances on-line se dará exclusivamente através do site www.biasileiloes.com.br, respeitado o lance mínimo e o incremento mínimo estabelecido, em igualdade de condições com os participantes presentes no auditório do leilão de modo presencial, na disputa pelo lote do leilão, com exceção do devedor fiduciante, que poderá adquirir o imóvel preferencialmente em 1º e 2º leilão. Os interessados em participar do leilão de modo on-line, deverão se cadastrar no site www.biasileiloes.com.br, e se habilitar acessando a página deste leilão, clicando na opção HABILITE-SE, com antecedência de até 01 (uma) hora, antes do início do leilão presencial, não sendo aceitas habilitações após esse prazo. A venda será efetuada em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que se encontra. O proponente vencedor por meio de lance on-line ou presencial terá prazo de 24 horas depois de comunicado expressamente pelo leiloeiro acerca da efetiva arrematação do imóvel, condicionada ao não exercício do direito de preferência pelo devedor fiduciante, para efetuar o pagamento, por meio de transferência bancária, da totalidade do preço e da comissão do leiloeiro correspondente a 5% sobre o valor do arremate. **A transferência bancária deverá ser realizada por meio de conta bancária de titularidade do arrematante ou do devedor fiduciante, mantida em instituição financeira autorizada pelo BCB - Banco Central do Brasil**. As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 22.427 de 1º de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial.

Mais informações: (11) 4083-2575/www.biasileiloes.com.br

LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA | PRESENCIAL ON-LINE

BIASI leilões

1º Leilão: dia 13/04/2023 às 14h30 2º Leilão: dia 24/04/2023 às 14h30

EDUARDO CONSENTINO, leiloeiro oficial inscrito na JUCESP nº 616 (**JOÃO VICTOR BARROCA GALEAZZI – preposto em exercício**), com escritório à Av. Fagundes Filho, 145, Conjunto 22, Vila Monte Alegre, São Paulo/SP, devidamente autorizado pelo Credor Fiduciário **ITAÚ UNIBANCO S/A**, doravante designado **VENDEDOR**, inscrito no CNPJ sob nº 60.701.190/0001-04, com sede na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setúbal, na Cidade de São Paulo/SP, nos termos do Instrumento Particular de Venda e Compra de Bem Imóvel, Financiamento com Garantia de Alienação e Outras Avenças de nº 10139484407, firmado em 13/10/2017, no qual figuram como Fiduciantes **RICARDO JOSÉ DE OLIVEIRA SALVÁ**, RG nº 195559174-SSP/SP, CPF/MF nº 195.861.788-11, administrador, e sua mulher **GLÁUCIA NAVARRO MORALES SALVÁ**, RG nº 252293678-SSP/SP, CPF/MF nº 252.505.148-39, empresária, brasileiros, casados sob o regime da comunhão parcial de bens, na vigência da Lei 6515/77, residentes e domiciliados na cidade de São Paulo/SP, levará a **PÚBLICO LEILÃO** de modo **Presencial e On-line,** nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, no **dia 13 de abril de 2023, às 14:30 horas**, à Av. Fagundes Filho, 145, Conjunto 22, Vila Monte Alegre, São Paulo/SP, em **PRIMEIRO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 513.669,53 (Quinhentos e treze mil, seiscentos e sessenta e nove reais e cinquenta e três centavos)**, o imóvel a seguir descrito, com a propriedade consolidada em nome do credor Fiduciário, constituído pelo **APARTAMENTO Nº 101, localizado no 10º andar do "EDIFÍCIO MARIA CLARA", situado à Rua David Eid, nº 953, na Vila Castelo, 29º Subdistrito – Santo Amaro, com a área privativa de uso exclusivo de 58,9638 m², a área comum de divisão não proporcional de 18,9526 m², referente a 02 vagas indeterminadas na garagem coletiva, localizada nos 1º e 2º subsolos, destinadas à guarda de igual nº de veículos, sujeitos ao auxílio de manobrista, e a área comum de divisão proporcional de 70,8269 m², perfazendo a área total de 148,7433 m², correspondendo-lhe uma fração ideal de 2,2670% no terreno condominial. Matrícula nº 319.133 do 11º Oficial de Registro de Imóveis de São Paulo/SP**. Obs: Ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30 da lei 9.514/97. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o **dia 24 de abril de 2023, às 14:30 horas**, no mesmo local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 256.834,77 (Duzentos e cinquenta e seis mil, oitocentos e trinta e quatro reais e setenta e sete centavos)**. Todos os horários estipulados neste edital, no site do leiloeiro (www.biasileiloes.com.br), em catálogos ou em qualquer outro veículo de comunicação consideram o horário oficial de Brasília-DF. O(s) devedor(es) fiduciante(s) será(ão) comunicado(s) na forma do parágrafo 2º-A do art. 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017, das datas, horários e locais da realização dos leilões fiduciários, mediante correspondência dirigida aos endereços constantes do contrato, inclusive ao endereço eletrônico ou por edital, se aplicável, podendo o(s) fiduciante(s) adquirir sem concorrência de terceiros, o imóvel outrora entregue em garantia, exercendo o seu direito de preferência em 1º ou 2º leilão, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, conforme estabelecido no parágrafo 2º-B do mesmo artigo, ainda que, outros interessados já tenham efetuado lances, para o respectivo lote do leilão. O envio de lances on-line se dará exclusivamente através do site www.biasileiloes.com.br, respeitado o lance mínimo e o incremento mínimo estabelecido, em igualdade de condições com os participantes presentes no auditório do leilão de modo presencial, na disputa pelo lote do leilão, com exceção do devedor fiduciante, que poderá adquirir o imóvel preferencialmente em 1º e 2º leilão. Os interessados em participar do leilão de modo on-line, deverão se cadastrar no site www.biasileiloes.com.br, e se habilitar acessando a página deste leilão, clicando na opção HABILITE-SE, com antecedência de até 01 (uma) hora, antes do início do leilão presencial, não sendo aceitas habilitações após esse prazo. A venda será efetuada em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que se encontra. O proponente vencedor por meio de lance on-line ou presencial terá prazo de 24 horas depois de comunicado expressamente pelo leiloeiro acerca da efetiva arrematação do imóvel, condicionada ao não exercício do direito de preferência pelo devedor fiduciante, para efetuar o pagamento, por meio de transferência bancária, da totalidade do preço e da comissão do leiloeiro correspondente a 5% sobre o valor do arremate. **A transferência bancária deverá ser realizada por meio de conta bancária de titularidade do arrematante ou do devedor fiduciante, mantida em instituição financeira autorizada pelo BCB - Banco Central do Brasil**. As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 22.427 de 1º de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial.

Mais informações: (11) 4083-2575/www.biasileiloes.com.br

LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA | PRESENCIAL ON-LINE

BIASI leilões

1º Leilão: dia 13/04/2023 às 14h30 2º Leilão: dia 24/04/2023 às 14h30

EDUARDO CONSENTINO, leiloeiro oficial inscrito na JUCESP nº 616 (**JOÃO VICTOR BARROCA GALEAZZI** – preposto em exercício), com escritório à Av. Fagundes Filho, 145, Conjunto 22, Vila Monte Alegre, São Paulo/SP, devidamente autorizado pelo Credor Fiduciário **ITAÚ UNIBANCO S/A**, doravante designado **VENDEDOR**, inscrito no CNPJ sob nº 60.701.190/0001-04, com sede na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setúbal, na Cidade de São Paulo/SP, nos termos do Instrumento Particular de Venda e Compra de Bem Imóvel, Financiamento com Garantia de Alienação e Outras Avenças de nº 10132353302, firmado em 25/03/2015, no qual figuram como Fiduciantes **LEANDRO COELHO DE MATOS**, brasileiro, empresário, CIMG-6.002.758 SSP/MG, CPF nº 036.934.166-05, e sua mulher **WILMA RODRIGUES MACHADO COELHO DE MATOS**, brasileira, empresária, CIM-8.632.641 SSP/MG, CPF nº 033.801.866-27, casados sob o regime da comunhão parcial de bens, residentes e domiciliados na cidade de Belo Horizonte/MG, levará a **PÚBLICO LEILÃO** de modo **Presencial e On-line**, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, no **dia 13 de abril de 2023, às 14:30 horas**, à Av. Fagundes Filho, 145, Conjunto 22, Vila Monte Alegre, São Paulo/SP, em **PRIMEIRO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 2.267.780,24 (Dois milhões, duzentos e sessenta e sete mil, setecentos e oitenta reais e vinte e quatro centavos)**, o imóvel a seguir descrito, com a propriedade consolidada em nome do credor Fiduciário, constituído pela **Fração ideal de 0,25171, do terreno formado pelo Lote 003, do Quarteirão 035, do Bairro Santa Rosa, em Belo Horizonte/MG, com área, limites e confrontações da planta respectiva, que corresponde ao APARTAMENTO DE COBERTURA Nº 501, do 6º e 7º Pavimentos do "EDIFÍCIO BENIÊ ", situado à Rua Irmã Eufêmia, nº 96, com as seguintes características: 224,35 m² de área privativa principal; 38,70 m² de outras áreas privativas (acessórias); 263,05 m² de área privativa total; 92,73 m² de área de uso comum; 355,78 m² de área real total, com direito a 03 vagas de garagem, nº 03 livre, nº 04 presa pela vaga nº 05, e nº 05 livre, todas no 1º Pavimento. Matrícula nº 107.316 do 5º Ofício de Registro de Imóveis de Belo Horizonte/MG. Obs: Consta a existência dos gravames de indisponibilidades nas respectivas averbações nº 10, 11 e 12, das quais o Banco está providenciando a regularização da matrícula**. Obs: Ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30 da lei 9.514/97. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o **dia 24 de abril de 2023, às 14:30 horas**, no mesmo local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 1.133.890,12 (Um milhão, cento e trinta e três mil, oitocentos e noventa reais e doze centavos)**. Todos os horários estipulados neste edital, no site do leiloeiro (www.biasileiloes.com.br), em catálogos ou em qualquer outro veículo de comunicação consideram o horário oficial de Brasília-DF. O(s) devedor(es) fiduciante(s) será(ão) comunicado(s) na forma do parágrafo 2º-A do art. 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017, das datas, horários e locais da realização dos leilões fiduciários, mediante correspondência dirigida aos endereços constantes do contrato, inclusive ao endereço eletrônico ou por edital, se aplicável, podendo o(s) fiduciante(s) adquirir sem concorrência de terceiros, o imóvel outrora entregue em garantia, exercendo o seu direito de preferência em 1º ou 2º leilão, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, conforme estabelecido no parágrafo 2º-B do mesmo artigo, ainda que, outros interessados já tenham efetuado lances, para o respectivo lote do leilão. O envio de lances on-line se dará exclusivamente através do site www.biasileiloes.com.br, respeitado o lance mínimo e o incremento mínimo estabelecido, em igualdade de condições com os participantes presentes no auditório do leilão de modo presencial, na disputa pelo lote do leilão, com exceção do devedor fiduciante, que poderá adquirir o imóvel preferencialmente em 1º e 2º leilão. Os interessados em participar do leilão de modo on-line, deverão se cadastrar no site www.biasileiloes.com.br, e se habilitar acessando a página deste leilão, clicando na opção HABILITE-SE, com antecedência de até 01 (uma) hora, antes do início do leilão presencial, não sendo aceitas habilitações após esse prazo. A venda será efetuada em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que se encontra. O proponente vencedor por meio de lance on-line ou presencial terá prazo de 24 horas depois de comunicado expressamente pelo leiloeiro acerca da efetiva arrematação do imóvel, condicionada ao não exercício do direito de preferência pelo devedor fiduciante, para efetuar o pagamento, por meio de transferência bancária, da totalidade do preço e da comissão do leiloeiro correspondente a 5% sobre o valor do arremate. **A transferência bancária deverá ser realizada por meio de conta bancária de titularidade do arrematante ou do devedor fiduciante, mantida em instituição financeira autorizada pelo BCB - Banco Central do Brasil**. As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 22.427 de 1º de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial.

Mais informações: (11) 4083-2575/www.biasileiloes.com.br

LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA | PRESENCIAL ON-LINE

BIASI leilões

1º Leilão: dia 13/04/2023 às 14h30 2º Leilão: dia 24/04/2023 às 14h30

EDUARDO CONSENTINO, leiloeiro oficial inscrito na JUCESP nº 616 (**JOÃO VICTOR BARROCA GALEAZZI – preposto em exercício**), com escritório à Av. Fagundes Filho, 145, Conjunto 22, Vila Monte Alegre, São Paulo/SP, devidamente autorizado pelo Credor Fiduciário **ITAÚ UNIBANCO S/A**, doravante designado **VENDEDOR**, inscrito no CNPJ sob nº 60.701.190/0001-04, com sede na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setúbal, na Cidade de São Paulo/SP, nos termos do Instrumento Particular de Venda e Compra de Bem Imóvel, Financiamento com Garantia de Alienação e Outras Avenças de nº 10123358203, firmado em 31/05/2012, no qual figura como Fiduciante **WERLANG CUTRIM GOMES**, brasileiro, solteiro, maior, não mantendo união estável, funcionário público federal, portador da cédula de identidade RG nº 019079262001-5/SSP-MA, inscrito no CPF nº 158.799.923-49, residente e domiciliado na cidade de São Luís/MA, levará a **PÚBLICO LEILÃO** de modo **Presencial e On-line**, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, no **dia 13 de abril de 2023, às 14:30 horas**, à Av. Fagundes Filho, 145, Conjunto 22, Vila Monte Alegre, São Paulo/SP, em **PRIMEIRO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 493.937,77 (Quatrocentos e noventa e três mil, novecentos e trinta e sete reais e setenta e sete centavos)**, o imóvel a seguir descrito, com a propriedade consolidada em nome do credor Fiduciário, constituído pelo **Apartamento nº 603, localizado no 6º pavimento do empreendimento residencial "GRAND PARK-PARQUE DOS PÁSSAROS", denominado GRAÚNA (Torre VIII-H) Tipo 02 (A), situado no Domínio Útil do terreno foreiro a União federal, desmembrado da Gleba Rio Anil, no bairro de Calhau, loteamento Alterosa, Gleba 04, neste município de São Luís do Maranhão/MA, com as seguintes dependências e áreas: Sala de estar/jantar, varanda, cozinha, área de serviço, semi-suíte, suíte, WC reversível, WC suíte e circulação, com direito a 01 vaga de garagem, área privativa de 74,09 m² já incluída a área de 12,50 m² correspondente a vaga de garagem, área comum de 36,50 m², perfazendo uma área total de 103,30 m² e fração ideal do terreno correspondente a 39,45 m² ou 0,1000%. Matrícula nº 92.751 do 1º Registro de Imóveis de São Luís/MA**. Obs: Ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30 da lei 9.514/97. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o **dia 24 de abril de 2023, às 14:30 horas**, no mesmo local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 246.968,89 (Duzentos e quarenta e seis mil, novecentos e sessenta e oito reais e oitenta e nove centavos)**. Todos os horários estipulados neste edital, no site do leiloeiro (www.biasileiloes.com.br), em catálogos ou em qualquer outro veículo de comunicação consideram o horário oficial de Brasília-DF. O(s) devedor(es) fiduciante(s) será(ão) comunicado(s) na forma do parágrafo 2º-A do art. 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017, das datas, horários e locais da realização dos leilões fiduciários, mediante correspondência dirigida aos endereços constantes do contrato, inclusive ao endereço eletrônico ou por edital, se aplicável, podendo o(s) fiduciante(s) adquirir sem concorrência de terceiros, o imóvel outrora entregue em garantia, exercendo o seu direito de preferência em 1º ou 2º leilão, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, conforme estabelecido no parágrafo 2º-B do mesmo artigo, ainda que, outros interessados já tenham efetuado lances, para o respectivo lote do leilão. O envio de lances on-line se dará exclusivamente através do site www.biasileiloes.com.br, respeitado o lance mínimo e o incremento mínimo estabelecido, em igualdade de condições com os participantes presentes no auditório do leilão de modo presencial, na disputa pelo lote do leilão, com exceção do devedor fiduciante, que poderá adquirir o imóvel preferencialmente em 1º e 2º leilão. Os interessados em participar do leilão de modo on-line, deverão se cadastrar no site www.biasileiloes.com.br, e se habilitar acessando a página deste leilão, clicando na opção HABILITE-SE, com antecedência de até 01 (uma) hora, antes do início do leilão presencial, não sendo aceitas habilitações após esse prazo. A venda será efetuada em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que se encontra. O proponente vencedor por meio de lance on-line ou presencial terá prazo de 24 horas depois de comunicado expressamente pelo leiloeiro acerca da efetiva arrematação do imóvel, condicionada ao não exercício do direito de preferência pelo devedor fiduciante, para efetuar o pagamento, por meio de transferência bancária, da totalidade do preço e da comissão do leiloeiro correspondente a 5% sobre o valor do arremate. **A transferência bancária deverá ser realizada por meio de conta bancária de titularidade do arrematante ou do devedor fiduciante, mantida em instituição financeira autorizada pelo BCB - Banco Central do Brasil**. As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 22.427 de 1º de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial.

Mais informações: (11) 4083-2575/www.biasileiloes.com.br

LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA | PRESENCIAL ON-LINE

BIASI leilões

1º Leilão: dia 13/04/2023 às 14h30 2º Leilão: dia 24/04/2023 às 14h30

EDUARDO CONSENTINO, leiloeiro oficial inscrito na JUCESP nº 616 (**JOÃO VICTOR BARROCA GALEAZZI – preposto em exercício**), com escritório à Av. Fagundes Filho, 145, Conjunto 22, Vila Monte Alegre, São Paulo/SP, devidamente autorizado pelo Credor Fiduciário **ITAÚ ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA**, doravante designado **VENDEDOR**, inscrito no CNPJ sob nº 00.000.776/0001-01, com sede em Poá/SP, na Av. Antonio Massa, nº 361, nos termos do Instrumento Particular de Venda e Compra de Bem Imóvel, com Recursos Advindos do Sistema de Consórcio, com Garantia de Alienação Fiduciária do Imóvel e Outras Avenças de nº 00087/773-00, firmado em 26/12/2012, no qual figura como Fiduciante **KIKUE YAMAMOTO YONEYA**, brasileira, viúva, RG nº 3.583.487-0 SSP/SP, CPF nº 052.880.828-12, residente e domiciliada na cidade de Camaçari/BA, levará a **PÚBLICO LEILÃO** de modo **Presencial e On-line**, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, no **dia 13 de abril de 2023, às 14:30 horas**, à Av. Fagundes Filho, 145, Conjunto 22, Vila Monte Alegre, São Paulo/SP, em **PRIMEIRO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 458.868,38 (Quatrocentos e cinquenta e oito mil, oitocentos e sessenta e oito reais e trinta e oito centavos)**, o imóvel a seguir descrito, com a propriedade consolidada em nome do credor Fiduciário, constituído pela **CASA RESIDENCIAL designada pelo nº 12, edificada no condomínio denominado "RESIDENCIAL PARQUE VERDE", situada no Loteamento Parque Real Serra Verde em Camaçari/BA, composta de sala, 03 quartos, sendo 02 suítes, varanda, circulação, banheiro social, cozinha e área de serviço, com área total construída de 93,61 m², fração ideal do terreno de 0,0702631% e inscrição municipal sob nº 126840-6. Matrícula nº 12.463 do 2º Ofício de Registro de Imóveis de Camaçari/BA**. Obs: Ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30 da lei 9.514/97. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o **dia 24 de abril de 2023, às 14:30 horas**, no mesmo local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 232.678,12 (Duzentos e trinta e dois mil, seiscentos e setenta e oito reais e doze centavos)**. Todos os horários estipulados neste edital, no site do leiloeiro (www.biasileiloes.com.br), em catálogos ou em qualquer outro veículo de comunicação consideram o horário oficial de Brasília-DF. O(s) devedor(es) fiduciante(s) será(ão) comunicado(s) na forma do parágrafo 2º-A do art. 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017, das datas, horários e locais da realização dos leilões fiduciários, mediante correspondência dirigida aos endereços constantes do contrato, inclusive ao endereço eletrônico ou por edital, se aplicável, podendo o(s) fiduciante(s) adquirir sem concorrência de terceiros, o imóvel outrora entregue em garantia, exercendo o seu direito de preferência em 1º ou 2º leilão, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, conforme estabelecido no parágrafo 2º-B do mesmo artigo, ainda que, outros interessados já tenham efetuado lances, para o respectivo lote do leilão. O envio de lances on-line se dará exclusivamente através do site www.biasileiloes.com.br, respeitado o lance mínimo e o incremento mínimo estabelecido, em igualdade de condições com os participantes presentes no auditório do leilão de modo presencial, na disputa pelo lote do leilão, com exceção do devedor fiduciante, que poderá adquirir o imóvel preferencialmente em 1º e 2º leilão. Os interessados em participar do leilão de modo on-line, deverão se cadastrar no site www.biasileiloes.com.br, e se habilitar acessando a página deste leilão, clicando na opção HABILITE-SE, com antecedência de até 01 (uma) hora, antes do início do leilão presencial, não sendo aceitas habilitações após esse prazo. A venda será efetuada em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que se encontra. O proponente vencedor por meio de lance on-line ou presencial terá prazo de 24 horas depois de comunicado expressamente pelo leiloeiro acerca da efetiva arrematação do imóvel, condicionada ao não exercício do direito de preferência pelo devedor fiduciante, para efetuar o pagamento, por meio de transferência bancária, da totalidade do preço e da comissão do leiloeiro correspondente a 5% sobre o valor do arremate. **A transferência bancária deverá ser realizada por meio de conta bancária de titularidade do arrematante ou do devedor fiduciante, mantida em instituição financeira autorizada pelo BCB - Banco Central do Brasil**. As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 22.427 de 1º de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial.

Mais informações: (11) 4083-2575/www.biasileiloes.com.br

LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA | PRESENCIAL ON-LINE

BIASI leilões

1º Leilão: dia 13/04/2023 às 14h30 2º Leilão: dia 24/04/2023 às 14h30

EDUARDO CONSENTINO, leiloeiro oficial inscrito na JUCESP nº 616 (**JOÃO VICTOR BARROCA GALEAZZI – preposto em exercício**), com escritório à Av. Fagundes Filho, 145, Conjunto 22, Vila Monte Alegre, São Paulo/SP, devidamente autorizado pelo Credor Fiduciário **ITAÚ UNIBANCO S/A**, doravante designado **VENDEDOR**, inscrito no CNPJ sob nº 60.701.190/0001-04, com sede na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setúbal, na Cidade de São Paulo/SP, nos termos do Instrumento Particular de Venda e Compra de Bem Imóvel, Financiamento com Garantia de Alienação e Outras Avenças de nº 10175715201, firmado em 05/07/2022, no qual figura como Fiduciante **BRUNO DA SILVA ALVES TEIXEIRA**, brasileiro, solteiro, que não mantém união estável, maior, autônomo, RG 475028764-SS-P/SP, CPF/MF 389.434.528-45, residente e domiciliado na cidade de Praia Grande/SP, levará a **PÚBLICO LEILÃO** de modo **Presencial e On-line**, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, no **dia 13 de abril de 2023, às 14:30 horas**, à Av. Fagundes Filho, 145, Conjunto 22, Vila Monte Alegre, São Paulo/SP, em **PRIMEIRO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 322.207,51 (Trezentos e vinte e dois mil, duzentos e sete reais e cinquenta e um centavos)**, o imóvel a seguir descrito, com a propriedade consolidada em nome do credor Fiduciário, constituído pelo **TERRENO constituído de parte do lote 11, da quadra 23, do loteamento denominado BALNEÁRIO MIRANTE, em Praia Grande/SP, medindo 5,00m de frente para a Rua Affonso Chaves, por 27,00m da frente aos fundos, de ambos os lados, tendo nos fundos a mesma medida da frente, encerrando a área de 135,00 m², confrontando de quem da referida rua olha para o imóvel do lado direito, com o lote 10; do lado esquerdo com parte remanescente do mesmo lote, onde foi construída a casa 01 da planta, atual nº 1.176, da Rua Affonso Chaves, e nos fundos confronta com o loteamento Vila Alice. No terreno foi construída uma CASA RESIDENCIAL TÉRREA, sob nº 02 da planta, com a área de 59,50 m², que recebeu o nº 1.172, da Rua Affonso Chaves. Matrícula nº 79.690 do Registro de Imóveis de Praia Grande/SP**. Obs: Ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30 da lei 9.514/97. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o **dia 24 de abril de 2023, às 14:30 horas**, no mesmo local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 198.718,42 (Cento e noventa e oito mil, setecentos e dezoito reais e quarenta e dois centavos)**. Todos os horários estipulados neste edital, no site do leiloeiro (www.biasileiloes.com.br), em catálogos ou em qualquer outro veículo de comunicação consideram o horário oficial de Brasília-DF. O(s) devedor(es) fiduciante(s) será(ão) comunicado(s) na forma do parágrafo 2º-A do art. 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017, das datas, horários e locais da realização dos leilões fiduciários, mediante correspondência dirigida aos endereços constantes do contrato, inclusive ao endereço eletrônico ou por edital, se aplicável, podendo o(s) fiduciante(s) adquirir sem concorrência de terceiros, o imóvel outrora entregue em garantia, exercendo o seu direito de preferência em 1º ou 2º leilão, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, conforme estabelecido no parágrafo 2º-B do mesmo artigo, ainda que, outros interessados já tenham efetuado lances, para o respectivo lote do leilão. O envio de lances on-line se dará exclusivamente através do site www.biasileiloes.com.br, respeitado o lance mínimo e o incremento mínimo estabelecido, em igualdade de condições com os participantes presentes no auditório do leilão de modo presencial, na disputa pelo lote do leilão, com exceção do devedor fiduciante, que poderá adquirir o imóvel preferencialmente em 1º e 2º leilão. Os interessados em participar do leilão de modo on-line, deverão se cadastrar no site www.biasileiloes.com.br, e se habilitar acessando a página deste leilão, clicando na opção HABILITE-SE, com antecedência de até 01 (uma) hora, antes do início do leilão presencial, não sendo aceitas habilitações após esse prazo. A venda será efetuada em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que se encontra. O proponente vencedor por meio de lance on-line ou presencial terá prazo de 24 horas depois de comunicado expressamente pelo leiloeiro acerca da efetiva arrematação do imóvel, condicionada ao não exercício do direito de preferência pelo devedor fiduciante, para efetuar o pagamento, por meio de transferência bancária, da totalidade do preço e da comissão do leiloeiro correspondente a 5% sobre o valor do arremate. **A transferência bancária deverá ser realizada por meio de conta bancária de titularidade do arrematante ou do devedor fiduciante, mantida em instituição financeira autorizada pelo BCB - Banco Central do Brasil**. As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 22.427 de 1º de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial.

Mais informações: (11) 4083-2575/www.biasileiloes.com.br

LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA | PRESENCIAL ON-LINE

BIASI leilões

1º Leilão: dia 13/04/2023 às 14h30 2º Leilão: dia 24/04/2023 às 14h30

EDUARDO CONSENTINO, leiloeiro oficial inscrito na JUCESP nº 616 (**JOÃO VICTOR BARROCA GALEAZZI – preposto em exercício**), com escritório à Av. Fagundes Filho, 145, Conjunto 22, Vila Monte Alegre, São Paulo/SP, devidamente autorizado pelo Credor Fiduciário **ITAÚ UNIBANCO S/A**, doravante designado **VENDEDOR**, inscrito no CNPJ sob nº 60.701.190/0001-04, com sede na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setúbal, na Cidade de São Paulo/SP, nos termos do Instrumento Particular de Venda e Compra de Bem Imóvel, Financiamento com Garantia de Alienação e Outras Avenças de nº 10171864508, firmado em 17/11/2021, no qual figuram como Fiduciantes **ADEMIR GARCIA**, RG nº 6.361.035-8, CPF/MF nº 559.192.518-91, empresário, casado sob regime da comunhão de bens, antes da lei 6515/77, com **SUELY COLITTI BARDAUIL GARCIA**, RG nº 9.099.653-7-SSP/SP, CPF/MF nº 768.766.678-04, brasileiros, residentes e domiciliados na cidade de São Paulo/SP, levará a **PÚBLICO LEILÃO** de modo **Presencial e On-line**, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, no **dia 13 de abril de 2023, às 14:30 horas**, à Av. Fagundes Filho, 145, Conjunto 22, Vila Monte Alegre, São Paulo/SP, em **PRIMEIRO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 622.352,58 (Seiscentos e vinte e dois mil, trezentos e cinquenta e dois reais e cinquenta e oito centavos)**, o imóvel a seguir descrito, com a propriedade consolidada em nome do credor Fiduciário, constituído pelo **APARTAMENTO Nº 32, localizado no 3º andar do "EDIFÍCIO RICARDO", situado na Rua Ricardo Lunardelli, nº 325, no 29º Subdistrito – Santo Amaro, com a área útil de 72,1100 m² e a área comum de 14,2832 m², perfazendo a área total construída de 86,3932 m², correspondendo-lhe no terreno a fração ideal de 1.8096% ou 40,2119 m². Matrícula nº 83.331 do 11º Cartório de Registro de Imóveis de São Paulo/SP. E BOX nº 15, tipo médio, localizado no subsolo do "EDIFÍCIO RICARDO", situado na Rua Ricardo Lunardelli, nº 325, no 29º Subdistrito – Santo Amaro, com a área útil de 10,3500 m², a área comum de 8,2286 m², perfazendo a área total construída de 18,5786 m², correspondendo-lhe no terreno a fração ideal de 0,3892 ou 8,6465 m². Matrícula nº 83.332 do 11º Cartório de Registro de Imóveis de São Paulo/SP**. Obs: Ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30 da lei 9.514/97. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o **dia 24 de abril de 2023, às 14:30 horas**, no mesmo local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 658.567,45 (Seiscentos e cinquenta e oito mil, quinhentos e sessenta e sete reais e quarenta e cinco centavos)**. Todos os horários estipulados neste edital, no site do leiloeiro (www.biasileiloes.com.br), em catálogos ou em qualquer outro veículo de comunicação consideram o horário oficial de Brasília-DF. O(s) devedor(es) fiduciante(s) será(ão) comunicado(s) na forma do parágrafo 2º-A do art. 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017, das datas, horários e locais da realização dos leilões fiduciários, mediante correspondência dirigida aos endereços constantes do contrato, inclusive ao endereço eletrônico ou por edital, se aplicável, podendo o(s) fiduciante(s) adquirir sem concorrência de terceiros, o imóvel outrora entregue em garantia, exercendo o seu direito de preferência em 1º ou 2º leilão, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, conforme estabelecido no parágrafo 2º-B do mesmo artigo, ainda que, outros interessados já tenham efetuado lances, para o respectivo lote do leilão. O envio de lances on-line se dará exclusivamente através do site www.biasileiloes.com.br, respeitado o lance mínimo e o incremento mínimo estabelecido, em igualdade de condições com os participantes presentes no auditório do leilão de modo presencial, na disputa pelo lote do leilão, com exceção do devedor fiduciante, que poderá adquirir o imóvel preferencialmente em 1º e 2º leilão. Os interessados em participar do leilão de modo on-line, deverão se cadastrar no site www.biasileiloes.com.br, e se habilitar acessando a página deste leilão, clicando na opção HABILITE-SE, com antecedência de até 01 (uma) hora, antes do início do leilão presencial, não sendo aceitas habilitações após esse prazo. A venda será efetuada em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que se encontra. O proponente vencedor por meio de lance on-line ou presencial terá prazo de 24 horas depois de comunicado expressamente pelo leiloeiro acerca da efetiva arrematação do imóvel, condicionada ao não exercício do direito de preferência pelo devedor fiduciante, para efetuar o pagamento, por meio de transferência bancária, da totalidade do preço e da comissão do leiloeiro correspondente a 5% sobre o valor do arremate. **A transferência bancária deverá ser realizada por meio de conta bancária de titularidade do arrematante ou do devedor fiduciante, mantida em instituição financeira autorizada pelo BCB - Banco Central do Brasil**. As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 22.427 de 1º de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial.

Mais informações: (11) 4083-2575/www.biasileiloes.com.br

LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA | PRESENCIAL ON-LINE

BIASI leilões

1º Leilão: dia 13/04/2023 às 14h30 2º Leilão: dia 24/04/2023 às 14h30

EDUARDO CONSENTINO, leiloeiro oficial inscrito na JUCESP nº 616 (**JOÃO VICTOR BARROCA GALEAZZI – preposto em exercício**), com escritório à Av. Fagundes Filho, 145, Conjunto 22, Vila Monte Alegre, São Paulo/SP, devidamente autorizado pelo Credor Fiduciário **ITAÚ UNIBANCO S/A**, doravante designado **VENDEDOR**, inscrito no CNPJ sob nº 60.701.190/0001-04, com sede na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setúbal, na Cidade de São Paulo/SP, nos termos do Instrumento Particular de Venda e Compra de Bem Imóvel, Financiamento com Garantia de Alienação e Outras Avenças de nº 10115091903, firmado em 12/12/2007, no qual figura como Fiduciante **NEWTON KEHRWALD**, brasileiro, solteiro, maior, comerciário, portador da cédula de identidade RG 1076083715-SSP/MT, inscrito no CPF sob nº 916.833.431-15, residente e domiciliado na cidade de Cuiabá/MT, levará a **PÚBLICO LEILÃO** de modo **Presencial e On-line**, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, no **dia 13 de abril de 2023, às 14:30 horas**, à Av. Fagundes Filho, 145, Conjunto 22, Vila Monte Alegre, São Paulo/SP, em **PRIMEIRO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 236.760,86 (Duzentos e trinta e seis mil, setecentos e sessenta reais e oitenta e seis centavos)**, o imóvel a seguir descrito, com a propriedade consolidada em nome do credor Fiduciário, constituído pela **UNIDADE AUTÔNOMA RESIDENCIAL de nº 400, situada no "RESIDENCIAL CANACHUÊ", à Rua Professora Neuza Lula Rodrigues, no Jardim Santa Amália, em Cuiabá/MT, constituída de: Pavimento Térreo: sala de estar, sala de jantar, cozinha e escada de acesso ao pavimento superior e uma área livre, atrás, para uso como área de serviço e quintal; Pavimento Superior: 02 dormitórios, banheiro e circulação interna, tendo 58,01 m² de área privativa, totalizando 67,01 m² e fração ideal de 0,226%, confrontando de frente com Circ. 15, aos fundos com a casa 411, do lado direito com a casa 399, do lado esquerdo com a casa 401. Cada unidade tem direito a 01 vaga de estacionamento indeterminada. Matrícula nº 12.934 do 7º Ofício do Cartório de Registro de Imóveis da 4ª Circunscrição Imobiliária de Cuiabá/MT**. Obs: Ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30 da lei 9.514/97. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o **dia 24 de abril de 2023, às 14:30 horas**, no mesmo local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 118.380,43 (Cento e dezoito mil, trezentos e oitenta reais e quarenta e três centavos)**. Todos os horários estipulados neste edital, no site do leiloeiro (www.biasileiloes.com.br), em catálogos ou em qualquer outro veículo de comunicação consideram o horário oficial de Brasília-DF. O(s) devedor(es) fiduciante(s) será(ão) comunicado(s) na forma do parágrafo 2º-A do art. 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017, das datas, horários e locais da realização dos leilões fiduciários, mediante correspondência dirigida aos endereços constantes do contrato, inclusive ao endereço eletrônico ou por edital, se aplicável, podendo o(s) fiduciante(s) adquirir sem concorrência de terceiros, o imóvel outrora entregue em garantia, exercendo o seu direito de preferência em 1º ou 2º leilão, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, conforme estabelecido no parágrafo 2º-B do mesmo artigo, ainda que, outros interessados já tenham efetuado lances, para o respectivo lote do leilão. O envio de lances on-line se dará exclusivamente através do site www.biasileiloes.com.br, respeitado o lance mínimo e o incremento mínimo estabelecido, em igualdade de condições com os participantes presentes no auditório do leilão de modo presencial, na disputa pelo lote do leilão, com exceção do devedor fiduciante, que poderá adquirir o imóvel preferencialmente em 1º e 2º leilão. Os interessados em participar do leilão de modo on-line, deverão se cadastrar no site www.biasileiloes.com.br, e se habilitar acessando a página deste leilão, clicando na opção HABILITE-SE, com antecedência de até 01 (uma) hora, antes do início do leilão presencial, não sendo aceitas habilitações após esse prazo. A venda será efetuada em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que se encontra. O proponente vencedor por meio de lance on-line ou presencial terá prazo de 24 horas depois de comunicado expressamente pelo leiloeiro acerca da efetiva arrematação do imóvel, condicionada ao não exercício do direito de preferência pelo devedor fiduciante, para efetuar o pagamento, por meio de transferência bancária, da totalidade do preço e da comissão do leiloeiro correspondente a 5% sobre o valor do arremate. **A transferência bancária deverá ser realizada por meio de conta bancária de titularidade do arrematante ou do devedor fiduciante, mantida em instituição financeira autorizada pelo BCB - Banco Central do Brasil**. As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 22.427 de 1º de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial.

Mais informações: (11) 4083-2575/www.biasileiloes.com.br

LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA | PRESENCIAL ON-LINE

BIASI leilões

1º Leilão: dia 13/04/2023 às 14h30 2º Leilão: dia 24/04/2023 às 14h30

EDUARDO CONSENTINO, leiloeiro oficial inscrito na JUCESP nº 616 (**JOÃO VICTOR BARROCA GALEAZZI – preposto em exercício**), com escritório à Av. Fagundes Filho, 145, Conjunto 22, Vila Monte Alegre, São Paulo/SP, devidamente autorizado pelo Credor Fiduciário **ITAÚ UNIBANCO S/A**, doravante designado **VENDEDOR**, inscrito no CNPJ sob nº 60.701.190/0001-04, com sede na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setúbal, na Cidade de São Paulo/SP, nos termos do Instrumento Particular de Venda e Compra de Bem Imóvel, Financiamento com Garantia de Alienação e Outras Avenças de nº 10132437303, firmado em 31/03/2015, no qual figura como Fiduciante **KATIA REGINA MACIEL CURY**, brasileira, solteira, maior, profissional liberal, identidade DETRAN/RJ 06530911-4, CPF nº 901.180.577-15, residente e domiciliada na cidade do Rio de Janeiro/RJ, levará a **PÚBLICO LEILÃO** de modo **Presencial e On-line**, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, no **dia 13 de abril de 2023, às 14:30 horas**, à Av. Fagundes Filho, 145, Conjunto 22, Vila Monte Alegre, São Paulo/SP, em **PRIMEIRO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 1.239.032,66 (Um milhão, duzentos e trinta e nove mil, trinta e dois reais e sessenta e seis centavos)**, o imóvel a seguir descrito, com a propriedade consolidada em nome do credor Fiduciário, constituído pelo **APARTAMENTO nº 105, do Bloco 1, situado na Av. Cesar Morani, nº 500, na Freguesia de Jacarepaguá, com direito a 01 vaga de garagem descoberta, situada indistintamente no pavimento de acesso dentre as vagas de nºs 4 a 23; 28 a 31; 35 a 38; 42 a 45; 48 a 51; 55 a 86; 92 a 99; 105 a 124; 126 a 225 e 241 a 403 e correspondente fração ideal de 0,002782573 do respectivo terreno designado por lote 1 do PAL 47722, que mede em sua totalidade 191,41m de frente para a Via 4, mais 9,57m em curva subordinada a um raio interno de 6,00m, concordando com o alinhamento da servidão de Passagem H, por onde mede 267,19m, mais 9,42m em curva subordinada a um raio interno de 6,00m, concordando com o alinhamento da Av. Projetada D, por onde mede 85,50m, mais 9,2m em curva subordinada a um raio interno de 6,00m concordando com o alinhamento da Rua Projetada 14, por onde mede 141,00m, mais 3,18m em curva subordinada a um raio externo de 6,00m; 220,17m à direita em 03 segmentos de : 81,36m, mais 97,79m, mais 41,02m, confrontando à direita, no 1º segmento com parte do lote 15 da quadra "R", da Planta 51.55.12915, de propriedade de Milton da Costa ou sucessores e nos demais segmentos com o lote para uso público situado na Rua Projetada 14, de propriedade do Município do Rio de Janeiro. Matrícula nº 390.165 do 9º Ofício de Registro de Imóveis do Rio de Janeiro/RJ**. Obs: Ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30 da lei 9.514/97. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o **dia 24 de abril de 2023, às 14:30 horas**, no mesmo local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 619.516,33 (Seiscentos e dezenove mil, quinhentos e dezesseis reais e trinta e três centavos)**. Todos os horários estipulados neste edital, no site do leiloeiro (www.biasileiloes.com.br), em catálogos ou em qualquer outro veículo de comunicação consideram o horário oficial de Brasília-DF. O(s) devedor(es) fiduciante(s) será(ão) comunicado(s) na forma do parágrafo 2º-A do art. 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017, das datas, horários e locais da realização dos leilões fiduciários, mediante correspondência dirigida aos endereços constantes do contrato, inclusive ao endereço eletrônico ou por edital, se aplicável, podendo o(s) fiduciante(s) adquirir sem concorrência de terceiros, o imóvel outrora entregue em garantia, exercendo o seu direito de preferência em 1º ou 2º leilão, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, conforme estabelecido no parágrafo 2º-B do mesmo artigo, ainda que, outros interessados já tenham efetuado lances, para o respectivo lote do leilão. O envio de lances on-line se dará exclusivamente através do site www.biasileiloes.com.br, respeitado o lance mínimo e o incremento mínimo estabelecido, em igualdade de condições com os participantes presentes no auditório do leilão de modo presencial, na disputa pelo lote do leilão, com exceção do devedor fiduciante, que poderá adquirir o imóvel preferencialmente em 1º e 2º leilão. Os interessados em participar do leilão de modo on-line, deverão se cadastrar no site www.biasileiloes.com.br, e se habilitar acessando a página deste leilão, clicando na opção HABILITE-SE, com antecedência de até 01 (uma) hora, antes do início do leilão presencial, não sendo aceitas habilitações após esse prazo. A venda será efetuada em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que se encontra. O proponente vencedor por meio de lance on-line ou presencial terá prazo de 24 horas depois de comunicado expressamente pelo leiloeiro acerca da efetiva arrematação do imóvel, condicionada ao não exercício do direito de preferência pelo devedor fiduciante, para efetuar o pagamento, por meio de transferência bancária, da totalidade do preço e da comissão do leiloeiro correspondente a 5% sobre o valor do arremate. **A transferência bancária deverá ser realizada por meio de conta bancária de titularidade do arrematante ou do devedor fiduciante, mantida em instituição financeira autorizada pelo BCB - Banco Central do Brasil**. As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 22.427 de 1º de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial.

Mais informações: (11) 4083-2575/www.biasileiloes.com.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCO MORATO

COMUNICADO DE RETIFICAÇÃO: Concorrência Pública nº 002/2023. Processo Administrativo nº 3247/2023. A Prefeitura do Município de Francisco Morato, com sede na Praça Liberdade, nº 10, Jardim Sinobe, torna público que, encontra-se aberta, licitação na modalidade **CONCORRÊNCIA PÚBLICA do tipo MENOR PREÇO POR LOTE**, tendo como objeto contratação de empresa especializada para prestação de serviços de pavimentação, demolição e reconstrução de pavimentos, infraestrutura e sinalização para recuperação de vias públicas. A Prefeitura de Francisco Morato retifica a publicação, do dia 31 de Março de 2023, página A33, do Jornal da Folha de São Paulo, que onde se lê "Sessão de abertura dia 02 de maio de 2023" leia-se "Sessão de abertura dia 08 de maio de 2023". Francisco Morato, 04 de abril de 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONÇÕES

PREGÃO PRESENCIAL POR ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 014/2023

Encontra-se aberta na Prefeitura Municipal de Monções licitação na modalidade **Pregão Presencial Por Ata de Registro de Preço,** para **AQUISIÇÃO PARCELADA DE CARTUCHOS E TONER PARA IMPRESSORAS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA PARA A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONÇÕES**, na forma do Edital. Fica determinado até o **dia 20 de abril de 2023 ás 13h00min** para recebimento dos envelopes da proposta e documentação, na forma do Edital e a abertura dos envelopes no dia **20 de abril de 2023 às 13h30min**. O Edital poderá ser retirado junto ao Setor de Licitação, sito à Rua Paraná, nº 805 – Centro – Monções (SP). Maiores informações poderão ser obtidas pelo telefone (17) 3484 1217 e-mail licitacao@moncoes.sp.gov.br

Monções (SP), 04 de abril de 2023.

VALTOLINO VALDIR MARIA ALVES – Prefeito Municipal

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VARGEM GRANDE PAULISTA /SP

AVISO DE LICITAÇÃO/ VENCEDOR
TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2023
EDITAL Nº 008/2023 – PROCESSO Nº 003/2023

OBJETO: Contratação de empresa especializada em engenharia/arquitetura para serviços de reforma e ampliação da EM Ana Maria Campos de Oliveira – Localizada na Rua Joaquim Soares Rodrigues nº 150 - Bairro Portão Vermelho - Vargem Grande Paulista, em conformidade com a planilha orçamentária e cronograma físico-financeiro e demais condições deste Edital.
A Prefeitura de Vargem Grande Paulista através da Comissão Permanente de Julgamento de Licitações comunica aos interessados que por unanimidade de seus membros declarou VENCEDORA do presente certame a empresa LICITANTE 04 - **DIAS ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA**. Nos termos da Ata de julgamento, em 04 de abril de 2023. Leandro Nunes – Presidente da CPJL.

MUNICÍPIO DE SANDOVALINA

Extrato de Aviso de Licitação

O Município de Sandovalina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que se acha aberta a presente licitação na modalidade de Pregão Presencial nº 11/2023, do tipo Menor Preço, objetivando o Registro de Preços para futura e provável Aquisição de Calcário e Adubo destinado ao Programa Municipal de Apoio ao Agricultor Familiar de Sandovalina, conforme Edital e seus Anexos, que será realizada no dia 19/04/2023 a partir das 9hs00. O Edital em seu inteiro teor poderá ser retirado pelos interessados diretamente no prédio do Paço Municipal na Av. João Borges Frias, 435 Centro de segunda a sexta-feira no horário das 8hs00 às 11hs0 e das 13hs00 às 17hs00, ou ainda site www.sandovalina.sp.gov.br e também através de solicitação enviada para o e-mail: sandovalina.licitacao@gmail.com. Sandovalina – SP, 04 de abril de 2023. Marcos Mendes da Silva - Prefeito Municipal

Edital de Convocação - Pauta de Reivindicação - Pelo presente, A Presidente do **SINDICATO DOS EMPREGADOS EM INSTITUTOS DE BELEZA E CABELEIREIROS DE SENHORAS DE SÃO PAULO E REGIÃO,** no uso de suas atribuições legais e estatutárias, **CONVOCA** todos os trabalhadores da categoria profissional, empregados em Salões, Institutos e Clinicas de Estética e empregados em Centros de Formação profissional de cabeleireiros e Similares, da base territorial representada, associados ou não, para participarem da assembleia geral extraordinária a ser realizada no dia 10 de abril de 2023 às 10:00 horas, em primeira convocação na sede do sindicato, situado na Av. São João, 822, Bloco II, 1º andar, Centro, São Paulo-SP, para deliberarem sobre a seguinte **Ordem do Dia: a)** Leitura, discussão e aprovação da pauta de reivindicações referentes às normas coletivas que deverão reger as relações de trabalho para o exercício de 2023, data base 1º de junho; **b)** Manutenção da Assembleia Geral, permitindo-se a continuidade da participação ativa dos associados ou não, de forma direta individual ou coletiva nos locais de trabalho, em caráter permanente, até a finalização do processo de negociação ou dissidio; **c)** Aprovação de contribuição para sustentação financeira da Entidade Sindical, visando garantir sua atuação em prol de toda a categoria, abrangendo todos os trabalhadores beneficiários da norma coletiva, fixando percentual de valores, periodicidade, forma de incidência de recolhimento/repasse, e autorização das medidas judiciais e extrajudiciais para o efetivo recebimento, assim como aprovação da forma de eventual oposição individual ao desconto da contribuição. **d)** Autorização à Diretoria do Sindicato para a celebração de acordos com as empresas do setor e/ou convenção coletiva de trabalho com o Sindicato representante da categoria econômica e, na hipótese de malogro das negociações, recorrer à arbitragem ou instaurar dissídio coletivo em instância superior TRT/TST. Na falta de quórum a mesma será realizada as 10h30min em segunda convocação com qualquer número de presentes, no mesmo dia e local acima citados. São Paulo, 04 de abril de 2023. **Maria dos Anjos Mesquita Hellmeister -** Presidente.

SINDICATO DOS QUÍMICOS, QUÍMICOS INDUSTRIAIS E ENGENHEIROS QUÍMICOS DO ESTADO DE SÃO PAULO - SINQUISP - Assembleia Geral Ordinária - Edital de Convocação - O Presidente do **SINDICATO DOS QUÍMICOS, QUÍMICOS INDUSTRIAIS E ENGENHEIROS QUÍMICOS DO ESTADO DE SÃO PAULO - SINQUISP,** entidade sindical de primeiro grau, inscrita no CNPJ sob no 62.870.795/0001-46, **CONVOCA** todos trabalhadores da categoria diferenciada profissional dos químicos, químicos industriais, engenheiros químicos, bacharéis em química, técnicos químicos e de todos os profissionais da área química, que atuam nos setores da indústria, comércio e serviços de micro, pequeno, médio e grande porte no Estado de São Paulo para **Assembleia Geral Ordinária** a realizar-se no dia **13/04/2023** sito a Al. Santos, 1470 - 3º andar - cj 308 - Cerqueira César - São Paulo/SP, CEP 01418-903, às 18h, em primeira convocação, com o número legal de presenças da categoria e às 18h30, em segunda e última convocação, com o qualquer número de presentes, de acordo com o estatuto social e legislação em vigor, para discussão, votação e aprovação ou não da seguinte **Ordem do Dia: a)** discussão para elaboração, votação e aprovação da pauta de reivindicações da categoria para o período de 01/05/2023 a 30/04/2024, com a concessão de poderes à Diretoria do Sinquisp para promover o acordo e/ou convenção coletiva de trabalho; **b)** Autorização para instauração de dissídio coletivo, em face dos sindicatos e empresas, inclusive terceirizadas, caso malogrem as negociações; **c)** autorizar o exercício do direito de greve na forma da lei 7.783/89, em caso de malogro nas negociações; **d)** aprovação e ratificação da taxa negocial e autorização prévia e expressa para o desconto da contribuição sindical, ou não; **e)** deliberação sobre a transformação da assembleia em caráter permanente, até o estabelecimento final da norma coletiva da categoria. São Paulo, 04 de abril de 2023. **Aelson Guaita -** Presidente do SINQUISP.

MUNICÍPIO DE SANTO ANASTÁCIO

Chamamento – Súmula – Pregão Eletrônico nº 04/2023

OBJETO: AQUISIÇÃO DE 01 (UM) VEÍCULO RODOVIÁRIO AUTOMOTOR DE CARGA 3500 PBT, ZERO QUILÔMETRO, DESTINADO AOS SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTO ANASTÁCIO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS. ABERTURA/SESSÃO: 20/04/2023 às 08:30h. O Edital estará à disposição dos interessados nos endereços eletrônicos www.santoanastacio.sp.gov.br e www.licitanet.com.br, no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal, sito na Rua Barão do Rio Branco, 220, centro, ou solicitar pelo e-mail: licitacaosantoanastacio@gmail.com. Informações pelo tel.(18) 3263-9425.
Santo Anastácio, 04 de abril de 2023.
JOSÉ BONILHA SANCHES – Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GESTÃO CORPORATIVA
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO NO ESTADO DE SÃO PAULO

MINISTÉRIO DA **GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS**

GOVERNO FEDERAL BRASIL UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

DIVISÃO DE RECURSOS LOGÍSTICOS
ATENDIMENTO AO USUÁRIO

PREGÃO ELETRÔNICO SRA-SP Nº 003-2023

O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de empresa especializada na locação, instalação e funcionamento contínuo de centrais privadas de comutação telefônica (CPCT) do tipo PABX novas, ou seminovas (com até 5 anos de uso), com tecnologia de controle por programa armazenado digital (CPA-T – Digital) e seus periféricos nas instalações da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional 3ª região e Seccionais no estado de São Paulo, na Superintendência Regional de Administração do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos no Estado de São Paulo, no Gabinete do Ministério da Fazenda no estado de São Paulo e na Superintendência Regional do Trabalho no Estado de São Paulo, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos., ABERTURA 18/04/2023, às 10:00 horas – Local: Av. Prestes Maia, 733 – sala 1817 – São Paulo-SP. Edital disponível para download: www.comprasgovernamentais.gov.br.

São Paulo/SP, 05 de abril de 2023
Wagner Fabri
Pregoeiro-SRA-SP

EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES DA PREVIDÊNCIA - DATAPREV S.A.

MINISTÉRIO DA **GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS**

GOVERNO FEDERAL BRASIL UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

A Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência - DATAPREV S.A. torna público que fará realizar no site do Compras.gov, a seguinte licitação:

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 69/2023 – UASG 238014

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação dos serviços de vigilância armada nas dependências do prédio DATAPREV no CE, pelo período de 05 (cinco) anos, com cláusula de rescisão antecipada, mediante aviso prévio de no mínimo 30 dias.

Observação: Essa publicação substitui a realizada na data de 03/04/2023

DATA DE ABERTURA: 19/04/2023 às 14:00 horas.

O Edital encontra-se disponível no sitio https://www.gov.br/compras/pt-br/

Rio de Janeiro, 05 de abril de 2023
Mário Henrique Bernardo da Silva
Pregoeiro

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LARANJAL PAULISTA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº 008/2023 - PROCESSO Nº 032/2023 - Objeto: Pregão Presencial, do tipo menor preço por Lote, objetivando aquisição diversos materiais escolares e artigos de papelaria, para serem utilizados na Secretaria Municipal de Educação do Município de Laranjal Paulista. Entrega dos envelopes, credenciamento e abertura: Os envelopes PROPOSTA (01) e HABILITAÇÃO (02), juntamente com os credenciamentos deverão ser entregues e protocolados **até às 09:00 horas do dia 19.04.2023**, iniciando-se a abertura no mesmo dia e horário. Os interessados poderão obter o Edital na íntegra através do site www.laranjalpaulista.sp.gov.br (link: licitações), bem como obter maiores informações na Prefeitura Municipal de Laranjal Paulista, sita à Praça Armando de Salles Oliveira, nº 200-Laranjal Paulista-SP, em horário normal de expediente ou através dos telefones: 0xx15.3283.8338 ou 0xx15.3283.8331-Laranjal Paulista, 04 de abril de 2.023 – Alcides de Moura Campos Junior- Prefeito Municipal.

MUNICÍPIO DE ITAPECERICA DA SERRA

"AVISO DE LICITAÇÃO"
PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2023 - EDITAL Nº 030/2023

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de Controle de Pragas e Vetores, desinsetização e Desratização, com fornecimento de mão-de-obra e matéria-prima, nas Unidades Escolares. Encerramento: 18 (dezoito) de abril de 2.023 às 14h00. **Informações:** A Cópia completa do Edital poderá ser adquirida no site da Prefeitura https://www.itapecerica.sp.gov.br/ no Portal da Transparência. O mesmo também poderá ser adquirido, mediante apresentação de mídia, no Departamento de Suprimentos, sito à Av. Eduardo Roberto Daher, 1.135 – Centro – Itapecerica da Serra, no horário das 08:30 às 16:30 horas, nos dias úteis, ou mediante solicitação através do endereço eletrônico pregao@itapecerica.sp.gov.br, informando os dados cadastrais do interessado, bem como mantendo seu cadastro atualizado para receber todos os comunicados referente ao certame. Demais informações poderão ser obtidas pelo telefone 4668.9000 ramais 9100 ou 9112, com código de acesso (DDD) 0XX11.
Itapecerica da Serra, 04 de abril de 2.023.
EDNÉIA P. OLIVEIRA - Assessora Especial - Secretaria de Assuntos Jurídicos

Prefeitura da Estância Turística de Salto

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 18/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 8554/2022
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Na qualidade de SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E GOVERNO DIGITAL, devidamente autorizado, no uso das atribuições que me são conferidas, conforme disposto no art. 2º do Decreto Municipal nº 08/2001, Lei Federal nº 8666/93 e posteriores alterações e Lei 10.520/02, HOMOLOGO todos os atos praticados pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio no processo acima citado, cujo objeto é a convocação de empresa, através de Sistema de Registro de Preços, com cota reservada/exclusividade para ME/EPP, visando fornecimento eventual e futuro de mobiliários em geral para uso das secretarias e seus departamentos da Prefeitura de Salto/SP, conforme especificações e quantidades constantes no Anexo I, a cargo da Secretaria de Administração e Governo Digital às empresas:
- **Careli Comércio de Móveis Ltda.**, para os itens 1, 2, 3, 4, 5, 6, 8, 9, 10, 11 e 47, no valor global da contratação de R$ 790.896,97 (setecentos e noventa mil, oitocentos e noventa e seis reais e noventa e sete centavos);
- **Dimas Indústria de Móveis Ltda.**, para os itens 21, 24, 25, 26, 27, 28, 33 e 34, no valor global da contratação de R$ 137.064,08 (cento e trinta e sete mil e sessenta e quatro reais e oito centavos);
- **Movpar Móveis para Escritório Ltda.**, para os itens 7, 12 e 23, no valor global da contratação de R$ 55.376,02 (cinquenta e cinco mil, trezentos e setenta e seis reais e dois centavos);
- **S4A Comércio e Serviços Ltda.**, para os itens 30, 31 e 35, no valor global da contratação de R$ 154.757,53 (cento e cinquenta e quatro mil, setecentos e cinquenta e sete reais e cinquenta e três centavos);
- **HG Comércio de Móveis e Equipamentos para Escritório Ltda.**, para os itens 13, 15, 16, 17, 37, 38, 39, 40 e 43, no valor global da contratação de R$ 319.511,00 (trezentos e dezenove mil, quinhentos e onze reais);
- **Gélcio Moisés Garcia**, para o item 36, no valor global da contratação de R$ 19.215,00 (dezenove mil e duzentos e quinze reais);
- **Rodrigo Torres Fonseca**, para o item 14, no valor global da contratação de R$ 19.120,00 (dezenove mil e cento e vinte reais);
- **M do C M Oliveira Móveis**, para os itens 18, 20, 22 e 32, no valor global da contratação de R$ 132.786,06 (cento e trinta e dois mil, setecentos e oitenta e seis reais e seis centavos);
- **S4 Comércio e Distribuição de Móveis Ltda.**, para os itens 41, 42, 44 e 45, no valor global da contratação de 157.910,00 (cento e cinquenta e sete mil e novecentos e dez reais).

Salto/SP, 04 de abril de 2023.
Michel Hulmann - Secretário de Administração e Governo Digital

Edital de Convocação - Pelo presente Edital, o **SINDICATO DOS TRABALHADORES EM REFEIÇÕES COLETIVAS DE SÃO PAULO - SINDIREFEIÇÕES/SP** - Entidade sindical de primeiro grau - CNPJ nº 60.539.053/0001-07 - com sede na Rua Dr. Tomás Alves, nº 73 - Vila Mariana - Capital - SP, por seu representante legal, **CONVOCA** todos os trabalhadores da categoria de refeições coletivas, sendo cozinhas industriais, restaurantes industriais e comissárias, da base territorial do município de São Paulo, associados ou não, em pleno gozo de seus direitos estatutários, para participarem da **Assembleia Geral Extraordinária** a ser realizada no dia 14 de abril de 2023 às 16h00min em primeira convocação na sede da entidade e também de forma itinerante que tratará da seguinte **Ordem do Dia: 1 -** Deliberação, discussão, retificação, ratificação e aprovação da pauta de reivindicação a ser encaminhada à entidade patronal Sinderc - Sindicato das Empresas de Refeições Coletivas do Estado de São Paulo, com vistas à data base de 1º de junho de 2023 (2023/2024); **2 -** Deliberação, discussão, retificação, ratificação e votação das propostas relativas ao custeio sindical; **3 -** Outorga de poderes à entidade, por seus representantes legais, para negociação coletiva, celebrar acordos, requerer realização de mesa redonda junto ao MTE, constituir comissão de negociação, autorização para eventual prorrogação da vigência da Norma Coletiva e ainda, em caso de malogro das negociações, suscitar dissídio coletivo junto ao Tribunal competente, podendo ser assistido pela Federação da categoria; **4 -** Posicionamento da categoria sobre a eventual realização de movimento paredista em caso de malogro das negociações; **5 -** Deliberação para a realização de assembleias permanentes e itinerantes; **6 -** Autorização expressa para solicitação e transmissão de listagens de informações dos trabalhadores da categoria junto as empresas; **7 -** Em atendimento ao Termo de Ajustamento de Conduta celebrado com o MPT-SP (TAC nº 10/2020, aditivo ao TAC nº 409/2014 e ao TAC 18/2016), a partir da publicação no presente Edital, os trabalhadores terão prazo de 15 (quinze) dias a contar do protocolo ou depósito da Convenção Coletiva de Trabalho no Ministério do Trabalho e Emprego para oferecer oposição à Contribuição Negocial aprovada, que deverá ocorrer na sede da entidade e no seu horário de funcionamento. O edital será publicado também na Sede e no site da entidade sindical. Não havendo número suficiente e estatutário para a realização da assembleia em primeira convocação, no horário supramencionado, a mesma realizar-se-á em segunda convocação uma hora depois, no mesmo dia e local com qualquer número de presentes. Para a realização da assembleia o Sindirefeições/SP, continuará mantendo obediência aos protocolos de segurança devido à Covid-19, tais como distanciamento mínimo, utilização de álcool em gel, uso de máscaras. São Paulo, 05 de abril de 2023. **Luiz Antônio Ferreira -** Diretor Presidente.

MUNICÍPIO DE GUARANTÃ/SP

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO/ADJUDICAÇÃO
PROCESSO N.º 020/2023
TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2023
EDITAL Nº010/2023

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE REFORMA NA ESCOLA "PROF. JÚLIA FERREIRA LEITE". MARCOS ROBERTO FRUGERI, Prefeito do Município de Guarantã/SP, usando de suas atribuições legais, e observadas os requisitos da Lei Federal Nº8.666/93 e suas posteriores alterações e demais legislações pertinentes à espécie, tendo em vista a manifestação da Comissão Municipal de Licitação – COMUL, faço saber que nesta data HOMOLOGO o processo em epígrafe e ADJUDICO o objeto do Processo Licitatório nº 020/2023, referente a Tomada de Preços nº 002/2023, ao respectivo vencedor, como segue: IAZ BARBOSA CONSTRUTORA LTDA, CNPJ Nº 07.488.114/0001-71, no valor total de R$ 266.673,04 (duzentos e sessenta e seis mil, seiscentos e setenta e três reais e quatro centavos). Determina a publicação no local de costume, conforme a modalidade da Licitação.
Guarantã/SP, 04 de abril de 2023.
MARCOS ROBERTO FRUGERI
Prefeito Municipal

LEILÃO DE CASA - MOGI MIRIM/SP
Online

1º Leilão: 24/04/2023 às 11h00 | 2º Leilão: 26/04/2023 às 11h00

bradesco

Leilão de Alienação Fiduciária - Dora Plat, Leiloeira Oficial inscrita na JUCESP sob nº 744, faz saber, através do presente Edital, que devidamente autorizada pelo Banco Bradesco S/A, inscrito no CNPJ sob nº 60.746.948/0001-12, promoverá a venda em Leilão (1º ou 2º) do imóvel abaixo descrito, nas datas e hora infracitadas, na forma da Lei 9.514/97. **Localização do imóvel: Mogi Mirim/SP. Residencial Portal do Lago.** Rua Professora Hemengarda Gomes, n° 315. **Casa** (Lote 05 Quadra I). Áreas totais: ter.: 300,72m² e constr.: 170,70m². Matr. 72.734 do 1º RI local. **Obs.:** Ocupada. (AF). **1º Leilão**: 24/04/2023, às 11:00 h. Lance mínimo: **R$ 871.415,76. 2º Leilão**: 26/04/2023, às 11:00 h. Lance mínimo: **R$ 912.594,80** (caso não seja arrematado no 1º leilão). **Obs.: Os leilões serão realizados exclusivamente pela Internet, através do site www.portalzuk.com.br. Condição de pagamento**: à vista, mais comissão de 5% ao Leiloeiro. Da participação on-line: O interessado deverá efetuar o cadastramento prévio perante o Leiloeiro, com até 1 hora de antecedência ao evento. O Fiduciante será comunicado das datas, horários e local de realização dos leilões, para no caso de interesse, exercer o direito de preferência na aquisição do imóvel, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, na forma estabelecida no parágrafo 2º-B do artigo 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017.

Mais informações: 3003-0677 | Os interessados devem consultar o edital completo disponível nos sites: https://VITRINEBRADESCO.com.br/ | PORTALZUK.com.br

LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
Presencial e Online

1º Leilão: 18/04/2023 às 11h00 | 2º Leilão: 25/04/2023 às 11h00

Credor Fiduciário: ITAÚ UNIBANCO S/A • Fiduciantes: RAQUEL MOREIRA GRANZOTTE e ANA CLAUDIA BALDI

LOTE 04- SÃO PAULO/SP

Apartamento nº 74, localizado no 7º andar do Bloco 2, do condomínio La Piazza, situado na Avenida Nossa Senhora do Ó, 423, no 44° Subdistrito - Limão, contendo a área privativa de 49,7487m² e área comum de 37,9103m² (inclui garagem), com a área real total de 87,6590m², correspondendo-lhe uma fração ideal de 0,401384% no terreno condominial, matriculado sob nº 132.157, com direito a uma vaga na garagem coletiva, localizada nos subsolos e no térreo, para estacionamento de um veículo de passeio, de forma indeterminada. **Imóvel objeto da matrícula nº 155.293 do 8° Oficial de Registro de Imóveis de São Paulo/SP. Observação**: Imóvel Ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30 da lei 9.514/97.

Lance Mínimo 1 º Leilão: R$ 612.976,48
Lance Mínimo 2º Leilão: R$ 306.488,24

O arrematante presente pagará no ato o preço total da arrematação e a comissão do leiloeiro, correspondente a 5% sobre o valor de arremate, inclusive o devedor fiduciante, no caso do exercício do direito de preferência, na forma da lei. As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto n° 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto n° 22.427 de 1° de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial. Edital completo no site do leiloeiro. Leiloeira Oficial: Dora Plat - Jucesp 744.

MAIS INFORMAÇÕES: 3003.0677 | PORTALZUK.com.br

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISA E INOVAÇÃO INDUSTRIAL EMBRAPII

Brasília - DF

REABERTURA DA CHAMADA PARA DIRETOR-PRESIDENTE

A EMBRAPII é uma associação privada, sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social pelo Poder Público, contratada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, com interveniência dos Ministérios da Educação, da Saúde e do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, para promover o desenvolvimento de pesquisas em parceria com indústrias visando a inovação tecnológica. Para encontrar um novo Diretor-Presidente, a EMBRAPII abriu um processo formal para procura por um líder com experiência em desenvolvimento de P&D em área tecnológica empresarial, ou acadêmica em parceria com indústrias, e demonstrar liderança em sua área de atuação. Ter atuado na liderança de organizações de P&D, de empresas ou de centros de P&D públicos ou privados. Demonstrar capacidade de decisão em situações de conflito e habilidade para motivação de equipes qualificadas. Conhecer o sistema brasileiro de C,T&I e o sistema de financiamento à inovação. Como ponto importante, deve ainda ter forte capacidade de comunicação, credenciando-se como representante da EMBRAPII frente aos formuladores de políticas públicas, a interlocutores de alto nível do meio acadêmico e empresarial, e ao público em geral, nacional e internacionalmente. Para desempenhar esse papel, é essencial que o novo Diretor-Presidente esteja disposto a trabalhar integralmente na função, sendo Brasília a base do local de trabalho. Os interessados devem enviar a documentação exigida para o endereço eletrônico **comitedebusca2023@embrapii.org.br**. Todas as informações recebidas e também o processo de seleção serão tratados de forma confidencial. Informações detalhadas sobre a EMBRAPII e suas atividades podem ser encontradas em **www.embrapii.org.br.** As candidaturas devem ser encaminhadas até às 23h59 do dia 24 de abril de 2023, conforme detalhamento no edital disponível em **www.embrapii.org.br/editalpresidente2023**

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISA E INOVAÇÃO INDUSTRIAL

FERCOI S.A. CNPJ/MF nº 60.806.460/0001-33

Relatório da Diretoria

Senhores acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, temos o prazer de submeter à sua apreciação, o Balanço Patrimonial levantado em 31/12/2022, acompanhado das Demonstrações do Resultado, das Origens e Aplicações de Recursos, Lucros Acumulados e das Mutações do Patrimônio Líquido, referente ao exercício findo naquela data, tudo de conformidade com o disposto na Lei nº 6.404/76 e Lei 11638/2007. São Paulo, 28/03/2023. **A Diretoria**

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em Reais)

Ativo/ Circulante	2022 (R$)	2021 (R$)
Bancos	121,00	121,00
Aplicação Financeira	43.041.927,00	14.741.369,80
Clientes	59.590.323,36	64.625.868,61
Estoques	173.556.713,33	153.135.303,29
Adiant. Dev.Diversos	125.491,63	233.169,63
Impostos Recuperáveis	9.516.542,68	1.462.149,04
Despesas Antecipadas	106.029,39	89.473,43
Total do Circulante	**285.937.148,39**	**234.287.454,80**
Ativo Não Circulante		
Realizável a Longo Prazo	13.386.916,59	290.112,19
Imobilizado	11.607.745,87	11.664.437,11
(-) Depreciação Acumulada	(7.228.250,37)	(6.124.244,96)
Intangível	322.470,94	290.516,71
Total do não Circulante	**18.088.883,03**	**6.120.821,05**
Total do Ativo	**304.026.031,42**	**240.408.275,85**

Passivo/ Circulante	2022(R$)	2021(R$)
Fornecedores	43.431.740,33	20.534.127,08
Adiantamento/Credores Diversos	1.311.995,03	1.121.873,46
Salários e Ordenados	461.309,44	396.999,97
Encargos Sociais	377.660,99	415.900,95
Obrigações Tributárias	966.266,59	5.124.291,16
Emprestimos	77.644,98	7.713.383,81
Provisões Trabalhistas	1.143.021,96	953.902,43
Total do Circulante	**47.769.639,32**	**36.260.478,86**
Passivo Não Circulante		
Fornecedores	4.819.202,22	-
IR/CS Diferido	138.435,20	138.435,20
Conta Corrente Sócios	7.583.523,38	6.965.000,00
Total Passivo Não Circulante	**12.541.160,80**	**7.103.435,20**
Patrimonio Líquido		
Capital Social	50.000.000,00	50.000.000,00
Reservas de Capital	10.000.000,00	9.168.226,69
Reservas de Lucros	183.446.504,11	137.607.407,91
Ajuste Avaliação Patrimonial	268.727,19	268.727,19
Total do Patrimônio Líquido	**243.715.231,30**	**197.044.361,79**
Total do Passivo	**304.026.031,42**	**240.408.275,85**

Demonstração de Resultado Exercícios

Receita Bruta	2022 (R$)	2021 (R$)
Venda de Mercadorias	593.235.492,45	621.917.067,67
Deduções		
Impostos Incidentes	(143.529.284,67)	(162.432.201,16)
Devoluções	(13.020.428,47)	(10.662.078,11)
Receita Líquida	436.685.779,31	448.822.788,40
Custos Prod.Vendidos	(315.817.423,89)	(268.543.923,21)
Lucro Bruto	120.868.355,42	180.278.865,19
Despesas		
Depesas Operacionais	(21.415.824,90)	(18.207.520,06)
Despesas Administrativas	(21.127.592,60)	(16.241.093,59)
Depreciação	(1.101.005,41)	(986.180,35)
Result. antes rec/desp.financ.	77.223.932,51	144.844.071,19
Despesas Financeiras	(430.370,10)	(1.500.640,30)
Receitas Financeiras	2.725.786,63	881.721,57
Result. antes tributos s/lucro	79.519.349,04	144.225.152,46
Imposto de Renda	(21.995.457,87)	(38.569.472,14)
Contr.Social	(8.020.604,83)	(13.893.649,97)
Resutado líquido oper. Continuadas	49.503.286,34	91.762.030,35
Resultado Líquidos Oper Descontinuadas	8.307.156,55	8.732.055,42
Resultado Liq. do Período	**57.810.442,89**	**100.494.085,77**

Demonstração da Variação Capital Circulante Liquido

Em R$	31/12/2022	31/12/2021	Variação
Ativo Circulante	285.937.148,39	234.287.454,80	51.649.693,59
Passivo Circulante	47.769.639,32	36.260.478,86	11.509.160,46
Capital Circulante	238.167.509,07	198.026.975,94	40.140.533,13

Demonstração dos Resultados Abrangentes

	2022(R$)	2021(R$)
Resultado Liquido do Período	57.810.442,89	100.494.085,77
Resultado Abrangente Total	57.810.442,89	100.494.085,77

Demonstração dos Fluxos de Caixa - Método Indireto

Fluxo de caixa das ativid. operacs	31/12/2022	31/12/2021
Resultado Líquido	**57.810.442,89**	**100.494.085,77**
Depreciação e amortização	1.101.005,41	986.180,35
(Aumento) redução do contas a receber	5.035.545,25	(15.425.217,65)
(Aumento) redução de estoques	(20.421.410,04)	(55.104.022,53)
(Aum.) reduçao de outros ativos	(21.060.076,00)	(485.098,80)
Aumento **(redução)** em fornecs	22.897.613,25	(5.091.752,89)
Aumento **(redução)** em contas a pagar e provisões	(3.752.713,96)	1.914.773,76
Aumento **(redução)** outros passivos	5.437.725,60	-
Caixa Líquido das Atividades Operacionais	**(10.762.310,49)**	**(73.205.137,76)**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Alienação Imobilizado	153.553,04	197.059,89
Aquisição de imobilizado	(125.816,03)	(5.471.473,73)
Caixa Líquido das Atividades de Investimentos	**27.737,01**	**(5.274.413,84)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Captação (pagaments) de emprésts	(7.635.738,83)	(8.686.616,19)
Pagamentos de lucros e dividends	(11.139.573,38)	-
Caixa líquido das atividades de financiamentos	**(18.775.312,21)**	**(8.686.616,19)**
Aumento ou redução de Caixa Líquido	**28.300.557,20**	**13.327.917,98**
Demonstração do aumento (redução) nas disponibilidades		
No início do exercício	14.741.490,80	1.413.572,82
No fim do exercício	43.042.048,00	14.741.490,80
Aumento (redução) nas disponibilidades	**28.300.557,20**	**13.327.917,98**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital Social	Reserva Legal	Reserva Lucro	Ajuste Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Patrimônio Líquido
Saldo 31/12/2021	50.000.000,00	9.168.226,69	137.607.407,91	268.727,19	-	197.044.361,79
Distribuição de Lucro	-	-	(10.000.000,00)	-	(1.139.573,38)	(11.139.573,38)
Resultado Exercício	-	-	-	-	57.810.442,89	57.810.442,89
Proposta p/destinação do lucro liquido do exercício	-	831.773,31	55.839.096,20	-	(56.670.869,51)	-
Saldo 31/12/2022	50.000.000,00	10.000.000,00	183.446.504,11	268.727,19	-	243.715.231,30

Notas Explicativas:

01) Contexto Operacional: A sociedade tem como objetivo social a distribuição de aços planos e não planos. **02) Apresentação das Demonstrações Contábeis**: As Demonstrações Contábeis foram elaboradas e estão de acordo com as normas estabelecidas pela Lei das S.A. , em conformidade com as disposições da lei 11638/2007 e MP 449/2008. **03) Estoques**: Os estoques estão registrados ao custo médio de aquisição e não excedem ao valor de mercado avaliados pelo custo médio ponderado. **04) Apuração do resultado**: As receitas e despesas do exercício são apuradas pelo registro de competência. **05) Imobilizado**: Registrado ao custo de aquisição corrigido e as depreciações calculadas pelo método linear, de acordo com as taxas oficiais aceitas pela legislação em vigor. **06)** O Capital Social totalmente subscrito e integralizado em 31.12.2022 é de R$ 50.000.000,00 (Cinquenta Milhões de Reais) divididos em 5.000.000 (Cinco Milhões) Ações Ordinárias exclusivamente nominativas, no valor de R$ 10,00 (Dez Reais) cada. **07)** Os empréstimos são demonstrados pelo valor do principal, acrescidos dos encargos lançados no resultado pelo prazo de vigência dos contratos. **08)** As demonstrações contábeis inerentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 estão sendo apresentadas em Reais (R$) e foram aprovadas pela administração no dia 28 de março de 2022. **09)** As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, tomando-se como base o Pronunciamento Técnico PME - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC com base na norma Internacional IFRS para SME e homologado pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. **10)** A preparação das demonstrações contábeis requer que a administração utilize estimativas e premissas que afetem os valores reportados de ativos e passivos, a divulgação de ativos e passivos contingentes na data das demonstrações contábeis, bem como os valores reconhecidos de receitas e despesas durante o exercício. Os resultados reais podem ser diferentes dessas estimativas. **11)** As Demonstrações Contábeis foram auditadas pela empresa Verdus Auditores Independentes de acordo com as normas estabelecidas pela Lei das S/A e as demonstrações contábeis completas e parecer dos auditores, encontram-se disponíveis na sede da Empresa.

	31/12/2022	31/12/2021	Variação
Empréstimo Curto Prazo	77.644,98	7.713.383,81	(7.635.738,83)
	77.644,98	7.713.383,81	(7.635.738,83)

Sandra Fernandes - Diretora Presidente
Regiane Maria dos Santos - TC-CRC 1SP146078/O-1

Ajuste fiscal é recessivo?

No Brasil de hoje, a analogia entre as contas do governo e as das famílias funciona bem

Bernardo Guimarães

Doutor em economia por Yale, foi professor da London School of Economics (2004-2010) e é professor titular da FGV EESP

Quando falamos sobre questões fiscais, frequentemente fazemos uma analogia das contas do governo com o orçamento de uma família. A analogia sempre gera comentários indignados nas redes sociais.

Como uma família, o governo precisa endividar-se quando gasta mais do que ganha. Dívidas mais altas tendem a levar a maiores taxas de juros e maiores riscos. É, portanto, prudente não deixar a dívida crescer a esse ponto.

Mas, apesar de útil, a analogia de fato é incompleta.

Uma diferença crucial entre o orçamento do governo e o de uma família é que gastos e impostos afetam o quanto se produz na economia. Mais tributação desestimula a produção. Cortes de gastos reduzem a demanda por bens e serviços, o que pode afetar negativamente a produção.

Uma extensa literatura em economia busca estimar o tamanho do efeito de mudanças nos impostos e nos gastos do governo.

Não é fácil estimar esses efeitos. Consolidações fiscais em países emergentes tendem a acontecer em momentos de crise, assim como cirurgias tendem a ocorrer quando o paciente tem problemas. Avaliar a cirurgia requer comparar seu resultado com o que aconteceria se o paciente não fosse operado. O mesmo vale para consolidações fiscais, mas em geral, em economia, é difícil saber o que teria acontecido se outras medidas tivessem sido tomadas.

As diversas estimativas do efeito da política fiscal na economia utilizam uma variedade de técnicas estatísticas para contornar esse problema.

Como seria de esperar, nem todos os trabalhos chegam a resultados semelhantes. Ainda assim, a literatura traz algumas lições importantes.

Para países desenvolvidos, como os Estados Unidos, aumentos nos gastos ou reduções em impostos tendem a impulsionar o PIB (Produto Interno Bruto). Gastos menores e impostos maiores fazem o contrário. O efeito parece substancial (bit.ly/3K5PL9C).

Entretanto, o efeito de consolidações fiscais depende de muitos fatores.

Um estudo particularmente influente usa dados trimestrais de 44 países (bit.ly/40VPdtF). Uma conclusão é que mudanças na política fiscal têm grande impacto no PIB em países desenvolvidos, mas muito menos efeito em países emergentes (e menos efeito quando o regime de câmbio é flexível).

Esse trabalho conclui também que, quando a dívida pública é alta, cortar gastos ou aumentar impostos não tem efeitos negativos no produto.

De fato, em momentos de desconfiança sobre os rumos da dívida, consolidações fiscais parecem particularmente importantes. Essa lógica funcionou em 2003, quando o governo Lula prometeu —e cumpriu— aumentar o superávit primário para 4,25% do PIB.

A maneira como o ajuste é feito parece afetar seus efeitos no produto.

Vários trabalhos concluem que cortar investimentos públicos tem um efeito negativo substancial sobre o produto.

Usando dados de países latino-americanos, há evidências de que consolidações fiscais por meio de aumentos de impostos afetam negativamente o PIB mais do que ajustes baseados em cortes nos gastos (bit.ly/3ZxUkz2).

Essas evidências não são definitivas, mas são o que temos no momento para guiar as decisões de política macroeconômica. De acordo com essa literatura, um ajuste fiscal hoje não teria o efeito negativo de curto prazo no PIB, comum em outros casos.

Muitos dos comentários sobre os planos fiscais parecem supor que uma forte consolidação teria um efeito recessivo. Até onde sabemos, essas ideias não correspondem aos fatos.

No Brasil de hoje, a analogia entre as contas do governo e o orçamento de uma família funciona muito bem.

| DOM. Samuel Pessôa | SEG. Marcos de Vasconcellos, Ronaldo Lemos | TER. Michael França, Cecilia Machado | QUA. Bernardo Guimarães | **QUI.** Cida Bento, **Solange Srour** | SEX. André Roncaglia | SÁB. Marcos Mendes, Rodrigo Zeidan

Lemann perde posto de mais rico do Brasil para Vicky Safra

Patrimônio de viúva do banqueiro Joseph Safra mais que dobra em um ano e atinge US$ 16,7 bilhões

Pedro S. Teixeira

SÃO PAULO Vicky Safra, 70, e seus quatro filhos ocupam, pela primeira vez, o topo da lista de bilionários brasileiros, divulgada pela revista Forbes nesta terça-feira (4). A fortuna herdada do banqueiro Joseph Safra, morto em 2020, subiu de US$ 7,4 bilhões (R$ 37,6 bilhões) para US$ 16,7 bilhões (R$ 84,8 bilhões).

Antes, a lista era liderada por Jorge Paulo Lemann, fundador do 3G Capital, o fundo de investimentos por trás da maior cervejaria do mundo, a AB Inbev, e da fabricante de alimentos Kraft Heinz. Na avaliação da Forbes, a riqueza de Lemann está na casa dos US$ 15,8 bilhões (R$ 80,2 bilhões), acima dos US$ 15,4 bilhões (R$ 78,2 bilhões) do ano passado.

Marcel Herrmann Telles (US$ 10,6 bilhões ou R$ 53,8 bilhões), Carlos Alberto Sicupira (US$ 8,6 bi ou R$ 43,7 bilhões) e Alexandre Behring (US$ 5,2 bilhões ou R$ 26,4 bilhões bilhões), os outros sócios no 3G, aparecem, respectivamente, nas terceira, quinta e sexta posições do ranking.

Lemann, Telles e Sicupira são acionistas de referência da Americanas, que enfrenta crise depois da revelação de um rombo bilionário no caixa. O caso levou a varejista a entrar em recuperação judicial.

O quarto da lista é o fundador brasileiro do Facebook, Eduardo Saverin, com patrimônio estimado em US$ 10,2 bilhões (R$ 51,8 bilhões).

A Forbes diz calcular a fortuna dos bilionários a partir de preços das ações e cotações monetárias. A lista atual tem como referência o dia 10 de março. "Algumas pessoas ficam mais ricas ou mais pobres a dias da publicação", afirma a publicação.

A revista de economia identificou 51 bilionários brasileiros, dentre 2.640 pessoas com fortuna de mais de US$ 1 bilhão em todo o mundo. Vicky Safra é a 100ª colocada da lista global, e Lemann, o 108º.

Quase metade dos bilionários perdeu dinheiro, diz Forbes

Quase metade dos bilionários citados no ranking divulgado pela revista Forbes nesta terça-feira (4) perdeu dinheiro no último ano. O número de pessoas com patrimônio de US$ 1 bilhão também caiu, de 2.668 para 2.640 no período.

Antigo líder do ranking, Elon Musk perdeu, sozinho, US$ 39 bilhões de sua fortuna, estima a Forbes. O patrimônio de Musk, se desvalorizou após a compra do Twitter por um valor acima do mercado e de polêmicas nas redes sociais, que derrubaram o valor das ações de sua montadora de carros elétricos, a Tesla.

Já o francês Bernard Arnault, que assumiu o topo da lista, com uma fortuna de US$ 211 bilhões (R$ 1,07 trilhão), ficou US$ 53 bilhões mais rico, os bilionários da lista perderam US$ 500 bilhões em patrimônio.

Bilionários famosos, como Jeff Bezos (Amazon), Warren Buffett (Berkshire Hathaway) e Bill Gates (Microsoft), aparecem com fortunas menores em 2023. Bezos, por exemplo, ficou US$ 57 bilhões menos rico. A Amazon, comandada pelo bilionário, já anunciou a demissão de 27 mil funcionários em 2023.

Grandes empresas de tecnologia têm reajustado planos para resistir ao contexto de menos crédito e juros mais altos no mercado. Microsoft, Alphabet (dona do Google) e Meta (dona do Facebook) também fizeram cortes.

A fortuna do brasileiro Luciano Hang, dono das lojas Havan, passou por uma desvalorização de 33% no último ano. O patrimônio de Hang caiu de US$ 4,8 bilhões em 2022 para US$ 3,2 bilhões em 2023.

Na esteira da desvalorização da fortuna dos bilionários norte-americanos, Bernard Arnault é o primeiro francês a aparecer na liderança da lista da Forbes.

O ranking da Forbes 2023

OS MAIS RICOS DO MUNDO

1º Bernard Arnault e família (LVMH)
US$ 211 bi

2º Elon Musk (Tesla, SpaceX)
US$ 180 bi

3º Jeff Bezos (Amazon)
US$ 114 bi

4º Larry Ellison (Oracle)
US$ 107 bi

5º Warren Buffett (Berkshire Hathaway)
US$ 106 bi

6º Bill Gates (Microsoft)
US$ 104 bi

7º Michael Bloomberg (Bloomberg)
US$ 94,5 bi

8º Carlos Slim Helú e família (América Móvil)
US$ 93 bi

9º Mukesh Ambani (Reliance Industries)
US$ 83,4 bi

10º Steve Ballmer (Microsoft)
US$ 80,7 bi

OS MAIS RICOS DO BRASIL

1º (100º) Vicky Safra e família (Safra)
US$ 16,7 bilhões

2º (108º) Jorge Paulo Lemann e família (AB Inbev, 3G)
US$ 15,8 bilhões

3º (165º) Marcel Herrmann Telles (AB Inbev, 3G)
US$ 10,6 bilhões

4º (171º) Eduardo Saverin (Facebook)
US$ 10,2 bilhões

5º (232º) Carlos Alberto Sicupira (AB Inbev, 3G)
US$ 8,6 bilhões

6º (511º) Alexandre Behring (3G)
US$ 5,2 bilhões

7º (580º) André Esteves (BTG)
US$ 4,7 bilhões

8º (679º) João Moreira Salles (Itaú Unibanco, CBMM)
US$ 4,1 bilhões

8º (679º) Walther Moreira Salles Junior (Itaú Unibanco, CBMM)
US$ 4,1 bilhões

9º (721º) Jorge Moll Filho e família (Rede D'Or)
US$ 3,9 bilhões

9º (721º) Fernando Roberto Moreira Salles (Itaú Unibanco, CBMM)
US$ 3,9 bilhões

9º(721º) Pedro Moreira Salles (Itaú Unibanco, CBMM)
US$ 3,9 bilhões

10º (818º) Maurizio Billi (Eurofarma)
US$ 3,5 bilhões

11º (878º) Walter Faria (Grupo Petrópolis)
US$ 3,3 bi

O número entre parênteses indica a posição no ranking mundial

Natura quer rejuvenescer The Body Shop após venda da Aesop

Daniele Madureira

SÃO PAULO A marca britânica The Body Shop, que já foi ícone de cosméticos sustentáveis, com uma postura ativista sobre o consumo de produtos de beleza, envelheceu e precisa ser repaginada. Essa é a análise feita pela Natura, a multinacional brasileira dona da marca, segundo o presidente da companhia, Fabio Barbosa.

Criada por Anita Roddick nos anos 1970, a The Body Shop foi uma das primeiras empresas do setor a abolir o teste de ingredientes em animais e a promover o comércio justo com comunidades fornecedoras de matérias-primas naturais.

"É preciso revitalizar a marca", disse Barbosa, que participou de teleconferência nesta terça (4), para comentar a venda da australiana Aesop para a francesa L'Oréal, anunciada na segunda (3). "A The Body Shop deixou de atrair o público jovem, vamos diminuir o número de SKUs [itens], tornar as lojas mais clean, mais acolhedoras", afirmou, ressaltando que o trabalho na The Body Shop é fundamentalmente de marketing de reposicionamento.

"Eu trabalhei por 12 anos na Nestlé e sei que, quando a marca é boa, não faz sentido oferecer promoções como 'compre 3 e leve 4'", disse. "Esse tipo de ação até pode acontecer em alguns momentos, mas não o tempo todo, como vem ocorrendo com a The Body Shop."

A The Body Shop, que passou às mãos da L'Oréal em 2006, foi vendida para a Natura em 2017. Agora, a L'Oréal comprou a Aesop da brasileira por US$ 2,53 bilhões. Segundo Barbosa, o negócio teve o objetivo de "desalavancar" a companhia, que estava com alto nível de endividamento.

Além da The Body Shop e da própria Natura, a empresa é dona da Avon —aquisição anunciada em 2019 e concluída em janeiro de 2020, que deu origem ao quarto maior conglomerado de beleza do mundo, depois de L'Oréal, P&G e Unilever.

Analistas ouvidos pela **Folha** apontaram a necessidade de a Natura se voltar para o mercado latino-americano, o seu principal consumidor, e possivelmente vender as operações de Avon International, onde estão reunidas as operações de Avon fora da América Latina. Barbosa descartou essa possibilidade.

Avião em direção ao aeroporto de Congonhas passa sobre edifício construído recentemente em Moema, na zona sul de São Paulo Karime Xavier/Folhapress

Prédios avançam na rota de pouso de aviões do aeroporto de Congonhas

Lançamentos de imóveis dobraram desde 2020; perto da pista, clube Bahamas pode ser demolido

Clayton Castelani

SÃO PAULO Basta esperar alguns minutos para ver um avião passar baixinho sobre o edifício de 13 andares recém-inaugurado na esquina da alameda dos Maracatins e da avenida dos Imarés. Quando a aeronave é das grandes, a impressão para quem observa a aproximação é de que ela vai raspar no topo do prédio.

Cenas parecidas podem ser observadas em outros cantos de Indianópolis, bairro do distrito de Moema, na zona sul da capital paulista, que fica logo abaixo do trecho final da rota para pousos nas pistas do aeroporto de Congonhas.

Área rica de São Paulo, com metro quadrado custando mais de R$ 10 mil, a região passa por intensa verticalização.

Em dez anos, ocorreram 74 lançamentos de imóveis, sendo 71 com mais de oito andares, no perímetro de aproximadamente quatro quilômetros quadrados compreendido, em sua maioria, pelo quadrilátero formado pelas avenidas Moreira Guimarães, Bandeirantes, Ibirapuera e Indianópolis, segundo levantamento realizado a pedido da **Folha** pela Amaral D'Ávila Engenharia de Avaliações.

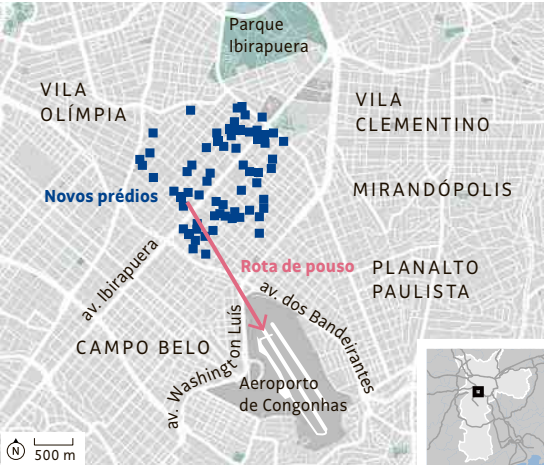
Foi nos últimos três anos, de 2020 a 2022, que a explosão imobiliária se tornou notória na região ao norte do aeródromo, com 35 novos empreendimentos, dos quais 34 têm mais de oito pavimentos. O número representa quase a metade (48%) do total de imóveis que surgiram nas cercanias em uma década.

Essa verticalização cumpre o que foi pensado para a cidade no Plano Diretor de 2014, que criou estímulos financeiros para a construção de prédios residenciais nos eixos com maior oferta de transporte público. A ideia era levar mais gente para morar em áreas estruturadas, embora muitos dos novos imóveis oferecidos pelo mercado sejam microapartamentos dedicados à locação de curta permanência para turistas.

Moradores ou não, o fato de haver mais pessoas em uma área sensível para tráfego aéreo aumenta a tensão para quem chega pelo ar. É exagero, porém, dizer que os prédios comprometem a segurança, diz o piloto Henrique Hacklaender Wagner, presidente do Sindicato Nacional dos Aeronautas.

Acostumado a pousar com aviões comerciais na pista principal de Congonhas, destinada às aeronaves de grande porte, ele afirma que a altura dos prédios "não causa grande preocupação".

"O que preocupa não são os prédios, mas o fato de estar cada vez mais povoado. O entorno de Congonhas já foi um descampado e a cidade cresceu ao redor do aeroporto", diz Wagner.

Novos prédios lançados perto de Congonhas

Dados cartográficos do GoogleMaps

> O que preocupa não são os prédios, mas o fato de estar cada vez mais povoado. O entorno de Congonhas já foi um descampado e a cidade cresceu ao redor do aeroporto
>
> **Henrique Hacklaender Wagner**, piloto e presidente do Sindicato Nacional dos Aeronautas

Sobrevoar o paliteiro paulistano de perto é significativamente seguro graças ao sistema de aterragem por instrumentos, conhecido pela sigla em inglês ILS (Instrument Landing System), que garante a orientação precisa ao avião na fase de aproximação da pista, segundo o piloto.

Em Congonhas, o pouso é quase automático. O piloto assume o controle quando está a cerca de um quilômetro da cabeceira, ao enxergar o primeiro terço da pista onde o trem de pouso irá tocar. Os prédios já ficaram para trás quando ele está nessa situação.

"Não afeta as linhas de aproximação, mas, claro, torna a operação mais sensível a qualquer tipo de falha. Aumenta a atenção para qualquer tipo de desvio, mesmo que pequeno", afirma o piloto.

A presença do aeroporto de Congonhas não impõe limites para o adensamento construtivo, mas, sim, cria restrições para o gabarito de altura, explica a Prefeitura de São Paulo, em nota enviada pela Smul (Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento).

A legislação municipal para a região da cabeceira norte do aeroporto de Congonhas envolve dois tipos de regras de zoneamento. Uma delas é a zona chamada de Eixo de Estruturação da Transformação Urbana, onde não há altura máxima e cujo adensamento é estimulado pelo Plano Diretor. A outra é a Zona Mista, onde o limite de altura é de 28 metros.

Na área informada pela reportagem, a prefeitura comunicou que há um edifício em situação irregular. É o prédio onde funcionou o hotel do clube Bahamas, hoje fechado, um conhecido ponto de prostituição em São Paulo. O edifício, segundo a administração do prefeito Ricardo Nunes (MDB), deverá ser parcialmente demolido.

"O município de São Paulo ajuizou uma ação demolitória para o local, obtendo êxito. Assim, a prefeitura tem um título judicial condenatório em face do Bahamas, para obrigá-los a demolir parcialmente a edificação. O processo está em fase de cumprimento. A edificação também está irregular pela Smul", disse a prefeitura.

O empresário Oscar Maroni, proprietário do Bahamas, não respondeu à mensagem enviada pela reportagem.

Especificamente no cone de aproximação da cabeceira da pista, destacam a prefeitura e a Anac (Agência Nacional de Aviação Civil), valem regras mais restritivas para a altura dos objetos projetados no espaço aéreo, que são definidas pelo Decea (Departamento de Controle do Espaço Aéreo), do Comando da Aeronáutica.

Questionada, a FAB (Força Aérea Brasileira) não disse se algum dos prédios no trecho informado pela reportagem está em desacordo com os limites de segurança para voo.

Dificilmente novos edifícios que subiram recentemente naquela área descumpririam normas do Decea e do município, diz Ricardo Yazbek, vice-presidente de Assuntos Legislativos e Urbanismo Metropolitano do Secovi-SP (sindicato dos empresários da construção em São Paulo).

"As restrições se tornaram mais rigorosas nos últimos anos e desobedecê-las traria enorme risco de prejuízo para quem empreende nesse ramo", afirmou.

Para quem vive no bairro, a tendência de crescimento das operações em Congonhas com a concessão à iniciativa privada, somada à verticalização e adensamento demográfico, exigirão maior capacidade de articulação dos moradores para buscar compensações que possam amenizar transtornos como poluição, barulho e trânsito de veículos, afirma Simone Boacnin, presidente da Associação Viva Moema.

Boacnin participa desde 2016 de conselhos e organizações comunitárias voltadas a Moema e adjacências e, durante o período, afirma que os moradores sempre foram ignorados em decisões sobre a gestão do aeroporto que afetam a qualidade de vida da vizinhança.

A reclamação dos moradores foi levada pela **Folha** à Infraero, órgão do governo federal que ainda faz a gestão de Congonhas, que não respondeu até a publicação deste texto.

"O que tentaremos fazer daqui para frente é exigir mudanças que compensem a população, como melhorar a infraestrutura", diz Boacnin.

Entre as possibilidades avaliadas pela associação é tentar convencer a Câmara Municipal, que neste momento revisa o Plano Diretor, a destinar aos locais onde há maior verticalização mais recursos provenientes da outorga onerosa, a taxa que se paga à prefeitura para construir além do tamanho da superfície do terreno.

Lei determina funcionamento de delegacias da mulher 24 horas

Renato Machado

BRASÍLIA O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) sancionou a lei que determina o funcionamento ininterrupto das delegacias especializadas de atendimento à mulher, incluindo em fins de semana e feriados.

Lula também sancionou um conjunto de outras legislações referentes à proteção e direitos das mulheres, que haviam sido aprovados pelo Congresso Nacional na semana do Dia Internacional da Mulher, celebrado em 8 de março.

Os textos sancionados foram publicados na edição desta terça-feira (4) do Diário Oficial da União.

A nova lei que disciplina o funcionamento das delegacias especializadas de atendimento à mulher determina que elas funcionarão ininterruptamente, não podendo ser fechadas em fins de semana e feriados.

Além de garantir que as unidades devem ficar abertas todos os dias, o texto determina ainda que o atendimento de mulheres vítimas de qualquer tipo de violência ocorrerá em sala reservada e, preferencialmente, por policiais do sexo feminino.

O texto também prevê que as mulheres vítimas de violência deverão receber assistência psicológica e jurídica do poder público, por meio dessas delegacias e também mediante convênios com a Defensoria Pública e órgãos do Sistema Único de Assistência Social e os Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher ou varas criminais competentes.

As delegacias especializadas disponibilizarão número de telefone ou outro mensageiro eletrônico destinado ao acionamento imediato da polícia em casos de violência contra a mulher.

Segundo a legislação, nos municípios onde não houver essas unidades, a delegacia existente deverá priorizar o atendimento da mulher vítima de violência por agente feminina especializada.

Lula também sancionou uma lei que cria programa para prevenir e enfrentar o assédio sexual e a violência sexual no âmbito da administração pública, direta e indireta, federal, estadual e municipal.

O texto atinge órgãos públicos e entidades privadas que prestem serviços ao poder público.

Nas duas primeiras etapas da educação básica, o programa vai se restringir à formação continuada dos profissionais de educação. Os objetivos do programa são prevenir e enfrentar o assédio sexual, capacitar agentes públicos e implementar e disseminar campanhas educativas sobre condutas e os comportamentos que caracterizam o assédio sexual, de modo a possibilitar a identificação de crimes.

Outra lei sancionada estabelece a prioridade de mulheres vítimas de violência doméstica pelo Sistema Nacional de Emprego (Sine) —hoje essa prerrogativa é apenas prevista a trabalhadores resgatados de situação análoga à escravidão.

A medida estabelece que essas mulheres terão direito a 10% das vagas ofertadas pelo sistema. Se não houver preenchimento, os postos serão ofertados a mulheres e, depois, ao público geral.

O ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino, comemorou nas redes sociais que o projeto foi sancionado.

"Parabéns à senadora pela sua relatoria e ao colega autor da proposição. E ao presidente Lula pela sanção da Lei. No Ministério da Justiça, estamos oferecendo todo apoio às delegacias da mulher. Vamos ampliar, com a ajuda do Congresso Nacional", disse nas redes sociais.

Suspensão da alteração no Enem vai afetar até 2,9 milhões de alunos

Ministro da Educação confirmou que suspenderá prazos de implementação do novo ensino médio e mudança no exame

Paulo Saldaña

BRASÍLIA A decisão do governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) de suspender o cronograma de implementação do novo ensino médio e barrar alterações previstas para adequar o Enem a essa reforma vai afetar até 2,9 milhões de estudantes.

O ministro da Educação, Camilo Santana, confirmou nesta terça (4) que vai assinar uma portaria que suspende os prazos de implementação do novo ensino médio e também as mudanças no exame em 2024 —ano em que o processo de mudança curricular estaria concluído.

A suspensão foi decidida, em grande parte, como forma de amenizar o desgaste que o governo tem sentido com o movimento que pede a revogação da reforma, em vigor desde o ano passado.

O novo ensino médio foi aprovado em 2017, no governo Michel Temer (MDB), por medida provisória, e o cronograma de implementação foi definido durante o governo Jair Bolsonaro (PL).

Em linhas gerais, a política reformulou a grade curricular dos anos finais da educação básica, de forma a prever que 40% da carga devem ser destinados a disciplinas optativas organizadas dentro de grandes áreas do conhecimento, os chamados itinerários formativos. Assim, as disciplinas tradicionais, comuns aos estudantes, ficam limitados a 60% do currículo.

A implementação para os alunos começou em 2022, no 1º ano da etapa, quando todas as redes estaduais do país precisaram se adequar. A maior parte das escolas privadas fez o mesmo.

Em 2023, a mudança seguiu para os estudantes do 2º ano e, em 2024, alcançaria as turmas do 3º, completando o ensino médio. Mesmo diante de fortes críticas de precarização da oferta escolar, esse cronograma vinha sendo seguido pelas redes de ensino.

Dados do Censo Escolar de 2022, o mais recente, indicam que 2,9 milhões de alunos estavam no 1º ano e, descontando os índices de evasão e abandono, estariam aptos a cursar o 2º ano neste 2023 —sendo, portanto, um contingente potencial de candidatos ao Enem em 2024, quando devem concluir o ensino médio.

> Estamos suspendendo qualquer avanço na implementação até que essa comissão defina, avalie, ouvindo a todos
>
> **Camilo Santana**
> ministro da Educação

Sem a mudança no exame nacional, que é a principal porta de entrada para o ensino superior, esses alunos terão estudado sob o currículo reformulado, mas não farão uma prova adaptada a essa realidade.

A ideia de adequar o Enem consistia em fazer provas diferentes, direcionadas a cada itinerário formativo, de modo que os alunos escolhessem qual fazer em consonância com o que cursaram.

São cinco itinerários previstos com a reforma do ensino médio: linguagens, matemática, ciências da natureza, ciências humanas e formação técnica e profissional. Se o aluno escolheu o itinerário de matemática, por exemplo, teria uma carga maior de exatas e menor de humanas no exame.

Agora, caso a suspensão de adequação do Enem seja mantida, eles podem ter de fazer uma prova geral—como ocorre hoje—, mesmo não tendo visto todos os conteúdos.

Como a **Folha** vem mostrando, a implementação do novo ensino médio registra uma série de problemas, como a falta de opções de itinerários em muitas escolas. Dados colhidos pela Rede Escola Pública e Universidade, mostram que, na rede estadual de São Paulo, 36% das escolas de ensino médio ofertam apenas dois itinerários formativos, que é o mínimo exigido.

Os estudantes reclamam, ainda, de terem perdido tempo de aula de disciplinas tradicionais e casos de conteúdos desconectados do currículo.

O Consed, conselho que reúne secretários de Educação dos estados, divulgou nota em que critica a suspensão da adequação do Enem. "Há uma consulta aberta sobre a reforma e, portanto, seria importante que qualquer decisão relacionada ao tema fosse tomada somente após a finalização da consulta", disse o conselho em nota.

Das 7,9 milhões de matrículas no ensino médio, 84% estão em redes estaduais.

A suspensão confirmada por Camilo Santana ocorrerá, inicialmente, no período previsto para uma consulta pública sobre o tema. Lançada em março, a consulta tem 90 dias de duração, com possibilidade de prorrogação, e mais 30 dias para o MEC (Ministério da Educação) elaborar um relatório que vai definir o futuro da política.

A alteração do cronograma não anula a reforma. Na prática, as aulas para os estudantes que já estão sob as novas regras não devem sofrer mudanças, mas as escolas terão autonomia para avançar ou não com as adaptações, que vêm sendo alvo de críticas e de protestos.

Na avaliação de integrantes da equipe do MEC, suspender o cronograma tiraria a obrigatoriedade das redes de ensino de continuarem processo de implementação durante esse tempo.

Camilo disse nesta terça-feira que não devem ocorrer avanços na implementação enquanto durarem os trabalhos dessa comissão que analisa o tema. Por outro lado, afirmou que não há expectativa de que redes de ensino e escolas voltem atrás no processo.

"Estamos suspendendo qualquer avanço na implementação até que essa comissão defina, avalie, ouvindo a todos, quais serão as modificações, mudanças ou correções que faremos no ensino médio", declarou.

CRIMINOSOS ATEIAM FOGO EM ÔNIBUS DE DUAS CIDADES DO ABC, NA GRANDE SÃO PAULO
Policial militar verifica o que sobrou de um coletivo que foi incendiado no bairro Jordanópolis, em São Bernardo do Campo; o outro ônibus foi queimado em Diadema; ninguém foi preso Marcelo Gonçalves/Folhapress

Ministério da Educação precisa liderar a discussão sobre a reforma no ensino

OPINIÃO

Alexandre Schneider
Pesquisador da FGV/DGPE, pesquisador do Transformative Learning Technologies Lab da Universidade Columbia, em Nova York, pesquisador do Centro de Economia e Política do Setor Público da FGV/SP e ex-secretário municipal de Educação de São Paulo

A suspensão da implantação do novo ensino médio pelo MEC (Ministério da Educação) até que seja realizada uma consulta pública sobre a reforma é uma boa medida, embora tardia. A mudança do ensino médio enfrenta entraves técnicos e políticos.

Do ponto de vista político, embora a necessidade de reformar essa etapa viesse sendo discutida no âmbito do MEC desde o segundo mandato do presidente Lula, a alteração foi aprovada de forma inusual e açodada, por uma medida provisória, mesmo havendo um projeto de lei em tramitação no Congresso.

Os referenciais para a elaboração dos itinerários formativos foram publicados três dias antes do fim do governo Temer. Depois tivemos por quatro anos um governo ausente e inepto no que se refere à educação pública.

Sem uma discussão mais ampla com o campo educacional, em um governo considerado ilegítimo pelo campo de esquerda —em especial pelo PT, o partido do atual presidente da República—, a medida rapidamente se transformou em uma "bandeira de luta" desse campo e de um segmento grande de profissionais da educação e de entidades estudantis que orbitam em torno dele. A chegada do PT ao poder trouxe de volta o assunto à mesa. Os "perdedores de ontem se transformaram nos vencedores de hoje" (me desculpe, Bob Dylan) e cobram coerência do governo que ajudaram a eleger.

A questão não é só política. Há problemas de desenho e implementação, que podem ampliar as já abissais desigualdades educacionais existentes. Como esta **Folha** por diversas vezes já alertou, em redes como a estadual de São Paulo o novo modelo convive com falta de professores, docentes complementando jornadas de trabalho com disciplinas para as quais não foram formados, ampliação do ensino a distância e restrição de itinerários formativos, desrespeitando o direito de escolha dos estudantes, este último o principal mote da reforma do ensino médio.

Além de medidas extravagantes e inaceitáveis, como professores de português dando aulas de matérias optativas de física e alunos que se inscrevem em optativas de matemática obrigados a cursar os itinerários de humanas, há um problema de desenho. Como há uma definição muito genérica do que pode ser oferecido aos alunos, o aprofundamento em uma área de escolha do estudante pode ser ilusório.

O novo ensino médio pressupõe que se organize em 3.000 horas ao longo de três anos. Até 1.800 horas devem compor a chamada Formação Geral Básica (FGB), com as matérias tradicionais, e 1.200 horas devem compor os chamados itinerários formativos. Os alunos podem escolher entre itinerários propedêuticos, que deveriam servir ao aprofundamento nas áreas de interesse do estudante que pretende cursar o ensino superior, e os de formação técnica.

Assim, um estudante que pretende estudar engenharia tem menos horas de matemática na FGB e deveria aprofundar seus estudos na área cursando itinerários formativos correspondentes. Quando a escola lhe nega o itinerário em matemática, está violando dois de seus direitos: o de escolher seu percurso acadêmico e o de se preparar para o curso universitário de seu interesse. Aqui uma revisão da classificação das áreas de conhecimento adotadas, a melhor organização dos itinerários formativos em um desenho que vise o efetivo aprofundamento, seguindo a experiência internacional, seriam bons caminhos.

A despeito do que foi sugerido no relatório de transição, o MEC parece ter imaginado que a implantação do novo ensino médio era uma questão superada, e nesse momento vem adotando —ou sendo levado a adotar— medidas que poderiam ter sido tomadas na primeira semana de governo.

Políticas públicas bem-sucedidas precisam de um bom desenho, que leve em conta em especial quem as irá implantá-las, neste caso as redes públicas nos estados, escolas privadas e, sobretudo os profissionais da educação. Mas só se materializam com a boa política, composta pela escuta ativa, poder de convencimento, construção de consensos. O MEC tem uma excelente equipe técnica. Está na hora de entrar em campo e liderar a discussão, trazendo todos os interessados à mesa, sem deixar de reservar uma cadeira na cabeceira para os estudantes.

> [...]
> A questão não é só política. Há problemas de desenho e implementação

MORTES

coluna.obituario@grupofolha.com.br

Resgatou a tradição do Nego Fugido de Acupe (BA)

EDNA CORREIA BULCÃO (1947 - 2023)

Franco Adailton

SALVADOR Dona Santa, como era conhecida Edna Correia Bulcão, foi a responsável por resgatar a tradição do grupo cultural Nego Fugido, um folguedo endêmico de Acupe, distrito do município de Santo Amaro, na região do Recôncavo Baiano.

O protagonismo de Dona Santa rendeu a ela o título de madrinha do grupo formado pela comunidade quilombola para narrar, em um teatro a céu aberto, a resistência dos negros escravizados contra o sistema imposto aos cativos pela coroa portuguesa.

A partir do Nego Fugido, a cada domingo do mês de julho os moradores locais assumem a narrativa da própria história em substituição à versão de que a liberdade dos cativos fora uma concessão dos brancos, sem que tivesse havido luta por parte dos antigos escravizados.

Marisqueira nascida em Acupe em 10 de julho de 1947, Dona Santa era a mais antiga integrante do Nego Fugido, que, em janeiro passado, também perdeu o membro Evilazio Cruz de Souza, que interpretava o personagem do capitão-do-mato na encenação.

Conta a filha de Dona Santa, a costureira Rosilene Bulcão, 51, que a mãe foi a responsável por reavivar na comunidade a manifestação cultural, que, segundo os mais velhos, teria sido criada há dois séculos, não se sabe exatamente como nem em que data.

"Minha mãe foi criada nessa tradição desde menina. Houve um primeiro momento do grupo, que foi perdendo força com as mortes dos mais velhos", explica Bulcão. "Mas ela resistiu, correu atrás e conseguiu reorganizar o grupo com a adesão dos mais jovens."

Iniciada no candomblé, era Dona Santa a responsável pelos ritos antes das apresentações do grupo composto de 60 membros, diz a filha. Foi ela também quem introduziu a participação de crianças na encenação, segundo o doutor em artes cênicas pela USP Monilson Pinto, sua tese "A Bananeira que Sangra".

Nos últimos 11 meses, Dona Santa esteve acamada na casa da filha em decorrência de diversas complicações de saúde. Além de diabética, hipertensa, sobreviveu a três AVCs (acidente vascular cerebral) num intervalo de quatro anos, relata a costureira.

Em 1º de março, uma instabilidade na taxa de glicose levou Dona Santa a ser internada, o que resultou em um diagnóstico de falência dos rins, conta a filha. No dia 13 de março, a idosa faleceu em um hospital de São Francisco do Conde, município vizinho a Santo Amaro, aos 75 anos.

Ela deixou os filhos Rosineia, Rosilene e Reginaldo, os netos Cíntia, Simone, Sandra, Cibele e Gabriel, além dos bisnetos Cecília e Felipe.

Procure o Serviço Funerário Municipal de São Paulo: tel. (11) 3396-3800 e central 156; prefeitura.sp.gov.br/servicofunerario.
Anúncio pago na Folha: tel. (11) 3224-4000. Seg. a sex.: 10h às 20h. Sáb. e dom.: 12h às 17h.
Aviso gratuito na seção: folha.com/mortes até as 18h para publicação no dia seguinte (19h de sexta para publicação aos domingos) ou pelo telefone (11) 3224-3305 das 16h às 18h em dias úteis. Informe um número de telefone para checagem das informações.

Escolas no alvo

É na escola que adquirimos as ferramentas para moldar a sociedade

Ilona Szabó de Carvalho

Empreendedora cívica, mestre em estudos internacionais pela Universidade de Uppsala (Suécia). É autora de "Segurança Pública para Virar o Jogo"

No último dia 27, uma escola em São Paulo foi palco de mais um atentado violento, desta vez envolvendo um aluno de 13 anos. O ataque a facadas que vitimou uma professora e deixou outras cinco pessoas feridas se soma a outros casos cada vez mais frequentes de violência extrema no ambiente escolar brasileiro. Estudo da Universidade Estadual de Campinas revelou que, nas últimas duas décadas, o Brasil registrou 23 ataques em escolas, sendo sete deles apenas no segundo semestre de 2022 e três em 2023.

Há uma soma de fatores que tornam tais tragédias cada vez mais comuns. Elas são sintoma de um sistema social e político em crise. Entre os fatores chave, a violência que ocorre dentro dos muros das escolas retrata um fenômeno mais amplo de radicalização que não está próximo de ser solucionado. Nos últimos anos, a ampliação do extremismo no campo político e ideológico deu voz a discursos cada vez mais inflamados e radicais. Alimentadas por narrativas de desinformação, redes cada vez mais violentas passaram a atacar os direitos humanos, a ciência e a própria democracia no Brasil.

A juventude, por sua vez, amplamente conectada ao ambiente virtual, não sai ilesa da batalha ideológica travada na internet. A incitação a atos violentos e a disseminação de discursos de ódio nas redes sociais têm impulsionado cada vez mais episódios de apologia ao nazismo e ofensas misóginas e racistas nas escolas. Plataformas como o Discord e o Telegram são meios profícuos de recrutamento de jovens. Vale notar que o autor do ataque da última semana vestia uma máscara com estampa de caveira, marca registrada de um grupo neonazista americano, utilizada em outros dois atentados recentes, nas escolas em Aracruz (ES) e Suzano (SP). Isso não é mera coincidência.

Tais ataques se inserem, ainda, em um cenário de ampla flexibilização e defesa do acesso a armas pela população. Atrás desse incentivo ao armamento civil, há uma mensagem velada que reconhece o uso da violência como forma legítima de resolução dos conflitos. Não surpreende, portanto, que o estudante que realizou o atentado compartilhasse mensagens e vídeos portando armas e simulando ataques violentos em suas redes sociais. Ele inclusive estava planejando fazer o atentado com uma arma de fogo, mas não conseguiu.

Mas se, por um lado, as escolas refletem em certa medida as normas, os valores e as crenças da sociedade mais ampla, elas também são espaços de questionamento e construção de novas realidades. Não à toa, em regimes autoritários a educação é uma das áreas mais afetadas. A produção do pensamento crítico representa uma ameaça perigosa, pois é a principal matéria-prima da mudança.

Na última gestão, uma série de livros didáticos foi retirada de editais escolares, suprimindo temas como o compromisso com a agenda da não violência contra as mulheres e a promoção das culturas quilombolas e dos povos do campo. Professores relataram ingerências em áreas de estudo como sexualidade, direitos humanos e meio ambiente. Mais recentemente, pais pediram a retirada da obra de Djamila Ribeiro "Pequeno Manual Antirracista" da grade de um colégio em Niterói (RJ).

A escalada do ultraconservadorismo e da extrema direita no Brasil nos coloca diante de um cenário pouco animador, de crescentes ameaças nas escolas e às escolas, defesa do uso de armas, incitação da violência e censura ao debate crítico. Por outro lado, temos a oportunidade de mudar os rumos se encararmos a educação e, portanto, as escolas como espaços capazes de colocar nosso país em trilhos mais democráticos. E para isso a prática do diálogo, o espaço para o contraditório e o compartilhamento de ferramentas de resolução de conflitos são essenciais.

Se é na escola que aprendemos a conviver em sociedade, é nela também que, em grande parte, adquirimos as ferramentas para moldá-la.

DOM. Antonio Prata | SEG. Marcia Castro, Giovana Madalosso | TER. Vera Iaconelli | QUA. Ilona Szabó de Carvalho, Jairo Marques | **QUI. Sérgio Rodrigues** | SEX. Tati Bernardi | SÁB. Oscar Vilhena Vieira, Luís Francisco Carvalho Filho

Apuração liga mortes de indígenas a garimpo

Autoridades investigam óbitos de kanamaris com menos de 1 ano de idade e casos graves de diarreia associada a mercúrio

Vinicius Sassine

MANAUS Documentos da Sesai (Secretaria Especial de Saúde Indígena) e da Funai (Fundação Nacional dos Povos Indígenas) apontam mortes de crianças kanamaris com menos de um ano de idade por diarreia aguda e desidratação severa, em decorrência da atuação de dragas de garimpo numa das regiões mais preservadas da Amazônia.

Ofícios citam o agravamento de saúde, pela mesma causa, de outras crianças com menos de cinco anos e a morte de adultos katukinas, também por diarreia.

O caso ocorreu na região do médio rio Juruá e rio Jutaí, no Amazonas. Os kanamaris vivem na aldeia Igarapé Preto, um território não demarcado. Os katukinas estão na Terra Indígena Rio Biá, demarcada desde 1997, na região das cidades de Carauari e Jutaí.

Segundo os órgãos do governo federal, os óbitos estão associados ao garimpo ilegal de ouro e ao lançamento de mercúrio, resíduos sólidos e outros materiais pesados no rio usado pelos indígenas para as atividades cotidianas.

As mortes de duas crianças e o adoecimento de outras, numa possível relação com o garimpo feito por dragas, ocorreram no início do governo Jair Bolsonaro (PL), em 2019.

Mulheres e crianças indígenas em hospital de Boa Vista Michael Dantas - 30.jan.23/AFP

Em 2020, o MPF (Ministério Público Federal) e a PF (Polícia Federal) no Amazonas instauraram procedimentos para investigar os fatos. As apurações seguem em curso.

A Procuradoria fez diligências e cobrou ações de órgãos do governo federal para retirada das dragas, tendo encontrado resistência por parte do Exército. A PF afirmou que o processo é sigiloso e não deu informações sobre o andamento do inquérito.

O Ministério da Saúde no governo Lula (PT) disse, em nota, que "considera grave a situação legada pela gestão anterior à saúde indígena". "A Sesai apura com a coordenação do Dsei [Distrito Sanitário Especial Indígena] local os fatos mencionados na denúncia."

O Dsei Médio Rio Solimões e Afluentes é o responsável pela assistência em saúde na região. Partiu desse distrito as primeiras informações sobre os óbitos e adoecimentos de crianças kanamaris.

A Sesai, vinculada ao Ministério da Saúde, disse ter enviado três profissionais do Mais Médicos ao Dsei Médio Rio Solimões para reforçar o atendimento aos indígenas da região.

A existência de ofícios que documentam a ocorrência de mortes de indígenas em região preservada da Amazônia, e que relacionam os óbitos ao garimpo ilegal, mostra que a realidade vivida pelos yanomamis no governo Bolsonaro não foi um fato isolado.

O avanço do garimpo ilegal na maior terra indígena do Brasil, aceito e estimulado pela gestão passada, levou a uma crise humanitária e sanitária no território, com mortes de yanomamis por malária e doenças associadas à fome — desnutrição grave, diarreia aguda, pneumonia e infecções respiratórias.

Em 20 de janeiro, o governo Lula declarou estado de emergência em saúde no território. A PF abriu um inquérito para investigar o crime de genocídio contra os yanomamis.

O garimpo ilegal na terra yanomami é praticado principalmente por escavação na beira de rios, com o uso de maquinários pesados e com abastecimento logístico por meio de centenas de voos clandestinos. Na região do médio Juruá, a lógica é outra. A exploração de ouro é por dragas, que conseguem atuar na vastidão amazônica sem serem incomodadas por fiscalização ambiental.

Segundo informação da Funai repassada ao MPF ainda em 2018, a região onde está a Terra Indígena Rio Biá tinha mais de cem dragas operando no garimpo ilegal.

Duas dessas balsas, "com uma equipe significativa", faziam exploração ilegal de ouro nas margens do rio Biá, perto da aldeia Igarapé Preto, segundo ofício do Dsei Médio Solimões à Funai em 2019 — o documento foi anexado às investigações de MPF e PF.

O ofício cita consequências à saúde dos indígenas com o lançamento de mercúrio e outros metais pesados no rio. Em fevereiro de 2019, duas crianças kanamaris com menos de um ano morreram após um quadro de diarreia e desidratação.

A área de saúde indígena apontou ainda a existência de ameaças de garimpeiros para que os indígenas deixassem suas comunidades. E pediu uma ação urgente para retirada das dragas da região.

Em julho de 2020, o MPF enviou um ofício ao Exército em Tefé (AM), onde fica a 16ª Brigada de Infantaria de Selva, e pediu um monitoramento da calha do rio Biá, perto da aldeia Igarapé Preto, para identificação das dragas presentes. O Exército deveria fazer um sobrevoo e fornecer a real localização das balsas de garimpo ilegal, conforme o pedido dos procuradores.

A resposta dada, no mesmo mês, foi de que a brigada não tinha aviões disponíveis para fazer essa fiscalização, mas somente barcos.

O Ibama também foi cobrado. O órgão disse que as equipes de agentes estavam atuando com as Forças Armadas numa GLO (garantia da lei e da ordem), decretada pelo governo Bolsonaro para intervenção na Amazônia.

Obras federais como usinas e rodovias podem impactar 66% das terras demarcadas do país

PLANETA EM TRANSE

João Gabriel

BRASÍLIA Um estudo feito pelo Instituto Socioambiental (ISA) mostra que 397 terras indígenas podem ser impactadas por obras planejadas a nível federal, como a construção de rodovias, ferrovias e usinas hidrelétricas.

Esse número representa 66%, ou dois terços, dos 599 territórios com algum tipo de delimitação geográfica no banco de dados do ISA — há pouco mais de cem TIs no país sem área definida e que, por isso, não foram consideradas.

Segundo o estudo, assinado pelo pesquisador Antonio Oviedo, as terras são ameaçadas em média por quatro obras simultaneamente, e 67% delas podem ser impactadas por mais de um empreendimento.

Ainda pelo levantamento, 92 povos isolados podem ser impactados, considerando também grupos que ainda não têm sua existência confirmada pela Funai (Fundação Nacional dos Povos Indígenas).

O estudo consta no livro "Povos Indígenas no Brasil 2017-2022", lançado pelo ISA no final de março e que sintetiza a situação dessas populações nos últimos anos.

Oviedo considerou a chamada área de influência direta de um empreendimento, mesmo critério usado em estudos de licenciamento ambiental para cálculo do potencial de impacto de uma obra. "As usinas hidrelétricas e as estradas são os empreendimentos que mais geram impacto ou têm maior abrangência em termos de área impactada", afirma.

"As usinas afetam todo um regime hídrico, as vazões de rios, e isso tem impacto muito grande na segurança alimentar das comunidades. Elas também trazem muito fluxo de trabalhadores e abrem frentes de desenvolvimento regional que geralmente acabam trazendo junto atividades ilegais e aumentando a taxa de desmatamento", diz o pesquisador.

Quanto às estradas, ele lembra o caso da BR-163, que liga o Rio Grande do Sul ao Pará e, logo após o seu anúncio resultou na aceleração da grilagem nos arredores do seu percurso.

Ainda, rodovias que cortam florestas são de difícil fiscalização e facilitam o acesso a áreas de preservação, a exploração de seus recursos e a prática de crimes ambientais.

"A hidrelétrica no estado de Roraima, a linha de transmissão para ligar Roraima no sistema nacional de abastecimento e que corta a Terra Waimiri Atroari, e a BR-319, que tem uma área de influência com diversos territórios, são as obras de maior perigo", afirma, ressaltando esta última como a principal.

O licenciamento da BR-319, em especial do chamado trecho do meio — que corta o coração da floresta amazônica, no Pará—, foi debatido por anos e avançou durante o governo de Jair Bolsonaro (PL).

A liberação para as obras, porém, é questionada por ambientalistas. Além disso, os mesmos estudos que liberaram sua execução apontam o risco de aumento na grilagem, e os povos indígenas que vivem na região reclamam de não terem sido consultados sobre o tema, como prevê a lei.

A rodovia já foi defendida por Luiz Inácio Lula da Silva (PT) em anos anteriores. Em audiência no Senado, o ministro dos Transportes, Renan Filho, também deu declarações em seu favor, ponderando o potencial impacto ambiental.

O presidente do Ibama (instituto ambiental brasileiro), Rodrigo Agostinho, já afirmou, no entanto, que o empreendimento carece de estudos.

O levantamento do ISA considerou empreendimentos planejados registrados na Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica), no Dnit (Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes), na EPL (Empresa de Planejamento e Logística), na Antaq (Agência Nacional de Transportes Aquaviários) e no EPE (Empresa de Pesquisa Energética). No total, foram analisadas 648 obras.

Oviedo ressalta, ainda, que não há nesses bancos de dados informações sobre o andamento burocrático dos empreendimentos, que podem não sair do papel.

O projeto Planeta em Transe é apoiado pela Open Society Foundations

Impacto de obras do governo em terras indígenas

Obras	Quantidade	TIs impactadas	TI impactada por obra
Pequenas centrais hidrelétricas	419	143	0,34
Usinas hidrelétricas	85	87	1,02
Rodovias	72	258	3,58
Portos	44	56	1,27
Ferrovias	12	76	6,33
Linhas de transmissão	9	33	3,67
Dutos	7	10	1,43

Fonte: Instituto Socioambiental

Paulo Freire em 1963, quando começou o experimento em Angicos (RN) Arquivo Nacional/Fundo Correio da Manhã

Filme resgata história que deu origem ao método Paulo Freire em Angicos

Documentário, exibido nesta quarta no RN em evento dos 60 anos do método de alfabetização de adultos, será ampliado até o final de 2023

Fernanda Mena

TOULOUSE (FRANÇA) Há 60 anos, o educador Paulo Freire dava início a um experimento na pequena cidade de Angicos, no sertão do Rio Grande do Norte, que marcaria sua biografia e trajetória intelectual para sempre.

Foi lá que o filósofo testou e lapidou seu método de alfabetização de jovens e adultos que previa ensinar a ler e escrever em 40 horas a partir de palavras e situações do cotidiano local.

O sucesso desse laboratório pedagógico serviu de base para a teoria do conhecimento de Freire apresentada em obras que ganharam o mundo, como a célebre "Pedagogia do Oprimido" (1968), terceiro livro mais citado em ciências sociais no planeta, segundo estudo da London School of Economics (LSE), do Reino Unido.

Num tempo em que analfabetos não tinham direito a voto no Brasil, o resultado do processo emancipatório freiriano em Angicos produziria um índice revelador: ao final das 40 horas de aula, 300 alunos do curso se inscreveram para votar na zona eleitoral da cidade potiguar, que até então tinha apenas 800 eleitores cadastrados.

O êxito da experiência, que rendeu a Freire um convite do então presidente João Goulart para nacionalizar a iniciativa a partir do Ministério da Educação e Cultura, também gerou temores e desconfianças.

Depois do golpe de 1964, o governo militar prendeu Freire e encerrou abruptamente o projeto em Angicos. Rumores de que os alunos seriam igualmente perseguidos levaram os recém-letrados a queimarem cadernos e livros para que não restasse nenhum rastro de seus tempos de estudante.

Nos últimos anos, o educador foi tratado como inimigo público pelo ex-presidente Jair Bolsonaro e seu entorno. Neste ano, o governo paulista de Tarcísio de Freitas (Republicanos), alinhado ao bolsonarismo, decidiu mudar o nome de uma futura estação da linha 2-verde de Paulo Freire para Fernão Dias. O Ministério Público foi acionado e uma petição pública tenta reverter a medida.

Mas é sobre a revolução educacional semeada naquele sertão de que trata o documentário "Fonemas de Liberdade", da diretora norte-americana Catherine Murphy. O filme será exibido em Angicos nesta quarta-feira (5) durante as comemorações da experiência sexagenária.

A celebração dos 60 anos de Angicos terá a presença de ex-alunos do projeto pioneiro de Freire e de educadores que coordenaram as primeiras 40 horas de aulas no local, então batizadas de Círculos de Cultura. Muitos deles assistirão a seus próprios depoimentos para o documentário numa tela de cinema pela primeira vez.

"No mundo da educação e, em especial, da alfabetização de adultos, todos os caminhos levam a Paulo Freire", afirma a documentarista, que está no Brasil para aprofundar a investigação sobre o experimento de Angicos em um segundo filme sobre o berço do método freiriano.

"A obra de Paulo Freire é tão influente em todo o mundo, e em áreas tão diversas quanto saúde pública e teatro, que me pareceu importante entender concretamente qual foi o trabalho de base realizado por ele nas comunidades antes de publicar seus livros", explica Murphy.

Entre a concepção e a realização de "Fonemas de Liberdade", no entanto, teve uma pandemia. E a emergência da Covid-19 inviabilizou o cronograma de viagens e entrevistas para o filme.

Murphy havia participado de uma conferência internacional em Juazeiro do Norte (CE) no final de 2019, quando apresentou seu filme "Maestras", sobre as jovens professoras que atuaram na Campanha de Alfabetização de Cuba em 1961. Por analogia, o debate após a sessão foi sendo conduzido para o trabalho de base de Paulo Freire, declarado em 2012 patrono da educação brasileira.

"Muita gente na plateia havia trabalhado com Freire no seu retorno do exílio, em 1979, e emergiu a queixa de que não havia um filme de igual porte sobre as origens do método freiriano", relata. "Eu, na hora, me comprometi a trabalhar com eles no projeto de um documentário sobre o tema", lembra ela, que em 2004 fundou a produtora The Literacy Project, voltada à investigação de projetos de alfabetização na América Latina.

A obra de Paulo Freire é tão influente em todo o mundo, e em áreas tão diversas quanto saúde pública e teatro, que me pareceu importante entender concretamente qual foi o trabalho de base realizado por ele nas comunidades antes de publicar seus livros

Catherine Murphy
diretora do documentário 'Fonemas de Liberdade'

Poucos meses depois, no entanto, o mundo se fechava para conter o novo coronavírus. "Como a pandemia não dava sinal de arrefecimento, mergulhamos nos arquivos existentes sobre Angicos para começar um filme sem filmagens", explica.

Murphy encontrou imagens de época, depoimentos de Freire sobre o método, entrevistas com alunos de diversas idades, explicações de coordenadores dos Círculos de Cultura. "Foram usadas 16 fontes diferentes, inclusive registros originais das aulas feitos pelo jornalista Luiz Lobo à época e que só sobreviveram à ditadura porque foram escondidos no quintal da casa de um amigo dele", revela.

O resultado é um amarrado emocionante sobre o nascimento do método Paulo Freire e o impacto da alfabetização na vida dos sertanejos de Angicos.

"Era preciso desafiar os grupos de adultos analfabetos a partir de certas representações da realidade concreta que eles experimentavam", explica Freire no filme, apontando para os desenhos utilizados nas aulas para apresentar questões aos estudantes. "Os analfabetos, em primeiro lugar, se reveem na situação concreta de sua experiência existencial [...] e percebem que transformar a realidade com seu trabalho, com sua ação e sua reflexão é uma forma de criar e recriar o mundo, portanto, de assumir um papel de sujeito transformador e não de objeto."

Com o fim da pandemia, Murphy reuniu uma equipe de mulheres latino-americanas e vem realizando investigações e entrevistas pelo Brasil para complementar e ampliar sua extensa pesquisa de arquivos com material original.

"Nessa jornada, o mais excitante foi mergulhar na experiência concreta de Freire na comunidade, algo fascinante e extremamente relevante para o Brasil e o mundo de hoje", diz. "A partir dessas experiências pioneiras é possível retomar debates essenciais sobre o que é educação e ao que ela se presta e que tipo de formação queremos para nossa sociedade. O trabalho de Paulo Freire toca em tudo isso."

Google Earth mostra avanço do desmate na Amazônia

Gigante da tecnologia também vai lançar sistema de alertas para incêndios em parceria com o Inpe

Jéssica Maes

BELÉM O Google anunciou nesta terça-feira (4) que o Google Earth passou a incluir imagens do avanço do desmatamento na Amazônia até 2022. A atualização da plataforma com dados desde 2020 possibilita acompanhar o avanço da destruição da floresta, que teve índices recordes no governo Jair Bolsonaro.

A gigante da tecnologia também divulgou o lançamento de um sistema de detecção precoce para incêndios, em parceria com o Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), e a ampliação dos alertas para inundações, em colaboração com o Serviço Geológico do Brasil (CPRM).

Os anúncios foram feitos no evento Sustentabilidade com Google - Amazônia, que acontece em Belém.

Com registros de imagens de satélite desde 1984, o Google Earth dispõe de ferramenta de timelapse que, agora, mostra com detalhes as mudanças ocorridas na cobertura florestal nos últimos dois anos.

O mecanismo utilizado para gerar as imagens, o Google Earth Engine, já é usado por pesquisadores para monitorar o uso de recursos naturais, como no caso da plataforma Mapbiomas. O projeto foi criado em 2019 e realiza mapeamento anual do uso do solo e da superfície de água, além do monitoramento mensal das cicatrizes de fogo.

"Esse tipo de série histórica também é útil para que comunidades locais chamem atenção para os seus problemas", aponta Rebecca Moore, diretora das iniciativas geoespaciais do Google.

Um dos primeiros povos a usar a ferramenta foram os paiter suruís.

"A tecnologia hoje é muito importante para nós, povos indígenas, não só na proteção de territórios, mas também para levar a nossa cosmologia e o nosso entendimento de mundo para outros lugares, que acham que só existe o mundo deles", afirma a ativista Txai Suruí, que também é colunista da **Folha**.

Ela diz ainda que voltar os olhares para a floresta ajuda a mostrar que a luta para manter a Amazônia de pé é coletiva e que as respostas para isso estão no conhecimento tradicional. "Se existe um futuro, ele é ancestral."

O histórico de buscas no site mostra o aumento pelo interesse em temas de meio ambiente. Nos últimos dez anos, as buscas no Google pelo termo "Amazônia", por exemplo, subiram mais de 80% no Brasil. No mundo, a alta foi de mais de 40%. Além disso, "tempo" e "clima" estão entre as dez palavras mais buscadas no país desde o início da série histórica, em 2004.

A pedagoga amapaense Nubia Quilombola explica que o mapeamento feito pelo Google Earth possibilitou apontar exatamente onde estão lacunas e conflitos. "Nós pudemos mostrar: aqui falta escola, aqui morreu quilombola [em disputa] por terra, por exemplo", afirma.

"Nós levamos a Universidade Federal do Amapá para ministrar cursos preparatórios para professores e pesquisadores para combater o racismo ambiental", conta. "Só assim a gente percebeu como a falta de vontade do poder público exclui o nosso povo da Amazônia", completa.

Para o novo sistema de detecção de incêndios, será usada inteligência artificial que identifica focos de fogo em estágios iniciais por meio de imagens de satélite. O combate precoce facilita a contenção das queimadas, evitando a liberação de grandes quantidades de CO_2 na atmosfera.

O projeto ainda está na fase inicial, de desenvolvimento do modelo, e não há previsão para que entre em vigor.

Já os alertas de inundações, que operam no Brasil desde 2022, foram ampliados e passaram a incluir 65 localidades. O sistema emite avisos em tempo real na página de busca e no Google Maps quando chuvas fortes merecem atenção.

A repórter viajou a convite do Google

Esse tipo de série histórica também é útil para que comunidades locais chamem atenção para os seus problemas

Rebecca Moore
diretora das iniciativas geoespaciais do Google

Área desmatada no município de Apuí, no sul do Amazonas Lalo de Almeida - 20.ago.20/Folhapress

equilíbrio

Corredor se exercita no parque Ibirapuera, na zona sul de São Paulo Danilo Verpa - 3.dez.20/Folhapress

Peso não é a única maneira de avaliar condicionamento físico

Testes cardíacos, metas cumpridas e atividades cotidianas podem refletir aptidão

Dana G. Smith

THE NEW YORK TIMES Praticar exercício é uma das melhores coisas que você pode fazer por sua saúde mental e física. Mas, frequentemente, o único critério que as pessoas usam para avaliar seu progresso é seu peso. Esta não é a forma mais precisa para avaliar a aptidão física e pode ser carregada de bagagem emocional.

Para começo de conversa, a massa muscular é mais densa que a gordura. Portanto, se você pratica muito treino de força, os números na balança podem subir quanto mais você malha. Além disso, pesquisas sugerem que o tamanho do corpo não necessariamente tem correlação com a saúde.

"A aptidão física é mais importante para sua saúde cardiovascular e metabólica que a obesidade. Também é mais importante para o risco geral de morbidade e mortalidade", diz Lee Soner, professor-adjunto de fisiologia do exercício na Universidade da Carolina do Norte em Chapel Hill.

Por sorte, existem critérios mais precisos (e menos causadores de ansiedade) que você pode usar para avaliar sua saúde e condicionamento físico.

Para medir sua aptidão física, é útil começar definindo o que esse termo significa para você. Do ponto de vista fisiológico, a aptidão física pode ser definida como "quão bem o coração, os pulmões e o sistema cardiovascular fornecem e utilizam oxigênio", indica Stoner.

A maneira mais fácil de avaliar isso é com a frequência cardíaca. A maioria dos smartwatches no mercado medem a frequência cardíaca relativamente bem, embora existam alguns receios de que os produtos não sejam igualmente precisos para pessoas de pele mais escura. Você também pode medir sua frequência cardíaca manualmente, no pulso ou no pescoço, contando o número de batidas que detecta em 15 segundos e multiplicando esse número por quatro.

A frequência cardíaca em repouso é o número de vezes que seu coração bate por minuto quando você não está fazendo um esforço físico. Quanto melhor sua aptidão cardiovascular, mais baixa provavelmente será sua frequência cardíaca em repouso, porque o coração conseguirá bombear mais sangue com cada batida. Menos batidas significam que o coração está funcionando com mais eficiência, bombeando a mesma quantidade de sangue pelo corpo com menos esforço.

Uma frequência cardíaca normal em repouso para adultos saudáveis é entre 60 e 80 batidas por minuto. Os atletas normalmente têm frequência em repouso mais baixa, que pode às vezes cair para menos de 60. Se sua frequência em repouso é superior a 80, a prática regular de exercício aeróbico pode ajudá-lo a reduzi-la com o tempo.

Você também pode medir sua frequência cardíaca após uma sessão de exercício e monitorar como ela muda de semana em semana, especialmente se você segue a mesma rotina de exercício, como uma aula regular ou uma corrida por uma trajetória fixa em seu bairro.

> À medida que sua aptidão física for melhorando, você verá que a frequência cardíaca com a mesma intensidade de exercício vai diminuir. Portanto, a frequência cardíaca é um bom critério e é algo que qualquer pessoa pode medir facilmente
>
> **Christopher Lundstrom**
> professor de ciência do esporte na Universidade de Minnesota

"À medida que sua aptidão física for melhorando, você verá que a frequência cardíaca com a mesma intensidade de exercício vai diminuir", pontua Christopher Lundstrom, professor de ciência do esporte e exercício na Universidade de Minnesota. "Portanto, a frequência cardíaca é um bom critério e é algo que qualquer pessoa pode medir facilmente."

Outro critério relacionado à frequência cardíaca que vale a pena acompanhar é a variabilidade, que pode ser avaliada usando smartwatches mais avançados ou um rastreador de atividade. A variabilidade mede quanto sua frequência cardíaca flutua de uma batida para a seguinte. Quanto maior, melhor é sua saúde cardiovascular.

Frequentemente pensamos no coração como um metrônomo, batendo em ritmo regular, mas na realidade há pequenas variações no comprimento de cada batida e nos intervalos entre elas.

"Uma variabilidade muito baixa em repouso mostra que o coração está se esforçando ao máximo só para continuar funcionando direito", aponta Lundstrom. "Quanto maior sua aptidão física, mais seu coração é capaz de adaptar e se ajustar rapidamente às demandas diferentes.

VO_2 max (volume de oxigênio máximo) é a avaliação mais precisa da saúde cardiorrespiratória. Ela mede a capacidade do coração e dos pulmões de receber oxigênio, distribuí-lo pelo corpo e convertê-lo em energia celular. Esse exame normalmente é realizado em laboratório e requer equipamentos especiais, mas existem testes que podem ser feitos em casa —como o teste do degrau de três minutos, que envolve subir e descer um degra— que podem oferecer uma estimativa aproximada.

A aptidão física também pode ser definida como "métricas de desempenho e maximização da força, potência e resistência", diz Lundstrom. Definir e atingir metas de exercício talvez seja a estratégia mais concreta para monitorar seu progresso em termos de força e resistência.

Os testes de aptidão física são uma maneira útil de fazer isso porque lhe dão uma referência de desempenho inicial —baseada em sua habilidade, não na de outra pessoa— com a qual você pode comparar resultados futuros.

Quando você inicia um novo programa de treinamento, escolha um teste que reflita suas metas de aptidão física. Por exemplo, se você quiser aumentar sua força abdominal, pode medir por quanto tempo consegue ficar na posição prancha. Se seu objetivo é melhorar seu condicionamento total, conte quantos burpees consegue fazer em um tempo determinado.

Complete o teste na primeira sessão de malhação para determinar seu nível inicial. Depois repita o teste todos os meses para ver quanto você progrediu. À medida que sua força e sua aptidão cardiovascular forem aumentando, você deve conseguir completar mais repetições ou superar seu tempo inicial.

Outra maneira de medir ganhos de força é quanto peso você consegue usar em um movimento isolado, como uma rosca bíceps. Se você está aumentando o peso gradativamente e ainda está fazendo o movimento de modo seguro e correto, pode supor que seu músculo está se fortalecendo.

Para avaliar a resistência, a treinadora de corrida e força Amber Harris, de Kansas City, no Kansas, faz seus clientes fazerem a velocidade e a distância. Ela geralmente faz os iniciantes começarem com treino intervalado, em que eles correm um minuto e depois caminham por dois. Para monitorar a resistência nessa fase, ela mede a distância que o cliente consegue cobrir em seus intervalos de um minuto e o desafia a aumentar seus intervalos, correndo por dois, três ou quatro minutos antes de diminuir o passo e caminhar.

A velocidade e a distância são igualmente importantes para corredores mais experientes. Harris recomenda que à medida que você avança em sua prática, veja quanto tempo você leva para correr 1 km e se consegue aumentar a distância que corre de uma semana para a semana seguinte.

"Todas essas são maneiras pelas quais você pode avaliar se está melhorando sem se preocupar em saber 'será que minha cintura está diminuindo? Minhas roupas estão encolhendo?'", afirma Harris. "No esquema maior das coisas, isso não é importante para mim."

Outro critério útil é até que ponto você acha o treino difícil. Você fica ofegante depois ou o treino é fácil? Os treinadores chamam a isso a percepção subjetiva do esforço, também conhecida como RPE ou escala de Borg.

O RPE vai de 1 a 10, sendo 1 praticamente esforço nenhum, e 10 o esforço máximo que você consegue manter por um período curto de tempo. Para um RPE de 5 ou menos, você deve ser capaz de participar de uma conversa, se bem que com dificuldade crescente. Seis ou mais é mais cansativo, e sua respiração deve ficar ofegante. Você saberá que sua aptidão cardiovascular está melhorando se um exercício que você antes teria classificado como RPE 8 cai para RPE 5.

Segundo Lundstrom, o RPE já "demonstrou ser um critério muito útil para monitorar uma pessoa ao longo do tempo. Eu treino muitos atletas e, por mais que eu seja especializado em ciência do esporte, ainda estou interessado em saber como eles se sentiram —provavelmente mais que qualquer outro dado."

Quando se trata de fazer exercício para beneficiar sua saúde e seu estilo de vida, os critérios mais importantes podem ser aqueles que você nota fora da academia, como se você consegue carregar seu filho no colo com facilidade ou se consegue subir três lances de escadas sem ficar ofegante.

A personal trainer certificada e instrutora de fitness em grupo Jamie Carbaugh frequentemente trabalha com idosos. Ela define a aptidão física com uma pergunta: "Você consegue desempenhar as funções que quer ser capaz de desempenhar em sua vida?".

Em vez de enfocar a estética, seus clientes —o mais velho tem 105 anos— priorizam a capacidade. Por exemplo, uma mulher queria melhorar sua resistência para que conseguisse andar até o altar no casamento de sua neta.

Justice Williams, diretor e treinador chefe da Fitness4AllBodies, disse que uma de suas clientes soube que havia progredido porque conseguiu erguer e acomodar sua mala no compartimento superior de um avião sem precisar pedir ajuda a ninguém.

"Ela ficou tão animada com isso que quando desceu do avião e foi para o hotel ela me ligou e contou", diz.

Tradução de Clara Allain

Ovos de Páscoa têm alto teor de açúcar e gordura

Principais marcas do mercado extrapolam a recomendação da Anvisa para as substâncias, segundo dados do Idec

Livia Inácio

CURITIBA Pela primeira vez no Brasil, ovos de Páscoa levam alertas na embalagem se tiverem alta concentração de gordura saturada, açúcar adicionado e sódio. Em outubro do ano passado, a Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) determinou que o excesso desses componentes fosse mencionado na parte superior frontal dos alimentos. Os produtos que já estavam no mercado teriam 12 meses para implantar o selo, se necessário, mas lançamentos deveriam seguir a norma de imediato.

Em 2023, os selos de "Alto em gordura saturada" e "Alto em açúcar adicionado" imperam nos ovos de chocolate, segundo uma pesquisa do Idec (Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor). O órgão analisou 31 produtos das marcas Lacta, Arcor, Nestlé, Linea e Ferrero, constatando que 87% deles já seguiam as novas regras e todos os itens atualizados possuíam quantidade de gordura saturada e açúcar adicionado acima do recomendado pela Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária). Com relação ao sódio, não foi identificado excesso.

Levam o selo chocolates com 15 gramas ou mais de açúcar adicionado e 5 gramas ou mais de gordura saturada por 100 gramas do alimento. Além dos alertas, a agência regulou estipulou mudanças na tabela nutricional, como a padronização das cores para fundo branco e letras pretas, ajudando na leitura, e nas alegações positivas dos produtos, evitando informações conflitantes que possam confundir o cliente.

Embora o açúcar adicionado esteja presente em todos os ovos analisados pelo Idec, é possível encontrar no mercado itens livres desse componente, como ocorre na marca paulistana Luckau, na Kopenhagen e na Brasil Cacau, que oferecem produtos sem o selo de "alto em açúcar adicionado". A presença excessiva de gordura saturada, por outro lado, é mais comum.

Mas o excesso dos três nutrientes críticos presentes na norma da Anvisa não deve ser o único fator analisado na hora da compra, mesmo que esteja associado a um maior índice de DCNTs (doenças crônicas não transmissíveis) como hipertensão e diabetes, lembra a nutricionista Laís Amaral, do Idec. A lista de ingredientes, que está sempre em ordem de quantidade no rótulo, precisa ser levada em conta.

A predominância de emulsificantes e aromatizantes na composição, usados para tornar o alimento mais atraente, inserem os produtos na categoria dos ultraprocessados, igualmente nocivos à saúde. Uma revisão publicada em 2020 no British Journal of Nutrition, por exemplo, identificou relação entre o consumo desse tipo de produto a um maior risco de síndrome metabólica, sobrepeso, obesidade, doenças cardiovasculares, depressão e mortalidade geral. Por esses motivos, ultraprocessados não são recomendados pelo Guia Alimentar para a População Brasileira, que estabelece diretrizes alimentares oficiais no país.

A nutricionista reforça ainda que é importante estar atentos a mudanças de formulação que possam prejudicar o consumidor. No Chile, que aderiu aos alertas frontais para os mesmos nutrientes que o Brasil, o açúcar adicionado tem sido gradualmente substituído nas fórmulas por adoçantes, que pesquisas indicam que o excesso pode ser nocivo para o organismo. "Isso corre o risco de acontecer em breve por aqui", prevê Amaral.

O equilíbrio no consumo é outro ponto a ser analisado. Por estar vinculado a festas, os ovos de Páscoa tem um valor afetivo que deve pesar na decisão, diz a nutricionista Sophie Deram, doutora em endocrinologia pela Faculdade de Medicina da USP (Universidade de São Paulo). A profissional aconselha que a pessoa consuma o chocolate de que mais gosta, mas em pequena quantidade, usando os rótulos como apoio para essa escolha.

A especialista cita o exemplo das crianças. "É comum vê-las ganhando muitos ovos de Páscoa, um de cada membro da família. Esse excesso faz mal e vale mais dar apenas um ovo que as tenha encantado do que cinco, oito ou dez que elas nem tenham pedido", afirma.

Procurada pela **Folha**, a Abicab (Associação Brasileira da Indústria de Chocolates, Amendoim e Balas), que representa as indústrias do setor, afirma que o segmento está empenhado na melhoria de seus processos. A entidade também recomenda o consumo moderado dos chocolates.

ESPORTE AO VIVO | **16h** Barcelona x Real Madrid, Copa do Rei, STAR+ | **19h** Aucas x Flamengo, Libertadores, ESPN/STAR | **21h30** Bolívar x Palmeiras, Libertadores, GLOBO/ESPN/STAR+

Beach tennis, moda do verão no Rio, ganha adeptos o ano inteiro

Há 80 quadras para o esporte nas areias cariocas, número maior ao de espaços dedicados a futevôlei e vôlei de praia

Yuri Eiras

RIO DE JANEIRO O trecho da praia de Copacabana na altura da rua Figueiredo de Magalhães, no Rio de Janeiro, foi ocupado por um grupo de amigos, com música ao vivo, churrasco e um vaivém frenético de bolinhas no ar. Era um encontro de praticantes do beach tennis, modalidade esportiva que tomou o litoral brasileiro.

O esporte, uma variação praiana do tênis convencional, ganha mais adeptos a cada verão e deve se estender para as demais estações do ano. Em boa parte da orla da cidade, da praia do Flamengo à Barra da Tijuca, há quadras e escolas.

No Rio, a modalidade já não está relegada a um cantinho na areia. Segundo a Secretaria Municipal de Esportes, hoje há 80 quadras de beach tennis nas praias da cidade, mais do que quadras de futevôlei (70) e vôlei de praia (48). As escolas se multiplicaram.

Quem pratica afirma que o maior ganho é na vida social. "O beach tennis agrega duas coisas muito importantes: esporte e sociabilidade. Tira até a vontade de consumir álcool", diz Paulo César Aguiar Gomes, 64, funcionário público que descobriu a modalidade ao retornar para o Rio de Janeiro, em 2016, depois de uma temporada em Goiânia.

Criado na Itália e visto no litoral do Brasil a partir de 2008, o beach tennis é uma espécie de versão competitiva do frescobol, modalidade criada nas praias do Rio em que duas pessoas usam uma raquete de madeira para golpear a bola, sem deixá-la cair.

Por não haver contagem de pontos, no frescobol não existem vencedores. O escritor e jornalista Millôr Fernandes, morto em 2012, atribuía para si a invenção do esporte, praticado desde a década de 1960.

Mas o tênis de praia ganhou fama e divulgação. Hoje, há circuitos nacionais para quem atua competitivamente, transmissão de campeonatos na internet e na TV e quadras instaladas longe do litoral, como na região da avenida Faria Lima, em São Paulo.

Não é um esporte barato. As raquetes, feitas de fibra de vidro ou carbono, não saem por menos de R$ 300, em versão para iniciantes. As peças mais profissionais passam de R$ 1.000. Nas escolinhas, os planos mensais custam cerca de R$ 250 e podem ficar mais caros a depender do bairro.

O jogo é dividido por pontos, games e sets, em contagem parecida com a do tênis convencional. Já o espírito esportivo, em que todos participam e saem felizes, vem do frescobol.

"Eu já jogava tênis, e alguns amigos migraram para o beach tennis. Resolvi conhecer e percebi que era um ambiente mais agradável. O círculo social que a gente cria é muito importante aqui", afirma o administrador Hugo Miada, 39, praticante da modalidade há oito anos, em Ipanema.

Duplas mistas, formadas por homens e mulheres de idades diferentes, não são só permitidas como encorajadas.

A arquiteta Vânia Jacobina, 52, descobriu o esporte há cinco anos, chegou a ser professora substituta de uma escolinha para evitar a debandada de alunos e hoje organiza eventos e competições do Atytude Beach Tennis, em Copacabana, onde, em alguns finais de semana, praticantes se reúnem para um churrasco e um "play" —equivalente à pelada, na língua do futebol.

"Você quer ganhar, mas torce pelo outro. O bonito é ver todas as idades e corpos. Você pode começar tarde e, mesmo assim, vai ser encorajado a ficar e se dar bem", diz a arquiteta.

Para o GAE (Grupo Ação Ecológica), o aumento de quadras de beach tennis gerou um problema urbanístico. "É uma descaracterização total do aspecto paisagístico da cidade", afirma o advogado Rogério Zouein, diretor do grupo, que pretende entrar com uma representação na Promotoria do Rio para que a prefeitura formule um plano de uso e manejo da praia.

"A areia é uma área de preservação permanente, e a lei do município diz que a paisagem é o maior patrimônio. Mas a praia hoje é um descaso do poder público. Pessoas colocam quantas redes querem. Um triste espetáculo de como não se tratar a praia do Rio de Janeiro. Pensamos na possibilidade de o Ministério Público exigir à prefeitura um ordenamento efetivo no uso", acrescenta Zouein.

A prática foi regularizada pela prefeitura em 2021, o que garantiu o uso de espaços predeterminados, dias e horários estabelecidos para os treinos.

Alunas praticam durante aula no Atytude Beach Tennis na, praia de Copacabana, no Rio de Janeiro Eduardo Anizelli/ Folhapress

SANTOS ESTREIA NA SUL-AMERICANA COM 1 A 0 CONTRA O BLOOMING
Na Bolívia, único gol foi marcado aos 52 do 2º tempo por Eduardo Bauermann; adversário teve o goleiro Braulio Uraezaña expulso por falta em Marcos Leonardo Aizar Raldes/AFP

Massa reage a falas de Ecclestone e estuda ir à Justiça por título de 2008

SÃO PAULO O piloto Felipe Massa diz que estuda opções legais para ser reconhecido como campeão mundial de F1 após Bernie Ecclestone, ex-chefão da categoria, ter admitido que, durante a temporada de 2008, teve conhecimento do escândalo no GP de Singapura, mas decidiu não expor na época para proteger a imagem do campeonato.

A informação sobre a intenção de Massa foi divulgada nesta terça (4) pelo site Motosport e confirmada pela **Folha**. Segundo o piloto, não lhe "interessa o lado financeiro nessa história e sim a justiça", disse ele, em nota enviada por sua assessoria.

"A corrida de Singapura afetou diretamente todo o automobilismo brasileiro. Como um título mundial poderia ter alavancado o automobilismo brasileiro nos últimos 15 anos? Nunca mais teremos essa resposta." Na temporada, o brasileiro Nelson Piquet Jr. colidiu de forma proposital durante a etapa no circuito de Marina Bay para beneficiar seu companheiro de equipe, o espanhol Fernando Alonso. Ao bater no muro, o filho do tricampeão mundial Nelson Piquet seguia ordens de seu chefe na Renault, Flavio Briatore, e do engenheiro Pat Symonds, conforme disse em seu depoimento à FIA (Federação Internacional de Automobilismo).

Massa liderava a prova no momento da batida e, de forma indireta, foi prejudicado. Como a direção da corrida acionou a bandeira amarela, a Ferrari o chamou para os boxes, mas o liberou para voltar à pista sem retirar a mangueira de reabastecimento. O brasileiro foi punido e terminou a corrida em 13º.

Naquele ano, ele disputou o título com o inglês Lewis Hamilton, então na McLaren, que levou o título na última etapa, no Brasil, por uma diferença de um ponto.

Em entrevista ao site alemão F1 Insider, Ecclestone afirmou que não considera Hamilton um heptacampeão, pela polêmica de Singapura. E admitiu que ele e Max Mosley, o ex-chefe da FIA, abafaram o caso.

"Tínhamos informação suficiente na época para investigar. De acordo com os estatutos, deveríamos ter cancelado a corrida em Singapura sob essas condições. Isso significa que [o GP] nunca teria acontecido para a tabela de classificação. Felipe Massa teria sido campeão, não Hamilton."

Quando o caso foi descoberto, Briatore foi banido da F1, porém a decisão foi revertida pelo Tribunal de Grande Instância de Paris. Nelsinho foi demitido da Renault em 2009, mas não foi punido pois contribuiu com as investigações. O filho de Nelson, no entanto, nunca mais correu na categoria. **Luciano Trindade**

Acasos mudam uma partida

Como no Fla x Flu, vitória do Atlético-MG sobre América-MG veio nos detalhes

Tostão

Cronista esportivo, participou como jogador das Copas de 1966 e 1970. É formado em medicina

O trabalho diário e as estratégias utilizadas pelos treinadores têm enorme importância, mas o futebol é muito mais que isso. É também um esporte físico, psicológico, surpreendente e, principalmente, de talento individual. Os jogadores executam os fundamentos técnicos e fazem as escolhas, muitas vezes, em um piscar de olhos. Detalhes técnicos e acasos mudam a história de um jogo, de um campeonato e até do futebol.

Por causa dessa multiplicidade de fatores e incertezas, não há mais lugar para lugares-comuns, como os de que Vítor Pereira ganhou o duelo contra Fernando Diniz. Alguém deve ter dito que o técnico do Flamengo deu um "nó tático" no do Fluminense.

Como se esperava, foi uma partida equilibrada. Se Arias, sozinho diante do goleiro, tivesse feito o gol nos primeiros 20 minutos, quando o Fluminense era superior, as análises pós-jogo provavelmente seriam diferentes.

Penso que o Flamengo, ao jogar com três zagueiros e dois alas que defendem e atacam pelos lados, poderia ter atuado com Everton Ribeiro no lugar de Cebolinha e Gabriel no de Matheus França. Não haveria problemas de posicionamento e o time ficaria mais forte.

Atuar com três zagueiros e dois alas não é, obrigatoriamente, a melhor nem a única alternativa para jogar com dois jogadores pelos lados que marcam e atacam. A maioria das equipes do mundo usa dois zagueiros, dois laterais e dois meias abertos em vez de dois alas.

A vitória do Atlético sobre o América foi decidida também nos detalhes. Enquanto o América tinha 11 jogadores havia equilíbrio. A finalização de Hulk, no gol da vitória por 3 x 2, foi precisa. Se fosse outro atacante, provavelmente chutaria forte, no peito do goleiro, e muitos diriam que foi uma espetacular defesa.

O Água Santa venceu o Palmeiras nos detalhes e porque foi superior. Mais uma vez, o Palmeiras atacava, perdia a bola e deixava grandes espaços na sua intermediária para o adversário trocar passes e envolver a defesa. Isso ocorre pelos excessivos avanços de Gabriel Menino, que joga mais como um meia-atacante do que como um meio-campista, e pelo posicionamento mais recuado dos zagueiros quando o time ataca.

Como o Palmeiras possui outras muitas virtudes, coletivas e individuais, vence quase todas as partidas contra adversários brasileiros e sul-americanos. Mas se corrigisse o erro seria ainda mais forte. Existe um endeusamento exagerado do time por causa da conquista de tantos títulos. Nas vitórias existem também deficiências.

A vitória do Água Santa sobre o Palmeiras, o empate do Caxias contra o Grêmio e as vitórias, cada vez mais frequentes, de times inferiores contra os superiores, no Brasil e no mundo, são demonstrações da importância do crescimento técnico e da evolução das estratégias dos times pequenos. Eles não se contentam mais em jogar na retranca e ganhar por 1 x 0. Querem mostrar um bom futebol.

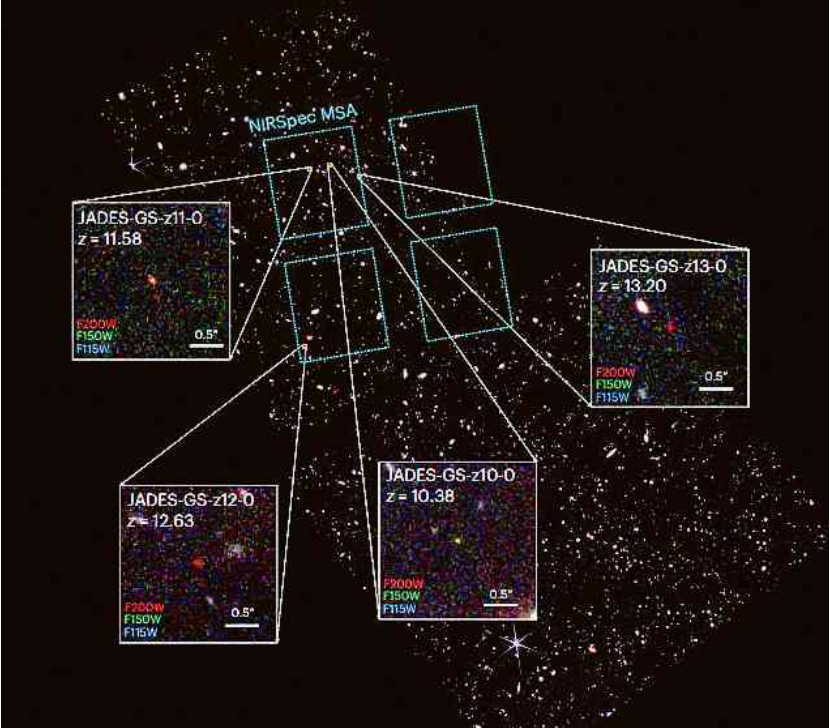
Há jogos demais, no Brasil e em todo mundo. Não dá para assistir a tudo. Recorro às opiniões de comentaristas de que gosto e com quem aprendo. Sinto falta do PVC, que via quase diariamente nas transmissões ao vivo das partidas e nos programas esportivos da televisão. Às vezes, sento no sofá para assistir a um jogo e só aí descubro que não tenho acesso ao canal ou não sei as emissoras ou dezenas de streamings onde a partida será mostrada. Estou perdido neste mundo tecnológico. Ainda bem que pessoas próximas e queridas me salvam.

James Webb localiza galáxia mais distante do Universo formada cerca de 320 milhões de anos após o Big Bang

Juliette Collen e Daniel Lawler

PARIS | AFP O telescópio James Webb localizou a galáxia mais distante já identificada, que remonta à expansão inicial do Universo, 320 milhões de anos após o Big Bang, de acordo com estudos publicados nesta terça-feira (4).

Os primeiros resultados do James Webb (JWST na sigla em inglês), em funcionamento desde julho de 2022, identificaram inúmeras galáxias "candidatas" através do espectro infravermelho, um comprimento de onda invisível ao olho humano que permite voltar muito mais longe no tempo, ou seja, ajuda a identificar suas idades através de sua luminosidade.

O aparato espacial tem uma poderosa capacidade de observação infravermelha que, combinada com a espectroscopia —que analisa a luz de um objeto para determinar seus elementos químicos—, identificou "inequivocamente" a existência de quatro galáxias.

As quatro galáxias mais distantes identificadas pelo James Webb Jades/Goods-S/JWST/NIRCam/Nasa

Todas estão muito distantes, com idades que variam entre 300 e 500 milhões de anos após o Big Bang (que ocorreu há 13,8 bilhões de anos), segundo dois estudos publicados no jornal Nature Astronomy.

Naquela época, o Universo tinha apenas 2% de sua idade atual e passava pelo que os cientistas chamam de período de reionização: após uma fase conhecida como "idade das trevas", ele voltou à atividade e passou a produzir uma grande quantidade de estrelas.

A galáxia mais distante localizada pelo JWST, batizada de Jades-GS-z13-0, se formou 320 milhões de anos após o Big Bang e sua luz é a mais afastada já observada até hoje pelos astrônomos, explicou à AFP o cientista Stéphane Charlot, do Instituto de Astrofísica em Paris, um dos autores do estudo.

O telescópio espacial também confirmou a existência da galáxia GM-z11, cerca de 450 milhões de anos após o Big Bang, que já tinha sido detectada pelo telescópio Hubble.

As quatro galáxias observadas são de massa muito baixa, apenas cem milhões de vezes a massa do Sol, em comparação ao 1,5 trilhão da Via Láctea. Entretanto, são "muito ativas quando se trata de formar estrelas, proporcionalmente à sua massa", detalha o astrofísico.

A formação destas estrelas está acontecendo "aproximadamente no mesmo ritmo da Via Láctea", uma velocidade "surpreendente naquela fase inicial do Universo", comenta o pesquisador.

Estas galáxias são, por outro lado, "muito pobres em metais", uma descoberta que confirma teorias clássicas da cosmologia de que quanto mais próximas à origem do Universo, menos tempo estas estrelas tiveram para formar moléculas complexas.

A nova contribuição do JWST é "uma proeza tecnológica", diz Pieter van Dokkum, astrônomo da Universidade de Yale, em um comentário anexado ao estudo.

"Todos os meses" o telescópio ultrapassa "as fronteiras da exploração", analisa.

Em fevereiro, o JWST também identificou um grupo de seis galáxias de 500 a 700 milhões de anos de idade após o Big Bang, aparentemente muito mais massivas do que o esperado. Se suas existências forem confirmadas pela espectroscopia, isso poderia questionar algumas das teorias sobre a formação do Universo.

JOVENS TENTAM OBSERVAR CELEBRAÇÃO DO DIA DA INDEPENDÊNCIA DO SENEGAL
O grupo subiu no topo de uma árvore na capital Dacar, para tentar acompanhar comemoração do 63º ano da independência do país John Wessels/AFP

ACERVO FOLHA

Há 100 anos
5.abr.1923

No RS, Exército protege prédios nacionais

Soldados do Exército estão guardando propriedades nacionais, como os edifícios do Correio, Telégrafo e Banco do Brasil, no Rio Grande do Sul. O estado é palco de conflito entre rebeldes que querem destituir o governador estadual, Borges de Medeiros, e tropas que o apoiam (a região militar que abrange o estado gaúcho, no entanto, declarou neutralidade na disputa).

Também foram tomadas providências pelo Exército a fim de evitar um possível combate na Vila de Ibirapuitã. Um acampamento do corpo provisório da Brigada Policial (que apoia o governador) foi visto por uma pessoa que passou pelo arroio de Ibirapuitã.

Folha da Noite

LEIA MAIS EM acervo.folha.com.br

O matemático sem rosto

Pouco se sabe sobre a vida de Legendre, importante matemático francês

Marcelo Viana
Diretor-geral do Instituto de Matemática Pura e Aplicada, ganhador do Prêmio Louis D., do Institut de France

Adrien-Marie Legendre (1752-1833) é um dos grandes matemáticos franceses. Seus trabalhos versam sobre diversas áreas da matemática, e conceitos com o seu nome povoam os livros de matemática dos nossos dias. Foi armado cavaleiro por Napoleão e é um dos 72 cientistas cujos nomes estão inscritos na Torre Eiffel.

No entanto pouco se sabe sobre a sua vida. A família era rica, mas os bens foram confiscados no auge da Revolução Francesa, no mesmo ano de 1793 em que o governo revolucionário fechou a Academia das Ciências, sua fonte de renda. De bom nesse ano, só o casamento com Marguerite-Claudine Couhin, sua companheira de toda a vida.

Até 2005, só era conhecido um retrato de Legendre, utilizado regularmente nos livros de história da matemática e que está espalhado na internet. Foi quando dois estudantes da Universidade de Estrasburgo descobriram que esse retrato também era usado para representar outra pessoa, o político revolucionário Louis Legendre (1752-1797), que tinha o mesmo sobrenome.

A investigação que se seguiu mostrou que a imagem era parte de uma coleção de litografias de celebridades publicada em 1833, pelo artista François-Séraphin Delpech, e que pertence sem dúvida ao político, não ao matemático. De repente, Adrien-Marie deixou de ter rosto!

Como tal erro pode ter acontecido e se perpetuado por mais de um século? A primeira atribuição errada do retrato teria acontecido num livro sobre o trabalho de cientistas publicado por Alphonse Rebière em 1900. A essa altura já tinham morrido os dois Legendre, o matemático e o político, e todas as pessoas que os conheceram em vida.

O mais irônico é que, embora não fossem relacionados, apesar do mesmo sobrenome, suas vidas estiveram conectadas: Louis teve papel fundamental no encerramento das academias e sociedades científicas que condenou Adrien-Marie à pobreza. Para dar uma ideia do personagem, basta mencionar que Louis Legendre foi autor da proposta de que, além de ser guilhotinado, o rei Louis 16 tivesse seu corpo esquartejado em 84 partes, para que cada departamento da França pudesse receber um pedaço...

Outra reviravolta ocorreu em 2007, quando o matemático Gérard Michon descobriu na Biblioteca do Instituto da França —instituição criada por Napoleão em 1803 para substituir a extinta Academia das Ciências— uma coleção de aquarelas do pintor Julien-Léopold Boilly representando membros do Instituto.

Uma delas contém caricaturas de Legendre, com expressão severa, e seu colega Joseph Fourier, com sorriso bonachão. É uma imagem um pouco estranha, que não corresponde à descrição da personalidade de Legendre por seus contemporâneos, mas é a única que temos.

FOLHA DE S.PAULO ★★★
QUARTA-FEIRA, 5 DE ABRIL DE 2023 C1

Espelho, espelho meu

Letícia Colin chega ao ápice de sua carreira com vilã de 'Todas as Flores' inspirada em antagonistas da Disney e no bolsonarismo

Retrato da atriz Letícia Colin
Bel Corção/Divulgação

Guilherme Luis

SÃO PAULO Letícia Colin se delicia com o sabor azedo e proibido dos vilões. Ela interpreta a antagonista de "Todas as Flores", novela que lhe rendeu seu papel mais celebrado em 25 anos de carreira. Preconceituosa e manipuladora, sua Vanessa caiu nas graças do público porque qualquer pessoa, mesmo que secretamente, já quis abolir as normas do moralmente correto, diz Colin.

Ela define sua vilã como um manual do que não fazer em sociedade. Não é para menos. Cegueta, piranha cega e ceguinha são algumas das formas capacitistas —isto é, preconceituosas contra pessoas com deficiência— com que Vanessa se refere a Maíra, sua irmã com deficiência visual, interpretada por Sophie Charlotte.

O final da história delas vai ser contado na segunda fase de "Todas as Flores", que retorna ao Globoplay nesta quarta-feira após um hiato de quase quatro meses. A novela começa com a personagem de Colin sendo salva da ameaça de um câncer por sua irmã, que doa sua medula. Mesmo assim, Vanessa passa a ver Maíra como inimiga quando o homem rico com quem ela namora se apaixona pela irmã.

Disposta a recuperá-lo para casar e enriquecer, a vilã arquiteta um plano para que Maíra fique presa num campo cheio de mulheres sequestradas. Nos últimos 40 capítulos da novela, que serão lançados em blocos de cinco episódios toda quarta-feira, Maíra vai finalmente tentar se vingar da irmã e da mãe, Zoé, outra vilã, esta vivida por Regina Casé.

"Os vilões desafiam nossos valores porque vão além dos limites éticos. É muito libertador cruzar as fronteiras cívicas e todos os códigos de respeito. Existe este fascínio porque, no fundo, as pessoas sonham em poder agir livremente sem pensar no outro. Ainda bem que não é assim, senão não teríamos uma sociedade", afirma Colin.

Vanessa nasceu de uma mistura de vilões icônicos da cultura pop, conta a atriz. Ela deu um jeito de unir, por exemplo, a Malévola e o Jafar da Disney com o Norman Bates de "Psicose", filme de Alfred Hitchcock. Colin se inspirou em pessoas da vida real também.

"Quando a gente vê grandes líderes superpoderosos que pensam muito em dinheiro, percebemos o rastro de destruição que eles trazem", diz.

Ela se recusa a dar nomes aos bois, dá um riso nervoso e diz que é melhor falar de coisa boa. Mas depois conta que estava falando de políticos.

"Vivemos quatro anos de um governo bolsonarista com ódio à diferença, à singularidade, às mulheres e às minorias que na verdade são maioria. A gente foi muito agredido e violentado", afirma Colin, que publicou uma foto vestindo uma camiseta do Brasil com o número 13 e o nome de Lula à época das eleições.

Primeira novela da Globo lançada direto no Globoplay, "Todas as Flores" representa uma mudança no formato do folhetim tradicional. Escrita por João Emanuel Carneiro, queridinho da emissora após o sucesso de "Avenida Brasil", a ideia era que a novela fosse exibida no horário nobre após o fim de "Pantanal". Houve uma dança das cadeiras, e "Travessia", de Glória Perez, acabou tomando o lugar.

Ponto para "Todas as Flores". O autor aproveitou que estaria no streaming para condensar a história em 85 capítulos, metade do que os folhetins das nove costumam ter, o que conquistou críticos e público. Livre das amarras da TV, ele também pôde aumentar as doses de cenas de sexo, outro ponto elogiado da trama.

Colin, que nunca protagonizou um folhetim das nove na Globo, diz não ter se desapontado quando soube que a novela seria levada ao streaming.

Continua na pág. C4

MÔNICA BERGAMO

monica.bergamo@grupofolha.com.br

PASSO ATRÁS

A Lacta cancelou uma campanha publicitária que seria veiculada durante a Páscoa após seu conteúdo ser considerado racista. A informação foi antecipada pela coluna e confirmada pela marca, que admitiu o seu erro.

BARULHO O comercial, que chegou a ser exibido nas redes sociais, causou indignação. No filmete de dez segundos, imagens vistas de cima mostram uma pessoa branca entregando a uma negra um ovo de chocolate da marca.

CÂMERA O foco está nas mãos que oferecem o doce, com a mensagem: "Quem faz a decoração da Páscoa merece um presente de Páscoa". Ao final, uma voz anuncia, em off: "Lacta. Cada pedacinho aproxima".

SUMIU O A propaganda gerou críticas de internautas, que reagiram na hora à mensagem passada pelo vídeo, retirado do ar em poucas horas. Procurada, a Lacta enviou o seguinte comunicado: "A marca errou e a peça foi retirada do ar. A empresa fortalecerá ainda mais a conscientização e a prática da pauta antirracista internamente e junto aos seus fornecedores".

GROUPIE Fã declarada de Milton Nascimento, a primeira-dama Rosângela da Silva, a Janja, também idolatra uma banda em especial: A Cor do Som. O grupo dos anos 1970 sempre teve lugar cativo em sua lista de favoritos da MPB.

NA ESTRADA No livro "Janja — A militante que se tornou Primeira-dama" (Editora Máquina de Livros), os autores Ciça Guedes e Murilo Fiuza de Melo contam que a socióloga escuta os sucessos do grupo desde os 12 anos e, quando ainda era solteira, percorria o país atrás de seus shows.

FIM Acabou ficando amiga dos músicos. Uma vez, porém, depois de um show, numa confraternização em um bar, ficou decepcionada quando o baterista Gustavo Schroeter se declarou bolsonarista e desandou a falar mal de Lula, dizendo que o ex-presidente deveria continuar preso. Acabou ali a amizade. Depois do "incidente", nunca mais se falaram. Janja cortou relações para sempre.

INTERCÂMBIO A presidente do STF (Supremo Tribunal Federal) e do CNJ (Conselho Nacional de Justiça), Rosa Weber, visitou na terça-feira (4) o Complexo Prisional do Curado, no Recife, que já foi alvo de decisão da Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) por perpetuar graves violações de direitos humanos.

TRATATIVAS A visita da ministra faz parte de sua tentativa de acelerar as transformações necessárias no sistema prisional do estado. No ano passado, uma decisão liminar concedida pelo ministro do STF Edson Fachin reconheceu que o não cumprimento de uma decisão da CIDH para o Complexo do Curado tem prolongado o quadro de violações identificadas no local.

OLHO VIVO Em inspeção realizada em 2016, a corte internacional confirmou denúncias como casos de tortura e de abusos sexuais, acesso precário a saúde e alimentação, circulação de armas e superlotação.

PALCO

Fotos Jonatas Marques/Divulgação

A atriz Alexandra Richter 1 recebeu convidados na estreia do espetáculo "Gargalhada Selvagem", dirigido por Guilherme Weber, realizada no Teatro Porto, em São Paulo, no sábado (1º). Os atores Ailton Graça 2 e Rodrigo Sant'anna 3 passaram por lá

DE VOLTA Quadros do fotógrafo Sebastião Salgado que foram devolvidos ao artista no governo de Jair Bolsonaro (PL) vão retornar à Funai (Fundação Nacional dos Povos Indígenas).

FICHA O episódio ocorreu em 2020. O então presidente da fundação, Marcelo Xavier, decidiu devolver 15 retratos do fotógrafo em resposta às críticas de Salgado à política indigenista da gestão Bolsonaro. As obras estavam espalhadas por salas na sede da Funai, em Brasília, e foram retiradas.

FICHA 2 As fotos, avaliadas em quase R$ 1 milhão, fazem parte de um trabalho junto ao povo indígena korubo do Vale do Javari (AM), em 2017.

TELINHA A atriz Cissa Guimarães será a nova apresentadora do "Sem Censura", da TV Brasil. Ela começa à frente do programa de entrevistas a partir do mês de julho.

TELINHA 2 A atração, que atualmente vai ao ar às segundas-feiras com apresentação da jornalista Marina Machado, voltará a ser diária, com gravações no Rio. A roteirista Antônia Pellegrino, diretora de conteúdo e programação da emissora, diz que a vinda de Cissa era um sonho do programa.

FARINHA Diretor-geral da Globo entre 2013 e 2019, quando passou a exercer a função de diretor de criação e produção de conteúdo até 2021, Carlos Henrique Schroder diversificou suas atividades logo depois de deixar a empresa, em junho daquele ano.

FARINHA 2 Meses depois, o jornalista entrou como sócio na confeitaria Absurda. A primeira loja física foi inaugurada em fevereiro de 2023, no Jardim Botânico. Schroder bota a mão na massa e dias atrás ajudava a atender os clientes no salão.

com Cleo Guimarães (Interina), Bianka Vieira, Karina Matias e Manoella Smith

O ator Tom Felton Arved Colvin-Smith/Divulgação

Tom Felton, o Draco de 'Harry Potter', foge de polêmicas em biografia

Ator se esquiva de comentar as acusações de transfobia contra J. K. Rowling e relembra os bastidores da saga

Guilherme Luis

SÃO PAULO Tom Felton, o Draco Malfoy de "Harry Potter", lançou uma autobiografia aos 35 anos. Em "Além da Magia: O Encanto e o Caos de Crescer Como um Bruxo", da editora Buzz, o ator narra aventuras da infância, relembra o início de sua carreira e promete revelar os segredos dos bastidores dos filmes bruxos.

Quando "Harry Potter e a Pedra Filosofal" chegou aos cinemas, em 2001, Felton tinha 13 anos. Era o mais velho e um dos mais experientes entre os atores mirins. Ele até fez testes para outros personagens, mas seu jeito pomposo levou os diretores de elenco a enxergarem nele os trejeitos vilanescos do anti-herói.

Draco surge na história como um moleque desprezível e arrogante que zomba do protagonista e de seus amigos. As pessoas que leram "Harry Potter" conforme os livros eram lançados dificilmente simpatizavam com ele, mas hoje Draco coleciona fãs e virou queridinho no TikTok.

Felton ri ao ser questionado sobre a fama de bad boy que seu personagem tem nas redes sociais. "Fiquei muito surpreso ao descobrir a existência do 'DracoTok'", diz, mencionando o nome dado ao nicho de internautas obcecadas pelo seu personagem no TikTok.

Para se ter ideia da fama que o vilão tem na rede, a hashtag #DracoTok agrupa vídeos que acumulam mais de 29 bilhões de visualizações. Em comparação, #PotterTok, que leva o sobrenome do protagonista da franquia, tem 2,4 bilhões.

"Existe um desejo de tentar entender que Draco foi criado por um péssimo pai, não teve bons amigos nem muitas escolhas. Imagino que algumas pessoas gostem disso num personagem", diz o ator.

Felton levou dois anos para escrever o livro, que é dividido em capítulos cronológicos, partindo da infância humilde que o ator teve na Inglaterra, passando por sua adolescência estrelada até a fase adulta, em que teve depressão, vício em álcool e passou por clínicas de reabilitação.

Felton é um dos poucos atores de "Harry Potter" que continua a se vincular com a franquia. O filme "Animais Fantásticos: Os Segredos de Dumbledore", derivado da série, foi lançado cercado de polêmicas ligadas à sua criadora, J. K. Rowling, que foi acusada de transfobia depois de publicar no Twitter comentários considerados preconceituosos.

Felton costuma dizer aos jornalistas que não está por dentro das polêmicas. "Não leio o que pessoas falam das outras nas redes. Sou um homem de paz, amor e aceitação. Não tenho tempo para qualquer coisa que fuja disso."

No livro, ele conta que quase não via Rowling nas filmagens. Como os protagonistas, era supervisionado pelos diretores e funcionários contratados para cuidar de seus horários, já que precisava estudar entre uma cena e outra.

Felton fala também sobre seu relacionamento com Emma Watson, que deu vida a Hermione Granger. Apesar de serem antagonistas nos filmes, eles viraram amigos na vida real e são próximos até hoje — não à toa, ela foi convidada para escrever o prefácio.

O ator diz que pensou muito em Watson quando, a contragosto, aceitou ser internado em uma clínica de reabilitação em Malibu, na Califórnia. Ele começou a abusar do álcool quando passou dos 25 anos, numa época em que nunca se encontrava sóbrio.

No livro, Felton escreve ainda que o estúdio ofereceu pouco preparo para os atores lidarem com o assédio dos fãs.

"Houve tanto estardalhaço quando fui para o Rio de Janeiro num evento dos filmes. Os fãs estavam tão animados e era tão barulhento. Ninguém estaria pronto para lidar com isso", diz.

Depois de participar de poucas produções de destaque após a saga "Harry Potter", Felton agora parecer querer trilhar novos rumos. Ele pensa em trabalhar com música.

Além da Magia
Autor: Tom Felton. Ed.: Buzz. Trad.: Bonie Santos e Bárbara Waida. R$ 59,90 (304 págs.)

Filha de Jimmy Cliff é só elogios para ministra da Cultura do Brasil

Nabiyah Be, atriz de 'Daisy Jones', diz que Margareth Menezes uniu os seus pais e que traz humanidade à nação

Guilherme Luis

SÃO PAULO Filha do cantor jamaicano Jimmy Cliff, a atriz baiana Nabiyah Be passou a infância viajando pelo mundo com o pai em turnê.

Foi só na adolescência que ela fincou os pés em Salvador, cidade onde nasceu, mas não demorou a se sentir impelida a sair do Brasil de novo. Aos 18, migrou para os Estados Unidos para fazer faculdade e se arriscar no teatro americano.

Deu certo. Depois de atuar em peças alternativas da Broadway e viver um papel secundário de "Pantera Negra", Nabiyah foi escalada para interpretar a cantora Simone Jackson em "Daisy Jones and the Six", nova minissérie musical do Amazon Prime Video.

Adaptação do livro homônimo de Taylor Jenkins Reid, a produção conta como terminou a celebrada parceria entre a cantora Daisy Jones e a banda de rock The Six. Os músicos, todos fictícios, lançam um dos discos e turnês mais bombásticos dos anos 1970, mas se separam no auge sem explicar o porquê. Uma jornalista, décadas depois, tenta arrancar deles a verdade.

Simone, vivida por Nabiyah, é amiga e a voz da razão de Daisy Jones. Música profissional, ela toma a responsabilidade de orientar a novata na indústria musical. Mas Simone também tem seus próprios problemas. Disposta a fazer seu nome crescer após fracassar ao tentar lançar um disco, ela se vê obrigada a esconder um relacionamento lésbico.

Não é uma trajetória distante da que foi trilhada por Nabiyah, que se identifica com Simone porque também já se sentiu frustrada ao idealizar projetos que não foram para frente. "Ver o nível de confiança que ela tem na vida profissional e no relacionamento amoroso foi um processo de cura para mim", diz a atriz.

Nabiyah é fruto do relacionamento entre Cliff, uma lenda viva da música jamaicana, e a psicóloga brasileira Sônia Gomes. Quem fez eles se conhecerem foi a cantora Margareth Menezes, com quem Nabiyah já dividiu os palcos e até gravou uma música.

Foi no período em que viveu em Salvador, há cerca de 30 anos, que Cliff gravou músicas com o Olodum e com Margareth. Há dois anos, o cantor elogiou a música brasileira à **Folha**. "Vocês fazem músicas com muitos acordes e ainda assim ela soa simples. Quando ouvi a batucada do samba na Bahia, enlouqueci."

Tal pai, tal filha. Nabiyah também gravou uma parceria com Margareth na faixa "Querera", do disco "Autêntica", lançado em 2019.

Para ela, Margareth vai trazer humanidade de volta à condução da cultura no governo. "Tenho muita fé nela como ministra. Confio que vai trazer uma visão humanitária, de ver o outro como ser válido, o que fomos perdendo", diz ao ser questionada sobre o Brasil pós-Bolsonaro.

Nabiyah diz que sempre pertenceu aos palcos. Quando criança, dividia o espaço com o pai num dueto da canção "Me Abraça e Me Beija", de Lazzo Matumbi, a mesma música que ela apresentou ao vivo com Margareth.

Nabiyah foi backing vocal de artistas como Daniela Mercury e Carlinhos Brown antes de cantar em barzinhos americanos. Nunca largou o microfone, mesmo quando decidiu investir na carreira de atriz.

Sua mudança para os EUA não foi dolorosa. "Sinto que nunca fui uma brasileira de família tradicional. Em Salvador, estudei numa escola bilíngue americana, então não foi um choque cultural", diz ela. Em Nova York, para onde se mudou quando jovem, ela estudava de manhã e fazia até oito espetáculos à noite.

Alcançou o auge do teatro quando foi contratada para atuar em "Hadestown", musical vencedor do Tony Awards, prêmio máximo da área. Não demorou para ser notada pela Marvel, que a convidou para viver a vilã Linda em "Pantera Negra", de 2018, uma personagem que acabou escanteada.

Trabalhar com a Marvel foi bem diferente do que ela já tinha feito, diz. "Lá os atores que fazem personagens menores não têm muito acesso, não sabem bem o que estão fazendo, a gente recebe informações alguns dias antes de gravar. Tinha estudado para outra personagem, mas descobri que não tínhamos conseguido os direitos autorais dela."

Nabiyah se destaca mesmo é no sétimo episódio de "Daisy Jones", quando a trama explora seu namoro com outra mulher. Ela diz que quer gravar uma série derivada da personagem para mostrar mais dela. Enquanto isso não acontece de fato, Nabiyah se prepara para lançar as próprias músicas. Ela quer ser uma artista multifacetada.

A atriz e cantora Nabiyah Be Divulgação

Espelho, espelho meu

Continuação da pág. C1

"Somos a prova de que o novo formato funciona. A gente tem que andar para frente mesmo. Precisamos dessa adaptabilidade, de poder assistir novela na hora que quiser, todos os capítulos de uma vez ou um só. Não tenho esse fetiche só pela televisão. Mas também não acho que a novela tradicional vai acabar."

Foi na Globo que Colin começou a carreira. Entrou no seriado "Sandy & Junior", aos 11 anos, depois atuou na "Malhação" de 2002 e apresentou o programa infantil TV Globinho por três anos. Migrou para a Band, passou por uma novela da Record e voltou à Globo em 2013. Tem contrato fixo com a empresa desde então.

Alcançou o auge só agora, com sua vilã de "Todas As Flores". Foi quase por acaso. É que Colin foi convidada a interpretar Maíra, só que os planos mudaram quando Sophie Charlotte fez o teste para a mocinha. Carlos Araújo, o diretor do folhetim, diz que os papéis ficaram claros com naturalidade quando ele imaginava as atrizes trabalhando.

Quem também construiu um relacionamento com a atriz é a diretora Luísa Lima. Elas trabalharam juntas em "Onde Está Meu Coração", série que rendeu a Colin uma indicação à estatueta de melhor atriz no Emmy Internacional do ano passado pelo papel de Amanda, uma médica que sofre com vício por crack.

"As duas estavam com muita gana. Quando a gente conversou pela primeira vez para 'Onde Está Meu Coração', a conexão foi imediata", diz Lima, que já tinha dirigido Colin em "Nada Será Como Antes", lançada pela Globo em 2016.

"Ela estava completamente grávida, do início ao fim das gravações. Às vezes não se sentia bem, mas ia mesmo assim. Estava disposta a tudo. Houve momentos em que a gente pensava 'meu Deus, calma, ela está grávida, será que é muita coisa?'", diz a diretora, lembrando que a atriz tinha supervisão de especialistas.

A personagem de Amanda foi construída a partir de visitas que Colin fez à cracolândia, hospitais, clínicas de reabilitação e encontros do NA, os Narcóticos Anônimos, onde foi levada por Fábio Assunção. O ator, seu pai na série, já foi dependente químico.

Tanta vontade de se provar deu resultado. Colin diz que viveu em "Onde Está Meu Coração" um ponto de virada em sua trajetória, e ir a Nova York para o Emmy foi prova disso.

Ela afirma que sua carreira deu uma guinada também em "Novo Mundo", de 2017, quando interpretou Leopoldina, a primeira imperatriz do Brasil e uma das protagonistas daquela novela das seis da Globo.

Diz se achar talentosa, sim, mas considera que foi favorecida por um bom tanto de sorte. "Tenho amigos supertalentosos que não tiveram o mesmo espaço e privilégios que eu. Talvez tenha sido por causa do meu fenótipo. Tive suporte, mas só com isso também não teria conseguido."

Todas as Flores

Brasil, 2022. Autoria: João Emanuel Carneiro. Direção: Carlos Araújo. Com: Letícia Colin, Regina Casé e Sophie Charlotte. 16 anos. Nesta quarta-feira (5), às 20h, no Globoplay. Às 18h nas próximas quartas-feiras

Letícia Colin caracterizada como Leopoldina na novela 'Novo Mundo' João Miguel Júnior/Divulgação

"Os vilões desafiam nossos valores porque vão além dos limites éticos. É muito libertador cruzar as fronteiras cívicas e todos os códigos de respeito. Existe esse fascínio porque, no fundo, as pessoas sonham em poder agir sem pensar no outro

'Todas as Flores' é a prova de que novela no streaming funciona. É bom poder assistir na hora que quiser, todos os capítulos de uma vez ou um só. Não tenho esse fetiche pela televisão. Mas também não acho que a novela tradicional vai acabar

Vivemos quatro anos de um governo bolsonarista com ódio à diferença, às mulheres e às minorias. Fomos muito violentados

Letícia Colin
atriz

Warner chega ao centenário com dívida bilionária e museu secreto

Acervo do estúdio proibido ao público abriga batmóveis, vestidos, máscaras e documentos de grandes clássicos

Humphrey Bogart e Ingrid Bergman em cena de 'Casablanca', de Michael Curtiz Fotos Divulgação

Rodrigo Salem

LOS ANGELES Albert, Sam, Harry e Jack Warner emigraram com a mãe para os Estados Unidos ainda pequenos, no fim do século 19. Em 1903, começaram na indústria cinematográfica como exibidores ambulantes, em comunidades de mineradores. Quatro anos depois, já operavam um cinema em família.

Em 4 de abril de 1923, os irmãos fundaram a Warner Bros. Pictures, que faz aniversário em meio a uma de suas maiores crises. Com uma dívida em torno de US$ 50 bilhões, o estúdio foi separado da empresa de telefonia AT&T, se fundiu ao grupo de mídia Discovery e foi rebatizado de Warner Bros. Discovery.

Não que reestruturações sejam uma novidade. Nos anos 1970, a empresa virou Warner-Amex, em parceria com a bandeira de cartões de crédito. Vinte anos depois, fundiu-se com a Time Inc. para formar o maior conglomerado de mídia do planeta.

No comando da nova empresa, David Zaslav, judeu com raízes polonesas, assim como os irmãos Warner, chegou com bom currículo à frente do modelo atual, o da parceria da Discovery, mas com a desconfiança do lado criativo.

A percepção piorou no ano passado, quando séries sumiram de suas plataformas de streamings e filmes em estágio final de produção foram cancelados para evitar gastos com impostos.

Passada a pior turbulência, Zaslav começou a revelar seus planos de recuperação a partir do investimento em grandes franquias cinematográficas, como "O Senhor dos Anéis", "Harry Potter" e os super-heróis da editora DC Comics, que é propriedade do estúdio.

Sua decisão mais radical foi nomear James Gunn, diretor de "Guardiões da Galáxia", e Peter Safran, produtor de "Invocação do Mal", como CEOs do DC Studios. Em janeiro passado, a dupla anunciou um plano de dez anos que começa em 2025 com um novo filme do Super-Homem, carro-chefe deste universo, mais um longa-metragem do Batman.

Outro bom sinal para os funcionários da Warner foi a visita de David Zaslav ao arquivo do estúdio. "Ele se virou para todos e disse: 'Isso aqui é a história do cinema'. Foi um grande alívio", diz George Feltenstein, executivo veterano de Hollywood e historiador da Warner Bros. Discovery.

O arquivo fica num prédio com acesso proibido ao público, em Los Angeles. Seu endereço é mantido em segredo. A princípio, a razão não fica clara. As paredes são beges e adornadas por alguns cartazes de clássicos do estúdio, há uma sala com máquinas de fliperama e peças de arte que subvertem uniformes do Batman. Nada muito diferente de outros escritórios em Hollywood.

Aos poucos, porém, o lugar revela sua verdadeira importância. Na sala seguinte, Feltenstein apresenta um chapéu de caubói autografado por toda a equipe e elenco de "Caravana do Ouro", de 1940, inclusive Errol Flynn e Humphrey Bogart, que logo se tornaria astro incontestável com "Relíquia Macabra" e "Casablanca".

Apoiado ao lado da primeira minuta original de uma reunião da diretoria da Warner, de 6 abril de 1923, há um cartaz raro de "O Cantor de Jazz", de 1927, primeiro filme falado da história do cinema, ainda usando o revolucionário sistema de sincronização de som e imagens chamado Vitaphone.

"Sam [Warner] morreu na véspera da estreia", diz Feltenstein. "Ele literalmente se matou para fazer 'O Cantor de Jazz', porque ele tinha uma mastoidite [infecção bacteriana] e não ia para o médico porque tinha de terminar o filme. Quando finalmente foi ao hospital, era tarde demais."

Entre a cadeira de diretor de Clint Eastwood em "Os Imperdoáveis", de 1992, e um manequim com o casaco vermelho usado por James Dean em "Juventude Transviada", de 1955, uma porta dupla de ferro é aberta para a parte principal do arquivo secreto da Warner, um armazém gigantesco com prateleiras do chão ao teto com milhares de objetos cinematográficos.

Para os mais cinéfilos, parece o local da cena final de "Os Caçadores da Arca Perdida", mas abrigando raridades como a luva original de Freddy Krueger, de "A Hora do Pesadelo", os sentinelas de "Matrix", a estátua do demônio Pazuzu de "O Exorcista" e até a máquina utilizada pela equipe de Richard Donner para simular o voo de Christopher Reeve em "Super-Homem II".

Para amantes do cinema antigo, um setor no fundo traz figurinos de centenas de filmes.

Nas centenas de caixas, há amostras do cuidado de cineastas com seus filmes. Há ainda fotos com o personagem de Leonardo DiCaprio em "Os Infiltrados", de Martin Scorsese, e o arquivo completo criado pelas irmãs Wachowski para Thomas Anderson, vivido por Keanu Reeves em "Matrix".

Há áreas especiais dentro do local que exigem cuidados específicos por causa das peças. Os atores de "A Noiva Cadáver", animação em stop-motion de Tim Burton, precisam ser guardados em sala refrigerada e escura para não derreterem. O mesmo vale para os monstros de "Gremlins", de 1984.

A grande atração, porém, é o setor dedicado aos super-heróis. O local abriga quase todos os batmóveis do cinema, do veículo lindo mas impossível de dirigir do "Batman" de Tim Burton ao Tumbler da trilogia de Christopher Nolan.

Em ala separada, ficam os uniformes dos filmes da DC, de "Watchmen", de 2009, ao inédito "Besouro Azul". No centro da sala, o pequeno colante de náilon de Christopher Reeve em "Super-Homem – O Filme", de 1978, fica com a roupa de Henry Cavill em "O Homem de Aço", de 2013.

Separado de tudo isso, no que a Warner considera o recinto mais seguro do planeta, estão uniformes e máscaras de todos os filmes "Batman", sua franquia mais importante.

O arquivo da Warner é o melhor museu em que ninguém pode entrar. Não há plano para abrir as portas, pois o investimento seria um fardo na dívida do estúdio, que fechou o último trimestre de 2022 com prejuízo de US$ 2,1 bilhões.

Clint Eastwood em cena de 'Os Imperdoáveis', dirigido pelo próprio ator

Christopher Reeve em cena de 'Superman: O Filme', de Richard Donner

Keanu Reeves em cena de 'Matrix', das irmãs Wachowski

Emma Watson, Rupert Grint e Daniel Radcliffe em cena de 'Harry Potter e a Pedra Filosofal', de Chris Columbus

Manifestação contra a ditadura militar no Rio de Janeiro em 1968 Fotos Evandro Teixeira

Relatos de tortura compõem romance de sociólogo

Marcelo Ridenti narra os cem anos da esquerda no Brasil em 'Arrigo', sua estreia na ficção em resposta ao bolsonarismo

Laura Mattos

SÃO PAULO O personagem é fictício, mas esta cena inacreditável de tortura na ditadura militar brasileira é real: "Sima teve calafrios quando o tipo colocou as baratas para brincar sobre sua pele nua", narra o trecho do romance "Arrigo".

"Suportou, enojada, mas tremeu ao ver uma gaiola cheia de ratos. Percebendo a fraqueza, o torturador colocou delicadamente um camundongo para passear em busca de esconderijo nas cavidades do corpo da moça."

As descrições de tortura de "Arrigo" foram baseadas em relatos de sobreviventes dos porões da ditadura militar e de outros cárceres políticos mantidos por governos autoritários no Brasil do século 20.

O autor é o sociólogo Marcelo Ridenti, professor da Unicamp e um dos mais respeitados pesquisadores dos movimentos de esquerda no país, que lançou, entre outros livros, "Em Busca do Povo Brasileiro: Artistas da Revolução, do CPC à Era da TV" e "Brasilidade Revolucionária: Um Século de Cultura e Política".

"Arrigo" é a sua estreia como romancista, numa ficção histórica ancorada nos seus 40 anos de pesquisa sobre a esquerda. A história começa quando o narrador se vê trancado em um apartamento com Arrigo, um homem já centenário, célebre militante comunista, sobre quem ele está escrevendo uma biografia.

A porta não abre, não há internet, telefone fixo ou celular. Arrigo está inerte, parece morto, e o narrador aproveita a clausura um tanto surreal para ajustar seu texto.

É, portanto, a partir da biografia de Arrigo que o leitor acompanhará um século da história da militância de esquerda no Brasil, da greve de 1917 até as eleições de 2018.

A chegada de Jair Bolsonaro à Presidência, aliás, mobilizou Ridenti a realizar o sonho de juventude de escrever um romance. Como alguém que elogia a tortura ganha uma eleição? A resposta que o sociólogo tinha de dar, ele avaliou, não era só acadêmica. Precisava ser existencial, e esse caminho o levou a "Arrigo".

Com muitos personagens, Ridenti retrata as vertentes da esquerda, as tensões entre elas, seus ideais, métodos e contradições. Arrigo e sua turma se envolvem com figuras reais —na revolta de 1924, por exemplo, o padrasto anarquista do garoto tem um encontro com Astrojildo Pereira, um dos fundadores do Partido Comunista Brasileiro e seu histórico dirigente.

Ex-adepto do anarquismo, Astrojildo estava encantado pela Revolução Russa de 1917. Na conversa inventada por Ridenti no romance, ele faz exatamente o que fez na vida real em sua campanha de adesão ao comunismo. Critica a militância de esquerda anterior ao PCB e tenta refutar a ideia anarquista de que o poder do Estado não deveria ser conquistado pelos revolucionários, e sim abolido.

Astrojildo e o padrasto de Arrigo não se entendem, mas resolvem dar as mãos, porque tinham em comum a luta contra o governo de Artur Bernardes, um dos mais violentos da história do país.

A passagem que resume os embates entre os anarquistas tradicionais e os novos comunistas foi construída a partir de um outro conflito, vivido pelo autor, entre o processo de escrita com rigor acadêmico e as liberdades do texto ficcional que ele começava a experimentar.

"Na primeira versão do texto, essa passagem estava mais didática, mas o texto estava ganhando um caráter de reconstituição histórica e saindo da ficção", diz. "Preferi criar diálogos curtos, com posições chave, sem detalhes historiográficos, com grande probabilidade de terem acontecido entre os personagens reais."

Figuras históricas não só cruzam o caminho de Arrigo como inspiram personagens fictícios. Exemplo disso é Sobral Pinto, jurista reconhecido por sua atuação na defesa de presos políticos na ditadura do Estado Novo e no regime militar. "Arrigo" cita brevemente uma ocupação anterior, nada honrosa e ofuscada em sua biografia, a de Procurador Criminal da República no governo Artur Bernardes, responsável por organizar presídios que eram a barbárie para presos políticos.

Ridenti cria para Sobral Pinto um assistente, Vital Beltrão, e com ele ganha liberdade para tratar das contradições do aclamado jurista. Assim como o advogado que o inspira, o personagem é católico fervoroso, anticomunista e apoiador do golpe de 1964, mas depois passa a lutar, sem cobrar honorários, pela libertação de presos políticos, alguns deles notórios comunistas.

Sobral defendeu Luiz Carlos Prestes. Vital libertou Arrigo, que nunca teve coragem de perguntar se o advogado havia recebido as cartas de denúncias dos prisioneiros políticos no governo Bernardes.

Graciliano Ramos também passa pela vida de Arrigo e lhe dá conselhos, no auge do stalinismo, sobre como deveria ler a autobiografia de Trótski, "cheia de pimponice e egocentrismo". O escritor preparava o livro "Memórias do Cárcere", justamente de onde Ridenti tirou suas opiniões sobre o polêmico líder soviético.

Arrigo passa por Dobris, um castelo perto de Praga que o governo soviético transformou em hospedagem para escritores comunistas. Lá, toma um Romanée-Conti com Jorge Amado. A procedência do vinho caro era a adega do líder nazista Goebbels, pilhada de judeus franceses na Segunda Guerra Mundial e depois expropriada pelo soviéticos.

Celebrações semelhantes aconteceram, de fato, em Dobris, com a presença do romancista brasileiro, do poeta chileno Pablo Neruda e de outros intelectuais comunistas notórios, o que Ridenti abordа no livro que lançou no ano passado, resultado de mais de dez anos de pesquisa, "O Segredo das Senhoras Americanas – Intelectuais, Internacionalização e Financiamento na Guerra Fria Cultural".

Reais e imaginários, os personagens passam por prisões, fugas, assaltos, sequestros e batalhas campais ao longo da história da militância revolucionária não só no Brasil como na Guerra Civil Espanhola e na resistência francesa contra a ocupação nazista, em ritmo frenético e calcado no folhetim, sempre ancorado na realidade histórica —mesmo em detalhes que, de tão absurdos, soam inventados.

É o caso da tortura sofrida por Sima, namorada de Arrigo. Ridenti tirou a passagem do depoimento que a cineasta Lúcia Murat deu à Comissão da Verdade. Aos 22 anos, na ditadura militar, ela passou por sessões que envolviam pau de arara, choques e agressões sexuais.

"Hoje, parece loucura", disse. "Mas um dos torturadores guardava as baratas amarradas por barbantes em uma caixa. E, através do barbante, conseguia manipular as baratas no meu corpo." Uma delas foi colocada em sua vagina.

Quatro décadas depois, quando os adeptos de baratas amestradas estavam no poder, Ridenti reconstituiu em "Arrigo" esse Brasil que parece loucura, mentira, mas é real.

Arrigo
Autor: Marcelo Ridenti.
Ed.: Boitempo. R$ 77 (256 págs.)

Tomada do forte de Copacabana em 1º de abril de 1964

Hmmfalemais

| DOM. Ricardo Araújo Pereira | SEG. Bia Braune | TER. Manuela Cantuária | QUA. Hmmfalemais | **QUI. Flávia Boggio** | SEX. Renato Terra | SÁB. José Simão

É HOJE EM CASA

Tony Goes
tonygoes@uol.com.br

Papa fala sobre temas delicados com jovens em especial do Star+

Amém – Perguntando ao Papa
Star+, 14 anos
Em junho do ano passado, dez jovens que tinham o espanhol como língua nativa, mas de diferentes origens, se encontraram com o papa Francisco em uma casa em Pigneto, um bairro na cidade de Roma.
O resultado foi uma conversa franca sobre temas como feminismo, aborto, racismo, abuso sexual e o papel da mulher na Igreja Católica dos dias de hoje. O documentário de Jordi Évole e Marius Sánchez registra este momento histórico do pontífice com a juventude.

Crossover
Disney+, 10 anos
Baseada no romance de Kwame Alexander, esta nova série conta a história de uma família de jogadores de basquete. Quando o pai enfrenta um sério problema de saúde, os dois irmãos adolescentes, que são prodígios do esporte, precisam se adaptar à uma nova realidade que se revela diante deles.

Gyuri
Canal Brasil, 20h, livre
Atração da faixa de horário dedicada ao festival "É Tudo Verdade" e inédito na TV, o documentário de Mariana Lacerda registra a luta da fotógrafa e ativista suíça Claudia Andujar em favor do povo indígena yanomami.

Amado
Telecine Action, 20h15, 16 anos
O cabo Amado é um policial incorruptível que, em sua busca por justiça, se torna alvo da retaliação de um sargento envolvido com o crime. Sérgio Menezes protagoniza o filme dirigido pela dupla Erik de Castro e Edu Felistoque.

Judaísmo ao Centro
YouTube @JudaismoAoCentro, livre
Com mais de 25 episódios já disponíveis, a websérie comandada por Sergio Lerrer traz histórias pouco conhecidas da presença judaica no Brasil, com depoimentos de nomes como o filósofo e colunista desta **Folha** Luiz Sergio Pondé e o psicanalista Jacob Pinheiro Goldberg.

Feminino Plural
Itaú Cultural Play, 14 anos, grátis
Um grupo de mulheres sai do Rio de Janeiro em motos e se juntam a outras mulheres. Experimental e feminista, o filme de Vera Figueiredo foi lançado no ano de 1977.

QUADRINHOS

Piratas do Tietê *Laerte*

Daiquiri *Caco Galhardo*

Níquel Náusea *Fernando Gonsales*

Não Há Nada Acontecendo *André Dahmer*

Viver Dói *Fabiane Langona*

Péssimas Influências *Estela May*

Vida Besta *Galvão Bertazzi*

SUDOKU

texto.art.br/fsp

DIFÍCIL

		4	9					
7	1				4	9		
	2				8			
			4		6		1	8
	5	6				2	9	
3	8		2		9			
			1				3	
		5	8				7	1
					2	6		

O **Sudoku** é um tipo de desafio lógico com origem europeia e aprimorado pelos EUA e pelo Japão. As regras são simples: o jogador deve preencher o quadrado maior, que está dividido em nove grids, com nove lacunas cada um, de forma que todos os espaços em branco contenham números de 1 a 9. Os algarismos não podem se repetir na mesma coluna, linha ou grid

SOLUÇÃO

8	6	4	9	3	7	1	2	5
7	1	3	5	2	4	9	8	6
5	2	9	6	1	8	7	4	3
9	7	2	4	5	6	3	1	8
4	5	6	3	8	1	2	9	7
3	8	1	2	7	9	5	6	4
6	4	7	1	9	5	8	3	2
2	9	5	8	6	3	4	7	1
1	3	8	7	4	2	6	5	9

CRUZADAS

HORIZONTAIS
1. A "última fronteira" dos EUA / A primeira vogal e a primeira consoante do nosso alfabeto **2.** Golpe dado com certa peça de mobília **3.** O país de Luxor e Alexandria / Nove mais um **4.** Matéria-prima para meias de mulher / A mulher amada, fonte de inspiração de um poeta **5.** A abreviatura que segue Exma. / Quebrar, financeiramente **6.** Canal de TV voltado para esportes **7.** As iniciais do ator e humorista Aragão, dos "Trapalhões" / Erguer, levantar **8.** Cortar madeira para queimar **9.** Indústria como a automobilística, quanto ao processo de fabricação **10.** Calça elástica comprida, presa sob o calcanhar / Elisa Lucinda, atriz, cantora e escritora **11.** Ir embora / Pó para as maçãs do rosto **12.** A substância que contorna a gema do ovo / Um fruto moscado **13.** De lado a lado.

VERTICAIS
1. (Inform.) Obter dados através de comunicação com um dispositivo / Espécie de isca artificial que imita um inseto **2.** O tipo de cerveja mais consumido do mundo / Para donde vem o vento / Uma tecla do PC **3.** Marca alemã de materiais esportivos / Forçar a entrada de **4.** Sinal que indica direção / (Pop.) Barriga grande **5.** Época da procriação animal / O que compõe a parte verde da copa da árvore / As iniciais do Valença músico **6.** O espaço livre em direção ao céu / Placar **7.** Indivíduo que viola a fidelidade conjugal / Aproximadamente **8.** Uma fita que gruda / (José Lins do) O autor de "Menino de Engenho" **9.** Loja de artigos variados e de pouco valor / Partido monárquico.

HORIZONTAIS: 1. Alasca, AB, **2.** Cadeirada, **3.** Egito, Dez, **4.** Seda, Musa, **5.** Sra, Falir, **6.** Sportv, **7.** RA, Alcear, **8.** Lenhar, **9.** Montadora, **10.** Fuso, EL, **11.** Sair, Ruge, **12.** Clara, Noz, **13.** Através.
VERTICAIS: 1. Acessar, Mosca, **2.** Lager, Alo, Alt, **3.** Adidas, Enfiar, **4.** Seta, Panturra, **5.** Cio, Folhas, AV, **6.** Ar, Marcador, **7.** Adúltero, Uns, **8.** Adesiva, Rego, **9.** Bazar, Realeza.

Ariel Severino

O bolsonarismo cabe na república?

O combinado mais elementar é que o Estado não é propriedade de quem governa

Wilson Gomes

Professor titular da UFBA (Universidade Federal da Bahia) e autor de 'Crônica de uma Tragédia Anunciada'

Já que se quer falar do futuro do bolsonarismo, deixem-me colocar uma questão normativa: ele cumpre as condições necessárias para ser uma força legítima em uma sociedade de direitos e liberdades, politicamente igualitária e pluralista?

A questão não é se o bolsonarismo tem um lugar democraticamente legítimo na vida pública e no Estado brasileiros. Afinal, à mesa da democracia eleitoral, pelas regras do jogo, sentam-se todos os que ganharem mandatos em eleições livres e limpas, atividade em que os bolsonaristas têm obtido notável êxito.

A mesa republicana exige outras coisas dos seus comensais. O combinado republicano mais elementar é que o Estado não é propriedade de quem o governa, mas de todos, inclusive daqueles de quem o governante não gosta ou que não gostam de quem está ao governo. Para garantir esse fundamento, uma res publica dota-se de um sistema de constrangimentos e obrigações para que os mandatários sejam forçados a respeitar direitos e garantias, a proteger e assegurar a liberdade de todos e a acatar o princípio da igualdade política. É assim que governantes se dobram ao fato de que todo o poder emana do povo e deve ser exercício em mandatos temporários, sob supervisão de outros poderes, e com obrigações de prestação de contas e de responsabilização.

Voltemos à pergunta inicial. Para começo de conversa, precisamos nos entender sobre o que é bolsonarismo.

Antes de tudo, o bolsonarismo é a versão brasileira de um recente movimento internacional iliberal, autoritário e com consistente inclinação fascista. "Fascismo" aqui não é o insulto fácil que a esquerda vulgarizou, mas a designação própria de uma ideologia orientada por três dimensões: um fortíssimo nacionalismo, depurado de pluralismo interno, que programaticamente expurga as diferenças e veta o dissenso; a exaltação de uma sociedade baseada na vontade popular expressa e representada pelo líder carismático (il Dulce, der Führer, o Mito), em substituição a uma sociedade feita de leis e liberdades; um redesenho institucional do Estado, que começa pela anulação das instituições intermediárias e dos sistemas de pesos e contrapesos das democracias liberais e se conclui com uma organização hierárquica linear baseada na força em cujo vértice está o líder supremo, de quem a vontade é Lei.

Não estou dizendo que o bolsonarismo é um fascismo, e sim que é um movimento que programaticamente ataca todos os obstáculos constitucionais à conversão de um Estado democrático em um fascista: os Três Poderes, o dissenso, direitos e liberdades de minorias políticas, tolerância, transparência pública, a impessoalidade, controle de constitucionalidade e revisão judicial, liberdade intelectual, de consciência, de imprensa etc.

Este bolsonarismo poderia "dar vigor à política brasileira" ou "liderar uma oposição saudável" se abandonasse a violência, o autoritarismo, "a atitude antidemocrática e a polarização irracional", como cravou um editorial desta **Folha***? Dadas todas as premissas apresentadas, a resposta é certamente não. O bolsonarismo é essencialmente intolerante a uma democracia liberal, aos princípios de um Estado republicano e até às bases de uma sociedade justa.*

Pergunta diferente é se é possível desentranhar, da amálgama que é formado o bolsonarismo, alguma coisa democraticamente legítima e não republicanamente imprestável.

Nesse caso, acho que uma resposta positiva pode começar a ser desenhada, embora não caiba nestas linhas. Considero que o maior derrotado pelo bolsonarismo foi uma direita republicana, que faz muita falta em uma democracia e poderia representar de forma legítima interesses de boa parte da sociedade. O mesmo pode ser dito de um conservadorismo que se coloque dentro dos limites da democracia liberal, representando um dos lados de certos desacordos morais legítimos, em substituição ao reacionarismo iliberal, dogmático e fundamentalista sustentado pelo bolsonarismo.

Desentranhar uma direita republicana e um conservadorismo democrático do compósito bolsonarista seria injetar pluralismo e diversidade em um projeto de sociedade e de Estado em que várias partes pudessem acomodar e expressar democraticamente os seus interesses. Mas desentranhar, no caso, significa decompor. Ou seja, talvez só a decomposição do bolsonarismo, extraindo dele o que possa passar por uma reconversão republicana, seja o caminho para reincorporar uma parte importante do país à grande mesa da democracia.

seg. Luiz Felipe Pondé | TER. João Pereira Coutinho | QUA. Wilson Gomes | **QUI. Drauzio Varella,** Fernanda Torres | SEX. Djamila Ribeiro | SÁB. Mario Sergio Conti

Anitta e Warner rompem após 11 anos de relação conturbada

Atritos entre a cantora e a gravadora se intensificaram nos últimos meses, depois de ela fazer sucesso mundial

SÃO PAULO Depois de 11 anos, Anitta e a gravadora Warner Music não são mais parceiras. O comunicado sobre a antecipação do fim do contrato foi divulgado pela própria artista em suas redes sociais.

"Concordamos em seguir caminhos diferentes. Anitta gostaria de agradecer ao time da Warner por todo o suporte, e a gravadora deseja tudo de melhor para o futuro da cantora", diz a nota, publicada nesta terça-feira, dia 4.

A cantora já havia criticado a gravadora no passado. Começou em uma live em 2022, na qual falou sobre os problemas da indústria da música. "A gravadora se liga muito no TikTok, no que viraliza, e se não tem um sucesso logo de cara eles dão tchau", reclamou.

Também em 2022, ela se irritou com o vazamento da informação de que havia preparado um álbum surpresa para os fãs somente com músicas em português. O lançamento aconteceria horas mais tarde, mas acabou caindo nas plataformas antes do tempo.

"Peço desculpas publicamente às outras plataformas que perderam a exclusividade do lançamento surpresa nessas faixas. Mas W [Warner] é W e não dá para contar que tudo vá acontecer como planejado", disse na ocasião.

Nos últimos meses, Anitta chegou a dizer nas redes sociais que se arrependia de ter assinado com sua gravadora.

"Se tivesse uma multa para pagar, eu já tinha leiloado meus órgãos por mais caro que fosse para sair fora. Mas, infelizmente, não tem. Quando a gente é novo e ainda não sabe muito, tem que prestar muita atenção nas coisas que assina", escreveu no Twitter.

Em março, a cantora criticou a gravadora por ter usado sua foto no Dia da Mulher com a canção "Envolver".

"A comunicação na Warner é tão boa que eles usaram uma foto minha em um post de feliz Dia das Mulheres, sendo que fui a público pedir respeito às mulheres e dizer que é isso que este dia significa. No fundo, usaram a minha música, que disseram que nunca lançariam se não fosse um feat, porque eu não era forte o suficiente", escreveu.

Até os fãs da artista compraram a briga. No dia 17 de março, eles protestaram em frente ao prédio da gravadora na Barra da Tijuca, na zona oeste do Rio de Janeiro. O movimento foi organizado nas redes sociais e elevou a tag "Warner Is Over Party" ao topo dos assuntos mais comentados do Twitter na ocasião.

A gravadora teve que liberar os funcionários para irem embora para casa mais cedo.

A cantora Anitta em cartaz da série 'Elite' Matias Uris/Netflix

The Town anuncia Pitty e espaço de música eletrônica

SÃO PAULO O The Town anunciou nesta terça-feira, dia 4, que a cantora Pitty e a banda de rock Queens of The Stone Age vão se apresentar no festival em 9 de setembro, penúltimo dia do evento. As atrações se juntam às bandas Foo Fighters e Garbage, que também se apresentam no mesmo palco neste dia.

O festival também afirmou que o New Dance Order, espaço dedicado à música eletrônica, terá a dupla Osgêmeos e apresentações organizadas por grandes festas da noite paulistana para fechar os dias. É o caso da Batekoo, Mamba Negra, Carlos Capslock, Gop Tun e ODDJs.

Cinemateca exibe filme sobre técnico Virgílio Roveda

SÃO PAULO O filme "O Coringa do Cinema", sobre o técnico de cinema Virgílio Roveda, será exibido na próxima quinta-feira, dia 6, às 19h, na Cinemateca Brasileira.

O cineasta e diretor de fotografia, conhecido no meio como como Gaúcho, trabalhou em dezenas de produções entre os anos 1960 e os anos 2000, incluindo as comédias de Amácio Mazzaropi, os longas de terror de José Mojica Marins, o Zé do Caixão, além de ter sido parceiro de Ozualdo Candeias em grande parte de suas obras.

O longa-metragem de Sergio Kieling parte do livro homônimo de Matheus Trunk, publicado pela editora Giostri, com diversas histórias e anedotas de bastidores das produções em que Roveda trabalhou. Os ingressos para assistir ao filme são gratuitos.